

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

A Fala e a Casa: Os Sem-Terra da Leste II na luta pela moradia

Elizabeth Fortunato

Dissertação de Mestrado
apresentada a FFLCH da
Universidade de São Paulo,
sob a orientação do Prof. Dr.
José William Vesentini

Departamento de Geografia.

São Paulo, 1995

Com Carinho,

Aos participantes do Movimento dos Sem-Terra da Leste II;

Aos Meus Pais,

Rita Guedes e Oswaldo Fortunato.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos ao padre Ticão, à dona Nilda, à dona Elza, ao Bola, ao Valfredo, ao Sr. Edivaldo, ao Zé Roberto, à Fátima, à Nati, à Mara, ao Neto, ao Elgito Boaventura, à Cristina e demais participantes dos Sem-Terra da Leste II pela importante contribuição a este trabalho.

Sou extremamente grata ao Prof. José William Vesentini por sua paciente e valiosa orientação.

Agradeço a Prof^a Maria Cecília França a quem devo o início deste trabalho.

Minha gratidão a Prof^a Jorgete Amorim de Paschoali pela leitura e aconselhamento quanto à linguagem; à Nina, à Dirce, à Cecília e à Eneida pelo constante estímulo.

Sou grata também ao CNPQ pelo apoio financeiro concedido por dois anos e meio para o desenvolvimento desta dissertação.

Não posso deixar de agradecer ao Reginaldo e ao Enoque pelo carinho na digitação deste trabalho.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO: URBANIZAÇÃO, PERIFERIZAÇÃO E A ZONA LESTE DE SÃO PAULO	11
I. HISTÓRICO DO MOVIMENTO NA ÓTICA DOS PARTICIPANTES	27
1 - Primórdios	27
2 - A Ocupação de Monte Taó	32
3 - Outras Ocupações/Conflitos	36
4 - O Encontro Regional da Terra	41
5 - O Papel de Dom Angélico	43
6 - Os Problemas Comuns	46
7 - A Oficialização do Movimento	48
8 - O Período Montoro-Covas	50
9 - O Período Quércia-Jânio	56
10 - A Gestão Municipal do PT	77
11 - O Período Fleury-Maluf	94
II. MULHER, IGREJA E PARTIDOS POLÍTICOS: TRÊS DETERMINAÇÕES/ INFLUÊNCIAS NO MOVIMENTO DOS SEM-TERRA	101
1 - O Papel da Igreja Católica	103
2 - Os Partidos Políticos	118
3 - A Presença da Mulher	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
ANEXO I - ENTREVISTAS	143
BIBLIOGRAFIA	352
FONTES	357
ANEXO II - FOTOGRAFIAS	361

APRESENTAÇÃO

Esse trabalho tem dupla origem: no final de 1984, quando elaboramos um projeto de pesquisa para o ingresso no mestrado e, principalmente, em setembro de 1987, quando retomamos e estreitamos nossos contatos com os Sem-Terra da Leste II, em São Miguel Paulista, na periferia leste da cidade de São Paulo.

A partir de março de 1987, a Zona Leste passou a estar em evidência em decorrência das grandes ocupações de terras lá ocorridas desde o final de fevereiro. Fomos acompanhando os acontecimentos, principalmente através da imprensa, e nosso interesse aumentava na medida em que os fatos iam se sucedendo.

Existia já de nossa parte um conjunto de indagações sobre as estratégias desenvolvidas pelos moradores da periferia pobre para enfrentar as dificuldades que lhes são impostas diariamente numa cidade como São Paulo. Tais indagações surgiram notadamente a partir de um conjunto de entrevistas, por nós realizadas, com moradores do Conjunto Habitacional José Bonifácio, em Itaquera, Zona Leste. Essas entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 1984, com intenção de elaborarmos um Projeto de Pesquisa para o Pós-

graduação. Embora tal projeto não tenha se concretizado, a experiência na área foi extremamente valiosa. Ouvimos muitas histórias e conhecemos parcialmente alguns problemas enfrentados diariamente pela população.

Quando em 1987, a Zona Leste transformou-se em palco das grandes ocupações de terras, inumeráveis indagações começaram a nos ocorrer. Movidas por elas, no dia 20 de setembro (1987) data em que o então governador Orestes Quécia estava sendo esperado para uma reunião em São Miguel Paulista, decidimos ir até lá.

Ao chegarmos ficamos bastante surpresas com o grande número de pessoas que se acotovelavam na praça em frente à Igreja Matriz de São Miguel. Depois de termos ouvido a fala de várias pessoas, concluímos que o objetivo da reunião era cobrar do governador uma promessa de construção de 20.000 casas na Região. O governador não apareceu, nem enviou nenhum representante, mas as pessoas só abandonaram a praça depois de decidirem pela realização de uma caravana ao Palácio dos Bandeirantes, pois já que o governador não vinha, eles iriam até ele.

Conversamos com várias pessoas nessa reunião e todas nos sugeriram procurar o padre Ticão, pois ele poderia informar melhor sobre o movimento. A conversa com o padre Ticão foi o primeiro passo da nossa longa caminhada com os Sem-Terra da Leste II. A partir daí começamos a participar das inúmeras atividades por eles desenvolvidas. Participamos de incontáveis caravanas e assembléias, de inaugurações de casas conquistadas pelo

movimento e fizemos muitos amigos. Mas foi principalmente a partir de maio de 1989, quando passamos a trabalhar na Câmara Municipal de São Paulo, com o vereador Valfredo Ferreira, que pertencia ao Movimento, que nosso convívio estreitou-se ainda mais. Desde então, passamos a vivenciar juntos uma série de novas experiências.

Nosso trabalho na Câmara Municipal desenvolveu-se sobretudo junto aos Sem-Terra da Leste II, pois ficamos encarregadas, ao lado de outros companheiros, de acompanhar o Movimento. Assim sendo, em 1989, trabalhamos basicamente com uma Cooperativa de Trabalhadores da Construção Civil, formada em 1988 por 21 associados que pertenciam ao grupo dos Sem-Terra.

A idéia dessa cooperativa surgiu em 1987, quando os Sem-Terra passaram a discutir seu papel político de forma mais sistemática. Dessa maneira, quando o vereador Valfredo Ferreira foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores, a Cooperativa era uma de suas prioridades, assim passamos a acompanhar os cooperados, na luta para obter trabalho e consolidar a própria Cooperativa.

Como naquele momento a Cooperativa possuía apenas o recurso humano (21 cooperados), inicialmente elaboramos vários projetos que foram encaminhados a diversas entidades solicitando ajuda financeira para adquirir os recursos materiais necessários para o trabalho dos cooperados. Participamos depois de inúmeras reuniões junto a órgãos do Município tentando obter trabalho para a Cooperativa em obras municipais.

Foi somente em 1990, que conseguimos a primeira vitória, pequena é verdade, mas para nós que havíamos passado tanto tempo lutando, foi bastante significativa. Tratou-se de uma reforma do telhado do EDIF – Departamento de Edificações do Município de São Paulo. Depois do trabalho, que foi bastante elogiado pelos técnicos do departamento, surgiu a segunda oportunidade, um contrato com a EMURB – Empresa Municipal de Urbanização, em 1991.

A partir daí, a Cooperativa expandiu-se rapidamente, chegando a contar com 425 cooperados. Entretanto, o rápido crescimento ocorreu sem que houvesse tempo para discutir sobre o significado da Cooperativa e passaram então a ocorrer sérios conflitos internos que não conseguimos administrar e, em 1992, a Cooperativa se desfez. O processo foi traumático, pois depois de tanta luta para que ela existisse de fato, não conseguimos sustentá-la.

A experiência, entretanto, foi extremamente válida para que todos nós avaliássemos nossa responsabilidade (ou ausência dela) na condução do processo.

Além de trabalharmos com a Cooperativa, elaboramos também dezenas de projetos para diversas Secretarias e Entidades, solicitando auxílio alimentar para as famílias mutirantes que participavam do Movimento e que trabalhavam nas obras, sobretudo nos finais de semana; ajuda financeira para montagem de uma Usina de Material de Construção para fabricar blocos e outros

materiais necessários para as casas dos mutirões; equipamentos para montar cozinhas comunitárias nos mutirões, entre outros. O desenvolvimento desses projetos foi sempre em parceria com os Sem-Terra.

Nessa trajetória, fomos percebendo o importante papel desempenhado pelos Sem-Terra da Leste II, a partir da luta pela moradia, na construção de um espaço urbano mais justo. Na medida em que eles criam novas estratégias de luta capazes de lhes garantir certas conquistas, surgem brechas para a construção de uma cidade mais democrática.

Conforme depoimento de um personagem: "Essa caminhada do Movimento é feita por fases. A primeira foi buscar o diálogo. Você pode ver que a gente fez várias dezenas de caravanas buscando diálogo, pressionando. Depois, a gente adotou uma segunda maneira, uma pedagogia a respeito de abaixo-assinado. Nós fizemos dezenas de abaixo-assinados aos governos municipal, estadual e federal. Depois, a terceira maneira foi a ocupação de prédios públicos. São formas de pressionar o diálogo. Ocupamos a Regional, a Secretaria Estadual de Habitação, na Peixoto Gomide. Tanto que ali, na Haddock Lobo, eles colocaram grades enormes, por causa do Movimento de Moradia. Quando a gente chegava, eles tinham medo que ocupássemos o prédio. A quarta fase foi a ocupação de terras. A quinta fase é aquela em que estamos agora, que é a autogestão. A população se organiza e constrói sua casa administrando os recursos econômicos. Então, hoje nós estamos num estágio avançado, né?"

Autogestão porque a própria população faz a gestão, isto é, a administração do dinheiro. Esse é o estágio mais avançado do movimento popular porque ele está administrando um recurso que lhe pertence"¹ (Pe. Antonio Luís Marchioni).

Na medida em que, no espaço urbano, predominam os interesses da classe dominante, as organizações populares só poderão fazer valer os seus direitos ou suas conquistas se estiverem bastante organizadas. E os **Sem-Terra da Leste II**, ao lado de outros movimentos que formam a **União dos Movimentos de Moradia**, vêm conseguindo conquistas significativas, como é o caso dos mutirões com autogestão, bem como o primeiro projeto de lei por iniciativa popular em 1991, visando a criação de um Fundo Nacional de Moradia Popular.

A construção de um espaço urbano mais justo, onde não sejam predominantes apenas os interesses por lucro ou pela reprodução do capital, só será possível a partir da luta da população organizada, pois o Estado encontra-se principalmente voltado para os interesses empresariais, em detrimento da maioria da população. E sem sombra de dúvida, as experiências adquiridas pelos Sem-Terra da Leste II, em mais de dez anos de luta, têm contribuído muito para a construção do espaço urbano de São Paulo.

Conforme relata um personagem: "Não tenho dúvida que o Movimento dos Sem-Terra da Leste II, nesses anos de luta, organização, formas de encaminhamento e proposta política para resolver a questão da habitação, tenha uma grande contribuição! Nós temos uma experiência grande a nível de

¹ Ver depoimento completo no Anexo I.

organização, de estrutura, enquanto Movimento, e de viabilidade de projetos que venham de encontro ao interesse da população, de adquirir uma moradia decente. Temos a coisa concreta, o tamanho do terreno, a forma de construir a casa, como ela vai sair mais econômica, o tamanho mínimo para que as famílias da periferia tenham condições de morar!"² (Valfredo Ferreira).

Tendo em vista o importante papel desempenhado pelos Sem-Terra da Leste II, enquanto agentes construtores de uma cidade mais justa, procuramos desenvolver um trabalho que mostrasse isso. Mas não fomos buscar teorias prontas, que nos permitissem falar **sobre** os Sem-Terra! Fizemos um trabalho **com** os Sem-Terra! Apesar do importante papel deles, na maioria das vezes são tidos apenas como invasores, vagabundos, agitadores e até violentos. Desejando então mostrar seu verdadeiro papel, recorreremos as suas próprias palavras; assim sendo, a base desse trabalho são os relatos orais.

O uso do relato oral como base do trabalho, nos remete a uma questão de método, que não nos sentimos muito à vontade para encetar – preferimos sempre o trabalho empírico à reflexão teórica! –, mas que sem dúvida é necessária: que modalidade ou que "escola" da Geografia ou de outras ciências do homem prioriza a fala dos participantes e de que forma utilizamos ou nos filiamos a essa corrente. Assumimos, por princípio, que este é um trabalho participante, do qual as personagens – os entrevistados e tantos outros com os quais convivemos em todos esses anos – são co-autores e não apenas objeto de estudos. Nossa dissertação, e por isso optamos pelo plural **nós** no lugar do individual **eu**, pretende retratar o ou um ponto de vista dos participantes do

² Ver depoimento completo no Anexo I.

Movimento dos Sem-Terra sobre os rumos, as etapas, as conquistas e os fracassos desse Movimento específico. E nesse ponto encontramos (talvez por incapacidade nossa!) poucos subsídios na Geografia, com destaque para a denominada "geografia da percepção".³ Mas não é bem esse o caminho que escolhemos trilhar – o do sujeito na ótica psicológica, dos símbolos, do falar **sobre** a percepção dos outros – e sim do trabalho engajado **com** os participantes, que possa servir como auto-reflexão do próprio Movimento ou, pelo menos, que possa deixar falar aqueles que usualmente são vistos, tão somente, como objeto de análises e algumas vezes, até estereotipados para se ajustarem na moldura de alguma teoria pré-concebida.

Encontramos ainda uma valiosa contribuição metodológica no campo da história oral, e deve ser ressaltado que várias são as definições dela.⁴ Entretanto, como muito bem observou Nunes (1993, 35), "cada pesquisador, a partir de sua tradição intelectual ou experiência de trabalho, formula sua concepção. Assim, a história oral, para uns é método; para outros, uma técnica e para alguns uma fonte". Não sei muito bem o que foi para nós, mas nela encontramos o respeito extremo pela fala dos personagens, que não deve ser descaracterizada ou fragmentada para que o sujeito se sobreponha, e com isso nos identificamos.

³ Ver Frémont (1980) "A Região, Espaço Vivido"; Christofolletti (1982) "Perspectivas da Geografia"; Ferreira (1994) "Entre-Vistas: Abordagem e Usos de História Oral"; Yi-Fu Tuan (1980) "Topofilia" e Yi-Fu Tuan (1983) "Espaço e Lugar".

⁴ Ver obra de: Camargo, Lima e Hipólito (1984) "O Método de História de Vida na América Latina"; Corrêa (1987) "História Oral (Teoria e Prática); Queiróz (1991) "Variações Sobre a Técnica do Gravador no Registro da Informação Viva"; Mehy (1991) "Canto de Morte Kaiowá" e Mehy (1990) "A Colônia Brazilianista, História Oral de Vida Acadêmica"; Thompson (1992) "A Voz do Passado, História Oral".

Tendo em vista nossa experiência com os Sem-Terra da Leste II e o objetivo desse trabalho, utilizamos a história oral talvez como fonte de inspiração, quiçá como método, pois os relatos orais se mostraram imprescindíveis para a compreensão dos Sem-Terra, enquanto agentes construtores de um espaço urbano mais justo. Como afirma Thompson (1992, 137) "a evidência oral, transformando os 'objetos' de estudo em 'sujeitos', contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais **verdadeira**".

Nessa perspectiva recorreremos a entrevistas abertas visando a obtenção de relatos, que pudessem evidenciar o papel dos Sem-Terra na luta pela construção e apropriação do espaço urbano em São Paulo. O conjunto de entrevistas traduz um amplo aprendizado adquirido nas lutas diárias, enfrentadas pelas personagens. Segundo Camargo, Lima e Hipólito (Op. cit., p. 156): "uma entrevista do tipo aberta tende a coletar dados utilizando a experiência dos atores especialmente comprometidos com o objeto de estudo, mas se define como história de vida, na medida em que utiliza a experiência do ator de maneira longitudinal, buscando encontrar padrões universais, além de interpretações sobre a origem e funcionamento dos fenômenos sociais, através das articulações temporais fornecidas pelas entrevistas".

Recorreremos também a algumas fontes escritas, principalmente documentos da Igreja e alguns jornais, quando houve necessidade de complementar o trabalho.

Realizamos por volta de trinta entrevistas, embora somente treze entrevistas gravadas. São falas de personagens que tinham e têm maior vivência e experiência no Movimento. Mas utilizamos também, na realização do texto, algumas entrevistas que não foram gravadas, encontrando-se apenas manuscritas em nosso arquivo. Devido ao nosso longo convívio com os Sem-Terra, a escolha dos personagens, bem como a realização das entrevistas, foi bastante simples. Do recíproco desejo de desenvolvermos um trabalho em que ocupassem seu verdadeiro lugar na história, isto é, sujeitos do processo de construção da cidade, surgiu num trabalho de co-autoria com os Sem-Terra da Leste II: esta dissertação.

Além dos personagens, dos participantes que dão vida e constituem o Movimento, algumas instituições – ou gêneros – a nosso ver se destacam, merecendo uma referência à parte. São eles: a Igreja Católica, a Mulher e os Partidos Políticos, fundamentais no desenvolvimento do Movimento e que serão abordados com melhor atenção no capítulo II deste trabalho.

INTRODUÇÃO: URBANIZAÇÃO, PERIFERIZAÇÃO E A ZONA LESTE DE SÃO PAULO

Com cerca de 74% da população vivendo em cidades (dado do recenseamento geral de 1991), o Brasil situa-se atualmente entre os países com elevados índices de urbanização. E, como sabemos, a urbanização brasileira foi acompanhada por uma metropolização: as áreas metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes perfaziam 18% da população do país em 1950 e 30% em 1991.

O processo de recrudescimento do chamado êxodo rural no país deu-se notadamente a partir de 1970, ao que tudo indica em decorrência das transformações no processo de industrialização, bem como do desenvolvimento da produção capitalista na agricultura.⁵

O crescente afluxo de migrantes rurais para as cidades, sobretudo para as áreas metropolitanas se fez sentir entre outros, por um grande aumento das periferias pobres e desprovidas da maioria dos serviços necessários à população.

⁵ Ver obra de: Mantega e Moraes (1980) "Acumulação Monopolista e Crises no Brasil"; Singer (1977) "A Crise do Milagre" e Singer (1981) "Economia Política da Urbanização"; Silva (1982) "A Modernização Dolorosa" e Silva (1990) "O que é Questão Agrária"; George (1987) "Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola".

Essa urbanização problemática resulta principalmente do modelo econômico implantado no país, sobretudo nas últimas décadas, no qual os interesses da reprodução do capital foram dominantes e não deram muita margem à reprodução da força de trabalho, o que, entre outras conseqüências, levou ao aumento da riqueza de uma minoria e agravou a pobreza da imensa maioria da população.

A cidade de São Paulo, principal centro dinâmico da economia do país, teve seu espaço urbano expandido rapidamente. O desenvolvimento do capitalismo produziu uma metrópole bastante dinâmica, embora caracterizada por enorme contraste social entre as classes dominantes, os trabalhadores e demais classes populares, que foram expulsos para as periferias, enfrentando aí graves problemas, sobretudo o da moradia.

Até os anos 20 a principal forma de habitação popular foi a moradia alugada, com predomínio dos cortiços. A partir daí (Bonduki, 1983), uma série de transformações na estrutura urbana, na estrutura industrial e na forma de atuação do poder público, começam a surgir em São Paulo, iniciando as modificações no padrão de urbanização da cidade e, conseqüentemente, no padrão de moradia popular, partes integrantes da nova fase econômica baseada na industrialização.

Segundo Cano (1983, 242) demonstrou, foi "precisamente no transcorrer da década de 20 que se iniciou a 'preparação do terreno' para que a indústria paulista consolidasse sua posição no mercado nacional, através da instalação de um ainda incipiente compartimento produtor de bens de produção. Cimento, aço, metalurgia mais complexa e indústria química já então despontam com plantas de porte maior, operando então a escala nacional".

Foi principalmente a partir da década de 30 que o processo passou a se desenvolver de maneira mais contínua, contando para isso, com forte intervenção estatal. Entre as intervenções do Estado visando dar continuidade a industrialização no país destacou-se a criação do salário mínimo interpretado rigorosamente como "salário de subsistência" (Oliveira, 1975). E como a maioria dos trabalhadores de São Paulo nesse período vivia em moradias alugadas, os gastos com habitação absorviam boa parcela do salário, impedindo assim que o mesmo fosse rebaixado.

Datam dessa época, segundo Bonduki (1983), insistentes apelos no sentido de se criarem condições para os trabalhadores obterem a casa própria, principalmente nos discursos surgidos na área do Ministério do Trabalho. Talvez por isso tenham sido criadas em 1937 as carteiras prediais dos Institutos de Previdência – primeira intervenção concreta do Estado no setor da moradia popular – que se mostraram insuficientes para a grande demanda existente.

Nas décadas de 20 e 30, a abertura de loteamentos em bairros distantes do centro era muito significativa, mas eles eram comprados principalmente com fins especulativos, e na grande maioria das vezes permaneciam desocupados (Langenbuch, 1971). O principal meio de transporte nessa época ainda era o bonde elétrico que, em virtude do alto custo de investimento das linhas, ficava restrito às áreas com maior número de usuários e os únicos loteamentos distantes do centro, ocupados até o final dos anos 30, foram os situados ao longo das estradas de ferro, chamados por Langenbuch (idem) de "subúrbios-estação".

Os primeiros ônibus surgiram em São Paulo por volta de 1924 e, em 1926, já circulavam na cidade cerca de 200 ônibus (Stiel, 1987) que pertenciam a várias companhias particulares e somados ao crescente número de automóveis e caminhões passaram a exigir modificações no sistema viário.

Ainda na década de 30 começou a ser implantado o Plano de Avenidas criando condições para o desenvolvimento do transporte rodoviário. Várias avenidas foram abertas, outras alargadas, alterando significativamente a área central da cidade, renovando e ampliando a zona comercial, incentivando a verticalização e a especulação imobiliária, expulsando assim, a população pobre que ainda morava próxima ao centro (Bonduki, 1983).

Esse Plano de Avenidas, ao facilitar o desenvolvimento do ônibus como meio de transporte coletivo, propiciou o prosseguimento e a ocupação de loteamentos periféricos pouco significativos até 1940, pois segundo Langenbuch (1971, 154) "quando a circulação rodoviária ganhou corpo, já estava estruturado o arcabouço suburbano de São Paulo, já se tendo formado diversos 'subúrbios-estação'; estes, através de suas fábricas e equipamento urbano, continuaram a polarizar o desenvolvimento urbano".

A partir de 1940 registra-se acentuado fluxo de migrantes para São Paulo, em decorrência das transformações econômicas que vinham ocorrendo desde 30, com a expansão da indústria. Mas foi sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, com a redefinição da divisão internacional do trabalho, quando grandes empresas multinacionais passam a se instalar no Brasil, que a

industrialização brasileira adquiriu novo caráter. O desenvolvimento desse processo exigiu crescente presença de capital estrangeiro, bem como grande respaldo do Estado na economia.

A cidade de São Paulo, principal centro econômico do país, passou a sediar um crescente número de indústrias, atraindo trabalhadores de todos os estados, tendo assim sua população rapidamente aumentada, conforme mostra a tabela abaixo:

ANO	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	GRANDE SÃO PAULO	ESTADO DE SÃO PAULO
1940	1.326.261	1.568.045	7.180.316
1950	2.198.096	2.662.786	9.134.423
1960	3.666.701	4.739.406	12.823.806
1970	5.924.615	8.139.730	17.771.948
1980	8.493.226	12.588.745	25.040.712
1991	9.646.185	15.416.416	31.588.425

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos 1940-91.

O crescimento da população paulistana, sobretudo a partir da década de 40, vai dificultando a questão da moradia popular, surgindo a partir de então, como principal solução, a casa própria autoconstruída na periferia desprovida dos principais serviços urbanos. Segundo Kowarick e Bonduki (1994, 149): "o período compreendido entre o fim da década de 40 e o golpe militar de 1964 marcou a construção de uma série de características urbanas novas em São Paulo. Entre elas destacamos a consolidação do padrão periférico de crescimento urbano, a intervenção do Estado na questão urbana e da habitação, a substituição do sistema de transporte coletivo baseado no bonde pelo ônibus, o enorme acréscimo do número de veículos decorrente da implantação da indústria automobilística em território nacional, com a conseqüente estruturação das cidades em função deste meio de transporte, a rápida e massiva renovação das edificações gerada pela verticalização e por novas formas de intervenção dos empreendedores e, finalmente, o surgimento dos movimentos populares nascidos das contradições geradas por esses processos".

O processo de periferização em curso, sobretudo a partir de 1940, acentua-se em 1947 com a criação da CMTC – Companhia Municipal de Transporte Coletivo. Os trabalhadores vão construindo bairros cada vez mais distantes do centro, caracterizados pela carência de infra-estrutura.

Entre as décadas de 40 e 70 consolidou-se a periferização de São Paulo e a população resolveu o problema de moradia basicamente através da casa própria autoconstruída.

Segundo Rodrigues e Seabra (1987, 23), "o aumento do significado da solução da moradia dos trabalhadores, através da construção da casa própria pela via da autoconstrução nos loteamentos da periferia da cidade, vincula-se ao padrão de crescimento das cidades no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Este leva à constituição de um volumoso (e especulativo no dizer freqüente dos autores e administradores que lidam com o assunto) mercado de terras, mercado firme em razão do desenvolvimento econômico da cidade, que redefine constantemente o preço dos terrenos, o que contribui para criar uma pressão crescente através da elevação dos aluguéis, das taxas e impostos públicos, etc., sobre as populações de baixos salários tendendo a expulsá-las numa espécie de reprodução ampliada da periferização, já que a cidade veio aumentando significativamente seu efetivo demográfico e de populações de rendimentos baixos em particular".

Deve ser ressaltado que, a partir da instauração do regime militar em 1964, os interesses dos trabalhadores passam a ser ainda mais desconsiderados, imperando na cidade a lógica do lucro, investindo-se fundamentalmente na acumulação do capital, com claro favorecimento das classes dominantes, enquanto os trabalhadores ficam relegados à própria sorte. São Paulo torna-se ainda mais segregada e a pobreza aumenta significativamente. A concentração de renda acentua-se ainda mais, e os problemas dela decorrentes não tardam a aparecer.

Em 1973 a proporção dos favelados, diante da população total do município, era apenas de 1,06%; em 1980, esse índice aumentou para 5,41%. E em 1987 atingiu 7,7% do conjunto dos moradores paulistanos. A população total

creceu 59,89% no período de 1973 a 1987, enquanto a de favelas revelava crescimento de 1.039,8%.⁶ Esses dados revelam claramente os efeitos perversos do desenvolvimento econômico do país.

A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964, visando promover a construção da casa própria, especialmente para as famílias de menor renda, acabou beneficiando principalmente os estratos de renda média e alta, sem resolver o problema de moradia dos trabalhadores.⁷

A década de 80 caracterizou-se por profunda crise econômica, entre 1981–83, a percentagem de desempregados aumentou sensivelmente, chegando a atingir 20% da população economicamente ativa da região metropolitana (DIEESE), e as condições de vida das famílias pobres deterioraram-se ainda mais. Os gastos com aluguel tornam-se cada vez mais insuportáveis, e a cidade de São Paulo, sobretudo a partir de 1981, vai sendo palco de grandes ocupações de terra, pois enquanto inúmeras famílias não têm onde morar, várias glebas permanecem vazias à espera de valorização.

Nesse contexto a população passa a organizar-se coletivamente visando encontrar solução para o grande problema de moradia. Entre 1981–84, a Secretaria da Família e Bem-Estar Social do município de São Paulo cadastrou 61 ocupações coletivas de terras.⁸

⁶ Diagnóstico da Situação de Moradia em São Paulo - SEHAB-SP, 1989.

⁷ Ver: Azevedo e Andrade (1982) "Habitação e Poder".

⁸ Diagnóstico da Situação de Moradia em São Paulo - SEHAB-SP, 1989.

No nosso entender essas ocupações têm contribuído principalmente com a ampliação da noção de direitos, entendidos enquanto participação e conquistas, apontando assim para a construção de uma cidade mais justa. Entretanto, para que a população chegasse a perceber a moradia como um direito fundamental foi necessário uma longa caminhada, e a contribuição de vários agentes.

Deve ser lembrado que o regime militar imposto ao país em 1964, caracterizou-se por intensa repressão e muitos tiveram que se calar, enquanto outros foram calados.⁹ Mas a periferia pobre, local de moradia dos trabalhadores, tendo como principal característica a ausência de quase todos os serviços necessários à vida da população, foi lentamente se mobilizando para obtê-los. Assim, passa a haver organização em termos de melhorias das favelas, da regularização dos terrenos clandestinos, melhoria dos transportes, movimento contra a carestia, movimento de saúde, movimento por creches, entre outros. Todas essas lutas vão contribuindo para a organização da população pobre e quebrando o silêncio exigido a partir de 64, e em maior ou menor grau, contribuindo para a construção de um espaço urbano menos excludente.

A "década perdida", iniciada em 1980, refletiu-se de maneira dramática sobre a questão da moradia popular: as favelas já não comportavam mais as famílias sem alternativa para morar, os cortiços tinham registrado também considerável aumento populacional e a busca para encontrar uma solução para o problema passa então a mobilizar crescente número de trabalhadores.

⁹ Ver: Singer e Brant (1982) "O Povo em Movimento".

Promovem-se encontros de movimentos de moradia que passam a possibilitar uma troca de experiências bastante favorável, surgindo novas propostas para enfrentar o problema habitacional.

Assim sendo, prosseguem as ocupações de terrenos vagos pela população organizada em várias partes da cidade. Em 1987 a Zona Leste transformou-se em palco de grandes ocupações de terras, ampliando a luta por moradia na cidade de São Paulo. Devido ao grande número de ocupações nessa ocasião na Região, e a organização do Movimento dos Sem-Terra da Leste II, acreditamos que o mesmo tenha dado uma grande contribuição na construção do espaço urbano da cidade de São Paulo. É o que pretendemos mostrar a seguir.

Antes de prosseguirmos, tornam-se necessárias algumas considerações acerca da denominação e da delimitação do Leste II, por nós utilizadas nesse trabalho. Trata-se de uma divisão territorial criada pela Arquidiocese de São Paulo visando desenvolver de forma mais satisfatória os trabalhos pastorais naquela porção da metrópole. Essa divisão foi incorporada pelo Movimento dos Sem-Terra, razão pela qual a utilizamos. Vejamos a referência encontrada nos documentos da Igreja sobre essa territorialização: "Inicialmente, quando em 1966, foi lançada a feliz idéia de se dividir a Arquidiocese de São Paulo em várias Regiões, como aliás é o desejo do Concílio, a primeira Região a ser criada, foi a Região Episcopal Leste, que começava no bairro do Belém e estendia-se até os limites de Mogi das Cruzes. Vendo que era humanamente impossível atender a população sediada nesta vasta extensão territorial, o Sr. Cardeal de comum acordo com o Conselho Episcopal, consultou as bases e resolveu dividi-la em duas partes: Leste I que passou a chamar-se Região Belém e Leste II que é hoje Região de São Miguel. Constituem seus

limites: Norte, com a Diocese de Guarulhos; Sul, Região Belém; Leste, Diocese de Mogi das Cruzes e a Oeste, com parte do Belém e da Região Sant'Ana. A Igreja Episcopal é a de São Miguel Paulista. Foi escolhida justamente, por estar situada num bairro tipicamente operário, que é o que caracteriza mais perfeitamente esta imensa Região".¹⁰ Essa divisão foi feita por Dom Paulo Evaristo Arns em 1975, que também nomeou para bispo-auxiliar da Região, Dom Angélico Sândalo Bernardino.

A Região Episcopal Leste II, ao lado de mais oito Regiões (Belém, Ipiranga, Itapeverica da Serra, Lapa, Osasco, Santana, Santo Amaro e Sé), formavam o território da Arquidiocese de São Paulo até maio de 1989, quando esta foi dividida. EM 15 de maio de 1989, o Papa João Paulo II divulgou decretos dividindo a Arquidiocese de São Paulo, criando quatro dioceses (Osasco, Campo Limpo, Santo Amaro e São Miguel Paulista). Dessa forma, a Região Episcopal Leste II passou à Diocese de São Miguel Paulista, instalada em 28 de maio de 1989.¹¹

A divisão, ao que tudo indica, visou principalmente restringir a influência de Dom Paulo Evaristo Arns, retirando de sua administração parte do território da Arquidiocese. Assim, os limites das Dioceses permaneceram praticamente os mesmos das antigas Regiões Episcopais, e a Diocese de São Miguel Paulista manteve a mesma divisão da antiga Região Leste II, ou seja, os dez Setores Pastorais.¹² São eles: Setor São Miguel, Setor Cangaíba, Setor

¹⁰ Cf. Histórico da Arquidiocese de São Paulo, Padre José Albanex, Cúria Metropolitana de São Paulo.

¹¹ Celebração Eucarística da Instalação da Diocese de São Miguel Paulista, 28-05-1989.

¹² Ver: Mapas da Diocese e da Localização da Leste II no Município (Fig. 1) no final desta introdução.

Itaquera, Setor Itaim Paulista, Setor Vila Esperança, Setor Artur Alvim, Setor Ponte Rasa, Setor Ermelino Matarazzo, Setor Cidade Líder e Setor Guaianases. Cada Setor agrupa um determinado número de comunidades.

Esses esclarecimentos são necessários para a compreensão da estrutura organizacional do Movimento dos Sem-Terra da Leste II, já que o mesmo atua nos dez setores que formam a Diocese de São Miguel Paulista, conforme depoimento de uma personagem: "A organização começa nas comunidades, daí para os Setores e depois para a Região e a Leste II, é todo esse conjunto. Num primeiro momento, acontecem reuniões a cada quinze dias nas comunidades, com as famílias cadastradas, onde se discute política, problemas sociais e religião, mas esta última com cuidado, pois nem todas as famílias cadastradas são católicas. Então resumindo temos os coordenadores, que pode ser um, dois ou três, e as famílias nas comunidades se reunindo quinzenalmente. Depois, num segundo momento, acontecem reuniões mensais nos Setores, na última quarta-feira do mês, onde participam apenas os coordenadores de todas as comunidades que formam o Setor. O local escolhido é sempre uma comunidade de acesso mais fácil a todos. Finalmente, temos as reuniões na Região (São Miguel) nas três primeiras quartas-feiras do mês, onde estão presentes todos os coordenadores dos dez Setores e os cadastrados que quiserem participar. Nessa reunião existem dois momentos: primeiro a Executiva se reúne, ela é formada por um coordenador de cada setor; depois se reúnem todos os Setores, mas há predominância dos coordenadores, entretanto essa reunião é aberta para todas as famílias cadastradas que quiserem participar" (Azenathe Brazil dos Santos).

Segundo dados da Secretaria da Diocese, a distribuição das paróquias e comunidades nos setores é a seguinte:

SETORES	PARÓQUIAS	COMUNIDADES
Setor São Miguel	4	20
Setor Cangaíba	7	12
Setor Itaquera	4	26
Setor Itaim Paulista	7	38
Setor Vila Esperança	7	2
Setor Artur Alvim	7	12
Setor Ponte Rasa	6	13
Setor Ermelino Matarazzo	3	15
Setor Cidade Líder	4	17
Setor Guaianases	5	50

Deve ser ressaltado que nem todas as comunidades do Setores participam do Movimento dos Sem-Terra da Leste II, sendo que os motivos disso serão discutidos no capítulo II.

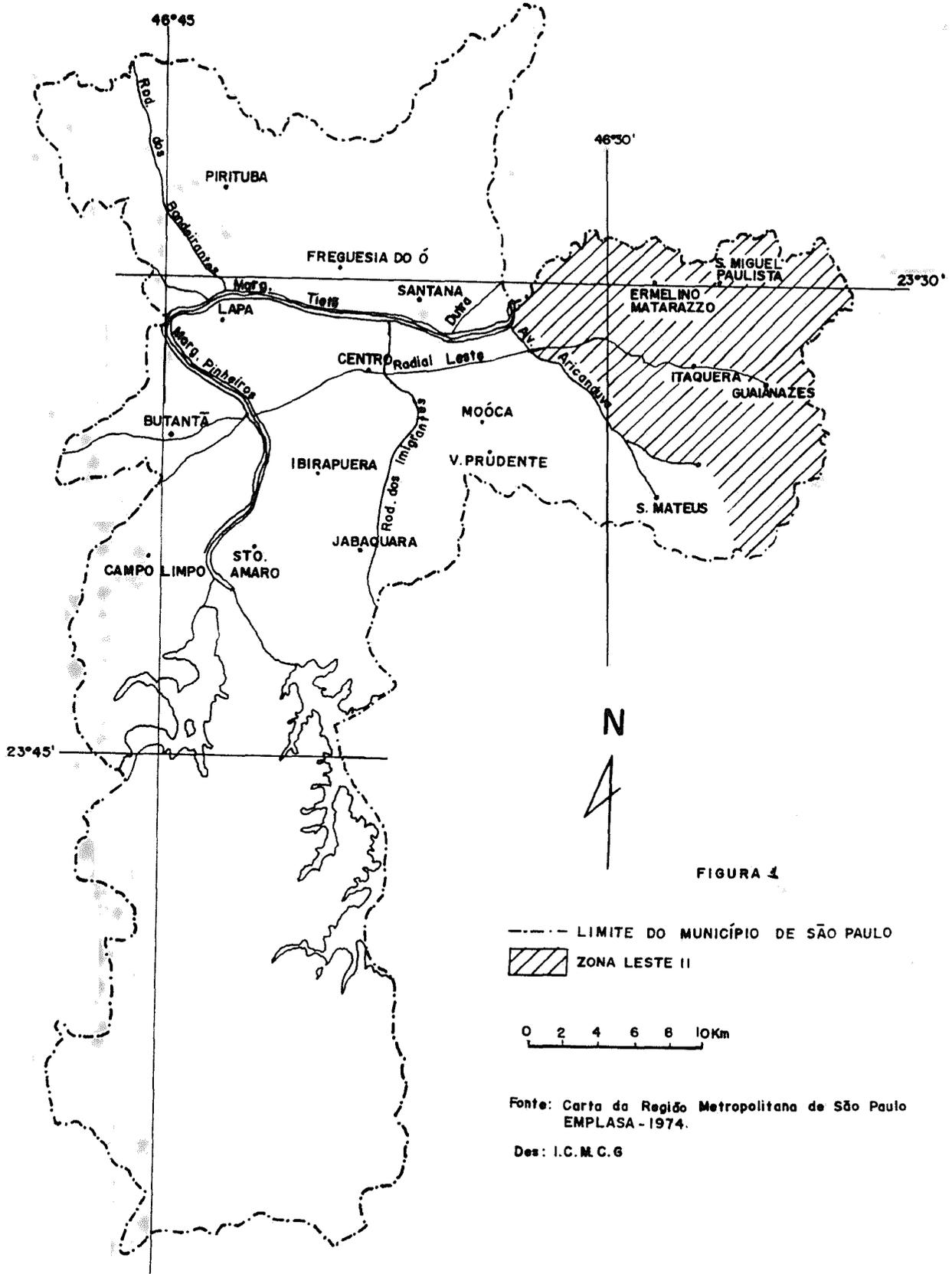


FIGURA 1

--- LIMITE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

▨ ZONA LESTE II

0 2 4 6 8 10Km

Fonte: Carta da Região Metropolitana de São Paulo
EMPLASA - 1974.

Des: I.C.M.C.G

I - HISTÓRICO DO MOVIMENTO NA ÓTICA DOS PARTICIPANTES

1. Primórdios

Embora o Movimento dos Sem-Terra da Leste II tenha sido iniciado em maio de 1984, seus antecedentes encontram-se principalmente no 1º Plano Bienal de Pastoral 1976–77 da Arquidiocese de São Paulo, sobretudo em três pastorais: Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, Pastoral da Periferia e Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

De forma bastante resumida, podemos afirmar que essas três pastorais voltam-se para a defesa e promoção dos direitos da população, sobretudo da população moradora da periferia pobre de São Paulo, submetida diariamente a inúmeras injustiças.

Devido a prioridade dada aos direitos humanos pela Arquidiocese de São Paulo, foram criadas Equipes Regionais de Direitos Humanos e Centros de Direitos Humanos em várias Regiões Episcopais.

É nesse contexto que em junho de 1978 instala-se em São Miguel Paulista um Centro de Defesa de Direitos Humanos que tinha entre seus principais objetivos divulgar e informar a situação dos direitos humanos na Região, dar orientação e assistência jurídica, principalmente para problemas coletivos, fortalecer lutas e mobilizações pelos direitos humanos.

Esse Centro de Defesa desenvolveu programação nas áreas de habitação, saúde, trabalho e menor, mas na medida em que as atividades se desenvolviam, foi ficando claro que o principal problema da Região era a terra, especialmente os loteamentos clandestinos.

Os conflitos de terra sempre existiram na Região. Na realidade, o problema vem desde o ano de 1580 quando a área foi doada ao Aldeamento dos Índios de São Miguel.¹³

Embora o problema dos loteamentos clandestinos fosse comum a grande parcela da população, não havia ainda organização por parte dos moradores, que tentavam resolver o problema individualmente.

Em 1970, por exemplo, houve pancadaria entre moradores da Vila Progresso e a polícia por ocasião de um despejo, porque havia aparecido um novo proprietário da área. O caso foi levado para a Assêmbliã Legislativa onde se formou uma Comissão Especial de Inquérito, que acabou não dando em nada e a população não ficou sabendo porque havia tantos loteamentos irregulares.

¹³ Ver: Bomtempi (1970) "O Bairro de São Miguel Paulista".

Dessa maneira, o Centro de Defesa de Direitos Humanos desempenhou importante papel, na medida em que contribuiu para que a população se organizasse em torno da luta pela legalização desses terrenos.

A partir de discussões e trocas de experiências ocorridas no Centro de Defesa, a população foi descobrindo a causa do grande número de terrenos irregulares existentes na Região. Depois de muitas idas e vindas a diversos órgãos públicos, assembleias com autoridades responsáveis pelo assunto, descobriram que a briga pela terra é entre a União, o Estado e particulares (imobiliárias, herdeiros de antigos donos, grandes proprietários) e que a organização dos moradores era fundamental para tentar solucionar o problema.

Com a mobilização em torno da regularização dos loteamentos clandestinos, começaram a se formar Comissões de Moradores em diversas vilas, que posteriormente, em 1981, deram origem ao Movimento de Defesa pelos Direitos dos Moradores da Região de São Miguel.¹⁴

Depois de muita reflexão na busca da solução para o problema da terra, a principal proposta do Movimento dos Moradores foi a luta pela legitimação de posse. Para isso, reuniram-se diversas vezes com representantes da União, do Estado e da Prefeitura. Nesses contatos, os moradores eram constantemente mal recebidos, normalmente recebiam promessas, mas a solução não vinha.

Após muita insistência, os moradores conseguiram levar as autoridades a São Miguel para que explicassem pessoalmente como pretendiam resolver a situação dos loteamentos irregulares.

¹⁴ Grita Povo nº 3, 1982 - Jornal da Região de São Miguel.

Houve um encontro na Igreja Matriz de São Miguel, no dia 8 de agosto de 1982, com representantes da União, do Estado e da Prefeitura, e cerca de mil pessoas que queriam ouvir o que estava sendo feito para acabar com o problema da grilagem e de loteamentos clandestinos que atingem a Região.¹⁵

Os representantes do governo se declararam dispostos a trabalhar pela solução do problema que já existia há muitos anos e pediram aos moradores que tivessem paciência.

Houve leitura do protocolo preliminar de convênio entre a Prefeitura, o Estado e a União que havia sido assinado recentemente, onde os três se comprometiam a providenciar a regularização da situação de ocupantes de terrenos situados na região da Grande São Paulo. No documento a Prefeitura se comprometia a fornecer recursos materiais e humanos para agilizar o desenvolvimento do trabalho.

No protocolo estava claro que a União Federal é a proprietária dos terrenos confiscados aos jesuítas e dos extintos aldeamentos de índios, dentre os quais o "extinto Aldeamento de Índios de São Miguel e Guarulhos".

Os moradores nessa ocasião quiseram saber: 1) qual o tipo de título que receberiam; 2) se a União e o Estado esperariam resolver a pendência da ação discriminatória entre a União e o Estado no Supremo Tribunal Federal; 3) como ficaria a situação das áreas já declaradas devolutas.

¹⁵ Idem.

Houve propostas dos moradores para que o título fosse de legitimação de posse e que os favelados também recebessem seus títulos; que as autoridades fizessem uma campanha através dos meios de comunicação, alertando a população para não comprar terrenos irregulares em São Miguel.¹⁶

Para dar prosseguimento a luta, os moradores discutiram em cada vila sobre os acontecimentos do encontro, depois nas reuniões semanais do Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores de São Miguel, realizadas no Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

No entanto, poucos dias depois da realização da Assembléia na Igreja Matriz de São Miguel, onde os representantes da União, do Estado e da Prefeitura prometeram trabalhar conjuntamente para resolver o problema de posse das terras, de grilagem e loteamentos clandestinos, cerca de cinco mil famílias moradoras no Jardim Planalto, Vila Central e Vila Reis, em São Miguel, foram surpreendidas com a notícia de uma ordem de despejo.

Diante disso, realiza-se um Ato Litúrgico no domingo, 26 de setembro de 1982, onde centenas de moradores de São Miguel vão mostrar solidariedade às cinco mil famílias ameaçadas de despejo. Compareceram ao Ato vários padres da Região, e o bispo Dom Angélico Sândalo Bernardino, que ressaltou a necessidade das famílias permanecerem unidas e organizadas para defender suas terras.

¹⁶ Grita Povo nº 3, Op. cit.

Foi lembrado durante o Ato que a luta pela terra não é isolada e existe em todo país. Destacaram as várias experiências concretas existentes na Região, como a do Monte Taó, no Itaim Paulista; do Jardim 1º de Outubro, em Guaianases, e muitas vilas e bairros que vão se conscientizando e enfrentando o problema acreditando na sua força.¹⁷

O povo vai percebendo que as providências por parte do governo só virão se as pessoas se mantiverem unidas e organizadas, pressionando para que se tomem medidas, que há muito tempo deveriam ter sido tomadas. E para isso, existe o Movimento de Defesa pelos Direitos dos Moradores de São Miguel.

2. A ocupação de Monte Taó

A ocupação de Monte Taó, em 1981, foi considerada um símbolo de conquista da terra através da organização do povo.

A história dessa ocupação começou no dia 30 de maio de 1981, quando uma família despejada de Ferraz chega a Rua Monte Taó, no Jardim Camargo Novo, em São Miguel, para construir seu barraco numa área da Prefeitura. "Barbudo", um morador da rua chamou a polícia e a Administração Regional para impedir a construção, alegando ser dono da área e não queria vizinhos favelados.¹⁸

¹⁷ Grita Povo nº 3, Op. cit.

¹⁸ O Povo se Organiza Caminhando - Região de São Miguel - Assembléia das Comunidades, 1981.

Um grupo de Rua, em frente ao local, avisou a Comunidade São Marcos e, à noite, o pessoal ajudou na construção de dois barracos.

No dia 12 de junho (1981), dizendo que tinha ordem do administrador da Regional para cuidar da área, "Barbudo" começou a cercá-la com arame. Uma comissão de oito moradores foi à Regional de São Miguel comunicar os motivos porque mais de vinte famílias queriam construir naquele local: impossibilidade de pagar o aluguel, de comprar terreno, fome, entre outros.

Pediram a liberação da área e proteção contra as ameaças do "Barbudo". Foram na 50ª Delegacia de Polícia, no Itaim Paulista, pedir segurança e, quando voltaram para casa, a cerca já estava quase pronta. Convocaram uma reunião com as famílias e decidiram: Vamos começar a erguer os barracos amanhã!

No dia seguinte, um morador cortou o arame e "Barbudo" além de ameaçá-lo com um revólver, chamou a polícia e foram todos para a delegacia.

Avisada a comunidade, enquanto alguns foram até a delegacia para ajudar, outros foram chegando no terreno e começaram a descarregar material de construção para construir os primeiros barracos. Durante todo o dia e a noite cerca de 20 famílias ocupantes, auxiliadas por várias pessoas das comunidades da Região, ergueram suas moradias.

A Comunidade do Camargo Novo, e demais comunidades do Setor Itaim preparou uma Celebração de Apoio no dia 14 de junho e Dom Angélico disse ao pessoal: "Vocês estão de parabéns! Esta é a primeira favela da Zona

Leste que já nasce com o terreno cercado". Na ocasião foram feitas coletas em dinheiro e material de construção. Gente de várias comunidades levou seu apoio e solidariedade.

Não tendo o apoio da Regional, uma comissão de 32 moradores foi pedir ao prefeito a liberação da área. O assessor do prefeito prometeu uma resposta dentro de 8 dias.

Passado aquele tempo, sessenta pessoas, junto com o pessoal do Movimento de Favelas de São Paulo, foram cobrar a resposta do prefeito. Mas ele não estava... E mais de quinhentas pessoas de toda a cidade voltaram sem nenhuma resposta.

No dia 2 de julho de 1981, três fiscais da Regional de São Miguel apareceram na área com ordem de despejo dentro de 24 horas... Mais de cem pessoas foram à Regional falar com o administrador. Entraram empunhando suas carteiras profissionais para provar que não eram vagabundos. Denunciaram plantão policial permanente na Rua Monte Taó, na casa do "Barbudo". O administrador autorizou a permanência provisória dos ocupantes na área, dizendo que no outro dia levaria uma resposta. Ele não apareceu, mas mandou um recado ao povo: "Daqui nove dias, às nove horas..."

Entretanto, no dia 7 de julho, a polícia foi até Monte Taó e prendeu sete mulheres, um homem e cinco crianças (uma de três meses) porque estavam limpando um pedaço de terra nas proximidades, que pertencia a um particular. Na delegacia as mulheres foram chamadas de "vagabundas", além de ficarem das 10 até as 18 horas sem comer.

Em 9 de julho o povo aguarda a resposta do administrador regional, quando por volta das 9 horas da manhã uma caravana de autoridades chega na área: o secretário das Administrações Regionais, o secretário da Família e Bem-Estar Social, o administrador regional de São Miguel e vários assessores. Eles afirmam que as famílias estão mal orientadas e até enganadas, pois a área esta destinada para praça pública. Os ocupantes afirmam que não vão sair da área.

São feitas várias tentativas nos dias seguintes para despejar os moradores. O administrador regional e vários policiais chegam com dois caminhões e tentam levar o material de construção que está no local, mas os moradores resistem e eles não conseguem levar nada.

Em outubro, cerca de sessenta famílias estão na área, quando a Prefeitura pede a reintegração de posse e apoio policial para retirar os ocupantes. A comunidade avisa imediatamente a Comissão de Justiça e o despejo é susado por 90 dias.

Depois de longa luta e muita resistência, as famílias acabaram permanecendo em Monte Taó, que se transformou num símbolo de conquista da Terra através da organização do povo.¹⁹ Conforme o depoimento de um personagem: "Eu também participei um pouco da ocupação do Monte Taó, mas não diretamente. 'Seu' Ângelo é quem esteve mais lá e teve uma briga grande com Dom Angélico. O grande erro que a esquerda cometeu, e acho que um erro grave, foi a questão da religião. O fato do cara ter uma formação materialista e não acreditar em Deus é um problema dele! mas ele não tem que impor isso como direito. Acho que todo cidadão deve viver acreditando naquilo que ele acha mais

¹⁹ O Povo se Organiza Caminhando, Op. cit.

justo. Se ele acredita em Deus é um direito que ele tem. Então naquela época a questão do Monte Taó teve uma briga muito grande do 'seu' Ângelo com Dom Angélico e padre Ticão que estava chegando na Região. Daí despeja, não despeja, briga pra lá e pra cá e não conseguiram fazer uma aliança maior pra poder enfrentar. Acabou ficando uma parte com 'seu' Ângelo mandando e outra com padre Ticão e Dom Angélico. Se tivesse uma visão mais completa... Mas a briga acabou se tornando muito grande. Não sei bem se Dom Angélico construiu uma igreja, ou se foi uma entidade. Só sei que ele registrou como o lugar onde se fazia a missa. Aí 'seu' Ângelo criou a briga. E se tinha problemas de um lado, o outro não ajudava e estavam no mesmo pedaço! Mas o povo acabou ficando lá e ninguém tirou"²⁰ (Elgito Boaventura).

3. Outras ocupações/conflitos

A partir da experiência de Monte Taó passam a ocorrer outras ocupações na Região, pois várias famílias não estavam mais conseguindo pagar o aluguel.

Entre os anos de 1981/82 novas ocupações aconteceram na Leste II, e entre as que adquiriram maior visibilidade, podemos citar: Vila Mara, Jardim Maia, Jardim São Paulo e 1º de Outubro. Dessas quatro ocupações, a melhor sucedida foi a do 1º de Outubro, onde mais de mil famílias conseguiram resistir a várias ameaças de despejo, com a ajuda dos advogados do Departamento Jurídico XI de Agosto. Foi uma ocupação liderada por membros do PC do B e os

²⁰ Ver depoimento completo no Anexo I.

grupos ligados a Igreja Católica se mantiveram praticamente afastados. O mesmo personagem já citado nos esclarece que: "Em 1981 eu estava no PC do B e teve uma grande ocupação, acho que uma das maiores que São Paulo já teve. Foi na Fazenda Itupu que pertencia ao IAPAS, fica lá na Zona Sul. As pessoas foram retiradas por um grande contingente de policiais, que usou helicópteros e todo aparato militar possível".

"Partindo disso, nós acertamos com alguns companheiros que faríamos uma ocupação na região Leste pra estar dando resposta ao governo que era o Maluf na época. Se daria certo era outra questão. O problema era desmoralizar o regime militar junto com a questão malufista de São Paulo, que era um governo muito irresponsável" (Elgito Boaventura).

"A organização dessa ocupação foi muito difícil, pois a repressão em 1981 ainda era grande. Vinha do processo das greves do ABC e outros cantos. Ocupamos a área e ficamos seis dias. É essa área aqui onde estamos. Foi no dia 1º de outubro de 1981, era um domingo. Pode procurar num arquivo que você vai achar. Deu um 'puta rebu'! Vai prá lá, vem pra cá, acusação do governo! Mas tenho tranqüilidade de afirmar que, aqui na cidade de São Paulo, foi a primeira ocupação que deu certo! Mesmo assim, veio um aparato policial e nos tirou" (Idem).

"O negócio foi bravo, vieram mais de três mil policiais para nos despejar. O negócio era feio mesmo, pra aguentar não era mole. Nós estávamos com umas setecentas famílias que ainda não tinham feito casa. Estavam marcando terreno, isso no dia 6 de outubro de 1981. E aquele 'puta' aparato policial do safado do Maluf!" (Elgito Boaventura).

"Quem organizou a ocupação era do PC do B. O PT tinha um pouco desse negócio de moradia, mas a gente está estudando um pouco para poder debater essas questões. Quem tinha influência no PT era a Igreja, que não tinha coragem de enfrentar. Inclusive Dom Angélico esteve aqui, mas não teve coragem de ficar até o fim. Tem vários aspectos que precisam ser discutidos. Hoje o movimento tem uma influência maior do PT, mas no início essa influência era do PC do B, sem sombra de dúvida" (Idem).

"Aqui nessa área (1º de Outubro e 2 de Setembro) moram quase três mil famílias, e oitenta por cento delas ganha de um a três salários mínimos, o resto ganha mais. Cada família construiu sua casa de acordo com as possibilidades de cada uma. O povo construiu sua casa! mas não tem nada legalizado ainda. Isso aqui é tudo ilegal! Mas nós estamos há dez anos aqui e não apareceu nenhum proprietário, ninguém reclamou. Só quatro propriedades foram procuradas e entraram com ação na justiça. Aí o Funaps comprou em 1983 as quatro. O resto tá aí ao Deus dará! Algumas famílias estão em área legalizada, por exemplo, todo esse quarteirão aqui é legalizado. Foi comprado pelo Funaps e nós pagamos pra ele, noventa por cento das famílias já terminaram de pagar. Eu mesmo já terminei. O restante da área ninguém reclamou e nós vamos entrar com usucapião na semana que vem. Água, luz e asfalto temos legalizado. Esgoto só temos em dez ruas. Uma certa infra-estrutura nós temos, né?" (Elgito Boaventura).

"Nós não chamamos isso aqui de Jardim Lourdes. Isso aqui é o 1º de Outubro! O Jardim Lourdes é aquele ali em baixo. Se você for procurar nos mapas aparece como Vila Lourdes, mas nós não consideramos isso! Malvinas também é Vila 1º de Outubro. Malvinas porque nós ocupamos no tempo da

Guerra das Malvinas! O pessoal carregando caminhão de coisas pra cá, a polícia veio para nos tirar e nós resistimos. Aí eles falaram que isso aqui parecia a Guerra das Malvinas. E o nome acabou pegando. Quando vinha algum 'nego' pra cá, os perueiros perguntavam: 'Você vai descer onde?' O cara respondia: 'Naquela ocupação!' Então os perueiros diziam logo: 'É nas Malvinas!' Mas o nome oficial é 1º de Outubro!" (Idem).

"Isso aqui era um centro de guerra! 'Vai sair ou não vai sair?' Se sair nós ocupa a estrada, põe fogo! Era um enfrentamento de guerra! Uma vez nós fomos para o Fórum João Mendes, ocupamos dois andares daqueles para pressionar. E aí um fato interessante, quero saldar aqui nessa conversa uma advogada, trotskista ferrenha e que apesar das brigas que tivemos, devo a ela isso aqui! Ela nos ajudou muito, é a Marília... Ela é do PT, deve estar numa tendência trotskista, se é que está viva ainda, porque a última vez que nos vimos já faz tanto tempo" (Elgito Boaventura).

"Naquela época eu me metia a estudar algumas questões jurídicas com ela, e estava até aprendendo algumas coisas. Depois brigamos. Mas acho que ela tinha certa razão. Sabe o que é esse negócio de você ser xiita? Acho que eu fui xiita já! Um PC do B xiita! Ela me dizia o seguinte: 'Você fica aí brigando, defendendo esse PC do B de merda, que não é de nada! Quem faz é o PT, eu sou militante petista! Por que você não manda a Helena Amazonas, filha do João Amazonas, vir defender o povo, aquela burguesinha de merda!' " (Idem).

"Eu fiquei bravo com ela e nem sabia que o João Amazonas tinha filha. Depois que ela disse isso, eu fui verificar e soube que ele tem uma filha (a Helena Amazonas) que é advogada, na mesma época da ocupação nossa! E que

nunca deu as caras aqui! Se não vem Marília nos ajudar aqui! Não foi nem Marília, foi o XI de Agosto. Nós fomos até lá e através dele veio Marília, Silva e outros, que inicialmente suspenderam a liminar de despejo por trinta dias e depois conseguiram cassar! Foi em dezembro de 1981. Isso nós devemos a esse povo!" (Elgito Boaventura).

A ocupação da Vila Mara ocorreu em agosto de 1981 e contou com o apoio das comunidades e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de São Miguel. A conquista foi parcial, pois parte das terras que as famílias ocuparam pertencia a proprietários particulares e elas foram despejadas. Apenas os ocupantes da área que pertencia a Prefeitura, conseguiram permanecer. As setenta famílias que ocupavam áreas particulares foram expulsas pela polícia e tiveram suas casas demolidas.

Durante a demolição das casas a situação tornou-se bastante tensa e as famílias reagiram atirando pedras nos policiais que precisaram pedir reforço para garantir a retirada dos ocupantes.

No Jardim São Paulo, as 500 famílias ocupantes permaneceram na área cerca de um mês, sendo depois despejadas com violência pela polícia. As famílias ocuparam a área em agosto e construíram casas de blocos. Entretanto, no dia 28 de setembro de 1982, trezentos policiais, cavalos e cães amestrados chegaram ao Jardim São Paulo, em Guaianases, e expulsam as famílias. Alguns moradores foram espancados e a polícia incendiou uma casa onde havia uma criança dentro, que acabou sendo internada no Hospital do bairro, em estado grave.

No Jardim Maia, a ocupação ocorreu em julho de 1981 e inicialmente foi espontânea, contando depois com o apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de São Miguel. Houve várias tentativas para retirar as famílias, mas os ocupantes recorreram ao bispo, que junto com alguns padres da Região, impediram várias tentativas de demolição das casas.

Mas foi principalmente a partir de 1983 que a luta pela terra se intensificou. Nesse ano, a ação das comunidades da Região teve como prioridade a Terra e a Comunidade. Intensificou-se o trabalho em torno de uma maior organização das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, pois era necessário que as bases assumissem o compromisso de discutir e encontrar meios de garantir terra para todos.²¹

4. O Encontro Regional da Terra

Em julho de 1983 realizou-se na Igreja Matriz de São Miguel um Encontro Regional da Terra, onde participaram favelados, moradores de aluguel, posseiros, moradores em loteamento clandestinos e outros interessados na luta da moradia.

Nesse encontro foram discutidos os principais problemas encontrados na Região, bem como propostas para solucioná-los. Foram eles:

- 1) **Loteamento Clandestinos:** existência de grande número de moradores em loteamentos irregulares, cuja principal reivindicação foi a legitimação de posse e,

²¹ Grita Povo nº 8, 1983 - Jornal da Região de São Miguel.

para alcançar tal objetivo, foi proposto maior união e organização das vilas;

2) **Favelas**: além do grande número de favelas, as precárias condições de vida dos favelados, pois seus barracos não oferecem nenhuma segurança, eles não têm água, luz e esgoto. Houve proposta de união das favelas, legalização da terra, mutirões e plano de moradia. Sentiu-se também a necessidade de encontrar uma forma de trabalho que ajudasse os favelados a reconhecer sua força;

3) **COHABs**: os inscritos nas COHABs mostraram interesse por um projeto comunitário de construção de casas, devido as altas mensalidades e dificuldades burocráticas para quem deseja comprar casa por esse sistema;

4) **Aluguéis**: os moradores de aluguel quiseram conhecer de perto a Cooperativa de Vila Nova Cachoeirinha, na Zona Norte, para tentar desenvolver uma experiência semelhante na Região;

5) **Zona Rural**: os posseiros que vivem na zona rural no Bairro dos Pimentas sofrem violentas ameaças por parte dos grileiros que desejam tomar suas terras. Eles pretendem continuar resistindo, sem deixar as terras que ocupam e, para isso, precisam de apoio das comunidades.²²

Depois desse encontro formou-se uma comissão para lutar junto ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos sobre a questão da terra, pois era necessário maior organização e união. A proposta era que um número maior de pessoas assumisse a luta pela terra e que as comunidades se envolvessem realmente com a questão.

Na tentativa de envolver um maior número de pessoas na luta para que todos tivessem terra, incentivou-se a formação de **Grupos de Rua**, pois eles criam um espaço de encontro e comunicação, na medida em que tiram as pessoas do anonimato das grandes cidades.

²² Grita Povo nº 12, 1983 - Jornal da Região de São Miguel.

Esses grupos eram uma maneira de incentivar a participação das pessoas nos problemas do bairro. Cada rua deveria ter um grupo para refletir a partir da Bíblia os problemas diários enfrentados pela população. Era nesses grupos que as pessoas se preparavam para participar das lutas populares por melhores condições de vida.

A população, lentamente, vai percebendo que só a participação permite a organização necessária na luta por seus direitos fundamentais. E o papel da Igreja em São Miguel foi sem dúvida muito importante para que a população adquirisse tal percepção.

5. O papel de Dom Angélico

Deve ser ressaltado o importante papel de Dom Angélico Sândalo Bernardino, que era bispo da Região na época, para que a luta avançasse, pois como autoridade máxima da igreja local, poderia impedir ou permitir o desenvolvimento do trabalho pastoral em torno da questão da terra.

Além de ter estado constantemente ao lado da população, apoiando e incentivando suas lutas, abriu os salões das igrejas para a realização das reuniões onde eram discutidas os principais problemas que afligiam os moradores. E esses espaços são fundamentais para reunir a população e organizá-la na luta pela reivindicação de seus direitos fundamentais. Conforme o depoimento de um dos personagens: "A chegada de Dom Angélico aqui é um marco divisor! Tem até um jornalista que coloca que o mimeógrafo chegou aqui

na Zona Leste com maior influência. Podia até existir, mas a comunicação escrita chegou aqui de maneira mais sistemática com Dom Angélico entre os anos 1974/75. E foi quando começou todo um processo de lutas. Nesse período aconteceu o Movimento Contra a Carestia, era um movimento contra o custo de vida que depois começou a se chamar Contra a Carestia. Foi um movimento a nível nacional e a Igreja ajudou muito, mas acabou caindo em mãos do PC do B e aí houve um grande conflito. Esse movimento foi outro divisor em relação a ampliação de lutas" (Pe. Antonio Luís Marchioni).

"Eu cheguei aqui em fins de 1977, e à partir desses anos era difícil um domingo que não tivesse uma assembléia aqui na região. Era uma loucura! Eu lembro um domingo em que Dom Angélico passou em três assembléias: uma do Lixão e duas da Saúde. Havia uma explosão de reivindicações! Os anos 70 e 80 aqui na Zona Leste foram anos em que tivemos uma conquista resultante de todo um processo que ocorreu muito a partir das comunidades" (Idem).

"A questão do espaço físico é fundamental para a população se organizar. E aqui nessa Região a cada semana se inaugura um Centro Comunitário. Você imagina toda semana inaugurando um local onde a população pudesse se encontrar? O Centro Comunitário que falo é o espaço da Igreja mesmo. Foi um período que inaugurava-se quase um por semana. A população se reunia em mutirão, com a colaboração de festas levantava o Centro Comunitário e ali ocorriam as reuniões" (Pe. Antonio Luís Marchioni).

"Nesse período o movimento popular fervilhou! Tinha o Lixão do Itaim Paulista e o do Pedro Nunes. Saúde então nem se fale! Explodiam assembléias por todos os lados! Tanto que aquele Hospital que você está vendo

ali, aquele prédio lá, foi fruto de muita luta. Teve também muitos Centros e Postos de Saúde aqui na Região" (Idem).

Em 1983 Dom Angélico incentivou a criação do **CEMI - Centro de Comunicação Popular de São Miguel**, que tinha entre os principais objetivos possibilitar que as comunidades produzissem sua comunicação, já que a população pobre não tem acesso aos meios de comunicação de massa, e a única saída é inventar seus próprios meios.²³

O **CEMI** publicava o jornal *Grita Povo*, que realmente garantia espaço para a divulgação de todas as lutas populares que ocorriam na Região e produzia um amplo material de educação popular que servia de subsídio para as discussões que aconteciam nas comunidades.

Na luta desenvolvida pelo Movimento de Defesa dos Moradores em torno do problema dos loteamentos clandestinos foi necessário um grande trabalho de informação sobre a questão, e, para isso, o **CEMI** produziu o caderno *Você Entraria Nessa?*, cujo conteúdo visava alertar a população sobre o problema e mostrar a importância da organização para encontrar a solução.

Da percepção da noção de direitos, adquirida principalmente a partir do trabalho da Igreja, as lutas vão se ampliando na Leste II, como demonstra a matéria do Jornal *Grita Povo*: "Lutas Populares: Certeza na Frente e a História na mão. A Região de São Miguel no dia-a-dia vai escrevendo as páginas de sua história através das lutas populares. A partir de suas necessidades imediatas como creche, saúde, moradia, educação, transporte, vai se organizando,

²³ *Grita Povo* nº 10, maio, 1983 - Jornal da Região de São Miguel.

participando das decisões. O povo começa a exercer uma participação efetiva em busca de suas reivindicações e direitos. A situação começa a mudar. O povo hoje sabe o que quer e onde pretende chegar".²⁴

6. Os problemas comuns

As comunidades de São Miguel descobriram que o melhor remédio para os inúmeros problemas por eles enfrentados é a união e a organização. No Burgo Paulista os moradores falam da importância das Comissões de Moradores: "A partir das Comissões descobrimos a importância da conscientização e união do povo para lutar por saúde e outras necessidades".²⁵

No Jardim Nordeste os problemas são semelhantes: as comissões continuam em atividade e estão se reunindo para organizar uma caravana para falar com o novo secretário de saúde e encaminhar as reivindicações já apresentadas ao governo anterior. Além disso, continuam a elaborar o Estatuto para os Conselhos de Saúde, já que interessa que o mesmo seja feito pelo povo, pois o Estatuto feito pelo governo só favorece a ele.²⁶

Em março de 1983, realizou-se em Itaquera o 1º Encontro dos Movimentos e Conselhos de Saúde da Zona Leste, que discutiu principalmente a política de saúde desenvolvida pelo governo, que não tem levado a sério as necessidades da população. Encaminharam proposta para construção de

²⁴ Grita Povo nº 10, Op. cit.

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem.

hospitais públicos, pronto-socorros e ambulatórios. Houve também propostas de lutar pela extinção dos convênios particulares de saúde, e ampliar a luta por saúde pública de boa qualidade e igual para todos.²⁷

Quanto ao Movimento de Creches da Zona Leste, um dos objetivos principais é o fortalecimento das comissões, a formação de Conselhos independentes, bem como a unificação da luta na Região. Embora tenha havido a conquista de 18 creches, esse número é insignificante para a demanda existente.²⁸

Em relação às enchentes, os moradores estão se mobilizando para exigir que as autoridades tomem medidas sérias, capazes de resolver definitivamente o problema. Todos os anos é a mesma coisa, elas vêm e inundam tudo, trazendo doenças e desabrigando famílias. Os moradores querem a limpeza dos córregos e bueiros, bem como a desratização e dedetização. Um morador do Jardim São Vicente, que vê todos os anos a enchente invadir sua casa, afirma: "As pessoas estão se conscientizando de que os poderosos não estão interessados em resolver os nossos problemas e é a gente mesmo que tem que lutar pelos nossos direitos".²⁹

O transporte é um dos graves problemas da região, e todos os dias os moradores perdem cerca de quatro horas para chegar ou voltar do trabalho. As empresas de ônibus não se preocupam com as reivindicações e protestos dos

²⁷ Grita Povo nº 10, Op. cit.

²⁸ Idem.

²⁹ Ibidem.

moradores, mas em diversos pontos da região a população já está se organizando e formando comissões para reivindicar melhorias nos transportes.³⁰

Quanto a questão da terra, na Região de São Miguel, aproximadamente 20.000 famílias vivem constantemente com medo, devido a luta que travam já há vários anos pela posse de suas terras e o direito à moradia. Os principais problemas desses moradores são grilagens, loteamentos clandestinos e ocupações. Em 25 áreas da região os moradores vivem a ameaça constante de despejo. A grande maioria deles adquiriu seus terrenos com muita dificuldade, e no final não conseguiram obter a escritura, principalmente devido a ação de grileiros, que agem ativamente na Região.³¹

Por outro lado, as ocupações vão se sucedendo, pois diante da fome e da miséria, o pagamento do aluguel torna-se impossível, e a única solução encontrada por um crescente número de famílias foi a ocupação de terras que estavam vazias para construir seus barracos.

7. A oficialização do Movimento

É nesse contexto que em maio de 1984 instituiu-se, a partir da Equipe Regional de Direitos Humanos, contando com o apoio do bispo da Região (Dom Angélico), o Movimento dos Sem-Terra da Leste II.

³⁰ Grita Povo nº 10, Op. cit.

³¹ Grita Povo nº 10, Op. cit.

De acordo com o depoimento de um personagem: "O Movimento da Terra aqui começou com o nome de Filhos da Terra, porque naquela época existia um movimento que tinha ocupado uma área da Santa Casa, lá na Zona Norte, com esse nome, e nós, inspirados nisso, chamamos o nosso de Filhos da Terra. Continuou com esse nome até 1985 quando, pra não confundir, nós mudamos para Movimento dos Sem-Terra, que é uma coisa mais abrangente, pois o Movimento já havia crescido bastante" (Valfredo Ferreira).

Segundo o depoimento de outro personagem: "A primeira reunião da Equipe regional de Direitos Humanos foi no dia 4 de maio de 1984, quando sentamos para discutir a criação do Movimento. E no dia 8, já tivemos a primeira reunião, por isso o movimento aniversaria nessa data. Foi no dia 8 de maio de 1984, que iniciamos aqui na Região, a partir da Equipe Regional de Direitos Humanos. Essa equipa era ligada à Igreja e o coordenador era o padre Nildo, que morreu"³² (Edivaldo Neres Dias).

"Eu fazia parte de uma comunidade, a Silva Teles, no Itaim Paulista. E quem coordenava o Setor Itaim era o padre Nildo, que morava lá mesmo. Ele também coordenava a Equipe de Direitos Humanos. Por isso, hoje eu digo que fui o primeiro coordenador do Movimento, porque ali começaram os primeiros grupos!" (Idem).

"Começamos a reunir as primeiras famílias (o padre Nildo começou com a gente), discutimos o assunto e depois passamos a cadastrar o pessoal. Eu também fui um dos cadastrados, pois pagava aluguel. Começou ali e se espalhou

³² Ver depoimento completo no Anexo I.

para os outros setores. Primeiro foi o Itaim, depois Ermelino Matarazzo, Itaquera e hoje existe nos dez setores da Leste II" (Edivaldo Neres Dias).

"Durante os primeiros meses foi muito difícil conscientizar o pessoal, pois, naquele tempo, havia um pavor terrível de iniciar qualquer luta pela reivindicação dos direitos. Essa coisa de falar com prefeito, ou qualquer autoridade parecia 'bicho de sete cabeças'! Mas, fomos bem sucedidos e entre maio e dezembro, já tínhamos 6.000 famílias cadastradas!" (Idem).

8. O período Montoro-Covas

Segundo relato de um personagem: "Quando realizamos a primeira assembléia do Movimento, aqui em São Miguel, na época de Dom Angélico, já compareceram o prefeito Mário Covas, e a Marta Godinho, que era secretária da Família e Bem Estar-Social. Foi no dia 11 de novembro de 1984 e, como já estávamos discutindo algumas reivindicações, nessa assembléia obtivemos as primeiras vitórias do Movimento. Conseguimos 377 unidades, no Jardim Gianeti, Curuçá I e Jardim Célia, que foram construídos por autoconstrução. A Prefeitura financiou a terra e o material e as famílias construíram individualmente" (Edivaldo Neres Dias).

"Nós tínhamos, na época, um levantamento de todas as áreas livres da Região, e sempre quem comprou terras, até 1985, foi só a Prefeitura; o Estado não comprou nem um lote para nós! Indicávamos as áreas, a Secretaria do Bem-Estar Social vistoriava e, se fosse possível, comprava. Foi assim que

conseguimos as primeiras conquistas. O Funaps – Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Sub-Normal, comprava o terreno e pagava à vista" (Valfredo Ferreira).

"O Estado não comprou nenhum terreno. Ele fez uma negociação com as áreas que foram entregues em 1989. Nós jogamos peso no Estado em 1986, com o Montoro, e foi quando concretizamos alguma coisa. São os terrenos em Águia de Haia, 1.200 famílias; A. E. Carvalho, 740 famílias e mais 2.650 famílias no Jardim Mabel, Encosta Norte e Fazenda Itaim. Essas foram as áreas que o Estado começou a negociação, que foi desapropriado, inclusive. Parece que, na época, havia um acordo amigável para que o Estado pagasse o Águia de Haia e A. E. Carvalho, pois o Águia de Haia era particular e o A. E. Carvalho acho que era do IPESP. Só que Montoro acabou saindo sem concretizar esse acordo e acho que acabou indo para desapropriação mesmo" (Idem).

Essas áreas mencionadas foram indicadas pelo Movimento e o governador Franco Montoro, presente a uma grande assembléia, em 20 de abril de 1986, na Igreja Matriz de São Miguel Paulista, destinou-as para o Movimento. Mandou cadastrar 4.500 famílias, que passaram a ser chamadas "grupo dos 4.500", pois conforme iam saindo áreas, formavam-se grupos. As famílias foram cadastradas e ficaram aguardando.

De acordo com o relato de um personagem: "Nós tínhamos até uma tabelinha, as famílias pagariam mais ou menos dentro dos mesmos critérios. Aquelas que tinham renda mínima familiar até 5 salários mínimos poderiam pagar a casa e o terreno em sete anos, se fosse construído em mutirão, né? Esse foi um projeto que nós tínhamos discutido com o governo do Estado na época... Com o

Carlos Seixas, que era secretário de Habitação, estava tudo discutido, seria em mutirão e iríamos construir 1.940 casas. Em Águia de Haia seriam construídas 1.200 unidades e mais 740 em A. E. Carvalho, atendendo 1.940 famílias. A data para iniciarmos estava marcada para junho de 1986, mas, infelizmente, eles tiveram problemas e o projeto foi inviabilizado! Aí vieram as eleições, o Quércio ganhou para governador e o projeto foi por água abaixo, porque mudou a forma de pagamento proposta inicialmente que era viável para o Movimento, pois seria tudo construído em mutirão" (Valfredo Ferreira).

"Com a saída do Montoro, do secretário de Habitação e de todo o corpo técnico, o terreno, que já estava com terraplanagem, pronto para o início do mutirão, foi abandonado e o Quércio mudou tudo" (Idem).

"Inclusive, o secretário de Habitação do Montoro deixou um termo de compromisso assinado com o Movimento, de que aquilo seria realizado, independente de quem estivesse no governo. Só que, infelizmente, não aconteceu isso, pois o próximo governo do PMDB que entrou, não respeitou o acordo" (Valfredo Ferreira).

Nas palavras de um dos personagens: "As portas estavam fechadas e nós conseguimos abrir através de manifestações, pressão... Foi muito difícil isso, tanto com o Estado, quanto com a Prefeitura, né? Apesar da gente ter conquistado com o Mário Covas, no início, algumas unidades, depois, naquele mesmo ano, nós ainda conquistamos mais 637 unidades. Isso você vê, nós conquistamos primeiro, em 1984, as 377... Assinamos o contrato no dia 27 de fevereiro de 1985. Depois a coisa parou, porque o dinheiro vinha do Funaps, através da Secretaria da Família e Bem-Estar Social, e a secretária, que era a

Marta Terezinha Godinho, dizia que não tinha mais recursos para atender ninguém. Foi uma luta 'ferrada'! Mas nós conseguimos, no finalzinho do governo, conquistar mais esses 637 lotes, lá no Parque Santa Rita, Curuçá II e Padre Nildo, onde atualmente o povo está morando. Só que, para conseguirmos isso... Quando ele fechou porque não ia mais atender pelo Funaps, nós ocupamos a Regional de São Miguel com três mil famílias. Enquanto as famílias ocuparam aqui, ficou um grupo lá na Casa do Ator. Foi uma conquista grande, mas com muita luta!" (Edivaldo Neres Dias).

A luta com o governo estadual não foi menos complicada, e a garantia dos 4.500 lotes prometidos pelo governador Montoro, em abril de 1986, exigiu muita mobilização por parte dos Sem-Terra.

Em 28 de julho de 1986 fizeram uma grande caravana ao Palácio Bandeirantes para cobrar maior urgência dos lotes prometidos.³³

Depois disso houve várias reuniões com técnicos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado, fizeram também dezenas de abaixo-assinados, e cartas que foram enviadas ao governo do Estado.

Finalmente, cansados de tanto esperar uma solução, cerca de mil participantes dos Sem-Terra, no dia 13 de outubro de 1986, ocuparam o prédio da Secretaria Estadual de Habitação, na rua Peixoto Gomide.³⁴

³³ Cf. Folha de S. Paulo - 29/07/86.

³⁴ Cf. Folha de S. Paulo - 14/10/86.

Os governos municipal e estadual (Covas e Montoro), empossados em março de 1983, pelo PMDB, tinham a habitação como uma das prioridades principais, e as diretrizes básicas do partido eram a descentralização e o apoio a participação popular nas decisões, e isso gerou grande expectativa para os movimentos de moradia.

Segundo avaliação dos técnicos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e da Secretaria Estadual da Habitação, a atuação do governo Montoro, no setor de moradia popular, foi bastante positiva, por ter sido baseada principalmente na descentralização e participação. Segundo eles: "A adoção de mecanismos que aumentaram a responsabilidade, a capacidade e a eficácia do poder público municipal nas decisões sobre políticas que devem levar em conta a diversidade político-territorial da população – como certamente é o caso das referentes à moradia – foi uma das iniciativas mais inovadoras da política habitacional do governador Montoro".³⁵

Embora movimentos organizados tenham apresentado propostas para desenvolver projetos de moradia popular, a atuação do governo Montoro parece ter sido muito mais intencional do que real para o setor.

Deve ser lembrado o fato de que nessa época o país enfrentava grandes dificuldades econômicas, o que dificultava o desenvolvimento das responsabilidades assumidas pelo governo estadual.

³⁵ Documento "Política Pública de Habitação Popular no Estado de São Paulo 1983/86". SEH/CDH, p. 199.

O Brasil havia recorrido ao Fundo Monetário Internacional no final de novembro de 1982 e, no início de 1983, sentiram-se os primeiros impactos da política econômica recessiva imposta ao país pelo Fundo. Entre janeiro e fevereiro as indústrias paulistas, já abaladas pela recessão dos dois anos anteriores, aumentaram as demissões, elevando o número de desempregados.

No dia 4 de abril de 1983, vinte dias após tomar posse, o governador Montoro enfrentou manifestações de desempregados que resultaram em depredações e saques no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro, zona sul da capital, fato que se repetiu no dia seguinte em diversos bairros de São Paulo.

Embora as dificuldades enfrentadas pelo governo estadual não tenham sido pequenas, parece que pouco se fez em relação a tão alardeada política de participação popular, principalmente na questão habitacional. Tudo indica que a experiência dos movimentos organizados poderia ter sido aproveitada para o desenvolvimento de projetos de mutirão, ajudando assim, na política habitacional do governo.

Os projetos em mutirão foram desenvolvidos no interior, só chegando à grande São Paulo no final da gestão Montoro, quando praticamente não dava mais tempo para serem desenvolvidos. E um bom exemplo disso foi o projeto das casas que o **Movimento** deveria ter construído nas áreas de Águia de Haia e A. E. Carvalho, em 1986. Depois de tudo discutido, pronto para ser iniciado, a Secretaria Estadual da Habitação "teve problemas" e o projeto foi inviabilizado.

Quanto ao governo municipal, a Secretaria da Família e Bem-Estar Social implementou, através do Funaps, uma linha de financiamento para a população de até três salários-mínimos, e as famílias construíram as casas.

Ao que tudo indica, a proposta de uma gestão mais democrática não chegou a se concretizar, pois o poder de decisão da população foi pouco significativo. Entretanto, a forma de lidar com a população organizada pode ser considerada satisfatória, já que houve possibilidade dos movimentos dialogarem com o governo, reforçando assim a tendência dos grupos populares se dirigirem diretamente às autoridades, tentando influenciar nas decisões de seu interesse. Além disso, quando visando pressionar as autoridades alguns órgãos públicos foram ocupados, não se registrou violência e a população conseguiu dialogar, expondo assim suas propostas para resolver os problemas.

9. O Período Quércia-Jânio

Quando Orestes Quércia assumiu o governo do Estado em 1987, o Movimento pretendeu dar continuidade a negociação dos 4.500 lotes iniciada na gestão Montoro, pois havia a promessa de que no próximo governo do PMDB o projeto se realizaria. Mas as coisas acabaram não acontecendo conforme o estabelecido com o governo anterior. Segundo o depoimento de uma personagem: "De repente o governo do mesmo partido deixou um compromisso de 4.500 lotes para nós, e o novo governo que assumiu não respeitou isso. Foi

uma 'rasteira' muito grande no Movimento! Acho que foi uma forma de desmobilizar a gente, né? De fazer com que as famílias não acreditassem mais no Movimento!"³⁶ (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

Um outro personagem relata: "A primeira coisa que ele fez foi acabar com o projeto de mutirão e colocar empreiteiras! Acabou também com aquela forma de pagamento que o Montoro havia combinado com o Movimento e jogou diretamente para o Sistema Financeiro de Habitação" (Valfredo Ferreira).

No início do mês de abril de 1987 houve uma mudança de orientação em relação a política de habitação popular na Secretaria Estadual de Habitação. O novo governador decidiu acabar as experiências de mutirão, que envolviam a população organizada, optando pela construção através de empreiteiras, e os projetos que vinham sendo discutidos entre os movimentos organizados e os técnicos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional foram abandonados.

Dessa forma, o projeto das 1.940 casas que deveriam ser construídas em mutirão pelo Movimento foi definitivamente inviabilizado. Esse projeto, que previa casas térreas, sobrados e casas de três níveis, foi transformado em casas de 33 m² construídas por empreiteira, sem a menor participação da população.

Mas o ano de 1987 trouxe também outras novidades e, a partir do final de fevereiro, a região Leste transformou-se em palco de grandes ocupações de terras.

³⁶ Ver depoimento completo no Anexo I.

Conforme o relato de um personagem: "No carnaval de 1987 surge a primeira ocupação na região, com um grupo de cento e poucas famílias, lideradas pelo pessoal do PC do B. Eles iniciaram as ocupações e era um momento bastante estratégico! Foi após a falência do Plano Cruzado, do descongelamento dos aluguéis, né? Tudo isso aconteceu em fevereiro de 1987... Logo após as eleições, quando o PMDB já tinha usado o Plano Cruzado para eleger a maioria dos deputados para a Constituinte. Tinha eleito também a maioria dos governantes e senadores" (Valfredo Ferreira).

"Inicialmente as ocupações pareciam tímidas... Um grupo pequeno que foi crescendo desde o final de fevereiro, e em março estava maior ainda! E esses 637 lotes que nós havíamos conquistado ocupando a Regional em 1985 estavam correndo o risco de serem ocupados e nós estávamos nos organizando para defendê-los. Não tínhamos entrado nas ocupações porque era uma coisa do PC do B e não havíamos discutido. Mas aí, devido a organização do nosso Movimento, ele estava ramificado em toda a Região, as próprias famílias cadastradas começaram espontaneamente a ocupar e a coordenação do Movimento foi obrigada a se infiltrar. Aí em meados de março nós entramos de cabeça!" (Idem).

De acordo com o depoimento de outra personagem: "De repente, a coordenação sentiu que a nossa luta tinha acabado, que o Movimento tinha acabado e que 1984, 1985 e 1986 ia ficar só na lembrança. Nós até colocamos a necessidade de escrever um livro das nossas vitórias, para ter registrado o que houve, pois o Movimento parecia ter acabado. Agora é só ocupação, não precisa mais fazer caravanas, nem assembléias! Teve mais de 237 áreas ocupadas!

Alguém tinha que organizar... Foi aí que o Movimento entrou na organização e passou a disputar a liderança das ocupações com o PC do B e com o próprio PT" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

A Intensificação do Movimento a Partir de Março

A partir do final de março de 1987, vai se delineando com mais clareza a hegemonia do Movimento sobre as grandes ocupações de terra da Leste II. Segundo o depoimento de uma personagem: "As famílias ocupantes sentiram que tinham que procurar o Movimento para receber apoio e começaram a participar das reuniões a partir de março. Aí, o Movimento começou a dar direção através dos coordenadores. As famílias aceitavam o Movimento, mas havia um certo choque porque elas não estavam acostumadas a nossa caminhada. Mas, a maioria aceitou bem e muitas áreas vinham buscar nosso apoio para ajudar na organização. E foi aí que o Movimento tomou conta das ocupações" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

A experiência adquirida pelo Movimento que atuava na Região desde maio de 1984 facilitou o trabalho de coordenação das grandes ocupações. E, embora as ocupações tenham sido iniciadas por militantes do PC do B, o Movimento acabou se transformando no principal organizador.

Um levantamento realizado pela Arquidiocese de São Paulo e divulgado em 4 de abril de 1987, estimava que mais de cem mil pessoas, cerca de trinta mil famílias, moravam em áreas ocupadas na Região Leste, e no município vizinho de Itaquaquecetuba.

A distribuição das famílias e das áreas era a seguinte:³⁷

LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE ÁREAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Guaianases	13	8.809
São Miguel Paulista	120	8.092
Ermelino Matarazzo	20	7.536
Ponte Rasa	6	789
Itaquera	9	328
Artur Alvim	6	616
Cangaíba	1	200
Município de Itaquaquecetuba	6	2.200

³⁷ Cf. Folha de S. Paulo - 16/04/87.

A maioria dessas áreas passou a ser coordenada pelo Movimento dos Sem-Terra, respaldado pela Igreja Católica, enquanto as demais foram coordenadas pelo PC do B.

O Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel (CEMI) ligado à Igreja, mantinha um plantão de advogados para assessorar juridicamente os ocupantes, principalmente, quando a polícia chegava, verificando a legitimidade das liminares junto aos oficiais de justiça.

Além de atuar no momento do despejo, os advogados do Movimento contestavam judicialmente as liminares consideradas irregulares, por exemplo, quando a área pertencia a mais de um proprietário.

A luta mais significativa em torno das ocupações travou-se entre o Movimento e o governo estadual, tanto que a primeira manifestação popular enfrentada pelo novo governador (Orestes Quércia), foi uma grande caravana dos Sem-Terra da Leste II, realizada em 23 de março de 1987.

O principal objetivo da caravana foi a busca de uma solução para as grandes ocupações iniciadas em 28 de fevereiro (1987), pois o problema da moradia na Região Leste, vinha se agravando diariamente. Além das 4.500 famílias já cadastradas pelo governo estadual, desde a gestão anterior, existia agora o problema de inúmeras famílias das áreas ocupadas, mais um grupo de 7.971, aguardando pela compra de terras a custo subsidiado.³⁸

³⁸ Cf. Folha de S. Paulo - 24/03/87.

Segundo o relato de um personagem: "No final de março, nós fizemos uma caravana até ao Palácio dos Bandeirantes para falar com o Quércia, e levamos umas cinco mil famílias. Ele assumiu com o Movimento que cadastrássemos as famílias ocupantes para tentar organizar. Aí voltamos, e como ele havia autorizado, nós cadastramos quarenta e duas mil famílias!"³⁹ (Dalcides Batista da Silva Neto).

"Marcamos então uma assembléia aqui na Praça de São Miguel para o dia 5 de abril, um domingo, e vieram vinte mil famílias! Fizemos outra, no domingo seguinte, dia 12, e vieram mais de vinte mil famílias, e o Adriano Murgel Branco, secretário da Habitação na época, prometeu construir vinte mil casas aqui na Região, durante os quatro anos de governo Quércia! Então, todas as famílias ficaram naquela ilusão... Mas o governador, na realidade, enganou todo mundo! O pessoal foi todo cadastrado e saiu das áreas... Eu me lembro muito bem, foram ocupadas 238 áreas aqui na Região!" (Idem).

"Todo mundo ocupou, independentemente de ser ou não do Movimento! Ocuparam todas as áreas vazias! Aí, começaram a ocorrer as reintegrações de posse, e acho que não restaram nem oito áreas consolidadas, que o pessoal conseguiu permanecer, né? Eu lembro só de algumas... O Pirandelo, aqui em São Miguel mesmo, o Jardim Três Marias, Jacuí, Curuçá, Vila Iolanda, e Jardim Lourdes" (Dalcides Batista da Silva Neto).

Conforme o relato de uma personagem: "Só que dessas grandes ocupações de 1987, a maioria das famílias foi despejada pela polícia quando o Quércia assumiu o governo. Mas teve muita resistência por parte delas para

³⁹ Ver depoimento completo no Anexo I.

deixar as áreas. Foi quando houve a morte do companheiro Adão. Muitas pessoas foram feridas, mas quase todas retiradas" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

"O Adão e a Ana, esposa dele, eram cadastrados no Movimento. Eles participavam aqui em Guaianases, na comunidade comigo, e era uma das famílias que iria para o projeto Águia de Haia. Quando ele ocupou a primeira vez, foi uma área que pertencia ao município de Ferraz de Vasconcelos. Só quando fui lá e encontrei com eles, é que fiquei sabendo que tinham ocupado. Eu até falei que o Águia de Haia ia ser viabilizado logo, e que eles podiam esperar mais um pouco. Ele disse que não ia dar para esperar, pois tinham sido despejados de onde moravam, e que o negócio era mesmo ocupar. Falou que construiria um barraco ali, e quando as casas saíssem, passaria pra lá. Mas dessa área em Ferraz, eles foram despejados. Aí foi quando eles vieram para a área do Barracão Preto, no Jardim Lourdes, que era liderada pelo PC do B" (Idem).

"Nessa época, quando a polícia vinha tirar as famílias, existia um acordo entre elas, para que cada vez que os policiais chegassem numa área, se soltasse fogos, e todo mundo ia dar apoio para os despejados. Era nesse momento que a gente conseguia barrar muita ação da polícia. Juntava todas as famílias das áreas vizinhas contra a polícia! E o Adão morreu no dia em que estava tendo um despejo numa área da Prefeitura, aqui em Guaianases mesmo, no Jardim Nazaré. Foi de tarde, lá pelas três horas. Quando a polícia foi chegando, as famílias começaram a soltar fogos, e ele como todos que estavam na área, foi apoiar as famílias que iam ser despejadas. Aí, houve um grande tumulto, tiroteio e tudo mais... Foi quando mataram ele!... Quem matou foi um da polícia metropolitana, e até agora, pelo que sei, não foi punido. O Suplicy e alguns advogados acompanharam o caso e não conseguiram solução. O PC do B,

que era quem coordenava a área, não assumiu a morte, nem mesmo o Movimento. Eu acho que a coisa ficou muito assim: morreu na área liderada pelo PC do B, então... Ficou muito empurra, empurra!" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

"Foi armado um grande esquema policial aqui na região durante as ocupações. Tem um Batalhão aqui no Iguatemi que foi todo preparado para fazer despejos das famílias. Então foi dessa forma, uma guerra" (Idem).

A partir do final de março de 1987, intensificaram-se os despejos das áreas ocupadas, e a ação da polícia, na maioria das vezes, foi caracterizada pela violência.

Quase todas as áreas foram desocupadas, e as liminares de reintegração de posse, tão numerosas, que no dia 19 de abril, um jornal publicava 48 áreas que seriam desocupadas a qualquer momento pela polícia militar.⁴⁰

No dia 23 de abril (1987), pela primeira vez, desde o assassinato do ocupante Adão Manoel da Silva (em 30 de março), algumas famílias reagiram ao cumprimento de mandado de reintegração de posse. Por volta das 13 horas, as famílias que ocupavam um terreno na Vila São José, no Itaim Paulista, entraram em choque com a polícia militar.

⁴⁰ Cf. Folha de S. Paulo - 19/04/87

Como os ocupantes permaneciam junto aos lotes, a tropa de choque, apoiada pela cavalaria, avançou sobre as famílias lançando bombas de gás lacrimogêneo. A população reagiu atirando pedras e pedaços de pau. Houve vários feridos a cacetada, pedradas e por pisoteamento dos cavalos.⁴¹

Diante de mais uma violência da polícia sobre a população, o bispo da Região (Dom Angélico) critica duramente o governo do Estado, afirmando: "Adotou uma atitude canalha e criminoso", ao expulsar os ocupantes, ferindo mais de vinte pessoas entre as quais, mulheres e crianças.⁴²

Quando indagado sobre a acusação do bispo, o governador Orestes Quécia, em tom irônico respondeu: "Eu não tenho nada a dizer. Por que iria entrar numa dessas de brigar com o bispo e ir para o inferno quando morrer?"⁴³

Quécia afirmou ainda que sempre que houver resistência de invasores a um mandado judicial de reintegração de posse, a PM "vai continuar agindo do mesmo jeito que agiu, porque afinal é para isso que ela existe". O governador considerou "natural" e justificou a ação policial que resultou no conflito: "Se não fosse para agir com energia, não precisávamos da PM, poderíamos acabar com ela e economizar recursos".⁴⁴

⁴¹ Cf. Folha de São Paulo - 25/04/87.

⁴² Idem.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Cf. Folha de São Paulo - 25/04/87.

Em relação as ocupações, o governador afirmou: "A questão dos invasores já está equacionada. Vamos construir vinte mil casas, estamos fazendo o cadastramento, e é só um problema de tempo".⁴⁵

A política habitacional que o governador pretendia desenvolver quando prometeu as vinte mil casas para a Região de São Miguel, era bem diferente da desejada pelo Movimento. Enquanto a proposta do governo era construir por empreiteira, os Sem-Terra, necessitando uma solução urgente, defendiam a construção em mutirão, pois a família tendo o seu lote e o material, a construção sairia logo. Além disso, as casas construídas em mutirão acabam saindo muito mais baratas.

Entretanto, o que o Movimento não sabia é que o governador Orestes Quércia, alegando ser muito grande a demanda por moradia, já havia decidido pela construção por empreiteira.

Segundo alguns técnicos da CDH – Companhia de Desenvolvimento Habitacional, havia desde o início um projeto claro do governador para construção por empreiteiras, e o critério para distribuição das casa passava a ser político, pois casa dá votos.

O novo critério para a distribuição das casas fica bastante evidente no depoimento de uma personagem: "Fizeram as casas. Demorou, mais saiu! Estava tudo pronto, e agora as casas fechadas, e nós continuando a morar no barraco. No mínimo, o governo queria fazer seu jogo político, né? Ele queria fazer sua campanha para presidente. Ele fez um pouco de campanha na área para

⁴⁵ Idem.

prefeito. Ele entregou a primeira etapa de casas e acho que pensou, se ganhasse as eleições, depois fazia o resto. Ele soltou a primeira etapa de casas em novembro de 1988, saiu 179 casas. As outras amarrou, não soltava mais. A gente brigava, sofria e ele nem tomava conhecimento"⁴⁶ (Valdenice Vidal da Silva).

O número de participantes do Movimento aumentou significativamente, a partir de abril de 1987, principalmente devido ao cadastramento das famílias das áreas ocupadas. Mas apesar das inúmeras caravanas ao Palácio dos Bandeirantes, dezenas de abaixo-assinados, e muitas outras mobilizações, o ano terminou, e a promessa das vinte mil casas não se concretizou.

Como não houve interesse por parte do governo estadual na desapropriação das áreas ocupadas, as reintegrações de posse ocorreram na grande maioria delas.

Durante as grandes ocupações, vários proprietários de terras ocupadas procuram Dom Angélico e se mostram dispostos a negociar suas áreas com o governo estadual. A partir disso, a Igreja fez três sugestões de emergência ao governador: uma reunião entre ele e os proprietários de terras da região, para estudar formas de compra da terra pelo Estado; uma reunião entre o governo estadual e o Poder Judiciário para discutir o problema; e a não utilização, pelo governo estadual, de forças policiais para retirar os invasores, mesmo com ordem judicial para a reintegração de posse.

⁴⁶ Ver depoimento completo no Anexo I.

O governador não respondeu a nenhuma das três sugestões feitas pela Igreja, e a maioria das ocupações não se consolidou.

Embora a maioria das famílias tenha sido despejada, as ocupações serviram para o amadurecimento político de vários integrantes do Movimento, pois concluíram que quando a população pobre se organiza para lutar por seus direitos fundamentais, como é o caso da moradia, passa a sofrer sérios golpes de desmobilização. Conforme relata um personagem: "Foi tudo de propósito, ele pediu para fazermos o cadastramento das famílias, só para que elas abandonassem as áreas, e também para desmobilizar o Movimento! Inclusive, naquela época, o Quércia dizia que dentro de um ano desmobilizaria todos os movimentos organizados aqui na Região" (Dalcides Batista da Silva Neto).

Apesar das ocupações de terras ociosas mais numerosas terem ocorrido na Região Leste II, outros locais de São Paulo também tiveram ocupações durante o ano de 1987. Além de um déficit habitacional estimado em um milhão de moradias, segundo a Secretaria Estadual de Habitação, a falência do Plano Cruzado (lançado em fevereiro de 1986), complicou ainda mais a questão, pois com o descongelamento dos aluguéis a partir de março de 1987, os reajustes chegaram a atingir 1.000%, e os despejos passaram a se suceder diariamente por toda a cidade.

Diante da gravidade da situação, os Sem-Terra da Leste II passaram a se encontrar com outros movimentos da cidade que também lutavam por moradia, visando uma articulação para fortalecer a luta.

O Refluxo Em 1988

Na realidade, as atitudes do governador Orestes Quércia contribuíram bastante para um acentuado desânimo dos Sem-Terra, principalmente a partir do segundo semestre de 1987. Conforme o depoimento de um personagem: "O objetivo foi desmobilizar mesmo, pois quando cadastramos as 42.000 famílias, o Movimento teria se tornado super forte! Mas quando as famílias deixaram as áreas, ele sofreu um esvaziamento, pois as famílias ao receberem a senha de cadastramento da Secretaria de Habitação, eram avisadas de que poderiam aguardar em casa, que assim que as moradias ficassem prontas elas seriam chamadas. E esse pessoal está até hoje esperando! Foi mesmo só para desmobilizar o pessoal" (Dalcides Batista da Silva Neto).

Quanto ao governo municipal, as coisas não foram melhores. Conforme demonstra o relato de um personagem: "No tempo do Jânio Quadros, nenhuma casa, nenhum lote! Apenas terminou o que já estava em andamento... Mas conquista não houve nenhuma. Fizemos várias manifestações, a primeira foi no Ibirapuera e fomos recebidos com jatos d'água e areia, aquelas coisas todas que você já sabe, né? Aí, o Movimento naquela época, ficou meio amedrontado... Fizemos um pouco de pressão e largamos o Jânio de lado, apesar da gente saber a figura que era... Difícil de ceder. Acho que o Movimento naquela época deveria ter enfrentado como a gente faz hoje, né? Então, pra nós, o pior desastre foi a gestão do Jânio Quadros!" (Edivaldo Neres Dias).

Ao que tudo indica, para o então prefeito Jânio Quadros, a questão das ocupações deveria ser resolvida pela polícia. O assassinato do ocupante Adão Manoel da Silva, por exemplo, ocorreu durante um confronto entre a Guarda Metropolitana e os Sem-Terra, por ocasião de um despejo, numa área que pertence à Prefeitura.

Depois do assassinato, o prefeito além de elogiar o coronel responsável pelo caso, manteve-o no comando da Guarda Metropolitana, sob alegação de ser homem de sua extrema confiança.

Ainda por determinação do Prefeito, em abril de 1987, a Guarda Metropolitana foi ampliada, e ao contingente de 1.100 homens existentes, foram acrescentados mais dois mil.⁴⁷

Jânio Quadros defendia o uso de armas por parte da Guarda, e quando indagado se para atirar contra a população civil, respondeu que "consoante o caso, sim. A polícia existe para reprimir as desordens, e reprimi-las por todas as formas, em alguns casos até para salvaguardar a própria vida". Perguntado se matando com um revólver, Jânio declarou: "Os senhores gostariam que a morte ocorresse com um cacete"?⁴⁸

Essas declarações do prefeito Jânio Quadros parecem justificar plenamente o recuo do Movimento nas negociações junto ao governo municipal, durante sua gestão.

⁴⁷ Cf. Folha de S. Paulo - 22/04/87.

⁴⁸ Idem.

Se o ano de 1987 foi difícil para o Movimento, 1988 não foi muito diferente. Conforme o depoimento de uma personagem: "No ano de 1988, quase não tivemos vitórias! A única que consideramos, foi a permanência das famílias em áreas que tinham sido ocupadas em 1987, durante as grandes ocupações. Em 1988, houve várias assembléias e caravanas, mas não conseguimos nada! Era só "porrada" que a gente levava das autoridades! De repente, as autoridades ligadas ao PMDB sabiam das nossas estratégias e nós não conheciam as deles. Então, tudo que a gente fazia já não funcionava mais! (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

No início de 1988, os Sem-Terra se mobilizaram principalmente em torno das 4.500 famílias cadastradas pelo governo estadual desde a gestão do governador Montoro. Naquele momento, as 1.940 casas dos projetos de Águia de Haia e A. E. Carvalho estavam em fase de acabamento e o governador Orestes Quércia decidiu repassar apenas uma porcentagem para o Movimento. A maior parte das unidades habitacionais seria destinada para outros movimentos de moradia que atuavam na região. O mesmo critério de distribuição seria utilizado para as áreas do Jardim Mabel, Encosta Norte e Fazenda Itaim, onde a entrega das casas ainda não estava prevista.

Como os Sem-Terra vinham lutando por essas áreas há muito tempo, a notícia de que teriam apenas 40% das casas causou profundo descontentamento entre as famílias.

Depois de várias idas à Secretaria Estadual de Habitação, os Sem-Terra conseguiram marcar uma reunião com o secretário para o dia 28 de fevereiro, em São Miguel, para discutir a questão. Porém, na data combinada,

inclusive escolhida pelo próprio secretário, ele não apareceu e inúmeras famílias esperaram a tarde inteira inutilmente.

Diante do descaso do secretário, o Movimento decidiu discutir nas comunidades formas de encaminhar a questão. Depois de muita discussão, resolveram que o movimento não aceitaria apenas 40% das casas, pois vinha lutando há três anos por elas, e que agora não era justo o governador destiná-las para outros movimentos.

Como as casas estavam prometidas para o Movimento, as comunidades decidiram ocupá-las. E numa reunião no dia 23 de março (quarta feira à noite), foi tudo combinado. Nessa noite, a presença das pessoas foi rigorosamente controlada para evitar que a notícia da ocupação chegasse ao conhecimento da polícia.

As famílias se reuniram no dia 25 de março (sexta feira), a partir das 20 horas, na comunidade Nossa Senhora de Fátima, na Vila Curuçá, em São Miguel. Por volta das 22 horas, as famílias já lotavam a igreja e, embora houvesse um certo receio por parte de todos em relação ao que poderia acontecer, havia convicção de que a única saída para tentar garantir as casas era ocupá-las.

Havia cerca de 1.500 pessoas, a maioria mulheres! Também existiam muitas crianças e pessoas idosas. A orientação dos coordenadores era para que as famílias resistissem pacificamente, sem deixar as casas, caso a polícia fosse fazer despejo.

Por volta das 23 horas, as famílias começaram a sair. Alguns caminhões foram reservados para o transporte de crianças, pessoas idosas, e utensílios básicos tais como: fogões, colchões, cobertores entre outros.

Quando parte das famílias chegou ao local a polícia já estava lá. Como a área era muito extensa, o grupo de famílias do qual participávamos, entrou nas casas sem ser percebido pela polícia. Ficamos livres da ação dos policiais até por volta das 5 horas da manhã. De repente percebemos que eles estavam se dirigindo em direção às casas que ocupávamos! Imediatamente portas e janelas foram fechadas e nos recolhemos. A hora tão temida havia chegado! O silêncio foi repentinamente quebrado pela voz ameaçadora dos policiais.

Inicialmente fomos ameaçados verbalmente: "É melhor ir saindo, logo, turma do padre Ticão, pois na volta o 'pau vai comer'!"

Em seguida começaram a arrebentar portas e janelas das casas, atirando bombas de gás lacrimogêneo no interior das mesmas. O pânico espalhou-se rapidamente entre nós! Assustados com a violência usada para escancarar as portas e janelas, abandonamos as casas.

Lá fora, um grande número de policiais, inclusive Tropa de Choque, apressavam nossa saída. Várias famílias foram impedidas pelos policiais de retirarem alguns objetos que haviam ficado dentro das casas.

Enquanto deixávamos a área, éramos insistentemente chamados de "invasores vagabundos" pelos policiais.

Como ninguém resistiu ao despejo, não chegou a ocorrer violência física, por parte da polícia. Algumas pessoas foram levadas ao 22º Distrito Policial, em São Miguel Paulista, para serem ouvidas e depois de advertidas foram dispensadas.⁴⁹

Depois do fracasso da ocupação das casas, algumas famílias deixaram de freqüentar as reuniões em vários setores e o Movimento sofreu mais um golpe.

Apesar de estar enfrentando um certo descrédito por parte de várias famílias, pois não vinha obtendo conquistas nos últimos tempos, o Movimento prosseguiu a luta. Ampliou contatos com os vários movimentos que lutavam por moradia na cidade de São Paulo e foram aumentando as trocas de experiências.

Em 1988, diante da necessidade de uma maior articulação entre os movimentos, visando o fortalecimento da luta, intensificaram-se as discussões sobre a criação da **União dos Movimentos de Moradia**. Os vários movimentos que vinham se encontrando para discutir a moradia, desde 1987, por ocasião das grandes ocupações, organizaram a Primeira Caravana da Moradia rumo a Brasília.

Assim, no dia 15 de agosto de 1988, cerca de vinte movimentos, que lutavam pela moradia na Grande São Paulo, foram cobrar do presidente José Sarney que o "Tudo pelo Social" fosse o "Tudo pela Moradia" do povo. A partir daí, passam a questionar, principalmente, o destino do dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores, que deveria ser

⁴⁹ Depoimento da autora.

investido em habitação e saneamento básico. Participaram da caravana: Povo de Aluguel, Povo de Favelas, de Cortiço, Moradores de Rua e entidades que também lutavam pela moradia.

Embora 1988 tenha sido bastante complicado e o movimento não tenha obtido nenhuma conquista em relação à moradia, pode-se dizer que foi o ano do amadurecimento político dos Sem-Terra da Leste II.

O acúmulo de experiências adquiridas no transcorrer da luta pela moradia trouxe para o Movimento o desejo de ampliar seu espaço político. Para isso, fazia-se necessário apresentar um candidato do próprio Movimento, na próxima eleição, para concorrer ao cargo de vereador.

Foi principalmente a partir de 1988 que o Movimento passou a discutir a idéia de ter um vereador do grupo dos Sem-Terra, pois isso, na opinião deles, "abriria os caminhos" para o Movimento.

Em 1986, um participante do Movimento (Joaquim Neto) candidatou-se a deputado estadual pelo PT, mas não conseguiu se eleger. A derrota do candidato pode ser atribuída principalmente ao fato do mesmo não ter sido indicado pelo Movimento, já que não houve consenso em relação a indicação. Dessa maneira, o candidato acabou saindo de forma meio isolada, sem contar com o apoio de todos os setores do Movimento, e não conseguiu ser eleito.

Depois da derrota do candidato, os Sem-Terra passaram a uma discussão política mais ampla. Conforme relata um personagem: "Começamos então um processo de discussão política e organização do Grupo dos Sem-

Terra... De como buscar nossa identidade! Isso foi no início de 1987, em janeiro ou fevereiro. Aí começamos a fazer encontros de formação política... Saíamos para fazer encontros fora, com os companheiros!" (Valfredo Ferreira).

"Quando foi em março de 1988, decidimos lançar um candidato e em abril resolvemos escolher. Tivemos a votação, tínhamos lá 136 pessoas no dia da escolha e meu nome saiu com 103 votos. A grande maioria optou pelo meu nome, mas eu estava muito tímido na época, muito em dúvida se deveria ou não aceitar. Mas, naquele momento, parece que o nome que chegava mais próximo de um consenso era o meu e acabei aceitando o desafio" (Idem).

O processo de indicação do nome do candidato a vereador em 1988 foi bem diferente do ocorrido em 1986 para deputado.

Em 1988 os setores indicaram os companheiros que achavam mais aptos para concorrer à eleição. Foram indicados nove participantes, após novas discussões em torno da questão, quatro pessoas retiraram os nomes, restando apenas cinco candidatos para a votação final. O nome mais votado foi Valfredo Ferreira, posteriormente eleito vereador pelo PT.

Entre os nomes indicados pelo grupo dos Sem-Terra para escolher aquele que deveria concorrer ao cargo de vereador, apareceram principalmente as "lideranças" do Movimento, fato que a muitos pode parecer pouco democrático, mas seria no mínimo ingênuo, acreditar que o processo de aprendizado adquirido nas lutas sociais, ocorra de forma homogênea entre todos os participantes.

Acreditamos que a partir das eleições de 1988, as mulheres tenham repensado sobre sua participação no Movimento. Conforme o depoimento de uma personagem: "Nas eleições anteriores, a gente não tinha assumido a questão eleitoral tão forte como assumimos em 1988. Eu lembro que, antes de escolher candidato para prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, nós já questionávamos a questão da mulher. Porque a gente começou a avaliar que ela sempre esteve mais presente na luta. Então, nós, enquanto liderança, começamos a ver a coisa por esse lado. Foi quando, na convenção, saiu a Erundina e o Movimento entrou de cabeça no processo eleitoral! Talvez não enquanto Movimento, pois ele não tem seu partido definido, mas a maior parte das lideranças trabalhou muito a questão eleitoral (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

Embora o Movimento não esteja atrelado a nenhum partido, as eleições de 15 de novembro de 1988, que garantiram a vitória do Partido dos Trabalhadores, na cidade de São Paulo, trouxeram muitas esperanças para o Movimento.

10. A gestão municipal do PT

No dia 19 de fevereiro de 1989, houve uma Assembléia da Moradia da Região de São Miguel, na Igreja Matriz de São Miguel Paulista, da qual participaram inúmeras famílias, a prefeita Luiza Erundina, o presidente da COHAB, Miguel Reis Affonso, a secretária da Habitação, Ermínia Maricato, os vereadores Valfredo Ferreira, Francisco Whitaker, Jucelino Neto e Aldo Rebelo.

Durante a assembléia, Dom Angélico deu ênfase à luta do povo da Leste II por uma moradia mais digna e elogiou a prefeita, lembrando sua luta de longa data junto ao povo pela moradia. Mencionou, ainda, a existência das grandes áreas de terras vazias na Região e insistiu na importância da mobilização popular na luta pelos direitos fundamentais da população.

O presidente da COHAB disse que só poderia oferecer, de imediato à população, a oportunidade de discutir com o Movimento, e que não faria promessas que depois poderiam não ser cumpridas.

A secretária de Habitação enfatizou a escassez dos recursos disponíveis em sua Secretaria, e ainda, a necessidade da participação do povo para baratear os custos da moradia popular.

A prefeita Luiza Erundina agradeceu os votos recebidos, falou da necessidade da população manter-se organizada, e da existência de um plano habitacional para a cidade de São Paulo, que seria discutido com os movimentos populares. Disse também, que o Plano Habitacional iria começar pela Região de São Miguel, pois aí o povo já estava organizado há vários anos. Seriam destinados 1.000 lotes urbanizados ao Movimento, e as famílias construiriam as casas.⁵⁰

As perspectivas pareciam bastante animadoras para os Sem-Terra, conforme o depoimento de uma personagem: "Aí tivemos a felicidade do PT ganhar as eleições e as portas se abriram! As reuniões para discutirmos as coisas

⁵⁰ Depoimento da autora.

foram marcadas sem muito problema... Logo que a Luiza foi eleita esteve aqui em São Miguel e destinou 1.000 lotes urbanizados para o Movimento, depois mais 1.260, lá no Barro Branco" (Edivaldo Neres Dias).

"Começamos, então, a discutir as áreas, os projetos e o cadastramento das famílias. Foi assim como se você tivesse as portas fechadas e de repente, elas se abrissem! Não foram apenas as conquistas... Nem sempre é possível atender tudo o que o povo precisa, pois a demanda é muito grande" (Idem).

Na gestão municipal Luiza Erundina, sobretudo na questão da moradia, houve realmente prioridade para os movimentos organizados.

Como os Sem-Terra da Leste II vinham lutando desde 1984 e tinham já um certo acúmulo de experiências, durante a gestão petista houve um grande avanço. Conforme o depoimento de uma personagem: "Quando a Luiza Erundina assumiu o governo, o Movimento apresentou a proposta de mutirão por autogestão, que foi aceita. Também foram apresentadas propostas de urbanização de favelas, de cortiços. Em cortiços foi muito pouco, favela um pouco mais e mutirão por autogestão foi o que mais avançou. Os cortiços são mais na área central da cidade. Aqui existem os chamados fundos de quintal, que são muitos. A pessoa constrói a casa na frente e no fundo faz quatro, cinco, dez... Vira um cortiço mesmo! Nós chamamos fundo de quintal!" (Pe. Antonio Luís Marchioni).

"A Luiza Erundina foi uma das iniciadoras do Movimento de Moradia em São Paulo, principalmente na questão de favelas. Então quando ela assumiu a Prefeitura, o PT tinha parcialmente definidas quais eram as propostas. Acho que na prática implantou-se aquilo que já havia em mente. Agora a propostas de mutirão por autogestão foi dos Movimentos de Moradia" (Idem).

Conforme o depoimento de uma personagem: "Em 1989 na gestão da Luiza Erundina, quando os movimentos iam lá pra reivindicar, já conheciam todos os terrenos disponíveis nas suas regiões, indicavam a área e elaboravam o projeto. Passavam da simples reivindicação para propostas! Propostas de gerenciamento, de decisões, e isso influencia a questão do poder... Acaba contribuindo para a descentralização do poder!"⁵¹ (Laila Nazem Mourad).

"Na área de habitação, aqui na Região, foram implementados dezessete mutirões, e procuramos contemplar todos os movimentos organizados. Vários movimentos estavam incluídos na programação de atendimento... Havia critérios para esse atendimento e foi um "pau danado" no início da gestão pra saber como uma Prefeitura atende os movimentos, o que é participação popular, o que é representatividade. Na realidade os movimentos que existiam há mais tempo, foram os que continuaram pressionando a Prefeitura e que de maneira organizada foram sendo atendidos ao longo dos quatro anos de gestão" (Idem).

"Dos mutirões que a Prefeitura assinou convênio para projeto de mutirão por autogestão, o primeiro foi o Movimento de Moradia da Região Leste II, ligado à Igreja Católica, que atua em dez setores da Região" (Laila Nazem Mourad).

⁵¹ Ver depoimento completo no Anexo I.

"A partir do momento em que o Movimento definiu, a nível de Setor, quem seria atendido, montaram as associações que são filiadas a **CEP – Central de Entidades Populares**, que tem o papel de desenvolver a política do Movimento. Essa Central foi criada para evitar que as associações formadas seguissem linhas de atuação diferentes. Elas foram constituídas por representantes de dentro dos dez Setores e formam quase uma federação, que é a CEP, da qual participam representantes de todas as associações. Quem faz a intermediação entre o órgão público e o Movimento é a Central, junto com as Associações. Existem 13 associações com 2.071 famílias construindo suas casas" (Idem).

"O dinheiro vem para a Associação responsável pela execução do projeto. Existe uma diretoria, a comissão de compras, de obras e toda a organização interna do Movimento para gerenciar o recurso que vem do órgão público. Completamente diferente daquilo que ocorria anteriormente, quando o material chegava na obra sem a população participar de nada, e chegava também o projeto pronto. A população apenas executava através do mutirão, mas sem decidir nada" (Laila Nazem Mourad).

"Na autogestão, a população realmente decide e participa, na medida em que isso ocorre, ela visualiza o potencial possível de ser realizado além da construção da casa. É um processo muito educativo!" (Idem).

Deve ser ressaltado que a proposta de mutirão com autogestão partiu dos movimentos de moradia, que estavam bastante articulados desde a criação da União dos Movimentos de Moradia em 1989.

A União congrega vários movimentos que lutavam por moradia, da grande São Paulo e Interior, cada um com sua autonomia de organização e formas diferentes de lutar. A reunião deles visou principalmente fortalecer a busca de uma política habitacional definida pelos próprios participantes e adequada aos interesses dos trabalhadores de baixa renda.

Vários movimentos já haviam demonstrado capacidade de organização na busca de alternativas para amenizar a crescente crise habitacional.

As trocas de experiências possibilitadas pela União, fortaleceram a idéia de que os movimentos organizados deveriam gerir os recursos para desenvolver projetos de moradia popular. Conforme o depoimento de um personagem: "Nós percebemos que o mutirão com autogestão seria a melhor solução para o Movimento porque nas vitórias obtidas no tempo do Covas, percebemos que muitas famílias que receberam o terreno não conseguiram construir. Se eram viúvas ou solteiras... Só as famílias que tinham algum pedreiro em casa, ou condições para pagar, conseguiram construir. Até hoje existem alguns terrenos onde as famílias não conseguiram construir!" (Dalcides Batista da Silva Neto).

Um outro personagem relata: "O mutirão com autogestão é a própria população organizada que determina tudo aquilo que deve ser feito. Vem o dinheiro da Prefeitura através do convênio com a Associação e o conjunto das famílias vai discutir o que comprar, o que fazer e de que forma deve ser feito. Você tem tudo o que é necessário para o número de pessoas que vão estar na área no final da semana. Se tiver duzentas famílias no final da semana, o que vai

ser feito? Vão ser construídas quantas fundações? Vamos levantar quantas alvenarias? Vamos precisar do que para fazer isso? Então, antes do fim da semana, as pessoas responsáveis por essa parte, vão comprar todo material que será utilizado. Não vai ocorrer o problema da falta de material, todos vão estar lá pra trabalhar, sabendo o que fazer, pois tudo já está planejado. Também todas as pessoas participam do processo todo, pois estão ali no dia-a-dia e acabam se politizando. Além disso, ainda barateia os custos da obra, pois a gente faz a cotação de preços, procurando aquelas empresas que oferecem as melhores condições"⁵² (José Roberto Sackl).

"Nós aqui da Leste II, estamos construindo 2.071 unidades, temos casas térreas, sobrados e até prédios de apartamentos. As casas térreas e os sobrados com 60m², os prédios são de quatro andares, com apartamentos menores de 53m², e os maiores com 60m². Uma coisa nunca vista em se tratando de mutirão! Então, isso mostra que a população organizada tem força e capacidade para administrar o seu próprio bem e de fazer sua moradia com qualidade e dignidade! (Idem).

"Nós acreditamos que o mutirão com autogestão seja a única alternativa para a população carente, que ganha até 5 salários, tenha uma moradia decente. Todo o processo de compra e escolha de materiais é discutido pelas famílias em assembléias. O próprio projeto das casas é discutido com as famílias, pois nós temos assessoria técnica de pessoas que estão comprometidas com a luta, que acompanham tudo. É colocado em discussão a forma que as

⁵² Ver depoimento completo no Anexo I.

famílias querem as casas, pois existe mais de uma tipologia. Todos os detalhes da construção são discutidos com as famílias e só depois aprovado por elas" (José Roberto Sackl).

"Depois da escolha é feito um protótipo que é uma casa inicial para as famílias verem como vai ficar. Se todos concordarem permanece igual, caso contrário, são feitas as modificações desejadas. Na nossa área, os dois protótipos foram modificados... Trocamos a fachada, pois o pessoal estava achando esquisito, e acabou ficando mais bonito" (Idem).

"Se é a empreiteira que constrói, ninguém pode discutir nada disso, e acaba saindo do jeito que elas querem. Tem muita diferença entre as casas construídas por uma empreiteira e por mutirão. A gente fez as contas e concluiu que a casa construída por mutirão sai por cerca de cem dólares o m²; em contrapartida, as construídas atualmente pelo prefeito Paulo Maluf, saem 342 dólares o m². Veja que diferença! E isso vai pesar no custo final da moradia, e a maioria das pessoas não tem condições de pagar as prestações de casas construídas por empreiteiras" (José Roberto Sackl).

Devido a experiência adquirida pelos Sem-Terra, na luta pela moradia popular, os 1.000 lotes urbanizados destinados pela prefeita Luiza Erundina foram transformados em 1.123. Depois de discutirem, chegaram a conclusão de que no início do Movimento as famílias reivindicavam um terreno maior, construindo apenas dois cômodos nos fundos, para futuramente ampliar, só que na maioria dos casos isso não aconteceu.

Decidiram então diminuir o tamanho dos lotes e construir um número maior de casas. Conforme relata um personagem: "Então nós discutimos para diminuir o terreno e ampliar a construção, e o número de unidades habitacionais. Assim, com o dinheiro que recebíamos, num terreno de 72m², a gente construía uma casa de 60m² e assentava um número maior de famílias em áreas de melhor infra-estrutura. Porque não adianta você tirar o pessoal de locais que tenham infra-estrutura e mandar onde ainda não existe nada, só para ter um terreno grande, pois o pessoal não vai ter mesmo condições de construir. Hoje, com o salário que as famílias recebem, a gente sabe que não dá para ampliar nada!" (Dalcides Batista da Silva Neto).

Em 1989 o Movimento mobilizou-se na luta pelo Barro Branco, uma área em Guaianases, de propriedade da COHAB – Companhia Municipal de Habitação. Embora a COHAB fosse a proprietária, não dispunha de recursos financeiros, e os Sem-Terra passaram a pressionar a SEHAB – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, visando obter o financiamento para que as famílias pudessem construir.

A SEHAB argumentava que o Movimento já havia conquistado 1.000 lotes, e que a área reivindicada (Barro Branco) deveria ser destinada para outro projeto. Mas os Sem-Terra continuaram pressionando e apesar dos conflitos políticos entre a COHAB e a SEHAB, principalmente quanto as demandas dos movimentos organizados, não impediram que a área fosse repassada ao Movimento. Depois de muitas reuniões e duas grandes caravanas a SEHAB, os Sem-Terra conseguiram convênio com o Funaps Comunitário para o financiamento, e as famílias construíram 956 casas térreas de 60m².

As 1.123 unidades habitacionais inicialmente conquistadas pelos Sem-Terra da Leste II na gestão Erundina encontram-se assim distribuídas:

CONJUNTO HABITACIONAL	LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE UNIDADES E TIPO DE CONSTRUÇÃO
Baltazar Cisneiro	Guaianases	315 sobrados de 60m ²
Lapena	São Miguel Paulista	48 sobrados e 128 apartamentos
Rio das Pedras I e II	São Miguel Paulista	296 apartamentos de 58m ² e 53m ² em prédios de quatro pavimentos
Lírios do Itaim	Itaim Paulista	208 apartamentos em prédios de quatro pavimentos
Campanha Gaúcha	Guaianases	128 sobrados de 60m ²

Ainda em 1989, o Movimento realizou uma grande ocupação de terra, conforme o depoimento de uma personagem: "Em 1989, no final de fevereiro, nós aqui, enquanto coordenadores do Setor Guaianases, começamos a avaliar que, se não procurássemos fazer alguma coisa, o povo ia fazer ocupações lideradas pela direita. E que, nesse ano de 1989, quem ia fazer ocupação, não era a esquerda, nem o Movimento, mas a direita! Nós começamos a fazer essa avaliação logo após as eleições de 1988 e discutimos bastante sobre as respostas que poderíamos dar diante disso. Vamos ficar omissos? Vamos deixar

as ocupações acontecer? O que vamos fazer? Alguns companheiros falavam: 'Agora não é mais preciso pensar em ocupação, pois com o PT no poder, não fica bem!'" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

"Em fevereiro, uma pessoa, se dizendo dona da área, procurou o Movimento lá em São Miguel para negociar. E ele dizia: 'Ocupem, depois a gente negocia!' Então percebemos que ele não era o dono e trouxemos a discussão aqui para o Setor Guaianases. Decidimos que essa área – hoje ocupada pela Vila Nossa Senhora Aparecida, ou Jardim Bandeirantes, o nome está para ser definido – ia ser ocupada. Enquanto Setor Guaianases, nós iríamos ocupar ela!" (Idem).

"Resolvemos levar a proposta para a Região, e se os outros Setores não apoiassem, nós, enquanto Setor, ia ocupar e colocar todas as nossas famílias. Pelo menos, ia resolver o problema delas, né? Se os outros Setores quisessem vir, seriam bem-vindos. Se não quisessem, nós ocuparíamos do mesmo jeito! Aí, na reunião de quarta-feira, colocamos a proposta de que, enquanto Setor, tínhamos decidido ocupar essa área. Após uma discussão rápida, decidimos organizar a ocupação! Entraram famílias de Guaianases, Itaquera, Itaim e algumas de São Miguel. Mas a decisão de ocupar essa área partiu do Setor Guaianases!" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

Essa foi a maior área ocupada pelos Sem-Terra, e depois de uma grande luta contra grileiros a conquista acabou se efetivando. Deve ser ressaltado o fato de que a atuação da prefeita Luiza Erundina, ao decretar a área como sendo de interesse social, foi fundamental para garantir a efetivação da conquista. Conforme relata um personagem: "Tivemos também o Bandeirantes,

uma área que pertencia a nove grileiros, onde moram atualmente mais de mil famílias. Uma imobiliária chamada Goiterra vendia os lotes, anunciando inclusive em jornais... Mas, a gente 'peitou' essa área! Nós entramos nela no dia 4 de março de 1989, às 11 horas da noite, com um grupo de 250 famílias. Houve muita 'batalha', pois tinha os jagunços dos grileiros, né? Nós 'cortamos' a área toda em lotes de 100m² e o pessoal já começou a construir as casinhas de alvenaria. A gente evitou os barracos!" (Edivaldo Neres Dias).

"Depois de quase um ano, atendendo reivindicação do Movimento, a prefeita decretou a área como sendo de interesse social, resgatando-a assim das mãos dos grileiros, que não eram donos, e hoje, as famílias estão lá sossegadas" (Idem).

"Chamamos inicialmente de Bandeirantes porque fica próximo ao Jardim Bandeirantes, mas acabamos mudando o nome para Nossa Senhora Aparecida, pois, na segunda noite que estávamos acampados na área, subiu um balão com um desenho de Nossa Senhora Aparecida, muito bonito!... Aí, a gente resolveu trocar o nome, só que não sei se já foi oficializado" (Edivaldo Neres Dias).

"Nessa área foi uma luta danada, pois o Movimento sabia que ali havia uma briga entre nove grileiros, mas que nenhum era dono... E essa Goiterra vendendo os lotes sem ser dona também. Aí, a gente resolveu ocupar e foi uma conquista enorme, porque a pressão foi muito grande! Você mexer com grileiro, não é fácil, e tinha logo nove! Era jagunço pra todo lado... Mas a gente fez uma vigia direto na área, né?" (Idem).

"Já 'cortamos', todo mundo foi ocupando e todas as noites uns cinquenta homens vigiavam a área. Eu mesmo fiquei lá dentro direto, um ano sem arredar o pé! Foi uma conquista importante... Em termos de ocupação, foi a maior do Movimento!" (Edivaldo Neres Dias).

Embora em 1989, a conquista dos 2.079 lotes junto ao governo municipal, tenha sido muito significativo para os Sem-Terra da Leste II, uma série de problemas acabaram dificultando o desenvolvimento do processo.

Depois que as áreas foram desapropriadas, criaram-se as Associações de Moradores em cada uma delas, para que as próprias famílias pudessem gerir os recursos financeiros repassados através do Funaps Comunitário para a construção das unidades habitacionais. Porém, a lentidão nos trâmites das desapropriações, somada à burocracia da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e da COHAB, arrastaram o processo de liberação das áreas até outubro de 1989. E quando as primeiras parcelas do financiamento do Funaps Comunitário foram repassados às Associações, em fevereiro de 1990, a infraestrutura das áreas, a cargo da SEHAB, ainda não havia sido iniciada.

Como naquele momento a inflação estava bastante alta, as Associações decidiram aplicar o dinheiro nos bancos para que ele não se desvalorizasse, enquanto aguardavam que as áreas em questão, fossem dotadas de infra-estrutura.

Entretanto, em março de 1990, o presidente Fernando Collor, eleito em novembro de 1989, lançou o Plano Collor, bloqueando todo dinheiro depositado e aplicado nos bancos do país, alterando a moeda de cruzado para cruzeiro.

Com o dinheiro das associações bloqueado em cruzados, os movimentos de moradia iniciaram nova luta para que o mesmo fosse devolvido. Nesse momento, 84 mutirões com autogestão deveriam iniciar a construção de casas populares na cidade de São Paulo. Houve intensa mobilização por parte dos movimentos e da prefeita para resolver o problema.

Depois de uma grande manifestação em frente ao Banco Central, na Avenida Paulista, com inúmeras associações, várias reuniões e a ida da prefeita Luiza Erundina até Brasília, para explicar a situação ao governo federal e representantes do Banco Central, chegou-se finalmente a um acordo. As Associações passariam os cruzados bloqueados para a Prefeitura e esta lhes devolveria em cruzeiros, através do Funaps.

O fato dos órgãos públicos poderem utilizar cruzados para saldar seus compromissos deve ter influenciado a realização do acordo. Entretanto, sem a intensa mobilização dos movimentos e a boa vontade por parte do governo municipal, dificilmente a questão teria sido resolvida.

Entre o final de maio e início de junho de 1990, as associações dos Sem-Terra da Leste II passaram a receber o dinheiro liberado, iniciando assim os mutirões. A previsão para conclusão das obras era de aproximadamente dois

anos e meio. Entretanto, em função de alguns problemas, a previsão não se confirmou.

Apenas as áreas que não exigiram maiores cuidados técnicos puderam iniciar os mutirões. Mas aquelas, onde o terreno não apresentava condições físicas para construir imediatamente, pois exigiam cuidados como sondagem de solo ou drenagem, por exemplo, tiveram o cronograma da obra atrasado, pois a liberação do recurso financeiro está atrelado a possibilidade de iniciar a construção.

A área do Lírios do Itaim, por exemplo, foi a que menos avançou, pois o projeto inicial previa casas térreas, depois visando assentar um maior número de famílias, o projeto foi alterado. Decidiram verticalizá-lo, e para isso, houve necessidade de máquinas, sondagem de solo e drenagem. Além disso o projeto, quando alterado, deve voltar à SEHAB para ser aprovado ou não, e no caso em questão, a aprovação só ocorreu no final da gestão Erundina. Dessa forma, a Associação recebeu somente uma parcela do financiamento, e a obra foi apenas iniciada.

Em 1992, as dificuldades não foram menores, pois houve problemas em relação aos procedimentos de como prestar contas junto a SEHAB, e muitas Associações tiveram a liberação de suas parcelas atrasadas.

Nos primeiros convênios entre a SEHAB e as associações, no início de 1990, não existia uma cláusula especificando sobre prestação de contas, pois a Secretaria entendia que um processo autogerido poderia prescindir desse item.

Afinal, o importante era a obra e não a prestação de contas! Dessa forma, nesses contratos havia apenas uma referência para manter as contas em ordem, pois a SEHAB poderia pedir a prestação.

Entretanto, no início de 1991, uma Associação teve problemas internos e a SEHAB pediu uma prestação de contas, visando avaliar melhor a questão. Depois disso, os novos convênios assinados passaram a ter uma cláusula exigindo prestação de contas por parte das associações. Como várias associações tiveram problemas para atender a nova exigência, foi solicitado à SEHAB um modelo de como proceder. A Secretaria contratou um contador para orientar o trabalho de prestação de contas das associações. Porém, durante uma reunião entre as associações e a SEHAB, um participante dos Sem-Terra da Leste II denunciou que o contador era proprietário de um Escritório de Contabilidade e pretendia que as associações entregassem o trabalho de prestação de contas para seu escritório realizar. Diante de tal situação, a SEHAB demitiu o mencionado contador e um novo profissional foi contratado.

Como as dificuldades na prestação de contas persistiam, a SEHAB passou a detalhar com maior precisão como as associações deveriam proceder para prestar contas. Entre os procedimentos solicitados, destacava-se que a prestação de contas deveria ser retroativa a 1989.

Essa mudança na forma de prestação de contas à Secretaria foi reforçada em consequência de um desvio de verba ocorrido em uma Associação na Zona Sul da cidade, em 1992. Nesse ano, o Tribunal de Contas fez uma

auditoria nas associações por amostragem. Das oitenta e quatro existentes na cidade, foram selecionadas vinte e em nenhuma delas foi constatada qualquer irregularidade.

Em decorrência desses problemas, o repasse dos recursos financeiros foi feito com grande atraso em 1992. Algumas associações dos Sem-Terra da Leste II, receberam parcela única da verba apenas no final de dezembro, quando terminava a gestão Erundina.

Embora durante o gestão da prefeita Luiza Erundina (1989–1992), os Sem-Terra da Leste II tenham obtido conquistas significativas, não deixaram de pressionar os governos estadual e federal.

Quanto ao governo estadual, no ano de 1989, o Movimento continuou lutando por um maior número de moradias nas áreas Encosta Norte e Fazenda Itaim (que faziam parte das 4.500 unidades habitacionais destinadas aos Sem-Terra desde a gestão Montoro) que estavam em fase de acabamento. Entretanto, não houve alteração no critério de distribuição das casas, e o Movimento obteve apenas um número reduzido de unidades habitacionais.

A nível federal, os Sem-Terra participaram ao lado dos demais movimentos que compõem a União dos Movimentos de Moradia, da 2ª Caravana da Moradia indo a Brasília, nos dias 12 e 13 de junho de 1989. A caravana visava, principalmente, fortalecer a luta por uma Política de Moradia Popular e discutir a criação da União Nacional dos Movimentos de Moradia.

Em maio de 1990, vários componentes dos Sem-Terra da Leste II, participaram de uma Caravana às Cooperativas Habitacionais de Ajuda Mútua do Uruguai, promovida pela União dos Movimentos de Moradia. O objetivo da caravana era conhecer de perto a experiência de luta e conquistas dessas cooperativas, buscando subsídios para fortalecer a luta em torno da formulação de uma Política de Habitação Popular.

Nos dias 27 e 28 de agosto de 1990, o Movimento participou da 3ª Caravana da Moradia a Brasília, em conjunto com a União dos Movimentos de Moradia, com intuito de cobrar do governo federal uma solução para o grave déficit habitacional existente no país.

Em relação ao governo estadual (Orestes Quéricia), as pressões se fizeram, principalmente em torno da liberação de áreas desapropriadas no início de sua gestão (1987), para que as famílias pudessem construir suas moradias. Entretanto, as negociações não avançaram, a gestão do citado governador terminou e o Movimento conseguiu apenas 866 unidades, das 4.500 prometidas desde a gestão do governador Franco Montoro.

11. O período Fleury-Maluf

Em 1991 tomou posse o novo governador do PMDB, Luís Antonio Fleury Filho e a União dos Movimentos de Moradia organizou a 1ª Caravana da Moradia ao Palácio dos Bandeirantes, realizada no dia 15 de maio (1991). As principais reivindicações foram a continuidade das negociações para liberação

das áreas desapropriadas desde a gestão Quércia e o financiamento de material de construção através da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, para que as famílias pudessem construir as casas. A partir dessa caravana abriram-se as negociações com o novo governo estadual.

No dia 27 de agosto de 1991, o governador Fleury, numa solenidade no Palácio dos Bandeirantes, que contou com mais de cinco mil pessoas dos vários movimentos de moradia, assinou um documento instituindo o Programa Habitacional da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. De acordo com o plano, o governo financiaria a construção de 3.040 unidades habitacionais através do sistema de mutirão.

Segundo o documento, as associações populares filiadas à União dos Movimentos de Moradia receberiam inicialmente, do governo estadual, áreas dotadas de infra-estrutura para construção de 960 unidades habitacionais em regime de mutirão, em prédios de quatro pavimentos. O governo financiaria o material de construção, a contratação de mão-de-obra especializada, o canteiro de obras, ferramentas e equipamentos.

As outras 2.080 residências seriam construídas também em mutirão, em áreas a serem definidas, ficando portanto para uma segunda etapa de negociação.

O governador Fleury prometeu que, se o trabalho desse resultados positivos, assinaria outros convênios com a União dos Movimentos de Moradia para a construção de mais 12 mil casas.

Das 960 unidades inicialmente repassadas à União dos Movimentos de Moradia pelo governo estadual, couberam aos Sem-Terra da Leste II 160 apartamentos que seriam construídos na Vila Sílvia, em Ermelino Matarazzo.

Mas o tempo passou e em junho de 1992, os mutirões ainda não tinham sido iniciados. A União dos Movimentos de Moradia organizou, então, a 1ª Caravana da Moradia até a Secretaria Estadual de Habitação, no dia 24 de junho de 1992, para cobrar o início das obras.

Sem obter resultados, a União organizou a 2ª Caravana da Moradia, que reuniu cerca de cinco mil participantes dos movimentos de moradia, para cobrar da Secretaria Estadual de Habitação maior agilidade e o prosseguimento nas negociações da segunda etapa das 2.080 unidades prometidas em agosto de 1991.

Depois dessa caravana, foi iniciada a negociação das 2.080 unidades pendentes, e os Sem-Terra da Leste II conquistaram mais 394 unidades habitacionais na Vila Sílvia II e 128 numa área do Itaim Paulista.

Finalmente, depois de longa espera, em outubro de 1993 é iniciada a primeira etapa de construção dos 160 apartamentos na Vila Sílvia I.

Dada a lentidão do processo, a autorização para o início das obras da segunda etapa de negociação arrastou-se até setembro de 1994. Foi então realizada a terraplenagem na área do Itaim, enquanto na Vila Sílvia II nem isso ocorreu até o final de 1994. Entretanto, na avaliação dos Sem-Terra, acostumados com as "rasteiras" do PMDB, as negociações efetuadas na gestão

do governador Fleury são vistas como positivas. Conforme relata um personagem: "Temos também, pela própria CEP (Central de Entidades Populares), 672 unidades em convênio com o governo do Estado. Para o Movimento foi uma grande vitória ter conseguido isso com o Fleury!" (Dalcides Batista da Silva Neto).

Tendo em vista o desenvolvimento da política habitacional do governo estadual, voltada principalmente para a construção através de empreiteiras, os Sem-Terra estão corretos quando consideram "uma grande vitória" as negociações ocorridas entre os movimentos de moradia organizados e o governo estadual.

Enquanto o governador Fleury negociava a construção de 3.040 unidades habitacionais a serem desenvolvidas em convênio com movimentos organizados, onde as famílias construiriam em mutirão, a Secretaria Estadual de Habitação desenvolvia programas para a construção de 80 mil casas por empreiteiras.

Devido ao curto período de tempo de administração do prefeito Paulo Maluf (iniciado em 1993), e principalmente a má vontade demonstrada até o momento, em relação à continuidade dos 84 mutirões que vinham sendo desenvolvidos na cidade de São Paulo, pouco temos a acrescentar.

Todas as ações do prefeito têm sido feitas no sentido de impedir a conclusão dos mutirões inacabados. Conforme relato de um personagem: "Infelizmente, todos os mutirões estão parados, devido à intransigência do Sr. Paulo Maluf, pois ele só quer saber de passar o dinheiro para empreiteiras, sem o

menor compromisso com a classe trabalhadora, não quer mutirão, pois mutirão não dá nada pra ele! A situação, infelizmente, está péssima e estamos numa grande briga!" (José Roberto Sackl).

"Em 1993, a gente fez quatro grandes atos. Fizemos uma manifestação no dia 1º de abril, acampamos em 28 de julho e em 4 de outubro, e por último, na Secretaria de Habitação Municipal. O Movimento realmente se movimentou, só que, infelizmente, não conseguimos nada!" (Idem).

"No último acampamento, em outubro, passamos três dias em frente à Prefeitura, e além de não conseguirmos nada, ainda jogaram a opinião pública contra a gente, alegando que não prestávamos conta do dinheiro. E é tudo mentira, pois entramos com representação junto ao Ministério Público e provamos que prestávamos conta, sim! Então, isso criou um clima de guerra entre a Prefeitura e o Movimento e as portas se fecharam pra gente. Agora, em 1994, pretendemos entrar com processo contra a Prefeitura, obrigando-a a nos pagar para que possamos dar continuidade aos mutirões" (José Roberto Sackl).

Em 1993 os Sem-Terra da Leste II, ao lado dos demais movimentos que formam a União dos Movimentos de Moradia, fizeram quatro grandes manifestações visando, principalmente, agilizar o repasse de verbas para dar continuidade às obras dos 84 mutirões existentes na cidade de São Paulo, construindo um total de 10.600 unidades habitacionais.

Apesar dos esforços realizados pelos movimentos, apenas a minoria de Associações recebeu algumas parcelas do financiamento em 1993. Das doze Associações dos Sem-Terra da Leste II, por exemplo, apenas duas receberam dinheiro para continuar as obras do mutirão.

Em 1994, a situação foi ainda pior, pois a Prefeitura passou a examinar as contas dos mutirões, solicitando o recolhimento de todas as notas fiscais, que depois de analisadas, são remetidas ao Tribunal de Contas do Município. Como a Prefeitura dispõe de poucos técnicos e o volume de notas fiscais era muito grande, o processo foi extremamente demorado, e um número ainda menor de Associações recebeu o financiamento em 1994. Entre os Sem-Terra da Leste II, nenhuma Associação recebeu um centavo!

Deve ser ressaltado, que em 1992, o Tribunal de Contas fez uma auditoria nos mutirões e não constatou nenhuma irregularidade na prestação de contas. Dessa forma, tudo leva a crer que a atitude do prefeito seja uma manobra política para ganhar tempo e esvaziar o programa de habitação popular.

Além disso, é fato bastante conhecido a prioridade às grandes obras, em detrimento das sociais, por parte do prefeito. O orçamento de 1993 (preparado na gestão Erundina e executado por Maluf) previa gastos de 5,11% com habitação, no entanto foram gastos apenas 2,19%. Para a educação previa-se 12,6% e foram gastos somente 8,6%. A saúde também recebeu menos, dos

13,8% foram gastos 11,8%. Enquanto isso, a Secretaria de Vias Públicas, que deveria receber 13% do orçamento, recebeu 16,3%. A de Serviços e Obras teve dotação aumentada de 1,9% para 2,6% do orçamento.⁵³

Enquanto os movimentos de moradia organizados travam intensa luta pela continuidade dos mutirões iniciados na gestão anterior, onde as moradias ficam muito mais baratas, pois utilizam a mão-de-obra das próprias famílias, a Secretaria Municipal de Habitação anuncia que a Construtora Schain Cury vence a primeira concorrência do Projeto Cingapura, que prevê a urbanização de favelas na capital.

É fato conhecido de todos que essa construtora pagou US\$ 121 mil à empresa Paubrasil que arrecadou dinheiro para a campanha do prefeito Paulo Maluf. Mas, segundo declarações do Secretário de Habitação Municipal, Lair Krahenbuhl, a Schain Cury venceu a licitação porque apresentou a proposta financeira mais baixa.⁵⁴

Ao que tudo indica, na atual gestão municipal, os movimentos organizados que lutam por moradia sofrerão muitas tentativas de desmobilização; entretanto, o modo de governar do prefeito é conhecido há muito tempo pelos movimentos.

⁵³ Cf. Folha de S. Paulo - 29/12/93.

⁵⁴ Cf. Folha de S. Paulo - 24/02/94.

II - MULHER, IGREJA E PARTIDOS POLÍTICOS: TRÊS DETERMINAÇÕES/ INFLUÊNCIAS NO MOVIMENTO DOS SEM-TERRA

A partir das entrevistas que realizamos, e também da nossa própria vivência de anos junto ao Movimento dos Sem-Terra da Leste II, percebemos que existem três instituições ou gêneros que são fundamentais para a organização e a dinâmica do movimento: a Igreja, os Partidos Políticos e a Mulher.

A Igreja Católica porquê ela oferece de início o espaço para reuniões, o salão paroquial em geral, e também dá um mínimo de segurança ou "capa de proteção" – que pode ser ilusória, sem dúvida, mas exerce influência sobre a população da periferia – frente à repressão direta ou indireta. É lógico que a Igreja não é unitária frente a essa questão, existe no mínimo a divisão entre os "progressistas" (que elegem os "humildes" como centro de atenção e os "conservadores" (que não admitem essa prioridade e pretendem ser alheios frente aos movimentos populares), e também poder-se-ia argumentar que esse apoio aos movimentos nas periferias nada mais é que uma estratégia de sobrevivência face à expansão das religiões pentecostais. Mas isso não importa aqui. O importante é que o apoio da Igreja impulsiona o Movimento e as restrições ao uso do salão paroquial, o não incentivo de alguns padres e bispos "conservadores" sempre atrapalha bastante o movimento nas áreas onde isso ocorre.

Quanto aos partidos, sua importância não deveria dar margem a nenhuma dúvida, já que teoricamente são eles quem norteiam a atuação dos políticos, que fazem ou executam leis e gerem a coisa pública, sejam eles vereadores, deputados, prefeitos, governadores, etc. Mas a situação é mais complicada, com os partidos em geral, salvo exceções, sendo frágeis e com linhas programáticas genéricas e às vezes somente retóricas. Alguns partidos, por sinal a maioria, não dizem nada aos Sem-Terra, eles na verdade procuram desmobilizar qualquer forma de participação popular e sua relação com o Movimento, quando existe, é apenas clientelística e eleitoreira, circunstancial portanto. Dois partidos se destacaram na Leste II: o PC do B, em especial no início, e o PT, cuja influência cresceu nos últimos anos. Mas também os partidos possuem divisões internas que se refletem nas relações frente aos movimentos populares, e muitas vezes atritos entre a direção e os militantes que de fato residem no local. Existe ainda uma ambigüidade nos partidos com atuação popular em relação a como encarar o Movimento, se instrumentalizá-lo enquanto força auxiliar do partido, ou se respeitar e incentivar sua autonomia.

E, por fim, temos a forte presença da mulher no Movimento, a imensa maioria dos participantes é mulher, ao contrário de outros tipos de movimentos populares tais como os sindicatos, os partidos trabalhistas, as rebeliões camponesas, etc. O Movimento dos Sem-Terra obviamente não é feminista (no sentido de colocar os problemas ou reivindicações específicas da mulher), mas ele possui uma forte presença feminina. Isso talvez se deva ao próprio objeto da demanda – a moradia –, tido como o "lar" onde a mulher predomina ou deveria predominar. Mas as falas que apresentaremos a seguir irão deixar mais claro a percepção dos próprios agentes frente a essas questões.

1. O papel da Igreja Católica

Uma das especificidades do Movimento dos Sem-Terra da Leste II é ter nascido na própria Igreja, a partir de discussões da Equipe Regional de Direitos Humanos. Segundo o relato de um personagem: "O Movimento começou em maio de 1984, foi no período do desemprego e com o desemprego acumulado. As pessoas não conseguem mais pagar o aluguel... Nós começamos em maio aqui em São Miguel. A partir de 1984 o negócio foi indo, foi indo, fomos dando passos na organização e hoje é organizado nos dez setores, isto é, nos dez bairros da Região. Foi uma iniciativa da Igreja. A Igreja desde 1970, principalmente, começou uma preocupação com a periferia da cidade. A Igreja de São Paulo fez nesse período uma pesquisa nas comunidades fazendo uma pergunta sobre os sofrimentos do povo. Entre os grandes sofrimentos apareceu o alto custo da moradia, então, a partir dessa realidade a Igreja tomou a iniciativa de fazer um trabalho sobre a questão da moradia" (Pe. Antonio Luís Marchioni).

"A Igreja, principalmente, a partir dos anos 70 foi tomando uma posição muito firme diante da situação de vida da população. Aqui na Região de São Miguel, nós temos hoje cerca de 250 comunidades e para qualquer atividade o espaço físico é fundamental. Então, na organização da moradia nós partimos da organização na comunidade, depois vem um segundo nível de organização que é o Setor e depois a organização a nível de Região" (Idem).

"Além do Movimento dos Sem-Terra devem existir cerca de quinze movimentos que lutam pela moradia aqui na Leste II. O governo fez um cadastramento de todos os movimentos de moradia da Região e o ligado a Igreja,

através da Pastoral da Moradia, corresponde a 70%. Esse é o maior movimento que surgiu!" (Pe. Antonio Luís Marchioni).

Caldeira (1984, 51) assim refere-se à atuação da Igreja em São Miguel: "Vale notar que a Igreja Católica em São Miguel é especialmente ativa e politizada e tem uma atuação que não se restringe às CEBs. É bastante freqüente, por exemplo, ler-se nos jornais de São Paulo declarações e denúncias de Dom Angélico Sândalo Bernardino (bispo da Região Leste II), como é comum também encontrá-lo em assembléias e atos públicos promovidos no bairro... Na verdade, em São Miguel a Igreja funciona como uma espécie de centralizadora de informações sobre os problemas do bairro e também como seu porta-voz".

É fato sobejamente conhecido o importante papel desempenhado pela Igreja Católica, ou por alguns setores dela, sobretudo a partir da década de 70, junto aos movimentos sociais. Durante o período de repressão a Igreja representou um dos únicos canais de manifestação da sociedade civil. Ela passa a falar por quem não pode fazê-lo, reagindo contra as injustiças sociais e a repressão desencadeadas pelo regime.

Essa nova postura da Igreja vem sendo gestada desde o Concílio Vaticano II (1962/65) que parece ter sido um dos mais importantes eventos na história do catolicismo romano. Entre as principais mudanças introduzidas pelo Concílio podemos destacar: ênfase na missão social da Igreja, modificação da liturgia tornando-a mais acessível, maior participação dos leigos na vida da Igreja, desenvolvimento da noção de Igreja como povo de Deus, entre outras (Mainwaring, 1989).

Antes desse Concílio a pastoral orientava-se principalmente pelas determinações do Código de Direito Canônico e se integrava pelo serviço dos sacramentos e pela organização paroquial predominando o aspecto jurídico. Tal pastoral não estava mais correspondendo às exigências e necessidades do mundo atual, sendo necessário, portanto, uma renovação. Tal renovação foi favorecida pelo Concílio Vaticano II, alterando-se assim, a prática pastoral da Igreja Católica.

De 26 de agosto a 6 de setembro de 1968, realizou-se em Medellín, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e o tema discutido foi: "A Igreja na atual transformação da América Latina".⁵⁵ Barraglia (1991, 103) ao referir-se a Medellín afirma: "Nesta Conferência, os bispos optaram por um novo tipo de pastoral: a Igreja voltou-se para os 'humildes' e para o social – buscou a sua renovação a partir da transformação do mundo – procurou renovar sua organização – preocupou-se em dinamizar grupos não diretamente ligados às estruturas anteriores... Em particular, as CEBs receberam em Medellín conotações diferentes e um novo impulso. A elas não foi somente atribuída a tarefa de renovar as estruturas eclesiais mas também o papel de serem o fermento de uma nova sociedade".

Medellin, sem dúvida, também provocou importantes transformações na Igreja brasileira. Para nós interessa sobretudo a nova postura da Igreja em São Paulo, decorrente em grande parte da influência do Concílio Vaticano II e de Medellín. Essa nova postura da Igreja acabou possibilitando através dos trabalhos pastorais desenvolvidos, sobretudo, na periferia pobre um despertar para a luta

⁵⁵ CELAM - A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio.

em torno dos direitos básicos. Brant e Singer (1982) mostraram o papel fundamental da Igreja nos movimentos sociais, destacando as CEBs entre as mais importantes matrizes da organização popular.

A posse de Dom Paulo Evaristo Arns como arcebispo metropolitano, em 1º de novembro de 1970, inaugurou um novo período na Igreja em São Paulo. A cidade havia crescido muito nos últimos anos e uma das maiores preocupações do arcebispo passou a ser o que fazer para atingir toda essa população. Dom Paulo iniciou uma experiência pastoral não regulamentada pelo Código de Direito Canônico e considerada pioneira na estrutura geográfica da Igreja. O arcebispo nomeou bispos auxiliares para as Regiões Episcopais que passaram a dividir com ele o governo arquidiocesano. Tal divisão não é reconhecida pela cúpula da Igreja (Roma), pois o Código prevê apenas a existência de Dioceses autônomas, sem assimilar experiência de interdependência pastoral como a de São Paulo.⁵⁶

Em 1973 foi vendido o Palácio Arquiepiscopal Pio XII (no bairro do Paraíso, em São Paulo) por dezessete milhões de cruzeiros, e o dinheiro destinado à "Operação Periferia". Foram comprados vários terrenos na periferia para instalação de centros comunitários, clubes de mães, grupos de alfabetização de adultos, e associações de bairros, onde as CEBs se reuniam semanalmente.

A "Operação Periferia" foi uma ação pastoral da Igreja de São Paulo, que buscou uma forma de presença renovada mais eficiente e comunitária, através do anúncio da libertação cristã e de um testemunho de justiça, fraternidade e solidariedade, como resposta à situação de marginalização social e religiosa do povo da periferia. Os principais objetivos eram: 1) formar

⁵⁶ Cf. Folha de S. Paulo - 08/05/88.

comunidades capazes de assumir seu compromisso de participação ativa e consciente para promoção integral do Homem; 2) descobrir e treinar lideranças locais e animadores de comunidades que levem o povo a ser sujeito de sua libertação e do trabalho pastoral, tornando-se através da vivência cristã um testemunho, sinal e fermento na realidade em que vive; 3) formação de centros comunitários em cada bairro para que o povo tenha um local onde se reunir e realizar suas atividades.⁵⁷

A partir dessa iniciativa a Igreja de São Paulo passou a concentrar esforços no sentido de criar CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, que passaram então a surgir com maior freqüência nos bairros periféricos pobres de São Paulo. Vejamos o depoimento de um personagem sobre as CEBs: "A Comunidade Eclesial de Base é uma maneira de ser Igreja. É a Igreja, só que uma Igreja muito mais encarnada. Na comunidade, as pessoas procuram se conhecer, são grupos menores. É **eclesial** porque a força da comunidade é o Evangelho, a cartilha ideológica, se quisermos. E é **de base** porque pega propriamente base. É uma comunidade de pessoas que rezam, que lutam! Então a **Comunidade Eclesial de Base** não necessariamente coincide com a Igreja na visibilidade, no entanto, ela tem uma presença muito grande nos grupos de rua, em pequenas iniciativas. Ela também se concentra no Centro Comunitário, mas a atuação e a existência total da Comunidade Eclesial de Base é mais viva e numerosa do que aquilo que acontece no Centro Comunitário e no templo"⁵⁸ (Dom Angélico Sândalo Bernardino).

⁵⁷ Cf. O São Paulo nº 949, 1974 - Semanário da Arquidiocese de São Paulo.

⁵⁸ Ver depoimento completo no Anexo I.

O surgimento das CEBs, onde são discutidos os principais problemas da população pobre à luz do Evangelho, propiciou o emergir da consciência crítica dos participantes em relação à ordem social estabelecida, que favorece apenas a minoria da população. Assim a periferia vai percebendo que a única maneira de alterar a situação é a organização em torno da luta pelos direitos comuns, que são freqüentemente negados para essa parcela da população.

Deve ser lembrado o fato de que as mudanças na sociedade brasileira também ajudaram a estimular a nova postura da Igreja em São Paulo, levando-a a se colocar em favor dos pobres. O crescente empobrecimento dos trabalhadores em São Paulo, principalmente a partir da década de 70, foi ampliando o papel da Igreja junto a periferia. Conforme Mainwaring (1989, 126), "a Igreja de São Paulo não só estimulou a priorização dos direitos humanos em nível nacional da Igreja, como também vinculou essa questão à pobreza. Morando na cidade mais industrializada do país, o Clero de São Paulo ficava exposto às extremas contradições do desenvolvimento do período Médici. Ao mesmo tempo que os grupos de renda média e alta aumentam rapidamente seus fundos reais, a situação de outros grupos havia piorado em termos relativos e até absolutos. Entre 1970 e 1975, a taxa de mortalidade infantil em São Paulo aumentou em 45%, a incidência de desnutrição cresceu, os salários reais dos operários caíram e os serviços urbanos para a classe trabalhadora (transporte, esgotos, eletricidade) deterioraram. Essas contradições ajudaram a sensibilizar muitos religiosos, inclusive Dom Paulo, em relação às necessidades populares".

Nesse contexto surge o 1º Plano Bienal de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo 1976-1977⁵⁹ que tinha como prioridades da Igreja em São Paulo: 1) Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base; 2) Pastoral do Mundo do Trabalho; 3) Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados; 4) Pastoral da Periferia.

O objetivo da Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base era promover formas de vivência comunitária que possibilitassem a formação de comunidades eclesiais de base, onde os cristãos assumissem corresponsavelmente a vida e a missão da Igreja. As justificativas principais foram: como no contexto urbano de São Paulo a estrutura paroquial não permitia o relacionamento fraterno entre as pessoas, o Setor e a Paróquia deveriam animar e coordenar as CEBs para que elas se tornassem sinais visíveis da unidade e comunhão da Igreja. A dimensão menor da CEB possibilita maior participação e corresponsabilidade na vida e na missão da Igreja, proporcionando ao cristão maior entrosamento, valorização e realização pessoal. O surgimento de comunidades menores faria nascer novos serviços, permitindo a descentralização da Paróquia, que encontraria nova missão ao garantir o vínculo da unidade entre as CEBs. A Comunidade Eclesial de Base é uma expressão da Igreja voltada para o povo, que se encontra e convive com ele.

A Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados tinha como objetivo assumir a necessidade de proclamar e defender os direitos humanos, sobretudo dos pobres e oprimidos. A principal justificativa era a violação constante e sistemática dos direitos fundamentais da pessoa humana no cotidiano paulistano, pois a industrialização e urbanização aqui verificadas, excluía a maioria da população dos benefícios do desenvolvimento.

⁵⁹ 1º Plano Bienal de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo 1976-1977 - Arquidiocese de São Paulo.

A Pastoral da Periferia tinha como objetivo promover a ação missionária da Igreja em São Paulo, reunindo em comunidades o povo disperso, atendendo suas necessidades fundamentais para que se torne sujeito de sua própria história. Entre as justificativas principais, destacamos: tornar mais expressiva a presença e a ação missionária da Igreja na periferia, onde o povo encontra-se numa situação de quase abandono.

A opção da Igreja pelas mencionadas prioridades no desenvolvimento do trabalho pastoral em São Paulo demonstra grande preocupação com os moradores da periferia pobre e os possíveis caminhos para tentar alterar essa situação de exclusão.

No 2º Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo 1978-1980,⁶⁰ e no 3º Plano, 1981-1983,⁶¹ são mantidas as mesmas prioridades do 1º Plano (Pastoral das CEBs, Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, Pastoral do Mundo do Trabalho e Pastoral da Periferia), o que no nosso entender significou que os caminhos para possíveis melhorias na vida dos moradores da periferia pobre exigia imenso esforço, bem como uma atuação mais homogênea por parte do clero, pois nem todos os membros da Igreja na periferia se envolviam de fato com o desenvolvimento dos trabalhos pastorais propostos pelos planos. Além disso, a concentração de renda resultante do novo modelo econômico brasileiro, apoiado na crescente exploração dos trabalhadores pobres, vinha agravando diariamente os inúmeros problemas existentes na periferia, exigindo assim, muita

⁶⁰ 2º Plano de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo 1978-1980 - Arquidiocese de São Paulo.

⁶¹ 3º Plano de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo 1981-1983 - Arquidiocese de São Paulo.

mobilização para organizar a população na luta por seus direitos. Havia ainda o medo da repressão que levava muitos trabalhadores a se recusarem a participar das lutas sociais nesse período.

Conforme o relato de um personagem: "Eu acho que a grande maioria das lutas hoje existentes surgiram graças à Igreja. Porquê você sabe que na vida religiosa é muito mais fácil começar a conscientizar o cidadão, do que fora dela. Vou falar da Igreja Católica porque sou católico e foi ela que se colocou na defesa do pobre, do trabalhador e da cidadania desse país. Houve muita dificuldade, no começo não foi fácil... Dizer que a Igreja abriu as portas, assim de início... Não, precisou muita discussão, até que alguns padres e bispos começaram a enxergar que ela precisava comprar essa briga!" (Edivaldo Neres Dias).

"Agora, graças a Deus, cada ano que passa a Igreja vem se empenhando mais na defesa e no apoio do povo necessitado. Hoje nós, aqui na Zona Leste, temos que agradecer, pois todos os espaços que usamos são da Igreja... Para nós já é uma contribuição enorme! Aqui também tivemos um bispo que até hoje sentimos muita saudade. Ele nos ensinou e incentivou muito... o Dom Angélico!" (Idem).

"Tinha alguns padres que fechavam as portas da comunidade... Como até hoje ainda existe, né? Mesmo assim, devemos agradecer à Igreja. E eu gostaria que ela continuasse se colocando, como fez esse ano em que o tema da Campanha da Fraternidade foi Moradia. É importante que a Igreja escolha temas como saúde, educação e habitação, para a Campanha da Fraternidade, pois são coisas que a população pobre precisa muito" (Edivaldo Neres Dias).

Nas várias Regiões Episcopais da Arquidiocese de São Paulo, os trabalhos pastorais propostos pela Igreja acabaram se desenvolvendo de acordo com a postura do bispo-auxiliar. Naquelas onde os bispos eram mais "progressistas", as pastorais tiveram maior desenvolvimento e ação mais significativa, enquanto as "dirigidas" por bispos mais "conservadores", as pastorais tiveram ação menos visível. O caso da antiga Região Leste II, encaixa-se sem dúvida no primeiro caso, pois a presença de Dom Angélico (até 1989), contribuiu significativamente para o desenvolvimento de várias lutas sociais, sobretudo a da moradia. Conforme o depoimento de um personagem: "A Igreja para nós aqui tem sido muito importante, principalmente, porque Dom Angélico nos incentivou muito... Tanto nas coisas que ensinou, quanto na abertura de espaços. E muito mais que abrir espaços, pois ele estava sempre na nossa frente! Então isso nos deu muito incentivo e coragem de lutar. Um líder da Igreja, como ele, dá uma força enorme ao povo" (Idem).

Em decorrência dos crescentes conflitos urbanos em torno da questão da terra para a moradia popular, sobretudo a partir da década de 80, a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que em suas Assembléias Gerais estuda os problemas mais graves que desafiam a ação pastoral da Igreja no país, em sua 20ª Assembléia Geral, em 1982, priorizou a questão do **solo urbano** como área de atuação pastoral, produzindo o documento "Solo Urbano e Ação Pastoral".⁶²

O crescente número de favelas e de cortiços, as lutas pela regularização de terrenos clandestinos e as ocupações coletivas de terra passavam a exigir intensa mobilização das CEBs e um posicionamento firme por

⁶² "Solo Urbano e Ação Pastoral" - Documentos da CNBB, 23.

parte da Igreja em favor das várias frentes de luta pela moradia. E o documento produzido pela CNBB (Op. cit.) foi de grande importância para as diretrizes da Igreja junto as questões do solo urbano.

O documento divide-se em três partes. A primeira apresenta aspectos do solo urbano no Brasil, relatando a evolução da urbanização, com ênfase na apropriação anti-social do solo e a especulação imobiliária. Em seguida mostra a ineficiência do Estado frente aos principais problemas urbanos e as iniciativas populares para tentar resolver a questão da moradia. A segunda parte discute, principalmente, o direito de propriedade e o direito à moradia de acordo com o princípio geral enunciado pelo Concílio Vaticano II: "Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade (...) concluímos que o direito natural à moradia tem primazia sobre a lei positiva que preside a apropriação do solo. Apenas um título jurídico sobre uma propriedade não pode ser um valor absoluto, acima das necessidades humanas de pessoas que não têm onde instalar o seu lar" (Op. cit. p. 28).

A terceira parte indica pistas para a ação pastoral, destacando a necessidade de reformas urbanas para corrigir a situação de injustiça existente nas cidades. Visando reformular o urbano são sugeridas algumas mudanças, entre as quais destacamos:

- "regularização de áreas de ocupação, mediante projetos que não impliquem a obrigação de o morador pagar o chão que por direito já é seu e que às vezes, foi até por ele criado";

- "formas alternativas de urbanização, adequada às características físicas e sociais e aos recursos financeiros, disponíveis em cada área";
- "incentivos a soluções que adotem a autoconstrução e o mutirão, sem prejuízo da qualidade da moradia";
- "loteamentos populares dotados de infra-estrutura indispensável, onde o povo possa construir suas casas" (Op. cit. p. 40).

Várias sugestões propostas no referido documento já vinham sendo desenvolvidas pela Igreja para apoiar os movimentos que lutavam pela terra urbana como: serviços de assistência jurídica, Comissões de Justiça e Paz, Centro de Defesa de Direitos Humanos, Equipes Regionais de Direitos Humanos, entre outros. Além disso, a Igreja se propunha a promover encontros, seminários e congressos em Regiões e Dioceses, com publicações de subsídios e conclusões sobre o assunto, bem como encontros com representantes do poder público para debater problemas de moradia popular com a população.

Os Sem-Terra da Leste II puderam contar com todos esses elementos oferecidos pela Igreja, fato que favoreceu amplamente sua estruturação e desenvolvimento.

A Igreja continuou procurando formas para apoiar a população pobre a resolver o problema da moradia e no 5º Plano de Pastoral 1987-1990,⁶³ as prioridades pastorais escolhidas pela Arquidiocese de São Paulo foram: Moradia, Comunicação e Mundo do Trabalho. A questão da moradia popular havia se

⁶³ 5º Plano de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo 1987-1990 - Arquidiocese de São Paulo.

transformado num dos principais problemas de São Paulo e a Arquidiocese decidiu assumir "um compromisso radical com o povo na conquista da Terra e da Moradia".

Um dos principais subsídios para a ação pastoral da moradia foi o Documento da CNBB, Solo Urbano e Ação Pastoral (Op. cit.), onde os bispos fundamentados no Concílio Vaticano II, sobre o direito à moradia concluíram que a propriedade privada deve estar condicionada ao bem comum. Assim sendo, de acordo com o 5º Plano Pastoral, o método sugerido à Pastoral da Moradia foi "a firmeza permanente e a ação não-violenta ativa. A ação não-violenta ativa compreende: diálogo, negociação, mobilização, se necessário até ocupação na luta pela moradia, resistência nos despejos e não pagamento de aluguel ou prestações abusivos (Op. cit., p. 8).

Acreditamos que essa sucinta exposição sobre algumas das iniciativas mais significativas da Igreja em São Paulo, sobre a questão da moradia popular, ajudem a compreender o importante papel por ela desempenhado junto aos Sem-Terra da Leste II. Essa postura clara da Igreja em favor da luta pela moradia possibilitou que o movimento ampliasse sua ação sobre toda a Região.

Conforme o relato de um personagem: "Hoje, aqui, nós temos a Diocese e as igrejas dos Setores, que são responsáveis pelas comunidades. Agora nem todas as comunidades participam do Movimento, se bem que, no nosso caso, quase todas elas participam. Muito poucas não têm cadastro, porque para ter cadastro é preciso que tenha quem possa assumir o trabalho, pois não é

a Igreja que assume. Quem tem que assumir é o coordenador, que é o próprio cadastrado, né? Se não tiver alguém que 'tope', então não tem como criar, porque a Igreja não vai fazer isso!" (Edivaldo Neres Dias).

Se a nova postura de parte da Igreja de São Paulo, sobretudo a partir de Dom Paulo (1970), garantiu que uma parcela bastante significativa da periferia se organizasse na luta pela reivindicação de seus direitos, a Cúria Romana parecia não estar muito satisfeita, pois passou a intervir na Arquidiocese de São Paulo. Primeiro, em abril de 1988, o bispo-auxiliar da Região Episcopal Leste I, e presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, foi transferido para a Arquidiocese de Mariana (MG), pelo papa João Paulo II, sem que Dom Paulo fosse consultado. E de acordo com a praxe eclesiástica, a transferência dos bispos-auxiliares é feita com o conhecimento e a aceitação do arcebispo, principal responsável pela Arquidiocese.⁶⁴

Logo depois passaram a circular notícias de que a Cúria Romana estaria estudando a divisão da Arquidiocese de São Paulo, fato que veio a ocorrer em 1989, quando quatro novas dioceses foram criadas (desmembradas da Arquidiocese). A medida parece ter sido uma ofensiva ao arcebispo, pois Dom Paulo pretendia a divisão da Arquidiocese em nove Dioceses interdependentes, não previsto pelo Código de Direito Canônico, mas o Papa poderia aceitar. Portanto, a forma como a Arquidiocese acabou sendo dividida seguiu os caminhos legais (segundo o Código), mas por que as medidas para a divisão arquidiocesana foram aplicadas exclusivamente a São Paulo? Poderíamos responder que outros cardeais não pediram a divisão e que aqui Dom Paulo pediu e Roma aceitou. Mas aceitou segundo as normas canônicas e não como Dom

⁶⁴ Cf. Folha de S. Paulo - 05/05/88.

Paulo solicitou. Portanto, nossa interpretação é que a divisão da Arquidiocese da forma como foi feita, teve o objetivo de retirar da influência pastoral do cardeal a parte mais atuante naquele momento, que era a periferia. Limitaram para limitar a influência pastoral de Dom Paulo sobre as CEBs, que se localizavam em sua grande maioria na periferia.

Saíram bispos-auxiliares que tinham um trabalho extremamente significativo junto às CEBs e foram nomeados (por Roma) novos bispos, mais "moderados", menos engajados nas lutas diárias da população pobre da periferia. Ao que tudo indica as pastorais desenvolvidas pelos atuais bispos são bastante diferentes das anteriores. Em relação a Diocese de São Miguel Paulista que conhecemos melhor, o atual bispo Dom Fernando Legal vem desenvolvendo uma pastoral mais espiritualista e menos social.

Parece não haver dúvidas – apesar de todas as dificuldades enfrentadas por Dom Paulo Evaristo – que os resultados da pastoral da ala "progressista" da Igreja de São Paulo trouxeram muitas contribuições para uma grande parcela dos moradores da periferia pobre.

Conforme relata uma personagem: "O papel da Igreja comprometida com o povo, a verdadeira Igreja de Jesus Cristo, é estar ao lado das famílias, animando e mostrando pra elas o direito à moradia. O povo hoje, no Brasil, só vê o dever, não vê o direito. A Igreja tem um papel muito importante, que é de mostrar que o povo tem direitos e que esses direitos só serão conquistados com o povo organizado. Aqui, na Leste II, nem todas as comunidades estão comprometidas com o povo. Depende muito do padre que está coordenando a igreja, mas a maioria é comprometida. A Igreja tem uma dinâmica própria de fazer

o povo se articular. Ela oferece cursos de corte e costura, enfermagem, pintura e outras coisas, como forma de aglutinar o povo para ir se organizando sobre a questão dos direitos" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

2. Os partidos políticos

As primeiras ocupações de terras da Leste II, a partir do final de fevereiro de 1987, foram lideradas por alguns membros do PC do B que já haviam liderado ocupações anteriores em 1981. Conforme relata um personagem: "Na minha opinião, as primeiras ocupações da Região foram lideradas pelo PC do B, tanto mais que nós não tínhamos no horizonte, como continuamos a não ter, que a ocupação é solução. Nós nunca defendemos isso como solução! A ocupação sempre foi um ato quase de desespero... Ela foi um sacudir no criminoso sono da apatia, da omissão do poder público! Então, realmente, pra dizer ao poder público: 'Vocês estão dizendo que não tem terra, que não tem solução, nós então vamos como tem que ir!' São essas medidas que, teoricamente, eu acho legítimas!" (Dom Angélico Sândalo Bernardino).

Embora o PC do B tenha iniciado as grandes ocupações de 1987, coube ao Movimento dos Sem-Terra (respaldado pela Igreja Católica) organizá-las e isso provocou um certo conflito, sobretudo no início.

Conforme os dizeres de uma personagem: "Naquela época, tinha muitas divergências políticas! Eu lembro que o companheiro Elgito, do PC do B, sempre dizia: 'A única pessoa desse Movimento que a gente pode ter diálogo é

você, os outros são muito sectários. E o negócio é estar juntos, pois quando o cacete vem é pra todo mundo, não interessa se é do PC do B, PT, ou Movimento dos Sem-Terra, que todos vão levar!" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

Como os Sem-Terra atuavam em toda a região, desde 1984, de maneira bastante organizada, a tarefa de coordenar as grandes ocupações parece não ter sido muito complicada. Conforme as palavras de um personagem: "O pessoal estava ocupando mesmo e nem era preciso organizar, pois a ocupação acontecia espontaneamente, e o único trabalho era cadastrar as famílias e orientá-las na medição dos lotes. Nosso Movimento cadastrou, na época, 42.000 famílias!" (Valfredo Ferreira).

Foi principalmente a partir do final de março que o Movimento passou a tentar negociar as áreas ocupadas junto ao governo estadual (Orestes Quércia). Passou então a ocorrer grande mobilização por parte do Movimento que promoveu várias assembléias, onde muitas vezes estiveram presentes representantes do governo e era principalmente nesses momentos que a relação entre as "lideranças" se exasperavam. As do PC do B porque haviam iniciado as ocupações, e as do Movimento porque estavam organizando.

Conforme a interpretação de um personagem: "Quanto à questão do PC do B, até aquela época, eu não tinha tido nenhuma experiência. Aliás, eu não conhecia o Elgito Boaventura nem a Ana Martins, que eram as lideranças, né? Só sabia que tinha esse pessoal, mas não tinha nenhum contato com eles. Mas a coisa era meio conflitante, pois nós tínhamos uma forma de trabalhar e eles outra! De início isso foi meio complicado, inclusive na primeira assembléia eles chegaram e quiseram participar. Aí houve uma certa resistência por parte de

algumas lideranças do Movimento e eles acabaram não falando. Nós não concordamos com a forma de encaminhamento deles, porque eles não procuraram a coordenação do Movimento, procuraram só o Ticão; afinal, nós que havíamos puxado a assembléia e eles aparecem querendo falar sem ao menos consultar a coordenação! O pessoal questionou muito isso e não aceitou" (Valfredo Ferreira).

"Já na segunda assembléia, quando veio o secretário de Habitação, nós chegamos num acordo e deixamos que eles falassem. Depois disso, foi uma coisa interessante... Eu, particularmente, não conhecia o pessoal até esse momento, mas depois dessa questão passamos a manter um bom relacionamento. Afinal, éramos todos companheiros de luta e defendíamos as mesmas teses!" (Idem).

Uma das principais diferenças entre a atuação do PC do B e do Movimento é que o primeiro tinha como objetivo principal ocupar áreas, sem se preocupar com o que pudesse acontecer com as famílias; enquanto os Sem-Terra só ocupavam quando conheciam a história da área, para que as famílias não fossem tão facilmente despejadas. Além disso, o Movimento estava ligado às CEBs, onde havia um intenso trabalho para que as pessoas se organizassem para reivindicar seus direitos fundamentais, para que elas se percebessem de fato como portadoras de direitos. Existia toda uma preocupação para que todos participassem, opinassem sobre os problemas e fizessem propostas para buscar soluções.

Fazendo novamente uso da versão de um personagem: "O problema é que o peão tem que fazer militância, eleger candidato... fazer tudo, enquanto os da direção dizem o que é pra fazer, têm os filhos em boas escolas e muitas mordomias. Eu acho que as dificuldades que o Socialismo enfrenta, hoje no mundo todo, vêm da questão da mordomia dos dirigentes. Eles vivem bem, comem bem, moram bem... E o peão? Acho que esta é uma questão que precisa ser reavaliada e estudada" (Elgito Boaventura). Esse depoimento é bastante claro para a compreensão da diferença de atuação entre o PC do B e o Movimento.

A preocupação maior dos dirigentes do PC do B era afrontar o regime, principalmente no início da década de 80. Assim, as ocupações eram "encomendadas" e alguns militantes se encarregavam de enfrentar as conseqüências. O personagem já citado relata: "O problema não era só conquistar, mas desmoralizar o poder! O povo não tinha onde morar, não tinha dinheiro e existia uma repressão militar muito forte. Vamos desmoralizar isso, mesmo que não dê certo! Nós tínhamos uma comissão que tinha certeza disso. Pode até não dar certo, mas vamos criar um desgaste nisso, que vai abrir uma brecha pra luta!" (Idem).

Ao que tudo indica, apesar das diferenças nas formas de atuação entre o PC do B e o Movimento causarem um certo conflito, a questão maior entre ambos era garantir a liderança sobre as ocupações e, conseqüentemente, sobre "as bases". Conforme relata um personagem: "Não houve desentendimento entre o PC do B e o PT, o que ocorreu foi um desentendimento entre o PC do B e as lideranças do Movimento! Era uma briga de caciques... Nessa época ainda não eram caciques! Mas, a gente percebia - por exemplo, naquela assembléia em que vieram 20.000 famílias - que algumas pessoas que participavam do Movimento há

mais tempo não queriam deixar o PC do B usar da palavra. São brigas políticas de lideranças, porque umas não querem que as outras ocupem seu espaço... Só que o povo não entende nada disso, só as lideranças mesmo, né?" (Dalcides Batista da Silva Neto).

Inicialmente as ocupações foram mais lentas, depois, a partir de março, se intensificaram atropelando o PC do B, o PT e o Movimento. Conseqüentemente apesar dos Sem-Terra passarem a organizá-las, não havia hegemonia de nenhum partido político. Mas grande parcela dos coordenadores dos Sem-Terra era simpatizante do PT e vários parlamentares desse partido, como a então deputada Luiza Erundina, os deputados Roberto Gouveia e Eduardo Jorge, entre outros, passaram a apoiar as ocupações.

Entretanto, o Movimento que estava na organização não aceitava a interferência dos partidos nas áreas ocupadas, pois entendia que os próprios coordenadores deveriam dar direção ao processo, sem se atrelar a partidos.

Nas palavras de uma importante personagem: "O papel dos partidos políticos no Movimento, pelo menos daqueles que estão comprometidos com a moradia, não é ser linha de frente, não. Não é ele estar dando direção ao Movimento! É o contrário. É o Movimento oferecer subsídios aos partidos sobre a questão da moradia! Eles devem estar juntos na caminhada, de enquanto parlamentar, quando tiver algum, tentar articular junto ao governo e órgãos públicos negociações para o Movimento. Mas não dar direção a ele! O movimento tem sua autonomia, dentro dele tem famílias de vários partidos e outras que nem acreditam em partido" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

As eleições de 1982 em São Paulo vieram ampliar a tendência da participação popular nas políticas públicas, uma vez que o discurso do PMDB, vencedor das eleições, centrou-se no binômio descentralização–participação (Cardoso, 1988). Tanto o governador Montoro quando o prefeito Mário Covas, filiados nesse mencionado partido, reconheceram, ainda que parcialmente, durante suas gestões, o Movimento dos Sem-Terra da Leste II enquanto interlocutor na questão da moradia popular. Ainda que a descentralização–participação tenha deixado a desejar, para o movimento a atuação dos dois governos (sobretudo o municipal), não foi tão negativa. Conforme relata uma outra personagem: "Nós mesmos, no tempo do Mário Covas, quando ia demorava pra atender, mas, pelo menos, o portão não era fechado, polícia não ia em cima da gente, nunca aconteceu. Da vez mesmo que ocupamos a Regional de São Miguel, ele falou que se a gente não saísse, ia mandar a polícia e mais não sei o quê... Mas não mandou, e também, se mandasse, acho que não era pra bater, do jeito que o Jânio fez!"⁶⁵ (Maria do Socorro Rodrigues dos Santos).

A participação popular durante a gestão do próximo governador eleito pelo PMDB, Orestes Quércia (1987-1990), não foi considerada, sobretudo se compreendermos por participação popular o direito de influenciar sobre decisões de interesse comum. Ele não só ignorou o direito dos Sem-Terra participarem, como também tentou por diversas vezes desmobilizá-los, sobretudo na atitude tão bem qualificada por eles de "rasteira" do Quércia no Movimento!

A política de habitação popular iniciada no governo anterior (Franco Montoro) foi desmontada, pois previa a participação da população através de mutirão. Os projetos que os Sem-Terra já haviam discutido na gestão Montoro,

⁶⁵ Ver depoimento completo no Anexo I.

foram transformados em casas de 33m², construídas por empreiteiras, onde as famílias se amontoam. Os critérios para receber as casas passaram a ser clientelísticos, pois casa dá voto, segundo informações de técnicos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, que não quiseram/puderam se identificar temendo represália por parte do governo estadual. Deve ser lembrado ainda a ação da polícia por ocasião dos despejos, sempre marcada pela violência.

O relato de uma participante completará a avaliação do governo "democrático" de Orestes Quércia: "Eu mesma nunca pensei que o Quércia ia fazer o que faz. Se o Movimento vai lá, ele não recebe, manda a polícia lá de longe pra botar a gente pra andar mais e todos ficam do lado de fora! Então, eu acho que isso não deveria acontecer, pois, se ele esta lá, foi o povo que botou ele lá dentro e foi o pobre e o pessoal da Zona Leste também... E a maioria foi o pessoal da Zona Leste! É muito safado esse governo! É preciso uma mudança, já" (Maria do Socorro Rodrigues dos Santos).

Jânio da Silva Quadros, eleito em 1985 prefeito de São Paulo, teve uma atuação considerada bastante polêmica. Ele já havia sido prefeito em 1953 e, segundo Cardoso (1982, 181), "Jânio na época simbolizou o reconhecimento, por parte dos que jogavam a grande cena política, de que além da reivindicação operária (que bem ou mal o PC e o PTB expressavam), existia uma ampla reivindicação da periferia urbana. Eram as vilas, sem água, sem esgoto, sem calçamentos, sem transportes adequados que irrompiam na política... Jânio Quadros cumpriu: asfaltou precariamente (o 'asfalto J. Q.', que apenas recobria a

própria terra das vias principais de acesso à periferia), mas asfaltou. Colocou bicas de água e, graças ao calçamento, permitiu que a malha urbana dos transportes alcançasse as vilas".

Talvez em função dessa "herança" Jânio tenha sido novamente eleito em 1985, com grande votação nas periferias. Mas São Paulo agora exigia muito além do asfalto. Eram inúmeras favelas, vários movimentos organizados reivindicando terra para a moradia, as associações comunitárias, os mutirões, entre outros. Os movimentos de moradia estavam aptos para apresentar propostas ao poder municipal, e essa não era a prática de Jânio Quadros. Assim sendo, os Sem-Terra da Leste II, durante a gestão municipal do PTB, não conseguiram nenhum avanço, pois naquele momento eles reivindicavam a continuidade dos mutirões e o prefeito era contra mutirão, chegando a decretar, em abril de 1986, a abertura de licitação para que empreiteiras construíssem embriões de 19m² na periferia da cidade. Depois de intensa mobilização e audiências com o prefeito, ele reconsiderou a medida e, no dia 16 de maio de 1986, o Diário Oficial do Município publicava decreto dispondo sobre a adoção do sistema de mutirão (Gohn, 1991).

Para os Sem-Terra da Leste II, acostumados a realizar grandes caravanas, a primeira manifestação no Ibirapuera para tentar falar com o prefeito foi extremamente traumática, pois foram recepcionados com jatos d'água, areia e um grande número de policiais. Diante da atitude do prefeito do PTB, o Movimento recuou e a gestão foi por eles considerada um desastre.

A administração do PT (1989-1992) foi bastante significativa para o Movimento dos Sem-Terra da Leste II e, apesar de terem inclusive eleito para vereador um de seus participantes, o Movimento manteve sua autonomia em relação ao partido.

Vejamos o relato de um personagem: "O PT não organizou o Movimento! Nunca ninguém do partido veio organizar o Movimento! As lideranças do Movimento é que se identificam com o PT e algumas se filiaram, entende? É o pessoal do Movimento que sai para o PT e não alguém do PT que veio para o Movimento! Se você pegar o Movimento em 1988, nós elegemos o vereador Valfredo que era liderança do Movimento e se tornou vereador do PT. Hoje nós temos várias lideranças filiadas ao PT e que participam do Movimento, né?" (Dalcides Batista da Silva Neto).

"O Movimento é muito complexo e suprapartidário! Não dá para fechar com um partido político, ou uma religião; embora hoje quem nos abre espaço seja a Igreja Católica, nós temos muitas famílias de outras religiões que participam do Movimento" (Idem).

"Não existe hoje, nem existiu nunca no Movimento, a hegemonia de nenhum partido político! Tem famílias do PT, PC do B, PSDB, e PMDB, é muito amplo, né? Mesmo porque, nós temos na **União dos Movimentos de Moradia** um trabalho a nível de cidade, onde cada região leva seu trabalho da maneira que achar melhor, não dá pra ter uma linha única, ligada a um partido! Nenhum partido tem o controle do Movimento de Moradia, o que existe é um número maior de pessoas que pertencem aos partidos mais comprometidos com as lutas populares" (Dalcides Batista da Silva Neto).

Não dá para duvidar do comprometimento do PT para com as lutas populares, e na gestão Luiza Erundina isso ficou bastante claro, principalmente a partir das prioridades escolhidas no seu governo. A tabela abaixo nos permitirá refletir sobre o processo.

GASTOS DO ORÇAMENTO POR SETOR				
(Em % no último ano de cada gestão)				
SETOR	1982 Reynaldo de Barros	1985 Mários Covas	1988 Jânio Quadros	1992 Luiza Erundina
1. Serviços Sociais	24,6	24,5	23,3	29,8
11. Educação	10	10	7	9
12. Bem-Estar	3,9	3,8	3	3,9
13. Cultura	2,7	2,7	1,3	1,8
14. Saúde	5,5	5,5	8,4	12,8
15. Abastecimento	–	–	2,4	1,6
16. Esportes	0,7	0,7	0,4	0,7
2. Habitação	1,8	1,8	0,8	4,7
3. Limpeza/Conservação	13,8	14	14,4	13,3
4. Transportes	13	12,9	3,4	15
5. Obras	30,3	30,8	32,9	23,9

Fonte: Folha de São Paulo 11/11/1992.

Entretanto, a inversão das prioridades, visando sobretudo favorecer políticas sociais destinadas para a população pobre custou caro a Luiza Erundina, que passou a ser freqüentemente acusada de estar deixando a cidade suja, as ruas esburacadas, entre outras coisas, mas não é este o momento para essa discussão.

Quando a prefeita assumiu o governo, o déficit habitacional estimado para a cidade estava em torno de um milhão de moradias. Kowarick e Singer (1994), ao analisarem a experiência do PT em São Paulo, afirmam que quarenta meses depois de empossada, a administração petista anunciava estar construindo 40 mil casas. Desse total, 10 mil foram iniciadas na gestão Erundina e construídas em regime de mutirão, destinando-se à população de baixa renda, através de um programa que nas gestões anteriores havia atendido menos de três mil famílias.

O programa mencionado pelos autores (Op. cit, 1994) era o Funaps Comunitário, que financiava a compra de material de construção para associações que lutavam pela conquista da moradia da população cuja faixa salarial varia de zero a cinco salários mínimos.

Os recursos do programa vinham de um fundo municipal denominado Funaps (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Sub-Normal), o qual por sua vez recebia uma porcentagem do orçamento municipal.

O fundo era administrado pela Secretaria Municipal de Habitação através da Superintendência de Habitação Popular - HABI.

O Funaps Comunitário repassava os recursos diretamente às associações para construção das casas em regime de autogestão. O repasse ocorria através da assinatura de um convênio, depois de aprovada o pedido de financiamento pela associação. A solicitação deveria ser acompanhada do projeto a ser desenvolvido, o cronograma físico-financeiro, o nome dos participantes e a documentação estatutária da associação e da assessoria técnica que se responsabilizaria pelo projeto. Cada convênio atendia no mínimo 20 e no máximo 200 famílias.

O financiamento era liberado em parcelas, de acordo com o cumprimento do cronograma físico-financeiro.

Como os profissionais eram contratados pela própria Associação havia a possibilidade de um equilíbrio de forças nas discussões de caráter técnico entre o poder público e a população, dessa maneira os futuros moradores podiam interferir na construção das casas, sem serem obrigados a aceitarem o projeto pronto.

O fato da Associação gerir os recursos garantia a escolha de um material de boa qualidade e a um preço menor, pois as compras eram feitas em grande quantidade. Um dos problemas que freqüentemente ocorria quando o órgão público comprava o material de construção, era a falta de qualidade do mesmo.

Na nossa opinião esse sistema de mutirão com autogestão desenvolvido na gestão do PT, foi extremamente educativo para a população.

Acreditamos que essa experiência foi fundamental para que a participação popular ocorresse de fato.

Os Sem-Terra da Leste II iniciaram por esse processo a construção de 2.079 unidades habitacionais, e não temos dúvida em afirmar que foi na gestão do PT que o movimento mais avançou.

Inclusive o fato de terem podido contar com um de seus participantes na condição de vereador, eleito por esse partido, foi uma experiência bastante enriquecedora para o Movimento, pois muitos dos participantes sequer conheciam a Câmara Municipal, passando a partir de então a ter amplo acesso a ela. Participaram de muitas discussões que interessavam à vida da população e a participação popular se acentua na medida em que se compreende como funciona a vida institucional da cidade.

Entretanto, depois que o vereador foi eleito ocorreu uma certa divisão no Movimento e ele perdeu parte da coesão anteriormente apresentada. Conforme assinala um personagem: "Eu acho que não houve um entendimento na formação do gabinete! O grupo da Fátima deveria ter tido uma vaga no gabinete. O do Adolfo. Acho que o gabinete deveria ter sido formado por todas as forças que contribuíram para eleger o Valfredo! Se ele tivesse feito isso, teria sido reeleito e mesmo o Neto se elegeria para deputado estadual. Faltou articulação de forças! A composição do gabinete ficou de um lado e o Movimento e as pessoas que elegeram ficaram do outro. Essa distância complicou, daí houve um 'racha'. Primeiro, em cima da administração e depois, no gabinete" (Pe. Antonio Luís Marchioni).

O "racha" na administração a que se refere o participante foi o primeiro problema que contribuiu para complicar a relação entre os participantes do Movimento. O administrador indicado para a Administração da Regional de São Miguel, Manoel Cordeiro, também pertencia ao grupo dos Sem-Terra da Leste II. Logo depois de passar a ocupar o cargo, passou a divergir significativamente das propostas do vereador Valfredo Ferreira e, ao invés de ter havido uma soma de forças entre ambos, passou a ocorrer um sério antagonismo. Depois de um certo tempo, o administrador foi destituído do cargo, mas o Movimento já havia se cindido.

Em 1990, saíram do Movimento três candidatos a deputado, pelo PT, mas nenhum deles conseguiu se eleger. Caso não houvesse a presença de tantos grupos, pelo menos um dos candidatos poderia ter se eleito. A presença de diversos grupos pode até ser algo salutar na medida em que favorece diferentes concepções, mas a divisão de forças enfraquece. O mais complicado, por outro lado, é o risco de estar no Movimento com intuito eleitoral. Não estamos querendo dizer com isso que as candidaturas anteriormente mencionadas tenham tido esse caráter, mas alguns os vêem assim.

Vejam sobre isso o relato de um personagem: "Se todos nós estivéssemos realmente preocupados em resolver os problemas sociais, não precisava haver essas brigas, pois a luta é uma só, tanto faz se é por moradia, saúde ou transporte. Precisava mesmo era união, estar todos juntos! Mas, na verdade, muitos querem apenas aparecer pra mídia, não estão interessados em organizar o povo. Você vê que faltam lideranças, gente pra organizar o povo nos movimentos populares. Só o que não falta é 'cacique' pra depois querer 'pousar na sopa dos outros', né? Isso freqüentemente acontece, aquelas pessoas que só

querem aparecer e na época das eleições fica doido pra subir em palanque e falar bonito! Só que na prática, na verdade, é muito diferente!" (Dalcides Batista da Silva Neto).

Sem querer menosprezar a importância das atuais lideranças do Movimento, acreditamos que o aparecimento de diferentes grupos possa ser interpretado como necessidade de um rodízio entre as lideranças. Acreditamos também que no percurso do Movimento, sobretudo a partir da administração do PT, que permitiu uma participação popular mais ativa, seja "natural" a ampliação do quadro de lideranças.

Fazendo uso mais uma vez do relato de um personagem: "Acho que esse país tem jeito a partir do povo... Dessas lideranças que vão se formando devagarinho, vão se decantando! Algumas agora nos decepcionam, amanhã vai ser melhor... O poder é sempre uma tentação de corrupção, mas devemos acreditar que, afinal de contas, é possível que a fraternidade seja maior. Vamos sonhar, porque sonho que se sonha junto se torna realidade!" (Dom Angélico Sândalo Bernardino).

3. A presença da mulher

Além da Igreja e dos Partidos Políticos, as Mulheres merecem destaque especial no Movimento dos Sem-Terra da Leste II.

Nos vários movimentos ocorridos em São Paulo nos últimos anos, a partir do trabalho das CEBs, a participação feminina tem sido bastante destacada. Esta participação das mulheres nos movimentos sociais na periferia de São Paulo é pouco usual e pouco estudada, pois geralmente no passado a mobilização feminina esteve restrita às mulheres da classe média e alta que geralmente se organizavam em entidades como a Liga das Senhoras Católicas, União Cívica Feminina para práticas assistenciais, mobilizando-se ocasionalmente em defesa da ordem vigente e da moral tradicional.

As mulheres da periferia freqüentemente encontravam-se voltadas para o lar, mantendo uma certa apatia em relação a realidade política e social. Para elas, a formação das CEBs representou uma oportunidade ímpar de participação social (Singer, 1982).

Na Leste II devido ao grande número de CEBs existentes, as mulheres se reuniam para aprender corte e costura, enfermagem, pintura, entre outras atividades, e aí começavam as discussões sobre as questões dos direitos da população e entre eles o da moradia. Dessa forma, desde o início do Movimento, a presença das mulheres foi fundamental e a grande maioria dos participantes é formada por mulheres, que a duras penas contribuem de maneira fundamental para que ele possa caminhar.

Conforme o relato de uma personagem: "A maioria dos participantes do Movimento é mulher! Parece que já é dom da mulher ter compromisso com a sociedade, né? A gente percebe que a mulher está mais preocupada em dar um certo bem-estar pra família... Uma moradia, vida melhor para os filhos. A mulher se preocupa mais com essas questões que o homem. O homem acha que o papel

dele é só trabalhar e dar o salário na mão da mulher" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

Um outro personagem relata: "A maioria dos participantes do Movimento é mulher. Eu acho que é porque o homem, como trabalha fora, não consegue dispor do tempo da mesma forma que a mulher. Não estou querendo dizer, com isso, que a mulher trabalha menos que o homem! Pelo contrário, acho que ela até trabalha mais, pois o trabalho de casa não acaba nunca, né? Só que a mulher não precisa cumprir as oito horas de trabalho para o patrão, então, é possível dispor do tempo dela com maior liberdade. Por outro lado, as mulheres têm mais garra... Incentivam mais a luta! E o homem é mais acomodado. Quando sai do serviço, prefere ir ao bar beber cachaça ou jogar baralho, ao invés de ingressar numa luta dessa, onde se desenvolve mais e ainda ajuda muita gente. A consciência do homem nas lutas sociais ainda está bem abaixo da mulher" (Edivaldo Neres Dias).

"As mulheres encontram uma dificuldade grande para participar, que é a falta de consciência do marido... Alguns entendem e até incentivam, mas a maioria é um 'pau pra virar' dentro de casa! Muitas enfrentam na marra! A maioria das mulheres tem problemas... Tanto que, atualmente, quem mais permanece na luta são as mulheres sozinhas! Às vezes são viúvas, solteiras e sem marido..." (Idem).

"Poucas têm companheiro que participa com elas, a maioria proíbe elas de participar. Muitas companheiras se afastam exatamente por isso!... Se continuar no Movimento, o casamento acaba! Essas coisas são complicadas... É bem difícil!" (Edivaldo Neres Dias).

O fato da maioria das participantes não trabalhar fora torna-as dependentes dos maridos que, sendo os únicos a sustentarem a casa, passam a subordinar as mulheres, não apenas sob o ponto de vista econômico. E como o salário freqüentemente é insuficiente para cobrir todos os gostos, as coisas tornam-se extremamente complicadas entre os casais, quando as mulheres responsáveis pela administração das despesas da casa decidem participar.

Quando o marido não impede a mulher de participar do Movimento, muitas vezes ele passa a fazer tudo para atrapalhar. Conforme relata uma personagem: "Meu marido não aceitava porque no início, quando aconteciam os despejos, tinha sempre violência. Ele também me achava submissa, que meu papel era só lavar, passar e cozinhar! Nunca descobriu meus valores, nunca me viu como alguém que pode contribuir para um mundo mais justo" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

"Agora, ele procura fazer tudo para atrapalhar meu serviço. Quando quer uma roupa lavada ou passada... Quando os filhos ficam doentes, ele acha que só tenho obrigações! Na questão da escola, da educação, a formação dos filhos, ele jogou tudo em cima de mim! Passou a cobrar muito mais minha participação dentro do lar!" (Idem).

Apesar da participação decisiva das mulheres para o desenvolvimento do Movimento, parece que uma mudança mais significativa na visão delas sobre si próprias vem ocorrendo, sobretudo a partir do trabalho nos mutirões com autogestão. De acordo com o relato de uma personagem: "Têm histórias louquíssimas de como as pessoas mudam com a participação no mutirão... Mudam no sentido de conseguirem realizar coisas que jamais fariam.

Existe todo um processo de aprendizado que vai se refletir na relação familiar, que passa a ser alterada. Como as mulheres participam muito dos mutirões, a questão da superioridade masculina vai sendo questionada. A relação familiar tende a se tornar mais justa, e as mulheres, que antes eram extremamente submissas ao marido, mudam completamente de comportamento! Elas passam a perceber que são capazes de fazer as mesmas coisas que o homem faz, e que, portanto, não são inferiores! Além disso, elas passam a entender melhor as questões sociais... Visualizam as relações entre o governo e a sociedade civil, passam a perceber uma série de direitos. Em alguns mutirões houve até casos de separação!" (Laila Nazem Mourad).

Na medida em que a superioridade masculina vai sendo questionada, aumentam as chances para um relacionamento mais justo entre homens e mulheres, contribuindo assim para uma sociedade mais democrática. Para isso, torna-se necessário que tanto as mulheres como os homens se libertem de uma série de preconceitos interiorizados desde a infância, que contribuem para a continuidade do poder masculino.

Se a justificativa para a ausência de uma grande porcentagem de homens no Movimento seja o fato de trabalharem fora e estarem cansados fosse realmente verdadeira, eles deveriam vir diretamente do trabalho para a casa. Mas ao invés disso, muitos ficam nos bares até tarde. Essa atitude masculina traduz a idéia de que, a mulher, porque só trabalha em casa não se cansa, como se o trabalho do lar não fosse de fato trabalho.

O relato de um participante é elucidativo sobre isso: "Na nossa sociedade, eu acho que se diz que o homem trabalha muito. Mas, o homem é

muito mal-acostumado. Na realidade, quem trabalha como burro de carga é a mulher... E a mulher das classes populares trabalha mais ainda! E é essa mulher que, além de trabalhar como cozinheira, arrumadeira, passadeira, ainda luta por moradia, creche, hospital, escola. Enquanto os homens, muitas vezes, estão preocupadas com o Corinthians e o São Paulo. Minha visão nesse sentido não é que o homem porque está trabalhando... É porque a mulher tem muita sensibilidade, tem realmente um sentido de tenacidade que nessa sociedade machista, uma Igreja machista em que vivemos, me assusta, me admira sobremaneira! Tenho uma admiração enorme!" (Dom Angélico Sândalo Bernardino).

Ainda fazendo uso das entrevistas: "Eu não acho que o Movimento foi levado exclusivamente por mulheres, não. Há uma presença significativa de homens que marcam presença. Agora, numericamente falando, as mulheres, muitas vezes grávidas, com criança nos braços, estão lá, fazendo passeata e reivindicando. E os maridos brigam quando elas participam do movimento, mas, depois, gostam de morar numa casa boa. Mas isso se deve a uma omissão do homem... é omissão! Assim, como o homem não vai à Associação de Pais e Mestres, não vai à luta por creche, é um mau costume que existe, é uma falta de educação do homem às suas tarefas. Ele pensa que está sendo macho, que está sendo homem! E a mulher? A mulher está num batente desgraçado! Alguém já disse e eu estou de pleno acordo: que, se a gente desse para um homem a tarefa que faz uma mulher normalmente, no fim do dia ele estaria com a língua de fora. Não adianta dizer que é o homem que trabalha e a mulher fica em casa. Mas fica em casa, fazendo o quê? É muito sério isso!" (Idem).

Deve ser ressaltado que, apesar do elevado número de mulheres no movimento, não existem no momento discussões sobre problemas especificamente femininos. Em dezembro de 1989 aconteceu no salão paroquial da Igreja de São Miguel Paulista o "1º Encontro de Mulheres na Luta pela Moradia", cujo tema foi: "A consciência da Mulher pela sua Libertação". As discussões foram bastante genéricas e depois disso, apesar de várias tentativas por parte de algumas participantes, talvez por falta de estímulo, inclusive por parte das mulheres, não houve continuidade do processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses dez anos de luta pela moradia, os Sem-Terra da Leste II vêm sem dúvida contribuindo para a construção de um espaço urbano mais justo. As grandes ocupações de terras ociosas na Região, em 1987, são um referencial bastante significativo na história da moradia popular na cidade de São Paulo. Elas marcaram o encontro de vários movimentos que lutam por moradia nas diversas regiões da cidade, dando origem em 1988, a **União dos Movimentos de Moradia**, que tem como principal objetivo o fortalecimento da luta em torno da criação de uma política de moradia popular. O resultado mais expressivo dessa trajetória dos movimentos organizados foi o **Primeiro Projeto de Lei, de Iniciativa Popular**, apresentado ao Congresso Nacional em novembro de 1991, com a finalidade de criar um **Fundo Nacional de Moradia Popular**.

Os Sem-Terra da Leste II tiveram um importante papel nesse processo, na medida em que, há muito tempo vinha sendo discutido entre seus participantes a necessidade de uma articulação mais ampla entre os vários movimentos de moradia. E, quando ocorreram as grandes ocupações de 1987, devido a organização do Movimento em toda a Região, coube a ele o processo de organizá-las. Ampliaram-se então as discussões e encontros entre os diversos movimentos de moradia de São Paulo e a contribuição dos Sem-Terra da Leste II foi bastante considerável, pois, como vinham lutando pela moradia desde 1984, tinham adquirido relevantes experiências no decorrer do processo.

Conforme o relato de uma personagem: "Discutimos sobre a História do Movimento, pois percebemos a importância dele e que temos muita coisa boa pra estar contando em relação a nossa caminhada. E que, daqui a alguns anos, se acontecer uma reforma urbana em São Paulo, nós enquanto Movimento, contribuimos muito pra isso! E aí o que vai acontecer? Nunca será mostrado que foi uma luta da classe trabalhadora, e sim de algumas autoridades, não do povo, que lutou para isso acontecer" (Maria de Fátima Rodrigues de Souza).

Os Sem-Terra da Leste II, a partir da luta pela moradia, vêm contribuindo não só para um espaço urbano menos segregado, como também para uma sociedade mais democrática, enquanto vão forçando brechas para a participação popular e a criação de novos direitos; na medida em que apresentam propostas exequíveis, desde que haja vontade política para executá-las. Conforme o relato de uma personagem: "Por isso, o Movimento dos Sem-Terra é importante, e não apenas ele, mas todos os movimentos sociais. Eles têm objetivos, não se organizam por acaso, ou porque seja bonito e sim porque algo está errado e é preciso consertar. Os movimentos sociais são muito importantes para o país, pois o povo organizado se conscientiza do que precisa ser feito"⁶⁶ (Azenathe Brazil dos Santos).

"Aprendi muito com o Movimento e, assim como eu, outros também aprenderam! É muito importante participar de movimentos sociais, porque a gente aprende ir atrás dos direitos! A noção de direitos do povo se aprende nesses movimentos. Eu não sabia nada do que sei hoje, pois nas escolas só aprendi

⁶⁶ Ver depoimento completo no Anexo I.

teoricamente coisas totalmente diferentes da realidade. Foi participando que senti na pele aquilo que a maioria da população desse país precisa. Aí a gente percebe que a organização é o caminho" (Idem).

E para perceber o caminho ao qual se refere a personagem, algumas instituições tiveram grande importância, como a Igreja Católica, por exemplo (ou parte dela), principalmente no trabalho paciente das Comunidades Eclesiais de Base. Aí, inicialmente, essas pessoas foram discutindo e percebendo que os direitos não são doados e sim conquistados. Essa percepção é bastante lenta e não homogênea, mas representou, sem dúvida, um passo fundamental na vida da população da periferia pobre, permitindo assim que "novos personagens entrassem em cena", como afirmou Sader (1988).

Fazendo uso do relato de um personagem: "Sempre tive e continuo tendo a convicção de que reivindicar, organizar-se em movimento da categoria, da comunidade, sempre é positivo! Sempre dá certo! Mesmo que, de imediato, não se consiga aquilo que se queira. Quando uma mulher, ou um homem trabalhador, consegue, em praça pública, se manifestar, gritar na defesa de uma causa, quando ele dá um passo avante, pega um microfone, nesta hora nasceu um homem novo! Nasceu um homem! Nasceu uma mulher! Quando essa mulher tem possibilidade de dizer a um vereador, a um deputado, a um bispo: "É assim, eu acho que é assim", nasceu um homem novo, é o exercício da cidadania! E é por isso que eu acho que nós não devemos esmorecer nesse trabalho miúdo, dos pequenos grupos, das pequenas reivindicações, pequenas iniciativas. É claro que vão ganhando sentido depois de articulados, na medida em que vão tendo uma vinculação com o mundo do trabalho, com a questão de classes sociais" (Dom Angélico Sândalo Bernardino).

"É preciso que o povo fale, é preciso que o povo se manifeste, que passe a confiar em si! Eu gosto muito de uma frase do Evangelho de Lucas, que diz: 'Levantem a cabeça, a salvação de vocês está próxima, a libertação de vocês está próxima'. Eu acho que essa libertação passa por vários canais... O homem sente que, ao lado do companheiro, ao lado de outra pessoa na comunidade, na socialização, ele é autor da história" (Idem).

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelo Movimento dos Sem-Terra da Leste II, que o faz caminhar muito lentamente durante determinados períodos, podemos afirmar que ele vem contribuindo para a construção de um espaço urbano mais justo, de uma cidade um pouco mais democrática.

ANEXO I - ENTREVISTAS

- Valdenice Vidal da Silva

- Maria do Socorro Rodrigues dos Santos

- Maria de Fátima Rodrigues de Souza

- Valfredo Ferreira

- Elgito Boaventura

- Dom Angêlo Sândalo Bernardino

- Pe. Antonio Luís Marchioni

- Azenathe Brazil dos Santos

- José Roberto Sackl

- Laila Nazem Mourad

- Maria José

- Dalcides Batista da Silva Neto

- Edivaldo Neres Dias

VALDENICE VIDAL DA SILVA

"Embolaram todos os barracos e fizeram mais pequenos do que já era, mas nós ficamos contentes, pois passando as máquinas, é que já ia construir as casas."

A área aqui é chamada Jardim São Carlos e tem 1.750 casas, só que, para o Movimento dos Sem-Terra, não foi destinada nenhuma. Eu entrei pelo Movimento de Urbanização de Favela. Essa área foi destinada para favelados, mas uma parte dos Sem-Terra ocupou ela, né? Só que, quando a gente chegava aqui para fazer ficha, não podia dizer que era dos Sem-Terra. Precisava dizer que pertencia ao Movimento de Favela. O pessoal dos Sem-Terra foi esperto e diziam pertencer ao Movimento de Favela.

Quando a área foi ocupada, a maioria era dos Sem-Terra, poucos do Movimento de Favela tiveram coragem de entrar. Mas, para o governo, ficou como Movimento de Favela. Existem muitas famílias dos Sem-Terra aqui, só que eu não sei certo quantas. Liderança tem eu, o Chico Terra, a Lucila e povão, deve ter uma 250 famílias. As outras famílias vieram do Movimento de Favela.

Aqui perto são três áreas com famílias dos Sem-Terra: Jardim São Carlos, que é aqui, A. E. Carvalho e Águia de Haia. Só que Águia de Haia e A. E. Carvalho foram declaradas para o Movimento, por isso, lá tem muito mais famílias dos Sem-Terra. Mas, também, entrou gente que não era do Movimento.

Eu não sabia o que era Pastoral da Terra. Apenas participava, na comunidade, da equipe de liturgia e via, na missa de domingo, eles anunciando que quem quisesse lutar pela casa própria, deveria fazer o cadastro na Pastoral da Terra.

Aí, eu fiquei empolgada e fui fazer a ficha. Eu morava na casa de uma prima, que tinha invadido um terreno da Prefeitura. Era um quartinho, onde morava toda a família e eu, com minha filha novinha, dava o maior problema.

Pensei que, quando fizesse a ficha, já vinha o terreno, já comprava o material, construía e pronto! Pensava que era tudo muito fácil e fui. Foi em 1984, logo que surgiu o Movimento na minha comunidade, na Sagrada Família, que fica entre a Vila Buenos Aires e Cangaíba.

O pessoal dizia que tinha que participar, mas eu não estava nem aí, participava só na comunidade e a reunião da terra ficava em último lugar. Se desse, eu ia, se não desse... Quando foi um dia, um rapaz me pegou na liturgia: "Como é, moça, não quer ganhar pontos? Então, sua casa não vai sair!" Foi quando resolvi participar e ir a todas as reuniões. Tinha caravana, eu ia para pegar dois carimbos, ver se minha casa saía primeiro. Mas, nem com isso a casa saía!

Na comunidade, sempre pediam gente para ajudar, que a Pastoral precisava de gente para dar força e contribuir na Região. Eles chamavam, antigamente, "Grupo dos Cem" porque era um grupo de cem pessoas, com representantes de todas as comunidades. iam dois ou três representantes de cada comunidade e traziam tudo anotado pra gente, o andamento e as novidades que tinha.

Na minha comunidade, a moça que ia, vivia dizendo que seria bom que a gente participasse, para ter mais consciência e ver que a Pastoral da Terra não era só isso, que tinha muito mais para aprender. Então, eu resolvi conhecer melhor a Pastoral da Terra e fui até a Região.

Quando cheguei lá, para participar da reunião do "Grupo dos Cem", vi que a maioria do pessoal era esperto e já discutiam outras coisas, não só a Pastoral da Terra. Discutiam política e outros meios, quando ainda era quase proibido falar sobre política na comunidade.

Então, levei tudo aquilo para a comunidade: "Gente, a Pastoral da Terra tá muito boa e nós vamos conseguir nossas casas!" E o pessoal estava cheio de dúvidas, meio desanimado, né? Eu no maior pique, muito animada, sempre achando que a gente ia conseguir.

Mas, era preciso que todos fossem saber o que era a Pastoral da Terra. Ficar só no grupinho não dava certo, pois, um monte de gente pensava igual a mim, que era só chegar lá, fazer o cadastro e a casa já saía. Ou então, que chegava a carta por baixo da porta e que era só ficar esperando! E não era por aí, a gente tinha que ir à luta mesmo.

Foi assim que eu comecei. Depois de algum tempo, o coordenador teve que sair e eu assumi o lugar dele. Pedi às outras pessoas da comunidade para ajudar, a gente tinha muito apoio deles. Todos davam a maior força, se fizesse uma caravana, eles compareciam, ajudavam com dinheiro.

Desde a hora que resolvi assumir mesmo a luta na Pastoral da Terra, minha prima, com quem eu morava, começou a dizer que não dava mais, pois, participando das reuniões, eu chegava sempre tarde em casa, e que não ia mais abrir a porta. Ela disse: "Ou a comunidade, ou a minha casa". Então, eu aluguei um quarto na mesma rua onde a gente morava, lá na Vila Buenos Aires, e fui morar com minha filha, que ainda era bem pequena.

Fui morando lá, pagando aluguel, lutando por casa e estudando. Era uma "barra" bem pesada, mas eu não queria desistir da luta, porque acreditava, né? Muitos não acreditavam, me criticavam, riam da minha cara, gozavam comigo e eu sempre dizendo: "Não vou desistir!" Fiquei firme na luta, participando na Região, na comunidade, levando os informes, as novidades. Foi assim a luta nossa.

Quando eu mudei pra aqui, ainda continuei a participar da comunidade na Vila Buenos Aires por um bom tempo. Depois saí, pois tinha Pastoral da Terra aqui na comunidade e estavam precisando de gente pra ajudar. Agora, eu participo aqui mesmo.

A história da ocupação dessa terra é bem antiga. Tudo começou quando nós fizemos uma grande caravana até o palácio, pois, já tinha ido falar com o Jânio, prefeito na época, que além de não receber ninguém, jogou jatos

d'água no pessoal. Todos já estavam cansados e resolveram ir buscar uma resposta concreta, pois, com tanta terra aqui, tanto lugar pra fazer casa e o pessoal sem ter onde morar.

Então, a gente foi lá, mas ele não recebeu a comissão. Nós voltamos e marcamos uma assembléia em São Miguel para vir o governo, mas ele não veio. Aí, nós fizemos outra caravana e fomos até lá novamente, em 19/3/87. Chegando lá, o Quércia não apareceu e quem atendeu a gente foi o secretário da Habitação. Ele saiu cá fora, dizendo que não tinha solução a dar para o Movimento, pois não tinha terra! Então, o pessoal, já "de saco cheio", e com essa resposta que ele deu, resolveu ocupar essa área.

Houve uma reunião particular, muito secreta, no Jardim Penha, onde participaram a Lucila, dona Elza, Valcira – que era coordenadora do Movimento de Favela –, Chico Terra, o Ticão e muitas outras pessoas. Depois de tudo discutido e organizado, a ocupação foi marcada e no dia 20/3/87, o povão veio em peso pra cá. Aí, veio a polícia e tirou. A polícia veio e disse que não podia ficar e o pessoal saiu. Depois, voltaram de novo. Aí, veio mais gente, com muito mais "pique", veio o povão inteiro! Eu vim junto, veio os apoios de muitas comunidades. Eu sei que estava distraída, quando chegou um padre lá do Burgo e disse: "Nice, você não vai entrar? Tá todo mundo entrando"!

Aí, eu vim com tudo, pois eu tinha vindo só como apoio. Chamei um moço da minha comunidade e entramos com várias famílias. Virou uma bagunça, pois a polícia tirava e as pessoas voltavam, dizendo que já tinham procurado todo jeito de negociar a terra e que agora iam mesmo invadir. Ocupamos essa terra e ficamos vários dias. A polícia deu um tempo e todos já estavam até pensando que

não iam mais voltar. Quando nós menos espera!... Escorpião aqui, Nossa Senhora, tinha de montão! Só via gente mordida! Dormir, ninguém dormia, ficava a noite rolando naquela cabana. Quando amanheceu, fomos levar uma moça, que o escorpião mordeu, ao médico. Na volta, quando chegamos aqui, menina do céu! Só vimos batalhão de choque, as crianças apavoradas, chorando! E qual a nossa arma? Nossa arma é Deus! A única!

Pedíamos a eles, implorávamos, e nada. Só exigiam que a gente saísse, e pronto. Nós dizia que não tinha pra onde ir e eles respondiam: "Assim como vocês veio, vocês vão!" Mas nós não queria ir! Não dava pra voltar pro aluguel, outros tinham vindo do barraco e não queriam voltar pra ele.

Eles tiravam as coisas da gente, jogavam pra um lado e a gente ia pro outro. Ameaçavam, dizendo que iam levar nossas coisas para o Cetren, mas a gente sabia que lá não cabia tanta gente. E foi uma bagunça! A polícia em cima! Até que o secretário de Habitação veio aqui na área, querendo saber de onde era aquele pessoal. Ele dizia: "Essa área aqui é destinada ao Movimento de Favela e não ao Movimento dos Sem-Terra". Foi aí que a gente foi usar o argumento que era do Movimento de Favela.

Então, eles fizeram o recadastramento e prometeram que dentro de três meses estaria construído. Isso foi em 1987 e eles falaram três meses! Tudo bem, então nós vamos esperar aqui mesmo, não vamos sair, pois não temos para onde ir. E eles diziam que era preciso sair, pois tinham que construir. Aí, marcaram convocatória, fizeram um monte de documentos e o pessoal perdia dias de serviço. A gente ficava vigiando essa área 24 horas por dia, não podia sair, era direto ficando aqui! Se saísse, eles cercavam de polícia e ninguém mais entrava.

Recebemos muito apoio da liderança. Nessa época, a liderança era mais forte, tinha muita gente. A Pastoral da Terra inteira apoiou a luta aqui e ficou junto. O Ticão deu a maior força!

Terminado o cadastramento, eles disseram que, dentro de três meses, as casas ficavam prontas. E vamos esperar essas casas. Só que não podia fazer barraco, barraco de madeira não, tinha que ser aquelas cabaninhas mesmo, senão virava favela. E a gente agüentando! Quando chovia, ficava aquele golfão d'água em cima do plástico e nós ali debaixo, tinha que empurrar e aí molhava tudo, pois o plástico era pequeno. Olha, foi um sufoco! Eu gastei muitos metros de plástico, arrumava um lugarzinho e marcava, lá vinha alguém e tomava, eu tornava ir e marcava outro, o maior sofrimento. Passou.

Eles sempre dizendo que logo iam sair as casas. E o pessoal em negociação, direto com eles lá, né? Eles nunca mais vieram aqui e nosso pessoal não saía de lá pra conversar. Até que eles resolveram que não ia dar para as casas sair agora, pois era uma área muito grande e tinha que dispersar o pessoal. Aí, resolveram fazer barraco de madeira, mesmo contra a vontade do governo. Começou de um em um, pois eles não deixavam. Mas, o povo teimou e fez! Não dava pra continuar assim, as crianças ficando amarelinhas, no frio, na chuva! Uma pessoa fez o barraco e o resto acompanhou.

Eu fiz um barraco e ficou tão bonito! A comunidade que fez pra mim. Nessas alturas, eu já tinha mandado minha filha pra Bahia, pois não dava pra estar na ocupação com ela. Nós ficamos nesses barracos de madeira por um bom tempo, até que eles resolveram fazer a terraplenagem. Tirou os barracos daqui e passaram pra uma área emprestada da Prefeitura. Embolaram todos os barracos

e fizeram mais pequenos do que já era, mas nós ficamos contentes, pois, passando as máquinas, é que já ia construir as casas. Essa terraplenagem demorou muito! Depois, veio a construção das casas e nós esperando, ninguém saía! E eles: "Gente, pode ir, que as casas vão sair e vocês não precisam ficar em cima, não". Não, nós não ia sair!

Ficamos no barraco olhando, vendo a construção, do primeiro bloco colocado até o último! Tudo bem, nós vimos... Fizeram as casas. Demorou, mas saiu! Estava tudo pronto. E agora, as casas fechadas e nós continuando a morar no barraco.

No mínimo, o governo queria fazer seu jogo político, né? Ele queria fazer sua campanha para presidente. Ele fez um pouco de campanha na área para o prefeito. Ele entregou a primeira etapa de casas e acho que pensou que, se ganhasse as eleições, depois fazia o resto. Ele soltou a primeira etapa de casas em novembro de 1988, saiu 179 casas. As outras amarrou, não soltava mais! A gente brigava, sofria e ele nem tomava conhecimento.

Foi quando nós resolvemos que tinha que pressionar de outro jeito, pois já estávamos cansados de esperar essas casas. Eu já tinha a convocatória, sabia que vinha morar aqui, que era daqui, e que eles não tinham como me tirar dessa área. Só que não me conformava, tanto tempo a casa fechada e eu morando em barraco. Não dava pra agüentar!

Decidimos ocupar as casas. De novo, mais uma vez, pois em A. E. Carvalho e Águia de Haia, já tinham tentado ocupar. Agora, ia tentar aqui no São Carlos. Foi um grupo pequeno. Uma pena, o grupo ter sido pequeno e mal-

organizado. Não foi a Pastoral da Terra toda, foi um grupo que decidiu, teve idéia de dar uma pressão nesse sentido e veio. Era um grupo de pessoas que tinha sido despejada, mas tinha também gente de favela, de aluguel. Tinha gente de todo jeito. Eu também fui e quando nós entramos nas casas, a polícia veio e tirou. Mais uma vez, enfrentar a polícia! Tiraram nós de dentro das casas, mas a gente tornou a voltar e ficamos três dias. Nós conseguimos até dormir, sem eles saber. Entrava pela janela e parecia tudo normal, por fora não viam que a gente estava lá. Depois, quando eles descobriram que a gente tava dentro, chamaram o batalhão de choque. Mas não chegou a ter violência, graças a Deus!

A gente não tava bem organizado, mas soube o que fazer. Com a polícia, a gente não ia ter força, né? Eles são um monte e nós somos poucos. E depois, eles estão cheios de armas e nós só temos a força de Deus, que é suficiente pra gente, e coragem de lutar.

Depois disso, acampamos do lado de fora, na rua do conjunto. Fizemos uma ocupação grande, coberta de plástico, com as famílias todas debaixo. Tinha cama, fogão, colchão e ali mesmo a gente cozinhava, comia e dormia. Ficamos 15 dias nesse acampamento.

Eles vinham negociar e negavam. Quando nós pressionava, eles respondia: "Não dá pra entrar nas casas, porque não têm esgoto, nem luz, e o governo não pode entregar assim". Mandavam a gente sair dali, porque estava atrapalhando o restante da obra. Mas, a gente não saía, só com uma resposta concreta, quando as famílias fossem mandadas para algum lugar. O pessoal queria moradia e nem precisava ser ali. Eles queriam morar, não importava onde. É casa que todos queriam! Podia ser no A. E. Carvalho, Águia de Haia, no Mabel,

Encosta Norte, onde fosse, o negócio era a casa! E eles sempre dizendo que não tinha jeito, e as famílias ali, firmes. Todas sabendo que o governo é rico, que tem terra sobrando em todo lugar e até conjuntos prontos. Se não tivesse casas prontas, as famílias não estava pressionando, mas as casas estavam ali, fechadas...

Foi reunião mais reunião, muita discussão e o pessoal acampado, esperando solução. Todos já eram cadastrados, não só aqui, tinha gente do Mabel, do A. E. Carvalho e que nunca foram chamados. Quando eles viram que o cadastro já era tão antigo e que ainda não tinham sido chamados, trataram de resolver. Rapidinho, arrumaram casa pra todo mundo. O pessoal que resistiu até o fim mudou na semana passada para as casas. Conclusão, nós, que ia receber as casas só em outubro, recebemos agora, pois eles tiveram medo de uma grande ocupação.

Perto da eleição é sempre assim. Eles pegam as casas e põem no joguinho deles, lá. Vê quem está fazendo campanha pra eles, quem é o cabo eleitoral e aí recebe casa. Queriam dar uma de bonzinho e dizer: "Eu dou as casas!"

Aqui teve um jogo político da Secretaria da Habitação, muito pesado. Tinha um acordo de alguns da coordenação com eles e que o povo nem ficou sabendo. A única coisa que o povo fez aqui, foi lutar pelas casas, mas não houve partilha da Secretaria com a gente. As nossas famílias ficaram com a menor parte, o pessoal que acampou pegou menos casas. Mas, eles sempre pensando que a gente era da favela. Para a Secretaria da Habitação, só agora ficou claro de que somos do Movimento dos Sem-Terra, pois já tivemos muitas brigas.

No começo, o pessoal do Movimento de Favela criou um pouco de problema com a gente, porque a área era só pra eles, né? Mas, se os Sem-Terra não tivessem ocupado, até hoje não teria construído. O Movimento de Favela jamais ia topar ocupar assim, resistir e lutar! Eles podiam até ocupar e fazer barraco, mas não ia passar disso. Eles não lutam para construir, por isso tem tanta favela. Talvez eles não tenham consciência política, né? Mas, é que eles já estão tão cansados, desiludidos da vida, morando em barraco, sempre. Eles não têm mais esperança de ter uma casa. Aqui tem muita gente que nunca tinha morado numa casa! A vizinha aqui do lado mesmo, nunca tinha tido casa. Os pais moravam na favela, teve os filhos e morreram na favela. Agora, ela casou, tem dois filhos e morava na favela, até que veio pra essa casa. E quando ela veio pra cá, foi na intenção de continuar na favela. Só que a nossa luta não era de favela, nossa luta é para construir casas!

Nessa nossa luta, a Igreja é muito importante! Sem ela, eu não sei se a gente teria a mesma força. Não é "puxando o saco" da Igreja, mas é que ela está mesmo do lado do povo. Porque tem duas opções pra ela, ou ficar do lado do povo, do povo que está precisando, ou então ir para o lado da burguesia. Agora, tem também aquela Igreja que está de porta fechada. Tem duas Igrejas. A Leste é uma das Igrejas que está mais aberta ao povo. Aqui, quase todas as igrejas têm Pastoral da Moradia. E a maioria desse Movimento surgiu de lideranças da Igreja, são leigos que participam da comunidade e que, de repente, resolve assumir um trabalho de compromisso com o povo, como é o caso da Pastoral da Moradia, da Saúde e outras Pastoral.

Eu participei de grupo de liturgia na comunidade da Sagrada Família, lá onde eu morava. Grupo de liturgia é onde o pessoal se junta e discute a missa do domingo. Ensaia os cânticos, prepara a leitura que vai ler na missa, e coisas assim. Eu participei desse grupo, até assumir a Pastoral da Terra. Depois, ela tomou todo meu tempo e não deu mais pra participar de outras atividades. A Pastoral da Terra toma tempo mesmo! E é um trabalho de base que a gente precisa assumir, nós, leigos, devemos assumir esse trabalho.

A maioria das pessoas, quando consegue a casa, abandona o Movimento. Quem tem bastante consciência, que é o meu caso e de outras pessoas, não abandona. Vamos ajudar para que outras pessoas consigam. Mas, eu conheço lideranças que dizem: "Sou coordenador até sair minha casa, depois, não conta comigo". Isso acontece com o povão mesmo, pois, quando tem uma caravana dos Sem-Terra, se fosse todo mundo que já está nas casas, seria uma caravana e tanto. Mas só vai quem não tem casa, que ainda é Sem-Terra mesmo! Há um grande comodismo por parte do pessoal. Conseguiu o seu, o resto que se dane.

Já existe muita conquista do Movimento. Tem aqui, o Águia de Haia, A. E. Carvalho, Parque Santa Rita, Jardim Gianeti, Curuçá, Jardim Mabel e outros, que não lembro.

Eu nasci na Bahia, em Itororó, num sítio. Minha família trabalhava na roça, plantando mandioca, milho, feijão e outras coisas assim, pra vender na cidade, era aquela vidinha da roça. Depois, meu pai comprou uma casa numa cidadezinha do interior, chamada São José da Colônia, mas acho que nem existe no mapa, de tão pequena que é. Moramos aí uns dois anos e minha mãe se

separou do meu pai e arrumou outro marido. Então, voltamos pra roça de novo, fomos trabalhar numa fazenda de cacau. A fazenda chamava Colônia e era imensa. Ficava próxima da cidadezinha de São José de Colônia, e ali a gente era explorado mesmo. Trabalhava na plantação de cacau, cuidando até que ele estivesse produzindo e, como era bastante, enquanto plantava um, o outro já estava produzindo. Muito pouco trabalhador e muito trabalho! Pagavam uma miséria, na época, eu hoje nem lembro quanto. O que eu ganhava lá em um mês, ganhava em um dia quando cheguei em São Paulo. A gente trabalhava, ganhava aquela miséria e no sábado meus pais iam na cidade e mal compravam comida. Roupa, a gente quase não tinha.

Depois, a gente cresceu e eu estava com 17 anos quando vim pra São Paulo, grávida de um mês. Vim morar com minha prima. E eu nunca esperava que ia entrar numa luta dessas! Vou fazer 24 anos em dezembro e sou mãe solteira, mas não vim pra São Paulo por isso, esse processo nem chegou até minha família.

Eu era novinha, inexperiente e o que mais queria era liberdade. Acho que eu já tinha o dom da luta, só que não sabia. Lá, a gente morava nesse sítio e andava uma manhã pra chegar até a cidade e eu vinha a pé pra assistir procissão, missa, essas coisas. Minha família era católica que não assumia, só eram batizados, mas não freqüentavam. E eu tinha aquele dom, queria conhecer melhor, participar e vinha pra missa, mas minha mãe não gostava muito. Eu era muito presa e queria liberdade. Não sabia como, mas queria essa liberdade e meus pais não admitiam de jeito nenhum. Foi quando engravidei dela. Mas não sentia nada pelo pai dela, não tinha amor! Coisa de criança, mesmo. E eu nem pensei em casamento, só queria fugir!

Quando meu primo foi me buscar, não sabia de nada. E minha mãe não queria que eu viesse. Então, eu ameacei, dizendo que se não deixassem, eu ia fugir. Eu sabia o que estava acontecendo comigo! E eles não sabiam que eu estava grávida. E o pior é que eu só tinha 17 anos, mas ameaçava fugir. Até que me deixaram vir.

Quando cheguei aqui, a situação complicou comigo. Fui, grávida, morar com minha prima, sem conhecer nada, não tinha estudado. Fiquei morando com ela e cuidando do filho dela, mais de dois anos. Depois que minha filha nasceu, arrumei uma moça pra tomar conta dela e fui trabalhar. Só vinha ver ela no fim de semana. Ganhava pouco, mas pagava alguém pra olhar a menina, pois não estava agüentando mais morar com minha prima.

Depois, arrumei um trabalho pior. Fui ser doméstica, numa casa de família, era uma mulher muito rica lá no Morumbi. Trabalhei oito meses e falei: "Agora não dá mais", pois tinha que ficar até 15 dias sem ver minha filha. Resolvi sair e trabalhei em algumas firmas e em oficinas de costura.

A situação com minha prima foi se complicando e piorou mais quando resolvi assumir pra valer a luta da terra. Foi quando aluguei um quartinho e fui morar com a menina. Aí, melhorou um pouco. Entrei na escola, pois mal sabia ler, mas foi preciso largar por causa da luta, pois as reuniões são sempre de noite e a aula também. Mas vou voltar a estudar o ano que vem.

Agora, estou desempregada. Faz tempo que estou sem emprego, mas vou me virando com bicos. Graças a Deus, tenho muitos amigos agora e tenho uns lá do Burgo Paulista, que trabalham com vendas de rua, cartelas de

rifa, e me levaram pra trabalhar com eles. Pagam um salário mínimo e mais uma comissão pequena. Por enquanto, estou me virando com isso.

Durante as ocupações, não dava pra trabalhar normal. Agora, vou voltar a trabalhar segunda-feira, com fé em Deus! Também vou fazer um concurso da Prefeitura, pra ajudante de cozinha da creche, e se eu passar, vai ser uma boa. É uma creche aqui perto, onde minha filha fica. Essas creches até que são boas. Essa aqui, agora, melhorou, mas foi preciso muita luta nossa também, pois era uma porcaria. Era uma creche muito fechada, os pais não tinham participação, nem sabiam o que acontecia lá dentro! Se uma criança ficasse doente, tinha que trazer o filho até lá fora, pois os pais não podiam entrar. Agora, a situação é bem outra. Formamos uma comissão de mães e batalhamos!

Eu aprendi muito com essa história de movimento, de PT e tudo mais. Agora, com o PT, nós não vamos abusar, mas também não vamos deixar de se mexer, né?

Quando minha filha voltou, eu estava trabalhando e não podia deixar ela na rua. Aí, fui até essa creche procurar vaga pra ela, pois não tinha achado escola. Ela não tinha mais idade, pois a creche é até 4 anos, se não me engano, e ela já ia fazer 6. Mas, na rua é que não podia ficar; dinheiro pra pagar, eu não tinha e acho que eu merecia. Quanta luta a gente já fez... E todos merecem, eu fiz alguma coisa pra merecer. O negócio era lutar por isso.

Fui até lá e a moça disse que não podia, não sei o quê, e coisas assim. Todo mundo reclamando que a creche nunca tinha vaga, que faziam matrícula e não eram atendidas. Tinha gente esperando há dois anos!

Procuramos a Delegada de Ensino, que era a Marta Campos e marcamos uma reunião aqui. Ela veio discutir o assunto e fizemos outra reunião, no mesmo dia, com a diretoria da creche. Tinha lugar para 160 crianças e só atendia 53. A diretora alegava que não tinha funcionário e mais não sei o quê. Agora, está com 94 crianças. Aí, eu aproveitei e conversei com a Marta sobre o problema de não ter onde deixar minha filha. Disse que sabia que era provisório, pois a idade dela não é mais pra creche; é de prézinho, mas eu não podia deixar a criança na rua. Então ela deu autorização e eu consegui que a menina ficasse lá, mesmo provisório.

Pronto, melhorou cem por cento essa creche, só faltava um cutucão! A comunidade está junto com a creche agora e melhorou pra todo mundo. E é assim que tem que ser, as coisas devem servir pra população, senão não adianta!

Nós tentamos fazer um Conselho Popular aqui, mas não deu certo. A maioria desses moradores não gosta de participar de reuniões. Tem muita gente aqui do PC do B, mas que não se assumem, vivem negando. Na época das ocupações aqui, só alguns deles estiveram junto com a gente mesmo, como a Ana Martins, o Beto e a dona Cotinha.

Eles Têm uma luta diferente da gente, mas nós aceitamos, é luta, é pelo povo, então nós tamos juntos. Nós somos do PT e a gente bagunça, mesmo! É nosso direito, o mundo é nosso e tamos aí. Não é só nosso, mas temos maior parte, pois estamos do lado da verdade. Então, a gente se identifica logo, não tem isso de esconder, somos do PT e pronto! Tenho raiva de quem nega.

Na época da eleição, o PC do B apoiou o Quércia e teve uma cobrança muito grande, por isso eles têm "colher de chá" dentro da Secretaria da Habitação e nós, do PT, não temos.

Aqui dentro não tem quase trabalho político nosso, pois a maioria das lideranças apoiou o Quércia, e quem é da Pastoral da Terra, quase não tem espaço.

A liderança aqui não representa o povão, não batalha. Eles são como bonecos, só concordam com aquilo que a Secretaria fala. O povo não participa de nada, só três ou quatro lideranças que resolve tudo. E ainda chamam isso de trabalho comunitário!

Aqui pertence ao Setor Ermelino Matarazzo, mas o bairro é Jardim São Carlos.

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DOS SANTOS

"Acho que valeu a pena ter lutado, pois se eu tivesse ido na conversa do meu marido não estaria hoje no que é meu!"

Eu comecei a participar do Movimento dos Sem-Terra em 1984, pois a gente estava numa situação muito difícil, com meu marido desempregado.

Nessa época, uma vizinha muito legal me ajudou bastante. Ela via que eu era esforçada para fazer qualquer serviço e perguntou o que eu queria fazer para ganhar um dinheirinho, e respondi que se tivesse dinheiro para comprar doces, iria vender na porta da escola... Eu lembro como se fosse hoje, que ela me emprestou 70 cruzeiros, e esse dinheiro agora não compra nem uma bala, né? A gente foi lá em São Miguel, compramos os doces e eu fiquei na porta da escola, vendendo. O dinheiro servia para pagar água e luz, mas para o aluguel, que era bom, não tinha mesmo.

Então me falaram: "Vai lá na igreja de São Francisco – eu morava ali no Pedro Nunes, do outro lado – porque lá tem assistente social que ajuda e não sei o quê..." Eu já tinha morado aqui em Ermelino Matarazzo e vinha na igreja só dia de domingo, pra assistir missa. Quando cheguei aqui, "caí do cavalo", porque não ajudaram em nada. Bom, pensando bem, ajudou sim, porque me mandaram conversar com o padre e explicar minha situação.

Fiquei esperando, enquanto pensava: "Meu Deus, o que é que vou pedir a ele?" Eu não sabia nem o que pedir... Uma vergonha de falar! Quando vi ele, fiquei tremendo, amarela, sei lá... Então falei: "Padre, eu queria que você me arrumasse um barraco para morar na favela". Aí, ele falou que não tinha barraco e que os que existiam já estavam todos ocupados, e se eu não queria entrar para o Movimento da Terra que estava sendo anunciado naquele mês. Se eu quisesse, pegasse uma ficha, levasse para casa, e se estivesse interessada, voltasse com ela preenchida.

Então, eu peguei a ficha e, em casa, conversei com meu marido e ele foi logo dizendo, que esse negócio não ia dar em nada, e que eles queriam era invadir terra! Tinha acontecido uma invasão lá do outro lado e eu até chamei ele pra invadirmos também, mas ele não quis, com medo.

Escondido dele, preenchi a ficha e vim trazer aqui. O Movimento estava começando e a minha ficha foi número 25! A primeira reunião foi lá em São Miguel, em maio de 1984. Eu assisti à reunião e entrei firme na luta. Mas, depois, o meu filho morreu, eu fiquei desesperada! Queria mais que o mundo acabasse em açúcar, para ver se eu morria doce... Eu não queria saber de mais nada! Larguei tudo por alguns meses, mas o pessoal amigo me deu muito conselho, que não era por aquele caminho, que ele tinha morrido, mas que eu tinha que levar a vida em frente...

Depois de recuperada, voltei para as reuniões e peguei mais firme, participando de tudo. Também porque eu não gostaria de ficar em casa, pois não me sentia bem, eu preferia ficar ajudando aqui na igreja, naquilo que sabia.

Participei do Grupo do Desemprego, logo que começou eles me chamaram, mas, eu era "tapada", tinha vergonha de falar... Começava a tremer e suar frio! Aí o Cássio e o Sebastião foram os coordenadores do grupo, pois eu não sabia falar. Fiquei ajudando eles nas compras e nas outras coisas que sabia fazer. Depois de algum tempo, eles me botaram pra fazer reunião, e apesar da tremedeira, as coisas andaram e ajudava o pessoal. Assim, passamos dois anos e meio com o Grupo dos Desempregados... depois o Grupo acabou e até hoje eu estou aqui!

Acho que valeu ter lutado, pois se eu tivesse ido na conversa de meu marido, não estaria hoje, no que é meu. Nem sei onde estaria agora, pois condições para pagar aluguel, não tenho. Porque era eu que tinha que batalhar, para não deixar o aluguel atrasar!

Quando meu filho morreu, fiquei muito desesperada, mas Deus soube o que fez! Ele morreu de broncopneumonia, quando tinha seis meses. Agora, estou grávida e despreocupada, pois pelo menos já tenho casa... Depois de tanta luta!

Eu nasci em Juazeiro, na Bahia. Vim para São Paulo com 20 anos. Eu era solteira e fui morar na casa de um tio. Com um ano e dois meses que estava aqui, me casei. Meu marido também é baiano, mas a gente só veio se conhecer aqui em São Paulo. Faz 11 anos que moro em São Paulo. Logo que me casei, vim morar aqui em Ermelino, no quintal dos outros! Morei um ano aqui, depois fui lá pra Pedro Nunes. Só duas casas, quer dizer, três, com essa que agora, graças a Deus, é minha!

Eu entrei no Movimento em 1984 e só fui conseguir construir minha casa em 1987. Em 27 de dezembro de 1985, a gente estava assinando os contratos dos lotes lá do Parque Santa Rita, onde fica minha casa.

Nós ocupamos a Regional... A primeira ocupação da gente foi na Regional de São Miguel, no tempo do Mário Covas, em 1985. Nós ocupamos e o Covas falava pra gente desocupar, que ele negociava... Mas nós não saímos até ele negociar! Ele prometeu 1.200 lotes, mas só saíram 637... Para o Parque Santa Rita, 291, Jardim Míriam, 215 e para Nélia, 120.

Lá no Santa Rita foi a maior correria, pois já era 27 de dezembro, perto do Covas sair, e todos com medo de ficar sem terra! Fomos eu, o Cássio, o Valfredo, a Fátima e a Enilda, olhar os lotes. Em seguida voltamos com o engenheiro e o arquiteto e todos gostaram muito da área e tinha mais que gostar mesmo, senão nem lá, nem no inferno! Daí, a Prefeitura comprou a área e foi o maior sufoco para dar tempo de todos assinarem, teve gente que ficou lá até a meia-noite.

A gente assinava no livro e via o número da quadra e do lote, mas não entendia muito bem. Eu mesma não sabia que diabo era aquilo de lote e quadra! Eles, que estavam por dentro, sabiam – era uma área loteada –, mas não explicavam. Um dia, lá na Regional, eu xinguei, pois me botaram perto da favela, e eles disseram que eu poderia ter pegado mais pra perto da igreja e não na quadra 34. Se fosse agora, já dava pra escolher, mas, naquele tempo, eu não entendia.

Teve gente que pegou um lote muito grande, como é o caso de uma família que tem só um filho e pegou um terreno tão grande que não tem condições de murar, e ainda está nos dois cômodos que foram financiados. É um terreno tão grande, que cabia duas famílias, mas que acabou ficando só pra uma. Agora, o certo mesmo, que desde o início o Movimento decidiu, era lotes de 5 por 25. Mas lá no Santa Rita os lotes não são todos desse tamanho. Eu mesma, se soubesse disso, teria pegado um maior, mas, como quando assinamos, aparecia apenas o número da quadra e do lote, só quando foi construir e vieram os engenheiros, é que ficava sabendo o tamanho da área, né?

A Igreja, hoje, está ajudando os pobres em muitos movimentos... Em algumas partes, hoje, ela está melhor do que era antigamente. Só que não é em todas as igrejas que isso acontece, tem algumas que não ajudam e eu acho que todas deveriam ajudar! Quando eu era criança tudo que a gente via na igreja era catecismo, batizado, missa... Hoje em dia, você vê Movimento de Terra, de Saúde, de Educação! Aqui na Zona Leste, muitas ajudam, mas também tem aqueles padres e freiras que não estão nem aí! Se tiver gente para abrir um salão e fazer acontecer, acontece; agora, se não tiver, não acontece, pelos padres e pelas freiras, não. Aqui mesmo, na igreja de São Francisco, só acontece porque o Padre Ticão dá muito apoio, mas ele é bastante criticado pelo pessoal que participa da Igreja e que acha que esses movimentos não podem acontecer dentro da Igreja. Se o Ticão sair daqui, esses movimentos acabam!

Em relação à política, é muito difícil... Tanto de falar, quanto na realidade. Eu sei lá! Acho que eles só olham o lado dos poderosos, o lado dos pobres eles não estão nem aí! Nós mesmos, no tempo do Mário Covas, quando ia demorava pra atender, mas, pelo menos, o portão não era fechado, polícia não ia

em cima da gente, nunca aconteceu. Da vez mesmo que ocupamos a Regional de São Miguel, ele falou que se a gente não saísse, ia mandar a polícia e mais não sei o quê... Mas não mandou. E também, se mandasse, acho que não era pra bater, do jeito que o Jânio fez!

O Quércia, a mesma coisa... Eu mesma nunca pensei que o Quércia ia fazer o que faz. Se o Movimento vai lá, ele não recebe, manda a polícia lá de longe pra botar a gente pra andar mais e todos ficam do lado de fora! Então, eu acho que isso não deveria acontecer, pois, se ele está lá, foi o povo que botou ele lá dentro e foi o pobre e o pessoal da Zona Leste também... E a maioria foi o pessoal da Zona Leste! É muito safado esse governo! é preciso uma mudança, já.

Se eu tivesse que votar hoje, eu votaria na Erundina, não porque ela vai melhorar, ela não vai dar casa para todo mundo. Eu não acho que ela vai fazer isso, mas pelo menos, se vou na sua casa e sou bem recebida, eu me sinto bem. Mas, se vou numa casa e a porta é fechada, então, não tem condições! Com a Erundina lá dentro, pelo menos a gente tem uma força pra estar brigando.

Antes, eu era do partido do Quércia, mas agora, sou do PT e vou votar neles... E faço a cabeça das minhas irmãs pra votar também. Eu mudei de partido porque vejo na televisão ele ficar mentindo... Sobre a dívida externa também, que prometeu não pagar e agora está pagando, quer dizer, a gente é que paga! O Sarney, por exemplo, fez aquele congelamento só para enganar os trouxas... Eu é que não acredito mais!

O Movimento já conquistou, desde o início, 10.135 casas, tanto de área negociada, quanto ocupada.

As ocupações de fevereiro de 1987 valeram, porque tem famílias que ainda estão nas áreas... Muitas dessas famílias fizeram casas e continuaram morando.

Existem algumas áreas onde as casas foram construídas por empreiteiras, como o Míriam, a Águia de Haia e o A. E. Carvalho. Uma parte do Nélia também foi feita por empreiteira, mas foi a parte de outra Igreja. Naquele tempo tinha o... esqueci o nome agora... Ele trabalhava na Regional de São Miguel e era muito ligado ao Ticão, Dom Angélico e ao Movimento. Depois, não sei que diabo aconteceu, acho que ele traiu o Movimento! Não me lembro bem como foi, pois já faz muito tempo e eu não cheguei a pegar o fio da meada. Acho que ele traiu o nosso Movimento e foi para a Igreja Brasileira, formando um outro Movimento... Mas ele era petista e trabalhava com o Mário Covas. No fim, acabou conseguindo uns lotes lá no Nélia. A parte dele é o Nélia I e II, todo do Movimento da Igreja Brasileira, a nossa parte é o Nélia III e IV.

Tem muitas pessoas que, depois que conseguiram a casa, caem fora do Movimento... Muitos esquecem a ajuda recebida para ter a casa, né?

Uma vez, quando Ticão "pegou" processo por causa de uma ocupação que teve lá em Guaianases, aconteceu uma coisa que eu nunca esperava que pudesse acontecer! A gente ficou apavorado e pensou no que poderia fazer pra ajudar ele. Ninguém sabia direito, pois pra ir lá e falar... Falar o quê? Tinha medo de atrapalhar o negócio... Resolvemos, então, fazer abaixo-assinado! Aí, a gente aqui de Ermelino, eu e dona Neusa, passamos na rua para o pessoal assinar. Então, eu pensei em levar lá para o Parque Santa Rita, porque, sendo tudo gente que conquistou a casa pelo Movimento, deveriam assinar.

Teve famílias que, quando eu chegava na porta, me mandavam entrar e assinavam, sem falar nada. Mas, teve casas onde fiquei boba! Principalmente na primeira, onde fiquei de boca aberta, pois não esperava aquilo...

Aquela resposta! Nunca esperei que ia ouvir aquele "negocio"! Fiquei muito "grilada", pensando como era possível acontecer uma coisa dessas... Me deu até um "entalo" na garganta! Eu queria chorar e não podia, também não sabia como dar resposta.

Na minha casa, fiquei pensando: "Como é que pode? O cara conhece Ticão... Se está morando nessa casa, é porque ele ajudou! Se o cara tá na casa, deve agradecer primeiro a Deus e segundo ao Ticão, pois se não fosse ele, a gente nunca ia ter casa!"

Quando foi no outro dia, pela manhã, eu voltei lá, pois já tinha resposta pra dar ao "cara". Quando cheguei, estava só a mulher dele, então eu comentei com ela: "Pôxa, você viu o que o seu marido me falou, ontem?" Ela falou: "É, menina, esses homens são uns ignorantes!" Aí, eu aproveitei pra dizer que o meu é ignorante, mas ele não é besta de falar isto! E ela falou: "Mas, Socorro, homem é assim mesmo!"

Eu andei um pouco e quando foi lá pela uma hora voltei, pois sabia que ele já tinha chegado em casa. Aí, falei: "Olha, 'cara', vim hoje pegar sua assinatura, você vai ter que assinar o papel do Ticão!" Quando ele assinou, eu falei: "Voltei para você me falar o que falou ontem, pois agora tenho resposta!"

Ele foi logo me pedindo desculpas, mas eu disse que não ia desculpá-lo, pois aquilo que ele me falou ficaria para sempre! Eu também aproveitei para dizer que, se hoje tem uma casa, é porque o Ticão ajudou.

Mas, esse não é o único caso... existem outras pessoas que "metem a lenha"! Muitos dizem que o padre põe as pessoas pra ocupar terra e, depois, quem apanha é o povo! Mas eu não acho que é assim, só quem está dentro, participando, sabe que isso não é verdade. Agora, quem está em casa, assistindo televisão, vê só aquilo que a televisão mostra, que é outra coisa, não é a verdade. Por exemplo, em 1987 teve morte e tudo... a morte do Adão!

Tem muitas famílias cadastradas no Movimento, mas, eu não sei dizer quantas. São dez setores e muitas comunidades... mas, só contando pra saber o número certo.

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DE SOUZA

"Eles não têm medo de morrer de fome, de morar debaixo do viaduto, e isso é uma forma de morte também".

Sou coordenadora aqui em Guaianases. Para ser coordenador, não precisa fazer curso. A questão de ser coordenador é espontânea, nasce de dentro da gente, e também, da realidade das famílias em volta da gente, com problemas de moradia. E a própria prática, o dia-a-dia, me fez aprender muita coisa.

Enquanto a Pastoral pertence à Igreja, saída portanto dessa instituição, tem o papel de animar e organizar os movimentos de moradia. Agora, o Movimento vai mais além, extrapola a questão da organização e animação. Ele parte da própria luta de classes! É um movimento reivindicatório, político e que, em certos momentos, dependendo da conjuntura, parte até para o embate.

O papel da Igreja comprometida com o povo, a verdadeira Igreja de Jesus Cristo, é estar ao lado das famílias, animando e mostrando pra elas o direito à moradia. O povo hoje, no Brasil, só vê o dever, não vê o direito. A Igreja tem um papel muito importante que é de mostrar que o povo têm direitos e, que esses direitos, só serão conquistados com o povo organizado. Aqui, na Leste II, nem todas as comunidades estão comprometidas com o povo. Depende muito do padre que está coordenando a igreja, mas a maioria é comprometida. A Igreja tem

uma dinâmica própria de fazer o povo se articular. Ela oferece cursos de corte e costura, enfermagem, pintura e outras coisas, como forma de aglutinar o povo para ir se organizando sobre a questão dos direitos.

A tarefa dos setores, na questão da moradia, é articular as comunidades e organizar o povo. É trabalhar os coordenadores, preparando sua consciência política e a dinâmica de como trabalhar com o próprio povo, respeitando o conhecimento e as limitações de cada família que participa do Movimento. Os setores organizados têm também a obrigação de, junto com as famílias cadastradas, fazer um mapeamento das áreas vazias que existem em cada um deles, porque cada Setor conhece sua realidade. Nós temos dez setores, que formam a Leste II.

O papel dos partidos políticos no Movimento, pelo menos daqueles que estão comprometidos com a moradia, não é ser linha de frente, não. Não é ele estar dando direção ao Movimento! É o contrário. É o Movimento oferecer subsídios aos partidos sobre a questão da moradia! Eles devem estar juntos na caminhada, de enquanto parlamentar, quando tiver algum, tentar articular junto ao governo e órgãos públicos negociações para o Movimento. Mas, não dar direção a ele! O Movimento tem sua autonomia, dentro dele tem famílias de vários partidos e outras, que nem acreditam em partidos. Até antes das eleições para presidente, o único partido que teve compromisso de estar junto com a gente foi o PT – Partido dos Trabalhadores. Agora hoje, depois dessa articulação que houve para o segundo turno, alguns setores de partidos da esquerda já estão pensando em aglutinar toda a sociedade civil para a problemática da moradia, violência e outros movimentos.

Eu lembro bem das primeiras ocupações, aqui na Leste II. Foram em 1987, no último domingo de fevereiro. Começaram aqui no bairro de Guaianases. Com o descongelamento, o aluguel teve um reajuste de 3.000% ao ano, e as ações de despejo aconteciam aos montes. Só aqui em Guaianases, teve mais de 20 mil despejos! E o Movimento não estava conseguindo mais dar resposta. Na época das ocupações até o cadastramento parou, pois as famílias não procuravam mais as comunidades para participar do Movimento. Elas preferiam ocupar! Essa era a resposta mais imediata. E começaram a ocupar terras! Foi espontâneo, sem organização. Só em algumas áreas, que foram lideradas pelo PC do B, tinha organização. As outras áreas foram espontâneas. Eu mesma participei de várias, todas espontâneas. O povo chegava com barbante, enxada, toda ferramenta e ia marcando os lotes! Sabiam que os lotes eram de 5 por 25 e cada um pegava o seu! E aquelas pessoas que se destacavam mais, iam ser os coordenadores daquelas famílias.

A primeira área aqui em Guaianases de organização espontânea, foi a Vila Iolanda, depois a Nordestina. E tiveram pequenas áreas, em muitos outros cantos, que nós não conseguimos acompanhar. Não ocorreu bem despejos, porque as famílias depois não assumiram, pois como não tinha quem organizasse, a tendência foi as famílias irem largando as áreas. O Movimento só interviu a partir de março. Até lá, ele não tinha apoiado. De repente, a coordenação sentiu que a nossa luta tinha acabado, que o Movimento tinha acabado e que 1984, 1985 e 1986 ia só ficar na lembrança. Nós até colocamos a necessidade de escrever um livro das nossas vitórias, para ter registrado o que houve, pois o Movimento tinha acabado. Agora é só ocupação, não precisa mais fazer caravanas, nem assembléias! As ocupações se estenderam até outros municípios e, só a partir daí é que a polícia começou a intervir. Teve mais de 237

áreas ocupadas! Alguém tinha que organizar... Foi aí que o Movimento entrou na organização e passou a disputar a liderança das ocupações com o PC do B e com o próprio PT.

Quando o Quércia assumiu, no início de março, o Movimento já tinha uma caravana programada, antes das ocupações, com o novo governador. E quando fomos falar com ele já colocamos, na pauta de reivindicações, as ocupações, para que não houvesse violência! Que houvesse cadastramento! Nós já levamos algumas propostas para o novo governador sobre as ocupações né?

As famílias ocupantes sentiram que tinham que procurar o Movimento para receber apoio e começaram a participar das reuniões, a partir de março. Aí, o Movimento começou a dar direção através dos coordenadores. As famílias aceitavam o Movimento, mas havia um certo choque, porque elas não estavam acostumadas à nossa caminhada. Mas, a maioria aceitou bem e muitas áreas vinham buscar nosso apoio para ajudar na organização. E foi aí que o Movimento tomou conta das ocupações. Só que, dessas grandes ocupações de 1987, a maioria das famílias foi despejada pela polícia, quando o Quércia assumiu o governo. Mas teve muita resistência, por parte delas, para deixar as áreas. Foi quando houve a morte do companheiro Adão. Muitas pessoas foram feridas, mas quase todas foram retiradas.

O Adão e a Ana, esposa dele, eram cadastrados no Movimento. Eles participavam, aqui em Guaianases, na comunidade comigo, e era uma das famílias que iria para o Projeto Águia de Haia. Quando ele ocupou a primeira vez, foi uma área que pertencia ao município de Ferraz de Vasconcelos. Só quando fui lá e encontrei com eles é que fiquei sabendo que tinham ocupado. Eu até falei

que o Águia de Haia ia ser viabilizado logo e que eles podiam esperar mais um pouco. Ele disse que não ia dar para esperar, pois tinham sido despejados de onde moravam e que o negócio era mesmo ocupar. Falou que construiria um barraco ali e quando as casas saíssem, passaria pra lá. Mas, dessa área em Ferraz, eles foram despejados. Aí foi quando eles vieram para a área do Barracão Preto, no Jardim Lourdes, que era liderada pelo PC do B. Acho que tinha umas cem famílias na área.

Teve muitos membros do PC do B que iniciaram ocupações aqui em Guaianases; a primeira mesmo foi iniciada pelo companheiro Elgito Boaventura. Nessa época, tinha até algumas áreas que vinha despejo sem ação judicial. A polícia chegava e ia despejando! Foi armado um grande esquema policial aqui na Região, durante as ocupações. Tem um batalhão, aqui no Iguatemi, que foi todo preparado para fazer os despejos das famílias. Então foi dessa forma, uma guerra!

No dia em que o Adão morreu, foi uma coisa horrível!... Nessa época, quando a polícia vinha tirar as famílias, existia um acordo entre elas, para que cada vez que os policiais chegassem numa área, se soltasse fogos, e todo mundo ia dar apoio para os despejados. Era nesse momento que a gente conseguia barrar muita ação da polícia! Juntava todas as famílias das áreas vizinhas contra a polícia! E o Adão morreu no dia em que estava tendo um despejo numa área da Prefeitura, aqui em Guaianases mesmo, no Jardim Nazaré. Foi de tarde, lá pelas três horas. Quando a polícia foi chegando, as famílias começaram a soltar fogos, e ele, como todos que estavam na área, foi apoiar as famílias que iam ser despejadas. Aí, houve um grande tumulto, tiroteio e tudo mais... Foi quando mataram ele!... Quem matou foi um da Polícia Metropolitana, e

até agora, pelo que sei, não foi punido, né? O Suplicy e alguns advogados acompanharam o caso e não conseguiram solução. O PC do B, que era quem coordenava a área, não assumiu a morte, nem mesmo o Movimento. Eu acho que a coisa ficou muito assim: morreu na área liderada pelo PC do B, então... Ficou muito empurra, empurra!

Naquela época, tinha muitas divergências políticas! Eu lembro que o companheiro Elgito, do PC do B sempre dizia: "A única pessoa desse Movimento que a gente pode ter diálogo é você, os outros são muito sectários. E o negócio é estar juntos, pois quando o cacete vem é pra todo mundo, não interessa se é do PC do B, PT, ou Movimento dos Sem-Terra, que todos vão levar!"

Em 1988, o Movimento fez uma ocupação nas casas de Águia de Haia e A. E. Carvalho, pois levamos uma grande rasteira do governador Quércia. Isso foi muito forte no Movimento! De repente, o governo, do mesmo partido, deixou um compromisso de 4.500 lotes para nós e o novo governo que assumiu não respeitou isso. Foi uma rasteira muito grande no Movimento! Acho que foi uma forma de desmobilizar a gente, né? De fazer com que as famílias não acreditassem mais no Movimento. Ele queria mostrar que não era só o Movimento dos Sem-Terra que era estrela, que poderia ter outros movimentos de moradia na Região. Como as casas estavam prometidas para o Movimento, ocupamos, né? Foi próximo da eleição para prefeito, mas o pessoal foi despejado!

Nas eleições anteriores, a gente não tinha assumido a questão eleitoral tão forte como assumimos em 1988. Eu lembro que, antes de escolher candidato para prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, nós já questionávamos a questão da mulher. Porque a gente começou a avaliar que ela sempre esteve

mais presente na luta. Então, nós, enquanto liderança, começamos a ver a coisa por esse lado. Foi quando, na convenção, saiu a Erundina e o Movimento entrou de cabeça no processo eleitoral! Talvez não enquanto Movimento, pois ele não tem o seu partido definido, mas a maior parte das lideranças trabalhou muito a questão eleitoral.

No ano de 1988, quase não tivemos vitórias! A única que consideramos, foi a permanência das famílias em áreas que tinham sido ocupadas em 1987, durante as grandes ocupações. Em 1988, houve várias assembleias e caravanas, mas não conseguimos nada! Era só "porrada" que a gente levava das autoridades! De repente, as autoridades ligadas ao PMDB sabiam das nossas estratégias e nós não conheciam as deles. Então, tudo que a gente fazia já não funcionava mais! Tivemos um saldo político forte em relação à eleição municipal, mas vitória em 1988, não houve.

Em 1989, no final de fevereiro, nós aqui, enquanto coordenadores do Setor Guaianases, começamos a avaliar que, se não procurássemos fazer alguma coisa, o povo ia fazer ocupações lideradas pela direita. E que, nesse ano de 1989, quem ia fazer ocupação, não era a esquerda, nem o Movimento, mas a direita! Quem participava da coordenação do Setor aqui, era a Hildete, o companheiro "seu" Bezerra, a Fran, o Ademir, a Márcia e eu. De cada comunidade, são três ou quatro coordenadores.

Nós começamos a fazer essa avaliação logo após as eleições de 1988 e discutimos bastante sobre as respostas que poderíamos dar diante disso. Vamos ficar omissos? Vamos deixar as ocupações acontecer? O que vamos

fazer? Alguns companheiros falavam: "Agora não é mais preciso pensar em ocupação, pois com o PT no poder, não fica bem".

Em fevereiro, uma pessoa, se dizendo dona de uma área, procurou o Movimento lá em São Miguel para negociar. E ele dizia: "Ocupem, depois a gente negocia!" Então, percebemos que ele não era o dono e trouxemos a discussão aqui para o Setor Guaianases. Decidimos que essa área – hoje ocupada pela Vila Nossa Senhora Aparecida, ou Jardim Bandeirantes, o nome está para ser definido – ia ser ocupada. Enquanto Setor Guaianases, nós iríamos ocupar ela!

Resolvemos levar a proposta para a Região, e se os outros setores não apoiassem, nós, enquanto Setor, ia ocupar e colocar todas as nossas famílias. Pelo menos, ia resolver o problema delas, né? Se os outros setores quisessem vir, seriam bem vindos. Se não quisessem, nós ocuparíamos do mesmo jeito! Aí, na reunião de quarta-feira, colocamos a proposta de que, enquanto Setor, tínhamos decidido ocupar essa área. Após uma discussão rápida, decidimos organizar a ocupação! Entraram famílias de Guaianases, Itaquera, Itaim, e algumas de São Miguel. Mas, a decisão de ocupar essa área partiu do Setor Guaianases!

Depois que levamos a rasteira do Quérciá em 1987, com algumas áreas que o Movimento tinha conquistado, nós tentamos, juridicamente, fazer com que o governo cumprisse a promessa do Montoro. Mas, juridicamente, nós não conseguimos provar, porque o Movimento não era instituído juridicamente; então, decidimos registrar. Uma outra coisa que contribuiu para o registro do Movimento, é que tínhamos um projeto para que o dinheiro federal, estadual ou municipal

viesse para o Movimento. Assim nós mesmos compraríamos a terra e o material, e não os órgãos públicos. Queríamos que o dinheiro fosse repassado ao Movimento, pois temos capacidade e organização para gerenciar isso e viabilizar projetos.

A gente percebe que existe muita má vontade por parte do poder público em resolver o problema da moradia. Nós temos a terra, temos o povo organizado, só falta o dinheiro, então, que esse dinheiro venha para o Movimento!

O Movimento dos Sem-Terra é autônomo, mas tem o apoio da Igreja. Em 1986, foi criada a Pastoral da Moradia e com a existência dela, nós podemos exigir apoio. Hoje, a Pastoral da Moradia abrange o Movimento dos Sem-Terra, Movimento de Favela e outros, que também lutam por moradia. Mas, o nosso Movimento não é bem assim Pastoral, ele é o braço da Pastoral da Moradia!

A Igreja passou a ser favorável às ocupações, quando percebeu que nenhum poder público em São Paulo vai resolver o problema de moradia da população pobre. Mesmo tendo boa vontade por parte do poder público, nenhum vai resolver, pois existe uma organização muito forte de grupos econômicos, como as grandes imobiliárias e grandes empreiteiras, que controlam a terra na cidade. Lembro muito bem de Dom Angélico falando: "Negociação não vai resolver o problema da moradia, o povo só vai conseguir através das ocupações".

Quando o povo partiu para as ocupações, foi uma manifestação do direito sagrado sobre a terra! Direito sagrado que cada pessoa tem! O desejo da casa própria é muito forte dentro de todos nós, né? O sonho do povo é ter sua casa! Acho que nem todos que partiram para as ocupações foi porque tinham

consciência. Muitos foram mesmo por necessidade, pois estavam despejados, outros não podiam mais pagar aluguel. Nos conflitos com a polícia foi que o povo adquiriu consciência. O que apareceu de coordenadores! Pessoas que a gente nunca imaginou se tornaram ótimas lideranças e foi tudo durante as ocupações!

A minha consciência veio através da própria prática, da caminhada e da necessidade, quando a gente começou a descobrir que existe um antagonismo muito forte na sociedade brasileira. Existem os exploradores e os explorados, né? E não é possível uma luta conjunta dessas duas classes, porque, para favorecer uma, tem que sacrificar a outra! Para favorecer a classe trabalhadora, a burguesia tem que diminuir os lucros. A partir dessas coisas a gente vai adquirindo consciência e percebe que, para mudar isso, tem que ter uma transformação radical. A Igreja ajuda a gente a perceber que somos a maioria explorada, que existem aqueles que são culpados e que é preciso lutar para mudar isso. Mas, a Igreja é muito limitada no conhecimento político! Ela oferece só isso e o resto a gente vai buscar no PT, que é mais comprometido com o povo.

Eu fiz dois cursos de formação política. Um, por uma tendência do PT, a Articulação, que foi em Cajamar e durou uma semana; e fiz uma outra com o pessoal da Nativa Natividade, que é uma fundação que trabalha só com formação política de militância. Tem membros ligados à Igreja, ao PT e à CUT. Eu fui convidada para os dois cursos. E foi muito bom, porque cada um tem uma direção, uma maneira de dar formação, e a gente começa a ver qual deles quer doutrinar, e qual quer investir para que a gente tenha opinião própria. O de Cajamar doutrina, eu percebi que ele quer é doutrinar. Já o da Nativa Natividade, ajuda a gente a ter concepções e idéias próprias.

Quando uma ocupação se dá de forma organizada – nós tivemos uma em março do ano passado – a primeira coisa é descobrir a área e a quem ela pertence. As lideranças descobrem e aí passa por um processo jurídico, para saber de quem é a área. Quando percebemos que a área é grilada, que não existe dono e que vai ser difícil a pessoa conseguir a liminar na Justiça, discutimos o problema da área com as famílias. Mostramos a realidade, dizendo que é uma área grilada, mas que vai ser difícil ter uma liminar e o porquê de ocupar. Aí, discutimos a questão política das ocupações, porque elas são uma forma de confrontar o poder público, né? Mostramos que ele não dá resposta pra questão da moradia, e que a ocupação é uma forma de controlar o Estado. A partir dessa discussão política, nós organizamos as famílias para entrar na área, lembrando sempre que pode até pegar dinheiro de certos grileiros e conceder a liminar da área a quem ela não pertence. Finalmente, discutimos o que fazer se a polícia vier: vamos sair pacificamente, ou partir para o confronto... Ou vamos criar um fato político em cima disso? Tem toda essa discussão!

As famílias, quando entram, é com toda garra, parece que pensam até que é a "terra prometida"! Só que, depois de construir a casa e passar por muitos momentos difíceis, muitos não ficam na área. Aí, já vem logo a questão de vender! Alguns vendem a casa e voltam para o seu estado de origem. Quando chegam lá, não dá certo e tornam a voltar para São Paulo, entrando nas favelas. Mas, isso é coisa do próprio sistema, o próprio poder econômico e político é que faz com que as pessoas ajam dessa forma.

A polícia, quando vem pra retirar as famílias, usa vários métodos de ação. Um deles é o medo, a pressão psicológica. Falam para as famílias que, se não saírem da área, pode alguém morrer! Lembram logo o caso do Adão, que ele

morreu quando poderia estar vivo! Fazem uma pressão psicológica muito forte sobre as famílias. Quando eles percebem que as famílias não cedem, que continuam firmes, sem se afetarem, quando voltam para fazer o despejo é sempre de forma repressiva. Vão batendo! Derrubando as casas! Não têm respeito por ninguém. Tratam as famílias como se estivessem batendo num cachorro ou torcendo o pescoço de uma galinha! Mas, o povo é muito dinâmico, né? A primeira coisa que eles falam é que compraram a área. Que compraram, mas o grileiro enganou eles e que eles não têm culpa! Eles usam muito isso, de dizer que compraram a área. Uma outra coisa também que eles usam com a polícia é mostrar que, se é pra ir pro "pau", eles vão! Vamos medir forças, então! Aí criamos um fato político em cima disso!

Muitas famílias desistem por medo, quando começa a pressão policial. O povo tem muito medo da polícia! Essa questão do medo foi colocada de uma forma assim, durante tantos anos na cabeça do povo, que muitos têm medo de enfrentar. Eles não têm medo de morrer de fome, de morar debaixo do viaduto, e isso é uma forma de morte também. Eles não têm medo de outras formas de morrer, mas de morrer num embate com a polícia, eles têm medo!

Para se cadastrar no Movimento, a primeira condição exigida é não ter casa própria. Não tendo casa a pessoa vai na comunidade onde tem luta pela moradia, faz o cadastramento e começa a participar das reuniões. A faixa salarial é de zero a cinco salários mínimos. Quem tem um padrão de vida melhor, que ganha mais de cinco salários, não participa, pois é uma luta muito difícil! Também existem casos de quem não tem salário, participar: os desempregados, por exemplo. Tem ainda muitos aposentados, que a faixa salarial é muito baixa. Esses são os que mais lutam!

Quando sai uma área, o principal critério para escolha das famílias é a participação e a necessidade.

As casas conquistadas pelo Movimento foram através de negociação e ocupação de órgãos públicos... Assim que conquistamos. Mas, temos também muitas conquistas através de ocupações diretas da terra! Sempre a gente começa negociando, mas, como eles prometem e não cumprem nada, o pessoal ocupa... é sempre dessa forma que conseguimos.

A maioria dos participantes do Movimento é mulher! Parece que já é dom da mulher ter compromisso com a sociedade, né? A gente percebe que a mulher está mais preocupada em dar um certo bem-estar pra família.. Uma moradia, vida melhor para os filhos. A mulher se preocupa mais com essas questões que o homem. O homem acha que o papel dele é só trabalhar e dar o salário na mão da mulher.

A primeira mudança que senti, depois de estar participando do Movimento, foi uma mudança dentro de mim! Foi descobrir os valores que eu tenho, enquanto mulher! O quanto sou importante na luta por uma nova sociedade... que, enquanto mulher vou contribuir muito.

No início, minha família não aceitava meu envolvimento com o Movimento. Meu marido não aceitava porque no início, quando aconteciam os despejos, tinha sempre violência. Ele também me achava submissa, que meu papel era só lavar, passar e cozinhar! Nunca descobriu meus valores, nunca me viu como alguém que pode contribuir para um mundo mais justo.

Agora, ele procura fazer tudo para atrapalhar meu serviço. Quando quer uma roupa lavada ou passada... Quando os filhos ficam doentes, ele acha que só eu tenho obrigações! Na questão da escola, da educação, a formação dos filhos, ele jogou tudo em cima de mim! Passou a cobrar muito mais minha participação dentro do lar!

Ele nunca quis participar do Movimento, pois é do tipo que acha que não adianta fazer nada. Que lutar é dar murro em ponta de faca! Então, não despertou ainda o processo de conscientização dele!

Meus pais ficavam sempre preocupados comigo, e também achando que não vale a pena estar fazendo tudo isso. Eles não entendem meu objetivo, porque eu participo do Movimento. Eles percebem minha participação enquanto a Fátima boazinha, que está na luta para que as famílias tenham casas! Nunca me perceberam como militante, porque acredito na transformação pelos movimentos populares! Nunca me viram desta forma!

Meu pai é sapateiro e minha mãe, lavadeira. Eles se casaram em Pernambuco, depois foram para o Piauí, ver se conseguiam uma vida melhor. Lá, não conseguiram muita coisa e foram para o Maranhão. Como a vida lá também não ia muito bem, decidiram vir para São Paulo, achando que aqui a gente pudesse viver melhor... dar uma boa formação para os filhos. Somos em nove pessoas na família, sete filhos e meus pais.

Essa casa que moro hoje foi um terreno doado pela minha sogra. Mas, eu consegui uma casa pelo Movimento, e quando minha sogra doou esse pra mim, assim que construí, passei a casa conseguida no Movimento para uma família cadastrada.

Eu só trabalho no Movimento de Moradia, acompanho as negociações, as famílias e sua organização nos setores. É esse meu papel, acompanhar e dar assessoria ao Movimento! Recebo um salário da Pastoral da Terra.

Os participantes do Movimento não têm nenhum lazer, pois por enquanto não há preocupação com a questão cultural. E isso é muito sério, pois também é luta de classes. O povo de São Paulo está muito acostumado com a cultura americana e a maioria das famílias do Movimento é nordestina. Elas vêm pra cá trazendo sua identidade, sua cultura e quando chegam aqui, é totalmente diferente. Esquecem tudo que viveram lá, os costumes, a cultura, a própria identidade. E é preciso resgatar isso, pois quando se esquece coisas assim, é muito difícil.

Aqui, tudo que faziam lá é abandonado! Isso acontece por falta de dinheiro e pelo próprio trabalho. Quando a pessoa sai de casa às 5 da manhã e só volta lá pelas 10 ou 11 horas da noite, não consegue fazer mais nada. E se não trabalhar assim, não dá pra viver! Também existe essa fama de que em São Paulo é tudo perigoso... Que cada um deve viver trancado dentro de casa! Existe uma perda do espírito coletivo que as pessoas trazem da origem.

Eu sempre tento puxar a questão de festas. Qualquer festa que fazemos agora, pegamos companheiros para cantar as músicas da sua terra. Daí sai um forrozinho! Isso está ficando tão forte, que em todas as caravanas que fazemos... Nós já chegamos a passar dois dias acampados em frente a órgãos públicos, e o que segurou o povo nesse tempo foi a animação. E a animação parte sempre dos migrantes. Eles têm um pique imenso para animar!

Eu acredito que o Movimento dos Sem-Terra, como outros movimentos populares, dependendo da discussão política que tiver, vão ajudar na conscientização do povo. Eles vão ser uma das ferramentas nessa luta de classes! Não sabemos se essa luta vai ser armada, ou como vai ser. Mas eles são uma das ferramentas, como os partidos de esquerda e a Igreja comprometida com o povo! Mas, sabemos que o movimento popular precisa sair do reformismo, sair apenas do reivindicatório e passar por uma transformação mais radical. Porque não fomos nós quem fizemos a burguesia, não somos nós que dominamos o poder econômico e político e isso tem que mudar! Tem que ser uma mudança radical! Não acredito que vá ser pela via parlamentar, não. Não adianta a gente achar que, colocando prefeito, governador e presidente comprometido com o povo, resolve a situação. Tem que mudar a estrutura, mesmo! E para isso, é preciso acabar com os grandes grupos econômicos que existem no Brasil. Pelo menos, eu penso assim.

Discutimos sobre a História do Movimento, pois percebemos a importância dele e que temos muita coisa boa pra estar contando em relação a nossa caminhada. E que, daqui a alguns anos, se acontecer uma reforma urbana em São Paulo, nós, enquanto Movimento, contribuimos muito para isso! E aí, o

que vai acontecer? Nunca será mostrado que foi uma luta da classe trabalhadora, sim de algumas autoridades, não do povo, que lutou para isso acontecer! Foi quando nós decidimos escrever a história do Movimento.

VALFREDO FERREIRA

"Não tenho dúvida que o Movimento dos Sem-Terra da Leste II, nesses anos de luta, organização, formas de encaminhamento e proposta política para resolver a questão da habitação, tenha uma grande contribuição!"

Meu nome é Valfredo Ferreira, vim de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás. Vim para São Paulo a primeira vez em 1973, fiquei seis meses aqui e retornei. Depois, em março de 1977, eu e minha família viemos definitivamente para São Paulo.

Meu pai, inicialmente, era um pequeno proprietário rural, depois, vendeu a terra, mudamos para uma cidade pequena e fomos ser peões de boiadeiro eu, ele e meus irmãos mais velhos.

Quando chegamos aqui em São Paulo, meu primeiro emprego foi de ajudante de caminhão.. trabalhei seis meses. Depois, trabalhei cerca de três anos na Philco como metalúrgico. Daí comecei a estudar e como o horário não dava certo, saí e fui ser bancário, onde fiquei por quatro anos. Depois, fui ser ferroviário e fiquei um ano e oito meses. Aí, como eu já fazia o último ano de

faculdade, surgiu a assessoria jurídica e entrei como estagiário, passando a ficar mais liberado para acompanhar os movimentos, dando assessoria jurídica, pois sou formado em Direito.

Minha entrada no movimento da terra foi... Na época, eu participava de um Grupo de Jovens na minha comunidade, em Vila Curuçá, na igreja de Nossa Senhora de Fátima, em São Miguel Paulista. E aquele grupo foi muito bom pra mim! No primeiro momento, não era um grupo com idéias avançadas, mas eu comecei a me interessar um pouco pelos problemas do bairro. Tinha um padre lá na época, chamado Zé Vicente, um italiano que fez um movimento com o pessoal por Posto de Saúde. Isso foi entre 1978 e 1979, nós conversávamos muito e eu comecei a ter uma vocação, né? E sempre no Grupo de Jovens eu queria uma coisa mais concreta, mais séria, e o grupo era muito limitado, fazíamos muitas reuniões, mas não havia uma ação concreta.

Quando surgiu o movimento da terra, fui convidado a participar e iniciamos lá na nossa comunidade, em Vila Curuçá, onde eu participava, em maio de 1984. Assim que saiu o cadastramento, nós avisamos na missa e cadastramos 600 famílias "de cara"!

As primeiras discussões para formar o Movimento partiram da Equipe dos Direitos Humanos, mas eu não era dessa equipe, pois participava do Grupo de Jovens. Naquela época, esse grupo era enorme, tinha umas 130 pessoas e nós estudamos um pouco o Projeto de Jesus Cristo.

Naquela época tinha a questão da revolução na Nicarágua, que estava começando e havia grande intercâmbio. Veio um padre visitar a gente e colocou a luta dos jovens lá, e aquilo me animou muito. Inclusive em 1979 foi quando triunfou a Revolução Sandinista na Nicarágua. Eu lembro de uma carta de um jovem guerrilheiro, que falava da luta, que ele tinha deixado o Grupo de Jovens, aquilo me deu muita inspiração pra enfrentar a luta!

Agora, o meu Grupo de Jovens, onde eu fiquei de 1978 a 1984, quando assumi o Movimento, era reacionário e não fazia grande coisa. Mas, em 1982, nós começamos fazer encontros para aprofundar a questão política, e o grupo se reduziu; quando iniciou o Movimento, em 1984, estavam apenas umas 30 ou 40 pessoas. Foi positivo, pois num primeiro momento todos participaram do cadastramento das famílias... Eu lembro que nós colocávamos mesas e o pessoal todo do Grupo de Jovens cadastrando famílias! Mas isso foi só no início, depois acabei ficando sozinho e tive que abandonar o Grupo.

Cadastradas as 600 famílias, nós não tínhamos muita experiência de como tocar, começamos a fazer reuniões todos os sábados... A igreja lotada e tal! Aí foram nascendo as próprias lideranças, das famílias cadastradas, né?

O movimento da terra aqui começou com o nome de Filhos da Terra, porque naquela época tinha um movimento que tinha ocupado uma área da Santa Casa, lá na Zona Norte, com esse nome, e nós, inspirados nisso, chamamos o nosso de Filhos da Terra. Continuou com esse nome até 1985, quando, pra não confundir, nós mudamos para Movimento dos Sem-Terra, que é uma coisa mais abrangente, pois o movimento já havia crescido bastante.

Na primeira assembléia nossa, no dia 11 de novembro de 1984, estiveram presentes o prefeito Mário Covas e a Marta Godinho, que era secretária da Família e Bem-Estar Social, e nós conseguimos nossa primeira vitória de 377 lotes. Foi a partir dessa assembléia que estabelecemos contatos com as autoridades.

Nós tínhamos, na época, um levantamento de todas as áreas livres da Região e sempre quem comprou terras, até 1985, foi só a Prefeitura, o Estado não comprou nem um lote pra nós!

Indicávamos as áreas, a Secretaria do Bem-Estar Social vistoriava e, se fosse possível, comprava. Naquela época a gente ainda não trabalhava com a Secretaria de Habitação. Trabalhávamos com a do Bem-Estar Social, que hoje nem existe mais.

O Movimento levantava as terras, às vezes entrávamos em contato com o proprietário e depois, vistoriadas as áreas, se desse certo a Secretaria comprava, não é isso? Foi assim que conseguimos as primeiras conquistas. O Funaps - Fundo de Atendimento à População Morado em Habitação Sub-Normal - comprava o terreno e pagava à vista!

Teve um erro político do Movimento, naquela época que foi... Nós estávamos tão fortes! A nossa organização inicial tinha tanto pique! Conseguimos que a Prefeitura pagasse o terreno e repassasse a escritura diretamente para as famílias... Logo de início, logo de "cara"! E nós não tínhamos organização suficiente, o movimento não era suficientemente politizado para garantir isso, e tivemos vários problemas. Muitas famílias mudaram e o pessoal não pôde

transferir depois que já tinha escritura no cartório. Isso foi uma experiência que tivemos na época, quando a Prefeitura pagava os terrenos no ato, e as famílias depois pagavam pra ela, como podiam, né?

O Estado não comprou nenhum terreno. Ele fez uma negociação com as áreas que foram entregues em 1989. Nós jogamos peso no Estado em 1986, com o Montoro, e foi quando concretizamos alguma coisa. São os terrenos em Águia de Haia, 1.200 famílias, A. E. Carvalho, 740 famílias e mais 2.650 famílias no Jardim Mabel, Encosta Norte e Fazenda Itaim. Essas foram as áreas que o Estado começou a negociação, que foi desapropriado, inclusive. Parece que, na época, havia um acordo amigável para que o Estado pagasse o Águia de Haia e A. E. Carvalho, pois o Águia de Haia era particular e o A. E. Carvalho acho que era do IPESP. Só que o Montoro acabou saindo sem concretizar esse acordo e acho que acabou indo para desapropriação, mesmo.

Até 1986, nós tínhamos negociações com a Prefeitura através do Funaps, com exceção de três setores que aceitaram o Projeto João-de-barro, onde 500 famílias construíram em mutirão. Mas aí era através do Sistema Financeiro de Habitação.

Agora o governo do Estado, a princípio, quando era o Montoro... Nós tínhamos até uma tabelinha, as famílias pagariam mais ou menos dentro dos mesmos critérios. Aquelas que tinham renda mínima familiar até cinco salários mínimos poderiam pagar a casa e o terreno em sete anos, se fosse construído em mutirão, né? Esse foi um projeto que nós tínhamos discutido com o governo do Estado, na época... Com o Carlos Seixas, que era o secretário de Habitação, estava tudo discutido, seria em mutirão e iríamos construir 1.940 casas! Em Águia

de Haia seriam construídas 1.200 unidades e mais 740 em A. E. Carvalho, atendendo 1.940 famílias. A data para iniciarmos estava marcada para junho de 1986, mas, infelizmente, eles tiveram problemas e o projeto foi inviabilizado! Aí vieram as eleições, o Quércia ganhou para governador e o projeto foi por água a baixo, porque mudou a forma de pagamento proposta inicialmente, que era viável para o Movimento, pois seria tudo construído em mutirão.

Com a saída do Montoro, do secretário de Habitação e todo o corpo técnico, o terreno, que já estava com terraplanagem, pronto para o início do mutirão, foi abandonado e o Quércia mudou tudo.

Inclusive, o secretário de Habitação do Montoro deixou um termo de compromisso assinado com o Movimento, de que aquilo seria realizado, independente de quem estivesse no governo. Só que, infelizmente, não aconteceu isso, pois o próximo governo do PMDB que entrou – o Quércia – não respeitou o acordo. A primeira coisa que ele fez foi acabar com o projeto de mutirão e colocar empreiteiras! Acabou também com aquela forma de pagamento que o Montoro havia combinado com o Movimento e jogou diretamente para o Sistema Financeiro de Habitação.

Agora, com o Município, foi diferente, pois a proposta do Funaps é muito melhor, só exige três salários mínimos, mas a família que ganhasse meio salário poderia pagar. Teve gente que pagou em cinco anos, outros em três, pois não tinha juros nem correção monetária, foi o projeto mais viável que nós encontramos.

O material de construção também era pago pelo Funaps, pois a Secretaria do Bem-Estar Social adquiria o terreno e, em seguida, o material de construção e isso se somava à dívida. Eles forneciam o material e as famílias fizeram em autoconstrução, não foi mutirão.

Embora o Covas, na primeira assembléia, tenha prometido 400 lotes, só conseguimos arrancar 377, pois nessa época houve uma série de problemas. A Marta Godinho fechou negociação conosco, dizendo que a Secretaria dela tinha esgotado os recursos do Funaps e não tinha mais condições de atender, né? Aí, ofereceram via COHAB e Secretaria de Habitação do Estado, só que era pelo Sistema Financeiro de Habitação e o Movimento não aceitou.

Partimos então para uma outra forma de luta e em julho de 1985 ocupamos a Administração Regional de São Miguel, com três mil famílias! Com essa ocupação, nós conseguimos puxar mais 1.200 lotes com dinheiro do Funaps... Aliás, a promessa de 1.200 lotes, porque foram concretizados apenas 637 no governo Covas. Nós cobramos do próximo governo, que foi o Jânio, mas não conseguimos nada.

Inicialmente o Movimento teve uma coordenação composta por oito pessoas, que era chamado Grupo dos Oito, mas eu não me lembro exatamente os nomes dessas pessoas... Tinha o padre Nildo, que faleceu num acidente de carro no final de 1985, o padre Chico Falconi, que morreu em 1986 e o padre Ticão, que está até hoje. Também tinha a Marta e o Bruno, um casal da Equipe dos Direitos Humanos. Agora, do pessoal do Movimento, tinha eu, o meu irmão Edson, a Fátima de Guaianases, a dona Elza e o "seu" Edivaldo que eram da coordenação.

A questão das ocupações foi uma nova forma de luta do Movimento, porque em 1984, 1985 e 1986, nós apenas negociávamos! Nós não ocupávamos, tínhamos ocupado apenas órgãos públicos, como a Regional de São Miguel e a Secretaria de Habitação, na rua Peixoto Gomide. Entramos lá numa segunda-feira de manhã, ocupamos os sete andares e saímos na terça, às cinco horas da manhã! Tínhamos feito caravanas ao palácio do governador e várias outras formas de luta. Agora, a questão de ocupar áreas, era uma coisa que nós ainda não tínhamos experiência.

No carnaval de 1987, surge a primeira ocupação na região, com um grupo de cento e poucas famílias, lideradas pelo pessoal do PC do B. Na época, o Elgito Boaventura era grande liderança ali da região... Ele continua até hoje lá, só que não está mais no PC do B, mas continua atuando nos movimentos. O Elgito já tinha uma história de ocupação, as Malvinas (de 1981) e outras pequenas áreas.

Então, eles iniciaram as ocupações e era um momento bastante estratégico! Foi após a falência do Plano Cruzado, do descongelamento dos aluguéis, né? Tudo isso aconteceu em fevereiro de 1987... Logo após as eleições, quando o PMDB já tinha usado o Plano Cruzado para eleger a maioria dos deputados para a Constituinte. Tinha elegido também a maioria dos governadores e senadores.

Inicialmente, as ocupações pareciam tímidas... Um grupo pequeno, que foi crescendo desde o final de fevereiro e em março estava maior ainda! E esses 637 lotes, que nós havíamos conquistado ocupando a Regional em 1985, estavam correndo o risco de serem ocupados e nós estávamos nos organizando

para defendê-los. Não tínhamos entrado nas ocupações porque era uma coisa do PC do B e não havíamos discutido. Mas aí, devido à organização do nosso Movimento, ele estava ramificado em toda a região, as próprias famílias cadastradas começaram espontaneamente a ocupar e a coordenação do Movimento foi obrigada a se infiltrar. Aí, em meados de março, nós entramos de cabeça!

O pessoal estava ocupando mesmo e nem era preciso organizar, pois a ocupação acontecia espontaneamente, e o único trabalho era cadastrar as famílias e orientá-las na medição dos lotes. Nosso Movimento cadastrou, na época, 42.000 famílias.

Nós cadastramos, iniciamos um processo de organização e puxamos uma grande assembléia em São Miguel, que contou com cerca de 25.000 famílias! Fizemos duas grandes assembléias, uma no dia 5 de abril de 1987 e outra no dia 12. Foram dois domingos seguidos; na primeira, o secretário de Habitação do Estado, que era o Adriano Branco, ficou de ir e não apareceu. Aí, fizemos a outra no domingo seguinte e foi maior ainda, tinha cerca de 30.000 pessoas na praça em frente à Igreja de São Miguel.

No final de março havíamos feito uma grande caravana até o palácio do governador e levamos vários ônibus, com mais de 5.000 pessoas! Aí, o secretário de Habitação assumiu o compromisso de ir a São Miguel, participar de uma assembléia para discutirmos uma solução para as áreas ocupadas. Tinha mais de 200 áreas ocupadas aqui na região e nós cadastramos todas elas! Entre as particulares, vários proprietários estavam dispostos a negociar pra abrir o canal de negociação, né?

Infelizmente, o secretário veio na segunda assembléia e prometeu fazer o maldito cadastramento! Cadastrou as famílias nas áreas e foi a gota d'água para desorganizar o Movimento, pois o pessoal ficou desmotivado, porque após serem cadastrados, começaram a receber cartas dizendo que seriam avisados quando as casas estivessem prontas. Isso desmobilizou muito o Movimento! Muitas áreas, onde o pessoal não tinha consciência, foram abandonadas pelas famílias e sobraram apenas cerca de umas dez, onde atualmente as famílias estão morando. Mas isso não representa quase nada!

O governo Quéricia não cumpriu o que prometeu, pois quando estivemos no palácio, ele falou que, em tese, era contra ocupações, mas que estava convivendo no momento e desenvolveria um plano habitacional para São Paulo; e já que o povo tinha a terra, ele forneceria o material de construção para que eles construíssem. Nessa mesma ocasião ele prometeu que o secretário de Habitação iria em São Miguel para negociar e desapropriar as áreas. Só que nada disso aconteceu!

Quanto à questão do PC do B, até aquela época, eu não tinha tido nenhuma experiência. Aliás, eu não conhecia o Elgito Boaventura nem a Ana Martins, que eram as lideranças, né? Só sabia que tinha esse pessoal, mas não tinha nenhum contato com eles. Mas a coisa era meio conflitante, pois nós tínhamos uma forma de trabalhar e eles, outra! De início isso foi meio complicado, inclusive nessa assembléia eles chegaram e quiseram participar. Aí houve uma certa resistência por parte de algumas lideranças do Movimento e eles acabaram não falando. Nós não concordamos com a forma de encaminhamento deles, porque eles não procuraram a coordenação do Movimento, procuraram só o

Ticão; afinal, nós que havíamos puxado a assembléia e eles aparecem querendo falar sem ao menos consultar a coordenação! O pessoal questionou muito isso e não aceitou.

Já na segunda assembléia, quando veio o secretário de Habitação, nós chegamos num acordo e deixamos que eles falassem. Depois disso, foi uma coisa interessante... Eu, particularmente, não conhecia o pessoal até esse momento, mas depois dessa questão passamos a manter um bom relacionamento. Afinal, éramos todos companheiros de luta e defendíamos as mesmas teses!

Hoje o Elgito é um bom companheiro e nem está mais no PC do B. Mas, mesmo com os que ainda continuam no partido, mantenho um bom relacionamento e com a questão das eleições a gente se aproximou, conheci melhor o pessoal. Tem o Aldo Rebelo, com quem me dou muito bem aqui na Câmara. Agora, a gente consegue enxergar que foi um avanço a nível de luta, porque éramos todos trabalhadores querendo organizar trabalhadores de diversas formas, mas com o mesmo objetivo! Construir uma sociedade nova, fazendo com que as famílias, através da luta, formassem uma consciência política e conseguissem casa para morar! Que não se limitasse apenas à casa... Queríamos todos que tivesse uma proposta de transformação! O PC do B tinha e nós também, ou melhor, temos até hoje! Portanto, o conflito foi apenas no início, pois no desenrolar da história as coisas se acertaram.

A questão do meu nome ter sido indicado para vereador foi uma fase que nós conseguimos durante todo esse tempo de participação no Movimento. O conjunto dos companheiros que estavam mais na linha de frente achavam que a

gente não deveria ficar apenas limitado à questão do Movimento. Prescindia uma discussão política, já que éramos militantes do PT e estávamos presentes numa luta concreta, né? Achavam que a gente deveria aprofundar um pouco a discussão a nível de partido. De forma que iniciamos uma discussão, a nível de partido, na Região e decidimos que iríamos lançar um candidato! Até então, não tínhamos candidato e discutimos com os vários companheiros das lideranças na Região e concluímos que já tínhamos um acúmulo de experiências suficientes para lançarmos um candidato, e até para eleger, como de fato acabou acontecendo, né?

Iniciamos o processo de discussão, foram lançados vários nomes, houve uma votação, o nome com votação mais expressiva foi o meu e acabei saindo candidato. Em conjunto com os companheiros, assumimos essa candidatura e conseguimos chegar até aqui!

A discussão foi iniciada quando o Neto, um companheiro do início do Movimento, saiu candidato a deputado estadual em 1986. Ele saiu pelo Movimento, mas naquele tempo não havia uma discussão firme pra chegar a bancar a candidatura dele. Ele saiu meio isolado com o apoio do pessoal do Itaim Paulista e na época tinha outros companheiros, como era o caso do Roberto Gouveia, que já tinham penetração na região. Nós inclusive éramos amigos há muito tempo, pois pertencíamos ao mesmo diretório, e eu fiquei até numa situação difícil!

Passadas as eleições, o Neto não conseguiu se eleger e nós achamos que foi porque o Movimento não estava suficientemente organizado. Começamos então um processo de discussão política e organização do Grupo

dos Sem-Terra... De como buscar nossa identidade! Isso foi no início de 1987, em janeiro ou fevereiro. Aí começamos a fazer encontros de formação política... Saíamos para fazer encontros fora, com os companheiros.

Quando foi em março de 1988, decidimos lançar um candidato e em abril resolvemos escolher. Tivemos a votação, tínhamos lá 136 pessoas no dia da escolha e meu nome saiu com 103 votos. A grande maioria optou pelo meu nome, mas eu estava muito tímido na época, muito em dúvida se deveria ou não aceitar. Mas, naquele momento, parece que o nome que chegava mais próximo de um consenso era o meu e acabei aceitando o desafio! Não que eu tivesse interesse, acho que foi mais por uma questão de necessidade do que por vocação! Talvez minha vocação não fosse para ser parlamentar, mas acabei aceitando como mais uma tarefa que me foi colocada e a gente hoje está aqui enfrentando!

Eu tive 12.266 votos, e acho que, dos vereadores eleitos, fui o que menos tive recursos para fazer campanha. Eu gastei em torno de um milhão de cruzados antigos, mil cruzados novos, né? Ainda compramos um "fusca", pois não tínhamos carro! Então, acho que foi uma votação expressiva, porque nenhum companheiro gastou tão pouco para se eleger.

Não tenho dúvida que o Movimento dos Sem-Terra da Leste II, nesses anos de luta, organização, formas de encaminhamento e proposta política para resolver a questão da habitação, tenha uma grande contribuição! Nós temos uma experiência grande a nível de organização, de estrutura, enquanto Movimento, e de viabilidade de projetos que venham de encontro ao interesse da

população, de adquirir uma moradia decente. Temos a coisa concreta, o tamanho do terreno, a forma de construir a casa, como ela vai sair mais econômica, o tamanho mínimo para que as famílias da periferia tenham condições de morar!

Acho que a gente tem uma experiência muito grande, pois a luta é antiga, discutimos há muito tempo! Já levamos muita rasteira, discutimos vários projetos bonitos e depois, na hora de concretizá-los os governos que não tinham muito compromisso, pois eram governos da democracia relativa, nos "enrolaram" muito! Então eu não tenho dúvidas de que temos uma grande contribuição na elaboração de uma proposta para a moradia, a nível nacional! Mas existem também outros companheiros, com outras formas de luta que também dão sua contribuição nesse sentido.

ELGITO BOAVENTURA

"A Igreja tem tanta força porque o povo brasileiro é muito temente a Deus. Falou de Deus, você cria problema com qualquer brasileiro!"

Vou contar um pouco do ponto de vista da experiência. Quando entrei pra essa luta, eu fazia uma militância política num partido determinado, que posso até estar dizendo o nome, era o PC do B. Vamos partir desse princípio, pra gente estar também dizendo tal período, tal pessoa, ou tal não foi a pessoa. Pessoa acho que não significa nada na sociedade. E os partidos, também. Em determinadas épocas, eles desaparecem, como alguns que já desapareceram, né? Acho que a gente tem que partir desse princípio. Tem determinadas épocas em que os partidos correspondem, e em outras eles deixam de corresponder.

Em 1981, eu estava no PC do B e teve uma grande ocupação, acho que uma das maiores que São Paulo já teve. Foi na Fazenda Itupu, que pertencia ao IAPAS, fica lá na região Sul. As pessoas foram retirados por um grande contingente de policiais, que usou helicópteros e todo aparato militar possível.

Partindo disso, nós acertamos com alguns companheiros que faríamos uma ocupação na região Leste, pra estar dando resposta ao governo, que era o Maluf, na época. Se daria certo, era outra questão. O problema era

desmoralizar o regime militar, junto com a questão malufista de São Paulo, que era um governo muito irresponsável.

Bom, vamos enfrentar! Planejamos e viemos organizar aqui na favela do Jardim Robru. A organização dessa ocupação foi muito difícil, pois a repressão em 1981 ainda era grande. Vinha do processo das greves do ABC e outros cantos.

Tinha sido aprovado na 1ª Conclat, em Santos, que o movimento sindical apoiaria a luta urbana, do ponto de vista da ocupação do solo para moradia. Essa 1ª Conclat foi em 1980, lá em Santos e eu participei, pois atuava no Sindicato dos Têxteis de São Paulo.

Ocupamos a área e ficamos seis dias. É essa área aqui, onde estamos. Foi no dia 1º de outubro de 1981, era um domingo. Pode procurar num arquivo, que você vai achar. Deu um "puta rebu!" Vai pra lá, vem pra cá, acusações do governo! Mas, tenho tranqüilidade de afirmar que, aqui na cidade de São Paulo, foi a primeira ocupação que deu certo. Mesmo assim, veio um aparato policial que nos tirou.

O problema não era só conquistar, mas desmoralizar o poder! O povo não tinha onde morar, não tinha dinheiro e existia uma repressão militar muito forte. Vamos desmoralizar isso, mesmo que não dê certo! Nós tínhamos uma comissão que tinha certeza disso. Pode até não dar certo, mas vamos criar um desgaste nisso, que vai abrir uma brecha pra luta!

Vimos em passeata. Descemos do Robru, viemos pela rua do telefone, subimos a Rua Lourdes – que é essa aqui, onde nós estamos conversando – e instalamos as barracas. Essa área foi indicada por um advogado, que se dizia do PDS, mas afirmava que essa região era de terras devolutas. Amanheceu o dia e começamos. Em 17 de dezembro, veio um novo despejo nessa área da Vila 1º de Outubro, aqui onde estamos agora. Conseguimos revidar, enfrentar e estamos aqui até hoje. Já vai fazer dez anos no dia 1º de outubro, agora.

Nessa época – é um "troço" interessante, quando vai discutir política, a gente analisar a política não só pelo partido, mas por época determinada em que você viveu – nós tínhamos o PT, recém-nascido e ainda com pouca força. Tinha o PC do B que, naquela época, atuava clandestinamente dentro do PMDB. Você tinha a estrutura do PMDB... E é um troço interessante, um vereador que morreu sendo chamado de fascista – o Altino Lima, que foi presidente da Câmara Municipal de São Paulo – esteve aqui com a gente, ajudando. Isso é interessante na história, umas coisas desse jeito. Veio também o Jorge Tomas de Lima, que era vereador na época. Mas o processo do Jorge foi engraçado, pois, quando começaram a surgir os policiais – o negócio foi bravo, vieram mais de três mil para nos despejar – ele disse que estava com vontade de tomar água. Foi e não voltou mais, sumiu! Mas o negócio era feio mesmo, para agüentar, não era "mole". Nós estávamos com umas 700 famílias que ainda não tinham feito casa. Estavam marcando terreno, mas a assembléia deu umas 700 pessoas. Isso, no dia 6/10/81. E aquele "puta" aparato policial do safado do Maluf! Quem organizou a ocupação era do PC do B. O PT tinha um pouco desse negócio de moradia, mas a gente está estudando um pouco para poder debater essas questões. Quem tinha influência no PT era a Igreja, que não tinha coragem

de enfrentar. Inclusive o Dom Angélico esteve aqui, mas não teve coragem de ficar até o fim. Tem vários aspectos que precisam ser discutidos. Hoje o Movimento de Moradia tem uma influência maior do PT, mas, no início, essa influência era do PC do B, sem sombra de dúvida.

Eu entrei no PC do B com intuito de uma mudança, de um partido que propõe mudanças e não que se amordaça ao sistema que está aí. E não foi isso que eu encontrei no PC do B. Quando veio a chamada abertura democrática, nós podemos dizer o que queremos, só que não podemos realizar aquilo que desejamos. E qual o papel dos partidos nisso? É de se amordaçar a um determinado sistema? É o que aconteceu com o PC do B e acho que é o que vai acontecer com o PT. Que vai se amordaçando a um determinado sistema, e que deixa de estar voltado para os interesses do povo.

Eu conheci a Luiza (Erundina) não como vereadora, eu conheci ela como assistente social que amassava barro aqui com a gente. Inclusive lá no Jardim São Paulo, um lugar onde o pessoal foi despejado de uma ocupação organizada por eles mesmos, isoladamente, sem organização partidária, sem nada. Foi por conta própria, organizaram e tocaram. Eu conheci a Luiza ali, levando "porrada", enfrentando dificuldades. Conheci a Luiza como vereadora. E conheço a Luiza Erundina hoje, que não recebe uma Sociedade de Amigos de Bairro que vai lá marcar audiência! Eu não acho que o prefeito tem que estar com a porta aberta e na hora que você chega lá ele... Eu acho que o governo tem que ter hierarquia, mesmo! Agora, mesmo com hierarquia, ela tem que receber uma entidade organizada que tem trabalho em um bairro. E isso não acontece no gabinete da Luiza que eu conheci! Que é do PT! Eu acho que nós sofremos essas dificuldades e vamos ter que criar estrutura para responder a essas dificuldades.

As ocupações são um "troço" interessante aqui na nossa região. Eu acho que nasceu um pouco daquele espírito com que a gente vinha, de revolução, mesmo. Na época, dentro do PC do B, tinha espírito de revolução, mesmo! E a preocupação não era se a ocupação daria certo ou não; era questionar o sistema. Essa discussão acontecia em uma parte do PC do B, gente que hoje acho que nem está no partido. Posso dar alguns exemplos, como o Gilberto Natalino, Walter Feldman e a esposa dele, Antonio Barbosa Neto, que foi expulso do partido. Todos nós discutíamos juntos naquela época e é bom falar os nomes, pra saber quem eram as pessoas. E não tenho nenhuma preocupação em estar contando pra você, pois tudo isso que estou dizendo aqui são fatos históricos, que sou capaz de sustentar em qualquer circunstância.

A ocupação aqui, do 1º de Outubro, foi organizada na favela do Robru, pois muita gente sem ter onde morar ia lá procurar um lugarzinho. Nós percebemos que tinha muita gente procurando casa na favela e resolvemos organizar a ocupação. Quando o pessoal chegava, a gente marcava o dia pra eles voltar, e foi juntando gente. Quando tinha 58 famílias, marcamos para ocupar no dia 1/10/81.

Eu também participei um pouco da ocupação do Monte Taó, mas não diretamente. "Seu" Ângelo é quem esteve mais lá e teve uma briga grande com Dom Angélico. O grande erro que a esquerda cometeu, e acho que um erro grave, foi a questão da religião. O fato do cara ter uma formação materialista e não acreditar em Deus é um problema dele! Mas ele não tem que impor isso como direito. Acho que todo cidadão deve viver acreditando naquilo que ele acha mais justo. Se ele acredita em Deus, é um direito que ele tem! Então, naquela época, a questão do Monte Taó teve uma briga muito grande do "seu" Ângelo com Dom

Angélico e padre Ticão, que estava chegando na região. Daí despeja, não despeja, briga pra lá e pra cá, e não conseguiram fazer uma aliança maior pra poder enfrentar. Acabou ficando uma parte com "seu" Ângelo mandando e outra com padre Ticão e Dom Angélico. Se tivesse uma visão mais completa... mas a briga acabou se tornando muito grande. Não sei bem se Dom Angélico construiu uma igreja, ou se foi uma entidade. Só sei que ele registrou como o lugar onde se fazia a missa. Aí, "seu" Ângelo criou a briga. E se tinha problemas de um lado, o outro não ajudava, e estavam no mesmo pedaço! Mas o povo acabou ficando lá e ninguém tirou. Isso aconteceu entre 1980 e 1981 e foi uma briga longa!

Não sei não, mas acho que a influência do PC do B é, hoje, bem pequena nessa área. Acho que, atualmente, a influência maior na questão da moradia é da Igreja. E o dia que a Igreja sair do PT, ele acaba na questão da moradia! Eu digo isso porque conheço todos esses mutirões e todos os participantes são da Igreja. Isso acontece porque a Igreja é uma instituição viva, com dois mil anos de experiência nessa luta e que adota sua disciplina baseada numa crença maior do povo. E isso tem um peso muito grande! A Igreja está organizada em todos os lugares. Não existe um local que você não encontre algum tipo de trabalho dela. Ela sempre está presente e existem fiéis que são os discípulos, né? A Igreja tem tanta força porque o povo brasileiro é muito temente a Deus. Falou de Deus, você cria problema com qualquer brasileiro! A Igreja Católica ainda é predominante no Brasil e ela tem um punhado de profissionais que trabalham, e eu acho que está certo. Eles têm os princípios deles e não sou contra princípio de quem quer que seja. Esses profissionais trabalham muito na questão da moradia, e a maioria é do PT.

Não tenho dúvida de afirmar que, na organização da moradia, a força da Igreja é maior que a do PT. Disso eu não tenho nenhuma dúvida! Falo isso porque conheço as lideranças que atuam e sei dos princípios de cada um. Eles são do PT e são da Igreja, mas ficariam com a Igreja! Eu conheço e sei que seria muito difícil esse pessoal abandonar a Igreja.

As primeiras ocupações aqui na Zona Leste começaram em 1980, mas o Movimento dos Sem-Terra, que é ligado à Igreja, só começou em 1984 e acho que dois fatores explicam isso. Um deles é que tanto o Movimento de Moradia, quanto o de Guerrilha, tiveram curta duração, pois o PC do B não teve força pra sustentar. O outro é que, em 1984, a Igreja teve a felicidade – Dom Angélico, O Cardeal Arns – de ter sido eleito em São Paulo, um governo democrata-cristão, amigo de todo esse setor da Igreja, que eu considero bom e progressista. Foi o governador Montoro, né? Depois, veio o Covas, também ligado a Dom Evaristo e Dom Angélico; eles são amigos, independentemente da sigla partidária. E o Covas abriu exceção para a Igreja em todos os setores; desapropriou terras para construir casas na base de mutirão. E aí criou-se a estrutura orgânica desse setor dos Sem-Terra. O setor dos Sem-Terra nasceu com o governo Covas! Com a adoção do governo Covas, junto, obviamente, com o aval do governador Montoro. Não há a menor dúvida disso! Se alguém tiver uma interpretação contrária, nós teremos um bom debate, pois podemos citar dados que comprovam todos os meandros da coisa.

Entre 1980 e 1984, o movimento por moradia teve suas dificuldades, mas andou. Nós, do PC do B, fomos mais como um movimento guerrilheiro, passado esse momento, cessamos um pouco a questão da luta pela casa, né?

Em 1980, a crise foi brava, foi o pior período. Entre 1980 e 1981 teve até a quebra das grades do palácio. Foi uma época dura que nós vivemos em São Paulo, de enfrentamento e muitas dificuldades.

O quebra-quebra de Santo Amaro, que eu conheci de perto, eram trabalhadores que vinham nas fábricas e não achavam solução. E aí, obviamente, teve o dedo do PC do B, inclusive uma parte de companheiros nossos, né? Muitos deles hoje nem estão mais no PC do B. Alguns entraram para o PT, outros no PMDB e muitos não estão em partido nenhum.

Mas, como eu estava falando, nesse momento de desemprego, o pessoal conseguiu se organizar e veio para o Largo Treze, lá em Santo Amaro. Aquele quebra-quebra nasceu no Largo Treze, de uma assembléia que devia ter de 3 a 5 mil pessoas. Foi um tal de discurso pra lá, discurso pra cá, e o que é que vamos fazer? De repente, veio a idéia: "Olhem um supermercado aí, vamos buscar comida"... "Putá", aquilo estourou!! Imagine 5 mil pessoas numa praça com um supermercado aberto e o "nêgo" sem estar esperando nada? Fazia anos que o regime militar não deixava a gente fazer nada; uma repressão desgraçada e, de repente... "Vamos buscar carne, vamos buscar comida"! O supermercado ficou limpo! Eu vi um "cara" carregar um quarto de boi nas costas! É, o negócio foi feio! A coisa "teve" brava!

Não nasci em São Paulo. Sou mineiro de Caratinga, Minas Gerais. Nasci na roça, sou agricultor. O problema é que as cidades incharam com esses milhares de trabalhadores que vieram para elas, né? Não existe alternativa pra viver da agricultura.

Nós tínhamos terra, meu pai tinha dez alqueires. Aqui em São Paulo isso é só um lote, mas, lá em Minas, como o espaço é grande, a gente ia vivendo. Nós plantávamos arroz, feijão, milho. Para plantar arroz era preciso arrendar terra da Acesita. A Acesita é a maior proprietária das terras de minha região. Ela e a Usiminas são as maiores proprietárias das terras lá. Quase 90% das terras onde a gente morava – no Vale do Rio Doce – pertencem à Acesita e Usiminas. Eles plantavam eucalipto numa parte e arrendavam o resto.

Minha família não era grande; só eu, uma irmã e meus pais. Mesmo assim não conseguíamos produzir! Você planta arroz hoje e ele não vale nada para o produtor quando é colhido, ele só vai ter valor alguns meses depois da colheita e o pequeno produtor não consegue segurar. Quando passa a ter valor, já está em outra mão! Nenhum pequeno produtor consegue segurar até ter preço. Nem naquela época, nem hoje! É preciso comer né? Aqui na fábrica – eu estou na fábrica, hoje – trabalha, recebe o pagamento no dia dez, que não dá pra comprar nada, mas você tira um cruzeiro, compra uma camisa, compra comida para o mês inteiro. Na roça, você tem que trabalhar o ano todo e no final fazer a compra para o ano inteiro, é uma vez por ano! É bem diferente daqui, né? Aqui é uma vez por mês. Lá na roça, é uma vez por ano que você vê dinheiro!

Eu vim para São Paulo sozinho. Cheguei aqui em 1968. Trabalhei uns meses na construção civil, depois na CESP, por um ano e meio. Daí vim pra fábrica e fiquei até agora. A história da minha militância política acho que vem um pouco daquela raiva de trabalhar e nunca ter nada, né? Vim pra cá sem família, sem ninguém... Fui casado, separado. Quando casei, tinha quase 17 anos e, aos 18, me separei, um pouco antes de chegar em São Paulo. Essa minha esposa atual eu conheci aqui. A gente enfrenta muitas dificuldades na vida, né?

Quando comecei a trabalhar em fábrica, o salário era baixo e vieram mais problemas. Aí, fui para o sindicato. Minha militância nasceu no sindicato em 1978. Eu trabalhei como têxtil, primeiro lá em Santo André, depois na Tecelagem Santa Izabel. Aí vim para São Paulo e trabalhei na Alpargatas. Foi quando comecei uma certa militância sindical e depois política. Militância sindical eu tive desde que entrei na fábrica. O pessoal foi lá fazer a carteirinha, pois tinha colônia de férias e mais não sei o quê. Eu imaginei que deveria ser legal, né? Colônia de férias é bom e o operário, que trabalha o ano inteiro, deve ter direito de passar pelo menos dez dias numa colônia de férias.

Quando cheguei de Minas fui para São José dos Campos. Minha história foi até um pouco engraçada. Nasceu um pouco do seguinte: eu estava na rodoviária de São Paulo à espera de um pessoal que tinha marcado pra se encontrar comigo e não apareceu. Você, que conhece o Interior, sabe como é, a cidade maior que eu conhecia era menor que uma rua dessas... Quando você chega nessa Capital! O ônibus começou a entrar de manhã, era umas 8 horas e eu tinha marcado às 9. Chegando ali, pra cá de Guarulhos só via cidade! Eu pensava. "Prá onde vou? Pra onde sigo? Não sei pra onde ir!" Quando cheguei ali, o pessoal não apareceu! Sentei num banco e apareceram dois argentinos. Interessante, esses caras eu nunca mais encontrei! Aí, conversando, eles falaram que tinha ladrão, tinha tudo... E ladrão ia me roubar o quê? Não tinha dinheiro, não tinha nada! Naquela época, a nota de 5 "conto" tinha saído e eu estava com duas no bolso! Conversa vai, conversa vem, e eles falaram que sabiam de um lugar que estava empregando gente. Como eu não tinha pra onde ir "topei" logo. Era em Jacareí. Trabalhei lá por uns meses, na construção civil. Depois, pintou a CESP, para trabalhar com topografia na barragem de Buquira... Lá mesmo, encostado em São José dos Campos e Jacareí. Fiz um teste, passei e fui

trabalhar. Aí já melhorou minha vida, que estava desgraçadamente "ferrada" com aquele salário de servente de pedreiro, né? Foi a coisa mais brava que eu já passei na vida!

Dos meus pais eu não sei nada, mas gostaria muito de saber! Eu só voltei lá uma vez, depois de dois anos que eu estava aqui. E já vai fazer 23 anos que estou aqui! De 18 anos pra cá, a única família que conheço é a mulher aqui e uma filha que eu tenho. Tenho uma filha lá com 25, mas eu não conheço! É verdade, essa é a vida nossa!

Aqui nessa área – 1º de Outubro e 2 de Setembro – moram quase três mil famílias, e 80% delas ganha de um a três salários mínimos, o resto ganha mais. Cada família construiu sua casa de acordo com as possibilidades de cada um. O povo construiu sua casa!

Mas não tem nada legalizado ainda. Isso aqui é tudo ilegal! Mas nós estamos há dez anos aqui e não apareceu nenhum proprietário, ninguém reclamou. Só quatro propriedades foram procuradas e entraram com ação na Justiça. Aí, o Funaps comprou, em 1983, as quatro propriedades. O resto tá aí, ao Deus dará! Algumas famílias estão em área legalizada, por exemplo, todo esse quarteirão aqui é legalizado. Foi comprado pelo Funaps e nós pagamos pra ele. Mas 90% das famílias já terminaram de pagar. Eu mesmo, já terminei. O restante da área, ninguém reclamou e nós vamos entrar com usucapião na semana que vem. Água, luz e asfalto, temos legalizado. Esgoto, só temos em dez ruas. Uma certa infra-estrutura nós temos, né? Não podemos reclamar!

Acho que a Igreja tem certa influência aqui, pelo menos somos amigos. Inclusive o padre Jorge, que tem um centro de menores ali em baixo, numa área que nós tínhamos reservado para creche. Essa traição, a Marta Godinho nos deve, pois, quando eles pegaram a terra, nós não íamos deixar construir porque estava destinada pra creche.

Como a Igreja dizia que tinha comprado a área, a Marta Godinho fez um acordo conosco: uma parte seria para eles e outra cederiam de graça para nós construirmos a creche. Aí eles vieram, cercaram a área toda, a Marta Godinho não investiu na construção da creche e configurou terra vazia. Como a terra é deles, é da Igreja e está cercada, quem vai se meter lá, né? Mas, é um compromisso e essa traição ela nos deve!

A Marta Godinho era secretária do Bem-Estar Social, na época do Covas e tem lá sua devoção, sua fé, que é um direito que ela tem, né? Agora, também não deve favorecer só porque estão ligados à mesma religião! Eu acho que nenhuma religião, nenhuma Igreja, deve favorecer esse ou aquele movimento, porque ela gosta mais ou menos, não é verdade? Eu, do meu ponto de vista como pessoa, respeito todas as religiões! Acho que cada uma está procurando um princípio, uma saída.

As maiores ocupações na Zona Leste foram em 1987 e nasceram aqui na nossa sede! Esse é um debate interessante que nós tivemos que travar com a Igreja. Em 1987, ela (Igreja) vinha com aquele processo do tempo do Covas e tinha algumas áreas de ocupação... quietinho, devagarinho, né?

Aí, as ocupações cresceram e o pessoal da Igreja acabou ocupando também. Mas, havia certos problemas com o PC do B, apesar de ter sido o PC do B que apareceu nessas ocupações.

Acontece que no PC do B já estava havendo debates internos, devido aos problemas existentes. Era a questão ideológica e política mesmo! De defesa de quem estava pra arrastar o povo pra luta e que estava lá pra participar de uma eleição, eleger ou não um deputado.

Eleger parlamentar e governo mantendo a estrutura como estava. E muitos companheiros achavam que não era por aí... Vamos ser institucionalistas? A proposta era de sermos revolucionários e queríamos ser!

Tinha mais uma série de questões, como a eleição do governo Quécia, que ele mentia. A direção do partido... Muitos caras da direção do partido trabalhavam no governo e nós nem sabíamos. E eu era da direção regional do PC do B! Muitos tinham cargos de confiança no governo, enquanto nós éramos os testas-de-ferro para dar "porrada" no governo e, por baixo do pano, tinha o João Amazonas, e outros que iam lá e negociavam os cargos. Enquanto isso, nós trabalhávamos, sem ter dinheiro para ir de um canto para o outro... E um bando de "sacanas" levando vantagens! Podendo morar bem, num bom apartamento, com os filhos estudando em escolas particulares, e a gente se arrebatando aqui. Não está correto! Vamos discutir, pois se é um partido honesto, sério do ponto de vista revolucionário, vamos discutir o salário de cada um... E onde cada um trabalha! A direção por cima, vivendo bem, e os que produzem?

Tenho um exemplo claro, aqui no bairro. O companheiro Agnaldo, que se arrebenta e eles só dão 40 mil cruzeiros por mês... O cara tem cinco filhos, faz militância e não tem o que comer! E continua no PC do B! Coitado, está vendendo roupa na rua agora... Se arrebenta de trabalhar como um jumento velho, pra não ter nada na vida!

O problema é que o peão tem que fazer militância, eleger candidato... fazer tudo, enquanto os da direção dizem o que é pra fazer, têm os filhos em boas escolas e muitas mordomias. Eu acho que as dificuldade que o Socialismo enfrenta, hoje no mundo todo, vêm da questão da mordomia dos dirigentes. Eles vivem bem, comem bem, moram bem... E o peão? Acho que esta é uma questão que precisa ser reavaliada e estudada. Marx está certo, pois, enquanto não houver condições de superar um sistema, não tem condições para um outro ocupar o lugar. Ele tem razão! Nós não queremos o Socialismo? Então tem que repensar o Socialismo!

Isso não quer dizer que sou contra a idéia de que alguns tenham que viajar de avião e outras coisas. Sou contra "miserabilizar" o pobre do militante que, na verdade, é quem leva o partido! Esse também tem que ter, é preciso dividir com ele certas condições, pelo menos o necessário para sobreviver.

Voltando então a 1987, como você tinha colocado... Nós organizamos a ocupação aqui na nossa sede, saiu daqui! Nós ocupamos primeiro o Jardim Lourdes. E aí a história se alonga. Nós não chamamos isso aqui de "Lourdes". Isso aqui é 1º de Outubro! O Jardim Lourdes é aquele ali, em baixo. E aqui nós não consideramos como Lourdes, aqui é a Vila 1º de Outubro! Se você for procurar nos mapas, aparece como Vila Lourdes, mas nós não consideramos

isso! Malvinas também é Vila 1º de Outubro. "Malvinas", porque nós ocupamos no tempo da Guerra das Malvinas. O pessoal carregando caminhão de coisas pra cá, a polícia veio para nos tirar e nós enfrentamos. Aí, eles falaram que isso aqui parecia a Guerra das Malvinas! E o nome acabou pegando. Quando vinha algum "nêgo" pra cá, os "perueiros" perguntavam: "Vai descer onde?" O cara respondia: "Naquela ocupação!" Então os "perueiros" diziam logo: "É nas Malvinas!" Mas o nome oficial é "1º de Outubro".

Isso aqui era um centro de guerra! Vai sair ou não vai sair? Se sair nós ocupa a estrada, põe fogo! Era um enfrentamento de guerra! Uma vez, nós fomos para o Fórum João Mendes, ocupamos dois andares daqueles para pressionar. E aí um fato interessante: quero saldar aqui, nessa conversa, uma advogada, trotskista ferrenha e que, apesar das brigas que tivemos, devo à ela isso aqui! Ela nos ajudou muito, é a Marília... Ela é do PT, deve estar numa tendência trotskista, se é que está viva ainda, porque a última vez que nos vimos já faz tanto tempo. Sempre que nos vemos, brigamos muito, mas eu não deixo de gostar dela! Pela pessoa que ela é, por tudo que ela é capaz de enfrentar, mesmo brigando com todo mundo. Briga até com a sombra!

Naquela época, eu me metia a estudar algumas questões jurídicas com ela e estava até aprendendo algumas coisas. Depois, brigamos. Mas acho que ela tinha certa razão. Sabe o que é esse negócio de você ser xiita? Acho que eu fui xiita, já! Um PC do B xiita! Ela me dizia o seguinte: "Você fica aí brigando, defendendo esse PC do B de merda, que não é de nada! Quem faz é o PT, eu sou militante petista! Por que você não manda a Helena Amazonas, filha do João Amazonas, vir defender o povo, aquela burguesinha de merda!"

Eu fiquei bravo com ela e nem sabia que o João Amazonas tinha filha. Depois que ela disse isso, eu fui verificar e soube que ele tem uma filha (a Helena Amazonas) que é advogada, na mesma época da ocupação nossa! E que nunca "deu as caras" aqui! Se não vem Marília nos ajudar aqui? Não foi nem Marília, foi o XI de Agosto. Nós fomos até lá e, através dele, veio Marília, Silva e outros, que inicialmente suspenderam a liminar de despejo por 30 dias e depois conseguiram cassar! Foi em dezembro de 1981. Isso nós devemos a esse povo!

Atualmente eu não sou filiado a nenhum partido e não sei se quero me filiar. Não tenho pretensão de ser candidato a nada. Posso ajudar um melhor vereador num partido, um melhor prefeito em outro e tocar a vida.

Eu não morava na Zona Leste. Eu vim como decisão do partido. Naquela época, eu era xiita! Eu morava na Vila Maria. Era solteiro na época, e arrumei minha mulher aqui, depois de uns três anos. Eu vim com responsabilidade política e partidária! Fui preso aqui e passei cinco dias no DOPS, isso em 1982 e ninguém sabia onde eu estava. O Luiz Eduardo Greenhalgh participou da procura do meu corpo, só que no Instituto Médico Legal eu não estava, nas delegacias também não. Aí, deixaram prá lá. Quando foi numa bela tarde, no sexto dia o cara me chama lá no porão e me tira. Mas jogaram pesado, com um grande interrogatório. Tudo por causa da ocupação e também do partido. Eles me pegaram com uma pasta cheia de cordel da Bahia, "Tribuna Operária" e documentos do partido. Tinha tido um quebra-quebra na Bahia e eu estava chegando de lá. Era novembro – não sei se no dia 15 ou 20 – e me tiraram do ônibus na esquina da "Casa das Noivas", lá na Penha. Os caras entraram no ônibus, olharam pra lá e pra cá e disseram: "Desce, você aí!"

Desci, dei os documentos, olharam a bolsa. Eu disse que era trabalhador e eles me meteram num camburão e levaram pra Penha.

Fiquei dentro do camburão e levaram todas as minhas coisas. De repente, ouço o rádio: "É Elgito Boaventura, então traz pra cá!" Fui escoltado com um carro na frente, mais uma viatura atrás, metralhadora nas costas! E eu ali, sem um canivete na cintura, sem nada, e aquele monte de metralhadora apontada.

Chegando no DOPS, me enfiaram numa sala e foi interrogatório e provocações à vontade: "Invasor de terras tem que matar, vai tomar uma dessas pra ficar esperto". E eu calado, não reagi de jeito nenhum, mas eles provocaram muito. Quando foi no sexto dia, me soltaram. Essa é a vida da gente, é um pouco da história dessa área. Agora, tenho que ir para a Associação, que a reunião começa às 3 horas e acho que já estou um pouco atrasado.

DOM ANGÉLICO SÂNDALO BERNARDINO

"O homem sente que ao lado do companheiro, ao lado de outra pessoa na comunidade, na socialização, ele é o autor da história!"

Eu acho que uma série de fatores, entre os quais a falta crônica de habitação, um trabalho de conscientização, uma prioridade arquidiocesana sobre moradia, enfim, um conjunto de fatores explicam o aparecimento do Movimento. Foram feitas muitas reuniões, sobretudo sobre a problemática do Mundo do Trabalho, a escorchantes situação da habitação na administração, do minguado salário e o direito, isso foi trabalhado sempre na Região Leste. E não somente lá, de resto é todo um trabalho de Igreja.

O direito sagrado que a população tem a um pedaço de chão! Então nós dizíamos sempre com um slogan: "A terra pertence a Deus e ele a dá aos seus filhos". Vejo que realmente foi uma série de fatores. A conscientização, porque não houve um acionar de botão e dizer: "Agora vamos ocupar essa terra ociosa!" Tanto mais que a insistência da Pastoral da Terra nunca foi por ocupar terras! a insistência foi lembrar às autoridades que o povo tem direito a morar e que a problemática habitacional não pode, criminosamente, ser delongada

através de sucessivas omissões do poder público, que não faz reforma agrária, nem urbana. E nós fomos, também, formando lideranças com essas idéias, com base todas elas no Evangelho e na doutrina social da Igreja.

Eu acho que a Igreja tem uma responsabilidade muito grande, histórica, na criação da noção de direitos nas pessoas, mas ela não foi a única. Acho que o trabalho do Partido dos Trabalhadores, o pessoal do PC do B, e principalmente as Comunidades Eclesiais de Base, que é um trabalho longo e sério de conscientização. E, de resto, é bom que a gente lembre que na Região Leste, durante esses anos todos... Eu me lembro em 1976, nós fizemos um movimento grande lá, na questão da passagem de nível dos trens de Guaianases, Parada XV de Novembro, Arthur Alvim e Vila Ré, quando a locomotiva colheu um ônibus e morreram, se minha memória não me trai, 23 pessoas. Naquela ocasião, em uma assembléia, nós ameaçamos paralisar os trens.

Depois, nós fizemos muitas movimentações do povo a respeito do lixo, no Itaim Paulista, por exemplo. Numa seqüência muito grande, nós fizemos reivindicações, lutas para questões de creche, escola, pronto-socorro. O Movimento de Custo de Vida na Leste conseguiu milhares de assinaturas e depois o Movimento Contra a Carestia.

Foi um povo que foi lutando, a gente não pode dizer que a questão da moradia tenha sido um fato isolado no contexto de um povo que, duramente, foi se mobilizando e que durante a ditadura encontrou, na Igreja um espaço, não digo fácil, mas um espaço sério de manifestação de cidadania, muito importante. Então, o Movimento de Moradia, que tem a necessidade imediata do morar, uma exigência muito premente, muito aguda por parte da população, eclodiu como

uma maré alta. Então, eu não gostaria de dizer: "Em determinada assembléia, foi dito que há terra sem homens e homens sem terra, então vamos ocupar!" Foi dito, foi dito... não como solução, mas como realmente um sacudir!

Na CNBB nós afirmamos, e eu continuo afirmando, que o povo, a exemplo do João-de-Barro, constrói a sua casa. Desce o morro e a casa desce com o morro, mas ele sabe fazer, ele sabe construir! O que ele não tem é lugar! Se na enchente a casa é invadida, é levada, é porque ele não teve melhor lugar pra plantar o barraco que não aquele, que é área de risco.

A Comunidade Eclesial de Base é uma maneira de ser Igreja. É a Igreja, só que uma Igreja muito mais encarnada. Na comunidade, as pessoas procuram se conhecer, são grupos menores. É **eclesial** porque a força da comunidade é o Evangelho, a cartilha ideológica, se quisermos. E é **de base** porque pega propriamente base. É uma comunidade de pessoas que rezam, que lutam! Eu gostava sempre de dizer que quem não reza, vira bicho, e quem não trabalha para os outros, vira bicho-preguiça! Então, a **Comunidade Eclesial de Base** não necessariamente coincide com a Igreja na visibilidade; no entanto, ela tem uma presença muito grande nos grupos de rua, em pequenas iniciativas. Ela também se concentra no Centro Comunitário, mas a atuação e a existência total da Comunidade Eclesial de Base é mais viva e numerosa do que aquilo que acontece no Centro Comunitário e no templo. Como eu já estou há um bom tempo fora, não saberia dizer o número delas na Região Leste, e depois, eu nunca me preocupei com números.

Eu cheguei lá em 1975 e antes já havia um trabalho muito grande de comunidades, inclusive frei Gorgulho e Ana Flora tinham dado e continuaram a dar uma colaboração muito grande, de uma leitura comprometida, libertadora, da palavra de Deus, da Bíblia. Casar a vida com a Bíblia e a Bíblia com a vida!

Os setores são uma divisão interna da Igreja. A Região é muito grande, assim como a Arquidiocese de São Paulo era dividida em Regiões; a Região Leste I e Leste II eram Regiões que compunham a Arquidiocese. Assim também cada Região tem diversos setores, se quiser, em termos de paróquia ou comunidades. Cada Região agrupa um determinado número de paróquias e cada Setor uma subdivisão dentro da Região. Então, a Arquidiocese de São Paulo tem diversas Regiões, cada Região tem diversos setores, cada setor tem diversas paróquias, cada Paróquia tem diversas comunidades e cada Comunidade, diversos grupos de base.

Uma ocasião, eu estava numa assembléia em São Miguel que, seguramente, tinha umas doze mil pessoas. Chovia muito e a praça estava coalhada de gente! Foi uma assembléia memorável, decisiva, de encaminhamento do Movimento. Durante os discursos, as manifestações, uma pessoa se achegou a mim e disse: "Eu tenho um parente que está muito mal no hospital, será que o senhor não poderia ir lá?" Eu falei: "Minha filha, não daria para a senhora ver outro padre? Agora para eu sair daqui é difícil". E ela foi. Daí a uns dez minutos ela voltou, dizendo que não tinha achado padre. Como era urgente, eu saí da assembléia. Saí e, ao descer a escada, uma pessoa, escorrendo água, me perguntou: "Como vai, Dom Angélico?" E eu falei: "Tá uma dureza!" E fui até o hospital, atender a pessoa. Foi rápido, coisa de meia hora estava voltando. Incrível, quando ia subindo a escadaria, me encontrei com uma

das militantes, uma senhora, mãe de família. E eu perguntei a ela: "Como é que vai aí a luta?" E ela respondeu: "Tá difícil, mas vale a pena!" Então, eu sempre digo que aquela senhora, naquela ocasião, estava me evangelizando!

Eu sempre notei, sempre senti que, no substancial – eu não quero dizer na totalidade –, havia outros grupos, outras pessoas que, com boa vontade, com idealismo, lutavam. Eu não respondo por elas, eu as respeito! Mas, daquilo que eu conheço, a maior parte do Movimento é composto por pessoas vindas da comunidade, é um pessoal que tem na fé realmente a gasolina movimentando a sua vida! É um pessoal que ainda hoje, nessa época de governo anti-povo, que é o Collor, eu pergunto pra eles, aos domingos: "Como vai!" E, invariavelmente, eles respondem: "Graças a Deus, tudo bem!" Depois que vão dizer que têm problemas e uma série de coisas. Mas é uma coisa que cada dia me impressiona mais, a fé neste sentido de resistência! E marcadamente no Movimento da Terra, que é um movimento de pessoas – sobretudo na liderança – que ganharam uma dimensão de compreensão maior, eu acho que a palavra de Deus e a fé, uma fé vivida sem muitas formulações, uma fé transformada em compromisso libertador, é realmente gritar que a terra é um direito de todos! A terra que sobra pertence àquele que não tem terra!

A terra não pode ser objeto de especulação, ela tem que ser para moradia e para o plantio, como destinação prioritária. Então, isso tudo foi baseado na doutrina social da Igreja e no Evangelho. A fé tem sido a luz na caminhada!

Na sociedade, eu acho que se diz que o homem trabalha muito. Mas, o homem é muito mal-acostumado. Na realidade, quem trabalha como burro de carga é a mulher... E a mulher das classes populares trabalha mais ainda! E é essa mulher que, além de trabalhar como cozinheira, arrumadeira, passadeira, ainda luta por moradia, creche, hospital, escola. Enquanto os homens, muitas vezes, estão preocupados com o Corinthians e o São Paulo. Minha visão nesse sentido, não é que o homem porque está trabalhando... É porque a mulher tem muita sensibilidade, tem realmente um sentido de tenacidade que nessa sociedade machista, uma Igreja machista em que vivemos, me assusta, me admira sobremaneira! Tenho uma admiração enorme!

Eu não acho que o Movimento foi levado exclusivamente por mulheres, não. Há uma presença significativa de homens que marcaram presença. Agora, numericamente falando, as mulheres, muitas vezes grávidas, com criança nos braços, estão lá, fazendo passeata e reivindicando. E os maridos brigam, quando elas participam do Movimento, mas depois, gostam de morar numa casa boa. Mas, isso se deve a uma omissão do homem... é omissão! Assim como o homem não vai à Associação de Pais e Mestres, não vai à luta por creche, é um mau costume que existe, é uma falta de educação do homem às suas tarefas. Ele pensa que está sendo macho, que está sendo homem! E a mulher? A mulher está num batente desgraçado! Alguém já disse e eu estou de pleno acordo: que, se a gente desse para um homem a tarefa que faz uma mulher normalmente, no fim do dia, ele estaria com a língua de fora. Não adianta dizer que é o homem que trabalha e a mulher fica em casa. Mas fica em casa, fazendo o quê? É muito sério isso!

Eu acho que, desde o início, o que movimentou o ideal do povo, não foi a terra! Foi a casa, a moradia! E a moradia vem como vier. Uma vez que não dá para pagar uma casa popular, a preço popular, então, que venha a terra! Depois, houve uma luta para que viesse financiamento de material, depois mutirão. Quer dizer, a discussão inicial, e eu sempre na minha inteligência colocava no seguinte pé: "Olha, nós precisamos ter.. Se conseguirmos casa, melhor, se conseguirmos financiamento, está bom, se não conseguirmos isso, pelo menos terra". Porque, tendo terra, o povo já vai se ajeitando!

Há outros que achavam que nós deveríamos lutar por casa, por financiamento com cooperativa de material etc. Olha, isso tudo eu acho ideal, é evidente que, podendo o povo ter casa realmente popular, o acesso a um miserável salário que a maioria da população recebe, tanto melhor, não há nem discussão! Mas, na prática, a gente vê que isso nem sempre é fácil.

E o impressionante, numa ocupação, é que o povo é capaz de fazer as ruas, dividir os lotes, reservam lugar para escola... Eles planificam melhor que os técnicos! E, num segundo momento, já nasce uma casinha, um barraco de lona, de caixa de papelão... O povo caminha a duras penas!

Se o governo, que gastou agora dez milhões para cada deputado nesta convocação extraordinária, nessa panacéia, nesse circo do governo Collor a respeito do aposentado, desse um mínimo de atenção para casas populares...

Eu sempre defendi, desde a minha juventude, como jornalista, a legalização do PC do B. Mas sempre achei este partido, sobretudo na periferia, muito oportunista... Golpista, inclusive! Muito sedento de poder! Extremamente

manipulador... A minha apreciação, sem querer pichar, porque há militantes que, eu acho, merecem todo respeito pela sua trajetória, pela sua luta, só que eu não concordo a respeito de métodos. Mas, acho que eles foram realmente aguerridos, ativistas! Eles não formavam grupos de base, mas, diante da necessidade premente, levantavam a bandeira nacional e "Vamos lá, minha gente"!

Na minha opinião, as primeiras ocupações da região foram lideradas pelo PC do B, tanto mais que nós não tínhamos no horizonte, como continuamos a não ter, que a ocupação é solução. Nós nunca defendemos isso como solução! A ocupação sempre foi um ato quase de desespero... Ela foi um sacudir no criminoso sono da apatia, da omissão do poder público! Então, realmente, pra dizer ao poder público: "Vocês estão dizendo que não tem terra, que não tem solução, nós então vamos como tem que ir!" São essas medidas que, teoricamente, eu acho legítimas!

As comunidades eram no começo... E, depois, eu não quero dizer que as ocupações foram espontâneas. Não sou muito por espontaneidade! Sempre houve, aí é que está... Houve ocupações que começaram através de uma liderança, não encomendada. E houve ocupações em que o grupo disse: "Nós vamos ocupar a área!" Eu não acho que as ocupações são espontâneas. Acho que elas podem ser menos organizadas, mas, simplesmente dizer **espontâneas**, eu não acho!

Eu acho que todos os políticos dão rasteira no povo, mas, para o Movimento, a pior delas foi a de 1987. O Quércia foi um patife! Ele colocou a cavalaria em cima do povo! Eu chamei o Quércia de canalha pela Folha de São

Paulo em uma ocasião e não retiro a expressão. Um governador que manda a cavalaria em cima de mulheres grávidas é um canalha! Como pessoa, eu não tenho nada que ver contra ele. Como governador, nesse ato e atitude, é canalha!

Outro patife que está mal, tenho rezado por ele, patife sem-vergonha, o Jânio Quadros! Sem respeito algum pela população!

Um prefeito que dialogou com a gente, eu tenho simpatia e nasceu daí minha amizade para com ele, foi o Mário Covas. Um homem de muito respeito, esse... Muito respeito!

O próprio Montoro, que fez promessa solene na igreja de São Miguel, depois foi enrolando, enrolando! Eles enrolaram sempre... Foram enroladores, que disseram: "Nós vamos fazer tantas casas!" Na questão da moradia eles foram sempre mentirosos!

O analfabetismo, os meios de comunicação, o fato de não conseguir ligar a falta de feijão na panela ao voto, fazem com que a população eleja políticos como o Collor. Frequentemente o povo não sabe ainda, muita gente não sabe essas questões básicas, fundamentais. E acreditam, então, nesses mentirosos que, tradicionalmente, enganam o povo!

Amanhã, se o Collor, por exemplo, começar a chorar em cima de um velhinho e tal, é capaz dos aposentados acharem que ele é uma maravilha. Apesar de todo esse carnaval – e o carnaval que me desculpe – apesar de tudo que ele fez, o povo tem uma memória terrivelmente curta!

Os meios de comunicação exercem uma influência avassaladora! Eles mentem, mentem, e a força das imagens passa de tal forma que, uma hora...

Eu acho que o povo está apto para votar. A democracia se faz votando! E nós temos que votar muito mais e participar em todos os níveis, muito mais! Porque é apanhando que a gente vai aprendendo... Eu acho que nós estamos evoluindo. Nós estamos saindo da terrível ditadura militar que, durante todos esses anos, marginalizou o povo. Há uma série de fatores que vão contribuindo para isso. Mas, depois de tantos coices de mula na boca do estômago, o povo realmente...

Em São Miguel, por incrível que pareça, nas últimas eleições, depois de ter votado, eu estava visitando uma senhora que estava doente, lá no Jardim das Oliveiras. E na casa, conversando em quem votou e tal, uma senhora, que era do Apostolado de Oração – aquelas senhoras que na Igreja usam fita vermelha –, falou que não tinha votado no Lula, porque ele era comunista! Eu falei: "Mas, minha filha, a senhora não notou que pertence a uma associação da Igreja que também tem a bandeira vermelha? E que essa fita vermelha não tem nada a ver com o comunismo?" Então, ela se assustou diante desse argumento novo, e só então percebeu que, afinal de contas, o vermelho não significa nada, é uma cor como outra qualquer. Mas, ela fez desse argumento, da vermelhidão das bandeiras do PT e do PC, que apareciam muito na praça, um perigo que colocava em risco a segurança da sociedade, quando ela também, durante tantos anos, viveu com um estandarte da fita vermelha do Apostolado da Oração!

Enquanto não houver, realmente, escolas com qualidade e em número suficiente, participação na vida econômica; enquanto os meios de comunicação forem propriedade de grupos como o do Roberto Marinho, o povo vai continuar sendo mal-informado, contra-informado, desinformado!

Eu acho que o PT tem muitos vícios, grupos e tendências que, muitas vezes, são incapazes, eu diria, de ter um projeto popular como prioridade aos interesses de grupos, de tendências, enfim, de currais. Não obstante isso, eu acho que o PT, no contexto dos partidos brasileiros, é o melhor! Eu acho que, de certa forma, haver isso nos partidos políticos é normal, ou melhor, é compreensível.

O Paulo Freire, na "Pedagogia do Oprimido", se não me falha a memória, disse: "A única imagem de humanidade, digamos, que o oprimido tem, é a do opressor. E freqüentemente o oprimido quer sair daquela situação dele para, de alguma forma, obter os mesmos instrumentos de que faz uso o opressor. Porque é a imagem que passa".

Esses políticos, sobretudo jovens políticos, têm à frente imagens de velhos políticos! O povo também tem seus vícios clientelísticos... Então nós temos que punir curral eleitoral, o é dando que se recebe! A política partidária, quando se serve do movimento popular e não ao movimento popular, tem a especificidade de, em pouco tempo, arrebentar o movimento! Isso freqüentemente... Falta grandeza! E o povo sofrendo...

As chamadas "esquerdas", nesse país, têm uma dificuldade enorme de se coligarem... Mesmo dentro do próprio partido, como é o caso do PT, para um projeto maior.

A direita tem uma sabedoria! Eles se unem, se aglutinam, apresentando-se com uma face iluminada diante do povo que não percebe as contradições, não percebe nada. E como essas lideranças estão mais perto do povo, percebem essas fragilidades, essas brigas, esse falar mal um do outro...

Ninguém pode encurralar o movimento popular, nem Igreja, nem partido... ninguém! O movimento popular é autônomo, ele tem o seu caminho, tem que ter a sua pedagogia! Mas, as pessoas nem sempre deixam isso acontecer, porque dentro de cada um de nós há realmente a mania de sermos importantes.

Querer fazer do movimento popular um instrumento proselitista, religioso, querer fazer curral eleitoral... Não! Nós, inclusive, estamos aí para servir o movimento, para que o povo robusteça sua organização popular.

Eu acho que é episódico que um líder do movimento popular se candidate. Até seria bom que se candidatou hoje e que, na próxima legislatura, não se candidate mais. Acho que, nesse ponto, o Lula deu um belíssimo exemplo pra muita gente desse país. É um capítulo muito sério quando, realmente, lideranças do movimento entram para a disputa.

Sempre tive e continuo tendo a convicção de que reivindicar, organizar-se em movimento de categoria, da comunidade, sempre é positivo! Sempre dá certo! Mesmo que, de imediato, não se consiga aquilo que se queira.

Quando uma mulher, ou um homem trabalhador, conseguem, em praça pública, se manifestar, gritar na defesa de uma causa, quando ele dá um passo avante, pega um microfone, nesta hora nasceu um homem novo! Nasceu um homem! Nasceu uma mulher! Quando essa mulher tem possibilidade de dizer a um vereador, a um deputado, a um bispo: "É assim, eu acho que é assim", nasceu um homem novo, é o exercício da cidadania! E é por isso que eu acho que nós não devemos esmorecer nesse trabalho miúdo, dos pequenos grupos, das pequenas reivindicações, pequenas iniciativas. É claro que vão ganhando sentido depois de articulados, na medida em que vão tendo uma veiculação com o mundo do trabalho, com a questão de classes sociais.

É preciso que o povo fale, é preciso que o povo se manifeste, que passe a confiar em si! Eu gosto muito de uma frase do Evangelho de Lucas, que diz: "Levantem a cabeça, a salvação de vocês está próxima, a libertação de vocês está próxima". Eu acho que essa libertação passa por vários canais... O homem sente que, ao lado do companheiro, ao lado de outra pessoa na comunidade, na socialização, ele é autor da história. Por isso, eu não gosto de assistir futebol... Mas, nos tempos de jovem, eu gostava de jogar futebol! Acho que é por aí, pois não há ninguém que jogue perfeitamente, ninguém. Ou jogamos em equipe, ou realmente esse país não vai pra frente. E é por isso que eu, teimosamente, espero, sem perder a esperança!

Acho que esse país tem jeito a partir do povo... Dessas lideranças que vão se formando devagarinho, vão se decantando! Algumas agora nos decepcionam, amanhã vai ser melhor... O poder sempre é uma tentação de

corrupção, mas devemos acreditar que, afinal de contas, é possível que a fraternidade seja maior. Vamos sonhar, porque sonho que se sonha junto se torna realidade!

PADRE ANTONIO LUÍS MARCHIONI (Padre Ticão)

"Eu acredito que, de 1984 até aqui, muita gente testemunha o processo de aprendizado e de crescimento nessa caminhada."

A organização, a formalização do Movimento aconteceu em 1984, mas antes aqui sempre estiveram setores da Igreja, do movimento popular e partidos que já tinham trabalho com a moradia. O trabalho da moradia acontecia na prática, tinha religiosas que trabalharam em favelas, em urbanização, com problema de aluguel; tinha também advogados que atendiam aqui na região. Então, em 1984, a gente conseguiu fazer essa formalização porque já existia realmente um trabalho. Mas ele era fragmentado e quando fizemos a primeira reunião e convocamos todos que trabalhavam com a moradia, então aí foi dado um passo maior.

Em 1982 houve ocupações aqui em Ermelino Matarazzo. Tinha o padre Chico Falconi, que trabalhava em Itaquera com favelas, e o padre Nildo, no Itaim. Esses dois padres, que já faleceram, foram os que deram o impulso inicial.

Aqui na Região, mesmo antes de 1984, sempre existiram outros movimentos de moradia, só que o Movimento liderado pela Igreja atinge todos os bairros. Isso porque a Igreja tem uma infra-estrutura muito grande. Hoje, aqui na

Leste II, ela tem cerca de 300 comunidades e paróquias, então é uma rede de infra-estrutura que nenhuma outra organização social tem. A diferença entre uma paróquia e uma comunidade é que a paróquia tem institucionalização, tem regras legais. É como essa igreja aqui – São Francisco –, ela é uma paróquia constituída, tem um início oficial pela diocese, pelo bispo. Cabe a ela registrar o batismo, o casamento. Ali, na Vila Nossa Senhora Aparecida, na favela, tem uma igreja e nós chamamos de comunidade porque é ligada à paróquia. Todo registro de batismo só pode ser feito na paróquia. Então, é mais uma questão burocrática, mas a prática se iguala em todas, só que a paróquia é que responde oficialmente. No nosso caso, aqui, temos essa paróquia mais sete comunidades.

A diocese tem cerca de 55 paróquias e 260 comunidades. O setor é uma divisão da Igreja por bairros. Então, nós temos na Região dez grandes bairros que nós chamamos Setores Pastorais. Eu não sei se chega a pegar todos os bairros. Atualmente, a divisão territorial é assim: Itaim Paulista, Guaianases, Itaquera, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Cangaíba, Artur Alvim, Ponte Rasa, Vila Esperança e Cidade Líder, que são os dez setores.

Existia na diocese, ainda existe, mas acho que nem funciona mais, uma Equipe de Direitos Humanos. Era formada pela Marta, o Bruno, a Regina (arquiteta), tinha também um americano, mas essa equipe não foi o início do Movimento. O início está muito mais ligado a um Centro de Direitos Humanos, que trabalhava com a legalização de terrenos clandestinos. Mas esse grupo teve uma série de conflitos com a Igreja, devido à forma de atuação, e, com o tempo, foi dissolvido. Aí se formou a Equipe de Direitos Humanos, e quando a gente

começou em 1984, nós todos pertencíamos a ela e ao Movimento de Moradia. Mas, chegou um momento em que a gente se dividiu, ficou Direitos Humanos de um lado e moradia de outro.

A Pastoral da Moradia na cidade de São Paulo, eu não lembro quando foi formalizada, mas acho que deve ter sido a partir dos anos 70. Nesses anos, nós tivemos o Plano Pastoral, que tinha a Pastoral da Periferia e que englobava todas as lutas pelos direitos sociais. Se você for ao jornal "O São Paulo", lá na Cúria Metropolitana, talvez você possa pesquisar esse período, principalmente a partir dos anos 1975/76, quando a Igreja de São Paulo começou a fazer o Planejamento Pastoral em cima de prioridades.

Até 1974/75, Dom Paulo era praticamente sozinho aqui em São Paulo, só existiam dois bispos auxiliares. A partir desse período, começa toda uma divisão da cidade por regiões episcopais e cada uma delas passou a ter um bispo. E para cá veio Dom Angélico. A Leste, por exemplo, era a Leste inteira, desde aqui até o Belém era tudo uma, com Dom Angélico. Depois, foi dividida em Leste I e Leste II. Deve ter sido a partir de 1975. Aí, Dom Luciano ficou com a Leste I e Dom Angélico, com a Leste II.

A chegada de Dom Angélico aqui é um marco divisor! Tem até uma jornalista que coloca que o mimeógrafo chegou aqui na Zona Leste com maior eficiência. Podia até existir, mas a comunicação escrita chegou de maneira mais sistemática com Dom Angélico, entre os anos 1974/75. E foi quando começou todo um processo de lutas. Nesse período, aconteceu o Movimento Contra a Carestia, era um movimento contra o custo de vida que depois começou a se

chamar Contra a Carestia. Foi um Movimento a nível nacional e a Igreja ajudou muito, mas acabou caindo em mãos do PC do B e aí houve um grande conflito. Esse Movimento foi outro divisor em relação à ampliação de lutas.

Eu cheguei em fim de 1977, e a partir desse ano, era difícil um domingo que não tivesse uma assembléia aqui na Região. Era uma loucura! Eu lembro um domingo em que Dom Angélico passou em três assembléias: uma do Lixão e duas da Saúde. Havia uma explosão de reivindicações! Os anos 70 e 80, aqui na Zona Leste, foram anos em que tivemos uma conquista resultante de todo um processo que ocorreu muito a partir das comunidades.

A questão do espaço físico é fundamental para a população se organizar. E aqui, nessa Região, a cada semana se inaugurava um Centro Comunitário! Você imagina, toda semana inaugurando um local onde a população pudesse se encontrar? O Centro Comunitário que eu falo é o espaço da Igreja mesmo. Foi um período em que se inaugurava quase um por semana. A população se reunia em mutirão, com a colaboração de festas levantava o centro comunitário e ali ocorriam as reuniões.

Nesse período, o movimento popular fervilhou! Tinha o "Lixão" do Itaim Paulista e o do Pedro Nunes; "Saúde", então, nem se fale! Explodiam assembléias por todos os lados! Tanto que aquele hospital que você está vendo ali, aquele prédio lá, foi fruto de muita luta. Teve também muitos centros e postos de saúde aqui na Região.

Entre os anos 1978/79 começou o Movimento de Educação, depois de muitas assembléias na igreja de São Miguel. Foi um período muito importante para um setor da população. Surgiu o PT e tinha também o Movimento Sindical.

A coordenação do Movimento é formada por representantes das comunidades. Hoje nós temos 59 grupos de "Moradia" que se reúnem. Cada grupo tem que escolher três a cinco pessoas para a coordenação geral, que são aquelas reuniões que acontecem nas quartas-feiras à noite, lá em São Miguel. Então, essa coordenação é do conhecimento de toda a Região, por isso nós cobramos a presença toda quarta-feira. Agora, a executiva são representantes dos Setores e tem o papel de coordenar as propostas. Mas, onde acontece o grosso das decisões, é na coordenação geral. Tudo que é discutido naquela pauta da coordenação geral volta para as comunidades. Se a coisa não amadureceu, volta para a comunidade e na próxima quarta-feira a coordenação discute novamente.

Essa caminhada do Movimento é feita por fases. A primeira foi buscar o diálogo. Você pode ver que a gente fez várias dezenas de caravanas buscando diálogo, pressionando. Depois, a gente adotou uma segunda maneira, uma pedagogia a respeito de abaixo-assinado. Nós fizemos dezenas de abaixo-assinados aos governos municipal, estadual e federal. Depois, a terceira maneira foi a ocupação de prédios públicos. São formas de pressionar o diálogo. Ocupamos a Regional, a Secretaria Estadual de Habitação, na Peixoto Gomide. Tanto que ali, na Haddock Lobo com a Paulista, eles colocaram grades enormes, por causa do Movimento de Moradia. Quando a gente chegava, eles tinham medo que ocupássemos o prédio. A quarta fase foi a ocupação das terras.

A quinta fase é aquela em que estamos agora, que é a autogestão. A população se organiza e constrói sua casa administrando os recursos econômicos. Então, hoje nós estamos num estágio avançado, né? Autogestão, porque a própria população faz a gestão, isto é, a administração do dinheiro. Esse é o estágio mais avançado do movimento popular porque ele está administrando um recurso que lhe pertence.

Quando houve os mutirões via autoconstrução, como no tempo do Jânio, ele que mandava o material e como ele era contra mutirão, num final de semana faltavam blocos, no outro, o cimento. Ele controlava tudo! Hoje é o próprio mutirão que administra e tem que prestar contas à população presente.

Houve todo um processo de aprendizado durante essas fases e nós tivemos também muita troca de experiência. Com o Uruguai, por exemplo; nunca tive oportunidade de ir, mas já fizemos umas cinco trocas de experiência. Na América do Sul, a experiência mais avançada é a da Fucvam do Uruguai, onde o Movimento Sindical e o Popular caminham juntos na conquista da terra e na construção. Nós mantemos um contato permanente. O pessoal daqui vai pra lá e os companheiros de lá vêm pra cá. No mês passado, vieram alguns companheiros. Essa troca de experiência tem ajudado muito. Nós realizamos em 1989 um Seminário Latino-Americano sobre moradia e foi extremamente interessante. As experiências de cortiços do México, a urbanização de favelas na Argentina...

Mesmo no Brasil, hoje, acontece uma troca de experiências muito grande. Com Minas Gerais, por exemplo; no mês passado, tivemos aqui um grupo do Rio de Janeiro; então, estão sempre passando por aqui vários grupos, para trocas de experiência, e isso enriquece muito.

Nós temos o Movimento de Moradia, onde participam as famílias que não têm terra nem casa. Depois que algumas famílias conseguem a terra e os recursos financeiros para a moradia, há necessidade de uma articulação maior. Por isso, criamos a CEP – Central de Entidades Populares, que articulará melhor os mutirões. Já tivemos experiências negativas no passado, quando cada mutirão ficou caminhando isolado e gerou um individualismo muito grande. Depois que a família obtém a terra e os recursos, entra num segundo estágio e vai para a Central de Entidades Populares, onde existe um processo diferenciado.

Agora, as famílias que ainda não têm terra, não entram na CEP, mas o movimento é um só, é global. Se fizéssemos um desenho, aqui em cima estaria o Movimento de Moradia, depois tem a Pastoral da Moradia, um grupo que apóia o Movimento. Temos os advogados, a Central de Entidades Populares, a Coordenação e a Executiva. Depois, tem um movimento específico que é o MURF – Movimento de Urbanização de Favelas – sem ligação direta com o Movimento. São dois movimentos em pé de igualdade.

Os advogados estão ligados à CEP e ao Centro Social, porque quando fizemos o primeiro convênio, não tínhamos nenhuma entidade no Movimento. Então, hoje, nós temos um convênio com o governo do Estado, que funciona aqui, mas é ligado ao conjunto do Movimento. Foi o Centro Social que fez o convênio com a Prefeitura, pois, quando a CEP foi criada, não podia fazer o

convênio porque não tínhamos um ano de existência. Depois, nós transferimos o Centro Social para a CEP. Então, hoje a CEP é o braço jurídico, juntamente com os advogados; existe uma relação entre CEP e advogados. Os advogados atendem casos de despejo, de aluguel, de orientação para compra de terreno.

Com a criação da CEP, a Igreja não perdeu influência sobre o Movimento, pois a relação dela com o movimento popular é um pouco... A Igreja tem um limite de atuação e o movimento popular tem outros limites! Aqui na Região há uma certa ligação, a gente diz: "Isso é Pastoral? É Movimento Popular?" Nós trabalhamos em conjunto! Mas isso é a experiência que nós temos aqui!

A alfabetização era ligada ao Centro Social da Igreja, depois de dois anos fizemos a autonomia. Atualmente, tem duas entidades aqui, totalmente autônomas em relação à Igreja. Elas só estão aqui porque alugaram essas duas salas para funcionar. Nós temos trabalhos com deficientes que começaram dentro da Igreja! Depois, fui fazendo o encaminhamento e eles criaram uma entidade, hoje são autônomos. A mesma coisa em relação a moradia, a Igreja não vai ficar resolvendo. A Igreja tem a grande luta, o grande trabalho de mentalização! Mas a CEP é autônoma em relação à Igreja, e deve ser! Eles estão ali ocupando um espaço da Igreja, mas batalhamos para conseguir um terreno. É preciso ter autonomia. O trabalho é que é conjunto. Em conjunto, porque as reuniões acontecem dentro da Igreja.

Assim como o partido político é autônomo, também. É que, às vezes, tem essa ligação com a comunidade. Mas, cada vez mais é um trabalho autônomo, só que tem a relação de soma de forças. Porque a CEP, sozinha, não

consegue, nem a Igreja, mas se a gente juntar todo mundo! Só que cada um tem a sua autonomia jurídica e de ação.

Nós começamos aqui, por volta de 1982, um trabalho de alfabetização voluntário. Vinha semanalmente uma equipe do Paulo Freire e treinava duas ou três pessoas. Era um trabalho bom! Depois de quatro anos, fizemos um Convênio de alfabetização para 25 grupos, que posteriormente foi ampliado para 50 grupos; e quando a Luiza Erundina entrou, passamos para 100. Hoje, nós temos 130 grupos aqui, que é o MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo), pois terminou o convênio com o governo federal. Agora não sabemos se o MOVA vai continuar. Isso é com o Maluf.

Atualmente, o Movimento tem umas seis mil famílias cadastradas, fora os mutirantes, né? Desde 1984 até hoje, acho que cadastramos cerca de 70 mil famílias. Mas hoje, com a ligação direta ou indireta com o Movimento, existem seis mil famílias. O Movimento vem conseguindo cerca de duas mil casas por ano, desde que começou. Isso, somando as conquistas que o governo mesmo construiu, mas foram fruto da luta do Movimento.

Quando a Luiza Erundina assumiu o governo, o Movimento apresentou a proposta de mutirão por autogestão, que foi aceita. Também foram apresentadas propostas de urbanização de favelas, de cortiços. Em cortiços, foi muito pouco, favela um pouco mais e mutirão por autogestão foi o que mais avançou. Os cortiços são mais na área central da cidade. Aqui existem os

chamados fundos de quintal, que são muitos. A pessoa constrói a casa na frente e no fundo faz quatro, cinco, dez... Vira um cortiço mesmo! Nós chamamos fundo de quintal.

A Luiza Erundina foi uma das iniciadoras do Movimento de Moradia em São Paulo, principalmente na questão de favelas. Então, quando ela assumiu a Prefeitura, o PT tinha parcialmente definidas quais eram as propostas. Acho que, na prática, implantou-se aquilo que já havia em mente. Agora, a proposta de mutirão por autogestão foi dos movimentos de Moradia. "Mutirão" é uma expressão rural, usada no campo para fazer a colheita de forma comunitária, né? Então, mutirão é uma luta comunitária. Você pega o Mutirão Rio das Pedras, são 300 famílias construindo as casas, e no final vai ter um sorteio, já autogestão é individual. Cada família faz a sua casa, individualmente.

Existiram os Fóruns Regionais. Eles foram nas Regionais, com o objetivo de sistematizar as reivindicações dos movimentos populares. Então, ia o nosso Movimento lá na Central e iam todos os outros, também. Inicialmente, é decidido no Fórum. Por exemplo, saiu a área da garagem, mas fomos nós que conseguimos, pois ficamos "em cima". Mas, levaram para o Fórum, e o Movimento perdeu, na discussão, uns 500 apartamentos! Nós achamos lamentável, mas existia um certo acordo dentro do Fórum, pois existem vários movimentos, além do nosso, que lutam por moradia aqui na Região.

Eu não saberia te dizer quantos movimentos existem hoje, "seu" Edivaldo é que conhece, assim pelo nome e tudo. Tem alguns ligados ao PC do B, alguns outros ligados ao PT, ao PMDB. Aqui na Região, existem dezenas de movimentos. Mas, a hegemonia é dos Sem-Terra mesmo, porque temos uma

articulação a nível de cidade e nacional também. Então, o nosso Movimento hoje faz uma frente! Nenhum movimento conseguiu casas com o governo do Estado, e a União dos Movimentos de Moradia conseguiu 12 mil unidades. O governo federal, nenhum movimento está pressionado, só a União dos Movimentos de Moradia aqui de São Paulo! Então, aqui em São Paulo, a União é a entidade que hoje tem um peso decisivo em todo processo.

A União dos Movimentos de Moradia de São Paulo foi criada entre 1989 e 1990, mas as primeiras discussões foram iniciadas em 1987, quando houve as grandes ocupações por toda a cidade de São Paulo. Foi quando nós começamos a nos encontrar com a Leste I, depois com a Norte, a Sudeste e aí houve a articulação. Atualmente, a União é formada pela Grande São Paulo e o Interior; Alguns lugares do Interior, pois o contato é muito difícil. Mas, estamos fazendo um grande esforço nesse sentido. O Movimento de Urbanização de Favelas também é filiado à União de Moradia.

A maior concentração de favelas é nas zonas Sul e Oeste. Aqui, acho que fica em segundo ou terceiro lugar, a nível da cidade. Eu calculo, aproximadamente, 120 favelas aqui em São Miguel.

A grande maioria das famílias do Movimento paga aluguel, mas também tem gente de fundo de quintal, favelas..

A escolhas das famílias para as áreas é feita de acordo com a proporcionalidade. Sai a área da garagem, então fazemos uma divisão proporcional na Região. Cada Setor tem um número de famílias que participa; aquele que tem mais famílias, pega mais lotes e o que tem menos, pega menos.

Quando chega no Setor, são decididos os critérios de escolha. Mas, o critério básico é a participação; o segundo, a necessidade. Mas, se a pessoa não participa, ela pode ser necessitada, que não entra! O critério básico é a participação da família! Porque, se ela não quiser participar, tem que ir pra fila da COHAB e ficar esperando.

O Movimento exige muita participação, muito empenho da família! A participação é extremamente importante para conseguir a terra e também na hora de construir a casa; se a família não participar, a casa não sai. Nós tivemos experiências negativas por fazer um certo assistencialismo. A família precisava muito, então colocávamos ela, e depois passava a fazer "corpo mole", se aproveitando da situação! Cada vez mais estamos eliminando o assistencialismo. Tem pessoas que precisam e demonstram muita força de vontade. Temos casos de famílias que têm cegos, outras que têm doentes, mas que mostram grande força de participação, embora não possam fazer nada. Essas famílias entram, pois a Associação percebe que é realmente uma necessidade, e que estão contribuindo, mesmo que seja apenas com a presença, levando palavras de apoio e esperança. Mas tem muitos que se aproveitam da situação e se mostram com uma máscara, né? Um visual de necessidade e, quando entram no mutirão, atrapalham todo o processo.

Eu acho que o grande número de mulheres no Movimento é resultado de um processo internacional, principalmente na América Latina, onde a participação é pouco significativa quando comparada aos movimentos populares. Na Igreja também a participação delas é grande. Acho que se criou uma cultura de participação da mulher. Elas sofrem mais o embate dos problemas, porque

recebem o encargo dos filhos, da casa. O marido sai para trabalhar e nem sempre tem uma contribuição adequada, então a mulher é obrigada a sair pra luta. É quase uma questão de sobrevivência dela mesmo, se ela não vai...

Nós tivemos muitos casos de separação no Movimento, porque o marido não deixava, mas ela sentia que precisava. É ela que está ali no dia-a-dia, sentindo mais diretamente os problemas. Eu acho muito importante a participação delas no movimento popular. Elas, hoje, não participam do partido político, porque parece que ele não está indo pra frente. Acho que as mulheres não têm uma participação efetiva, são comandadas pelos homens!

Se analisarmos as associações dos mutirões, houve um período em que quase todas as dirigentes eram mulheres. Por isso ia pra frente, porque elas têm mais sensibilidade para organizar, de perceber as necessidades, de cobrar. Acredito que o Movimento de Moradia foi para frente porque as mulheres é que assumiram a coisa. Acho que, antes de conseguir a terra e a casa, as mulheres é que mais participavam. Foi um processo quase natural. Na hora que conseguimos a terra, as mulheres é que estavam na frente e passaram a ser dirigentes. E as associações, que eram lideradas pelos homens, quase que fracassaram. Temos o caso concreto do Lapena, onde existe um machismo e um autoritarismo muito forte. Mas, existem também associações presididas por homens, que têm um processo democrático importante. Mas, eu acho que a participação da mulher foi e continua sendo decisiva para o Movimento!

A única exigência para a família participar do Movimento é não possuir casa, nem terra e querer realmente participar. E, geralmente, quem entra é porque tem salário baixo, né? A faixa salarial dos participantes varia de acordo

com o número de pessoas que trabalham. Se na família só o marido trabalha, fica em torno de dois salários; se tiver mais gente trabalhando, já aumenta um pouco, podendo chegar até cinco. Mas, a grande maioria das famílias fica na faixa de zero a cinco salários mínimos.

Os liderados hoje estão mais nos mutirões. Nós tínhamos um acordo com a Igreja, então, no início, algumas pessoas recebiam uma ajuda de custo. Essa ajuda não era da igreja local ela vinha da Igreja Católica de outros países que apoiavam a luta da moradia. E elas ajudam até o Movimento caminhar com suas próprias pernas. Então, em todos os trabalhos, seja com menores, com alfabetização, elas dão apoio inicial, mas depois tem que andar sozinho.

O apoio inicial que o Movimento recebeu foi extremamente importante; atualmente, o negócio já deslanchou, por isso, hoje as pessoas que recebem ajuda de custo, são aquelas mais diretamente ligadas ao mutirão. E é o mutirão que sustenta essas lideranças, que ficam um pouco mais liberadas, mas nem todas voltam para apoiar o Movimento. Às vezes, ficam liberadas só para o mutirão e isso acaba de tornando um fato negativo.

A relação dos mutirantes com os que ainda não têm terra é simples, só para aqueles com uma visão muito estreita, pois, o Movimento é uma coisa só. Eu acho que é um pouco essa sensação de querer ter liberdade, caminhar sozinho, é até um conflito positivo. Na prática, um não funciona sem o apoio do outro. Cada um tem que ter sua forma de organização, mas trabalhar numa soma de forças! Se não tiver essa soma de forças, nós não avançamos! Mas é natural, a gente observa a nível de cidade, às vezes um Movimento consegue um grupo

de lotes e nunca mais volta a apoiar a luta. É uma mentalidade muito individualista; mesmo assim, acho que tivemos resultados positivos, pequenos, mas positivos, nesses últimos anos.

A candidatura do Valfredo, em 1988, não foi uma proposta do Movimento dos Sem-Terra, é independente. Foi uma decisão do partido e acho que, naquela época, o Movimento não tinha tantas divisões políticas e tendências internas. Então, o Movimento deu apoio, mas a candidatura do Valfredo foi do partido e tem que ser assim. Agora, lógico que era um trabalho em conjunto! Mas, nessa última eleição, acho que dentro do Movimento teve muitas tendências. E acredito que isso é inevitável; agora, a questão é administrar essas tendências. Se um grupo político não administra bem, criam tendências.

Se tivesse saído só um candidato, ele teria sido eleito; como formaram vários grupos, não conseguiram eleger nenhum vereador. Vários candidatos tiveram apoio do Movimento nessa última eleição. A Fátima tinha uma força de dois mil votos. Teve um rapaz aqui de São Miguel, que agora não lembro o nome, arrastou mais mil. Outro grupo apoiou o Joãozinho do Itaim. Então, somando tudo, daria para eleger o Valfredo.

O fato do Valfredo não ter conseguido se reeleger se deve a vários fatores. Quando ele saiu da primeira vez, teve o apoio da Fátima e de outras lideranças importantes, né? Eu acho que não houve um entendimento na formação do gabinete! O grupo da Fátima deveria ter tido uma vaga no gabinete. O do Adolfo. Acho que o gabinete deveria ter sido formado por todas as forças que contribuíram para eleger o Valfredo! Se ele tivesse feito isso, teria sido reeleito e mesmo o Neto se elegeria para deputado estadual. Faltou articulação

de forças! A composição do gabinete ficou de um lado e o Movimento e as pessoas que elegeram ficaram do outro. Essa distância complicou, daí houve um "racha". Primeiro, em cima da administração e depois, no gabinete.

Se você pegar o Henrique Pacheco, hoje eles têm uma casa só para formação. Alugaram uma casa perto do metrô e, quando as pessoas vão lá com o problema do asfalto, ficam sabendo que tal dia vai haver um Encontro, coisa e tal. Então, essas pessoas vão para esse Encontro e passam por um processo de formação! Se, depois elas vão votar nele ou não... pelo menos, tiveram os olhos abertos para perceber que o problema do asfalto só vai ser resolvido se houver organização da rua e depois procurar a Secretaria correta para a reivindicação.

O Henrique formou o gabinete com forças políticas representativas. Estava o Paulinho, da Leste I, a Adriana, da Sudeste e o Dito. Estive em Encontros de Formação deles. Eles criaram um processo de formação forte.

No gabinete do Valfredo precisava ter tido umas cinco lideranças fortes. O Valfredo tem um aspecto muito positivo, pois ele é extremamente calmo e consegue controlar todas as dificuldades. Eu até falei com o Neto, que precisamos retrabalhar com o Valfredo, para que ele saia, daqui a dois anos, deputado estadual. Mas, a gente precisa conseguir fazer uma articulação de forças! Tem que sentar com o pessoal aqui de Ermelino, com a Fátima e outras forças da região, senão não adianta.

O Valfredo fez um bom trabalho, só que houve um erro de estratégia da parte dele. Na prática, as duas pessoas que estavam mais envolvidas eram o "seu" Edivaldo e o Neto. Os dois que garantiram. Hoje, nós não temos ninguém aqui na Zona Leste. Não tem um candidato da Leste III!

Eu acredito que, de 1984 até aqui, muita gente testemunha o processo de aprendizado e de crescimento nessa caminhada. Se você pegar os mutirões hoje, têm muitas pessoas que afirmam que não sabiam fazer nada e que aprenderam um ofício. Outros aprenderam a administrar recursos. Acho que houve um crescimento de muitas lideranças a partir do Movimento! Agora, todo movimento, toda organização social, tem um grupo de base que se movimenta mais. Então, se você pega uma Sociedade de Amigos, uma igreja, um partido político, tem um primeiro arco de pessoas, que é um grupo minoritário que realmente sabe todas as informações; depois, esse arco vai se diluindo. Acho que, quando falamos do Movimento de Moradia, tem que ser como um ponto de força dentro de uma transformação maior da sociedade, né? O problema da moradia é grave, mas tem o da saúde, do transporte, da educação, do salário. O Movimento de Moradia tem que ir se articulando com essa globalização da sociedade civil. E como ela ainda é frágil, não existindo organizações a nível regional, isso vai refletir no movimento popular. Se torna perigoso a gente se transformar num gueto fechado! Por isso, nós tentamos fazer encontros de formação, debates, para que, pelo menos, o grupo de coordenadores possa ter crescimento na formação política e social.

Os cursos de formação continuam existindo. Fizemos o último em dezembro, sobre Educação. Foi lá em Jundiapéba, muito bom! Esse ano, vamos fazer mais quatro encontros. A executiva é que responde por isso. Nós fazemos

as reuniões na Coordenação Geral, é tirado o tema desejado, e aí a Executiva que cuida da infra-estrutura; quem vai falar, os convidados, o lanche.

O movimento popular precisa ser extremamente criativo! se no movimento popular você não descobre, não motiva, não dá um passo... A própria palavra já diz "movimento!" Tem que estar sempre movimentando. Então, tem que ter assim... tipo patinhas! Você percebe? Precisa estar sempre inventando coisas novas! as pessoas estão ali para falar da terra e moradia, mas é preciso trabalhar também a globalidade da sociedade. Precisa ter uma pedagogia, precisa aprender um jeito! E esses encontros de formação dão lugar para que as pessoas falem, discutam e aprofundem. Esse ano nós vamos fazer quatro Grandes Encontros.

AZENATHE BRAZIL DOS SANTOS

"Aprendi muito com o Movimento e, assim como eu, outros também aprenderam! É muito importante participar de movimentos sociais porque a gente aprende ir atrás dos direitos."

Meu nome é Azenathe, nasci em Camacã, um povoado na época, mas que hoje é cidade, no extremo sul da Bahia. Tenho 36 anos e moro em São Paulo há onze anos. Sou migrante mesmo! Quando vim pra aqui tinha 26 anos... Sempre o pessoal falava muito de São Paulo e como nunca fui muito de fantasiar as coisas, bastava surgir uma oportunidade que eu já estava "peitando"; na primeira chance, tratei de vir pra cá.

Vim com uma pessoa conhecida, muito amiga da família, fiquei em casa de parentes, arrumei serviço e aqui estou!

Desde que cheguei, moro na Zona Leste, no bairro do Itaim Paulista. Meu pessoal continua inclusive na mesma casa, já eu não, pois quem mora de aluguel vive com os "cacarecos" na cabeça!

Lá na Bahia meu pai era lavrador, nós tínhamos terra, um pedaço pequeno, e sempre aquela influência de que tal lugar está melhor do que aquele onde a gente vive. O ser humano é desse jeito, quer sempre migrar! Então, meu pai vendeu as terras (que eram poucas e não dava nada mesmo), no pensamento de ir para a cidade grande, onde os filhos pudessem ter cultura e um futuro diferente. Só que nada disso aconteceu, foi um sonho frustrado!

Aconteceram coisas assim... Terminou dando tudo errado! Acabamos migrando para uma fazenda e a situação se complicou mais ainda, pois meu pai veio a falecer e nós éramos todos pequenos. Aí, como costume sempre dizer, nós comemos o pão que o diabo amassou! Minha mãe ficou com sete filhos pequenos pra cuidar, né? Mas o importante é que a gente sobreviveu e estamos aqui!

Minha mãe continua morando no Nordeste. Eu fui a primeira pessoa da família que vim para São Paulo. Depois, vieram uma irmã e um irmão. Agora, minha mãe faz papel de turista, pois fica um tempo aqui e um tempo lá!

Eu cheguei em São Paulo no dia 22 de julho de 1982, vim pra passear, ia ficar só uma semana. Só que, logo que cheguei, apareceu um emprego, e como trabalhador vive é do serviços mesmo, né? Lá é bem fraco pra serviço, esse é um problema do nordestino, por isso as pessoas migram tanto. A situação, a nível de trabalho, é bastante complicada! Minha mãe costuma dizer que o Nordeste é terra de uma Maria só!

Lá, eu era balconista e aqui, meu primeiro emprego foi de ajudante geral numa fábrica, perto da Estação da Luz. Nos últimos três anos, trabalhei como secretária dos advogados, no convênio que tínhamos com o Município na gestão passada. Depois, surgiram as associações dos mutirões, e sempre tem que ter alguém disponível para o trabalho da Associação, né? Trabalho atualmente na minha área mesmo, na Associação lá.

Tenho o segundo grau completo, fiz vestibular para Estudos Sociais em Mogi e passei, mas, como a situação financeira estava complicada, não foi possível nem fazer matrícula!

Sempre costumo dizer que minha vida é trabalho! Antes de conhecer o Movimento, eu trabalhava e estudava, não sobrava tempo pra nada. Depois, como não pude continuar estudando, precisei arrumar algo pra preencher meu tempo. Aí, um companheiro cadastrado na comunidade do Jardim das Oliveiras, que pertence ao Setor Itaim, deu as "dicas" pra mim sobre o Movimento e eu fui ver como era.

Soube que poderia me cadastrar, mas havia o problema de pessoas solteiras, ou que não tinham família, não podiam se cadastrar. Mas, a perspectiva dos coordenadores na época era atender as famílias que tinham mais necessidade, até chegar a vez de quem tivesse menos família. Então, confiante nisso, me cadastrei e terminei ajudando o pessoal, e depois de dois meses de cadastrada já me chamaram para trabalhar na coordenação, e estou até hoje! Pertencço à comunidade de Bom Jesus Oliveiras, no Setor Itaim.

Pra pessoa virar coordenador? É bem engraçado, você falar "virar coordenador"... É um barato, isso! Mas, vamos lá, pois tem aqueles que já nascem pra fazer algumas coisas para os outros, tem aqueles que aparecem de pára-quadras e tem os oportunistas! Esses pensam que fazendo isso podem até melhorar de vida, né?

No meu caso, acho que é bem diferente, e posso falar por mim. Entrei pra ajudar, mas necessitava também, pois precisava de casa pra morar, mas sempre pensando no coletivo.

Do meu ponto de vista, a Igreja tem muita importância para o Movimento, pois pra começar, nós usamos só o espaço da Igreja. Acho que outros tipos de Igreja no Brasil jamais abririam o espaço como a Igreja Católica faz! Claro que também existem algumas lideranças católicas mais radicais, mais conservadoras e acham que deve ser cada um por si, agora, outras, têm espírito mais coletivo e abrem as portas pra atender o povo. Outra coisa, ela é mais respeitada também, pois no Brasil, quando a Igreja interfere num assunto, há mais respeito. Eu considero o papel da Igreja muito importante no Movimento!

No Movimento, as mulheres são o carro mestre! Não quero menosprezar os homens, mas, muitos deles ainda chegam em casa e brigam, porque a mulher chega tarde das reuniões. E o Movimento é movido por reuniões, onde a pessoa participa para poder acompanhar o andamento da luta, né?

Quando eu conheci o Movimento, há sete anos atrás, ele era mais paternalista, eu mesma visitava várias famílias que eram muito dependentes, como se as lideranças tivessem que carregá-las. Com o passar dos anos, elas

foram amadurecendo e perceberam que não era por esse caminho, que não adianta um só puxar a corda! Hoje, o pessoal participa mais, tem mais garra... Sabem que é preciso ir a luta! Agora, é claro que ainda existem alguns mais acomodados, mas houve uma grande modificação. Isso em relação às famílias cadastradas, né?

Quanto à parte política, existem pessoas que se elegem pra defender o povo, e isso influencia muito, pois não adianta nada a gente ficar lutando, se não tiver uma política favorável. A questão política influencia muito o trabalho da gente, não adianta nada o povo ficar puxando a corda sozinho, se não tiver alguém com o poder na mão pra facilitar políticas de melhoria para o povo. Alguns governos facilitam isso e outros, não.

Quando eu comecei no Movimento, era o final da gestão Mário Covas, depois entrou o Jânio Quadros e passamos quatro anos a pão e água, ficamos todo esse tempo no banco da comunidade. Não houve um avanço!

Depois, entrou a Luiza Erundina e foi a época que nós mais avançamos! A gente sabe que quatro anos é pouco e que não dá tempo de resolver todos os problemas. Ainda mais numa cidade como São Paulo, onde os problemas parecem crônicos, podendo apenas ser amenizados. Mas, a nível do Movimento, avançamos muito e a prova é que faço parte da associação de um mutirão com 208 unidades habitacionais, e desde que a prefeita saiu, a obra está paralisada! Passamos o ano de 1993 inteirinho sem pegar um único centavo, com a obra parada! Estamos hoje em 20 de janeiro de 1994, sem nenhuma perspectiva e tudo indica que vamos ter que entrar na Justiça pra ver se conseguimos alguma coisa.

Do meu ponto de vista, acho que existe grande indiferença por parte dos governantes com a moradia, por isso as pessoas ocupam terras. Como são os governantes que comandam a nação e ela é subordinada ao poder público e eles não têm interesse em dizer nada, as pessoas não podem ficar de braços cruzados, vão precisar fazer alguma coisa. E a melhor coisa é ocupar! Eu, particularmente, nunca ocupei terra, mas estou disposta a apoiar as pessoas que resolverem ocupar.

As famílias não gostam de serem chamadas de invasoras, pois isso dá a impressão de estar tirando o que é de outro, e na verdade elas ocupam só áreas com sintoma de abandono. Se o dono da terra tem um "montão" e não está a fim de fazer nada, tem mais é que ocupar mesmo!

Na Região, nós temos mais de 50 comunidades e quando sai uma área para o Movimento, a gente faz a divisão proporcional entre os dez Setores. Quem tem mais participantes, leva mais lotes, quem tem menos, leva menos, e os coordenadores responsáveis pelas comunidades escolhem as famílias. A escolha deles é feita com base na participação, pois os coordenadores conhece todos da comunidade, como o pastor conhece suas ovelhas. Eles sabem quem participa e quem é faltoso, se alguém tem dez faltas, lógico que existe outro que não tem nenhuma; o critério básico é a participação.

A questão da fé é muito importante, pois tudo é possível para aquele que crê! Se você acredita em alguma coisa, é porque tem fé. A gente sabe que os cadastrados estão ali porque acreditam, pois se não acreditassem, jamais enfrentariam anos de banco na comunidade, mais outros tantos no projeto. E essa crença é no Criador de todas as coisas, o povo brasileiro tem fé!

Se a gente fizer uma avaliação das várias gestões, sem sombra de dúvida, o maior avanço do Movimento foi na gestão do PT e isso pode ser facilmente comprovado com os trabalhos que foram concretizados! Mas, a gente tem trabalho executado em todas as gestões, porque o Movimento não é atrelado a nenhum partido, pois ele trabalha independente, se foi Jânio ou se é Maluf, como hoje, né?

O Movimento trabalha para beneficiar o povo e não importa quem esteja no poder, o importante é a luta continuar! Agora, é preciso destacar que existem partidos mais comprometidos com o povo, isso não dá pra negar, né? E é bom que se diga que a gestão petista foi mais conveniente para o povo, foi quando o Movimento mais avançou, mas também deixou muito a desejar!

Em 1987, durante as grandes ocupações aqui na Região, foi um reboiço muito grande, só que eu não participei diretamente de nenhuma delas.

Quanto à participação das mulheres no Movimento, posso garantir que elas são fundamentais! Assim como a pedra é fundamental para erguer uma casa, as mulheres são fundamentais para o Movimento, são papéis parecidos! Acho que o tempo do machismo já acabou, os direitos são iguais e assim como existem os coordenadores, existem as coordenadoras. Basta ter coragem e saber conduzir o barco. A mulher tem papel importante, sim! E depois, pode olhar que onde tem varão, tem varoa também, né? Desde os nossos antepassados, a mulher tem seu papel, só que elas eram mais reservadas e hoje se destacaram mais.

A questão do aparecimento de novas lideranças no mutirão, hoje, é bastante complicado, pois, geralmente, quando desponta uma, é oportunista e vai logo querendo puxar o tapete do outro. Não está interessado em desenvolver um trabalho coletivo, está sempre divergindo. Se bem que as divergências não são necessariamente negativas, elas podem servir também para construir novas idéias na caminhada.

Mas hoje, principalmente nas áreas onde já foi feito um trabalho anterior, sempre surge alguém querendo ganhar nome em cima do trabalho que o outro companheiro desenvolveu. Muitos não estão preocupados com o coletivo e querem ir preparando o terreno pra futuramente colher os frutos! Trabalham esperando algo em troca, e não deve ser assim, é preciso ampliar a consciência das pessoas, e o trabalho em grupo desenvolve isso.

Por isso, o Movimento dos Sem-Terra é importante, e não apenas ele, mas todos os movimentos sociais. Eles têm objetivos, não se organizam por acaso, ou porque seja bonito, e sim porque algo está errado e é preciso consertar. Os movimentos sociais são muito importantes para o país, pois o povo organizado se conscientiza do que precisa ser feito.

Aprendi muito com o Movimento e, assim como eu, outros também aprenderam! É muito importante participar de movimentos sociais, porque a gente aprende ir atrás dos direitos! A noção dos direitos do povo se aprende nesses movimentos. Eu não sabia nada do que sei hoje, pois nas escolas só aprendi teoricamente coisas totalmente diferentes da realidade. Foi participando que senti na pele aquilo que a maioria da população desse país precisa. Aí, a gente percebe que a organização é o caminho!

Acho que não tenho mais nada pra falar, agora é só, fé em Deus e pé-na-tábua.

JOSÉ ROBERTO SACKL

"Esse Movimento é reconhecido pela força política que tem, pelo grande número de pessoas organizadas. O pessoal respeita muito a gente!"

Nasci aqui na Capital, mesmo. Sou paulistano do bairro do Ipiranga. Tenho 41 anos. Minha mãe também é paulistana, nasceu no Tucuruvi; agora, meu pai era estrangeiro, veio da Áustria, por ocasião da Primeira Guerra Mundial. Ele chegou pequeno, com quatro meses, a família fugiu da guerra, né?

Não sou casado legalmente, mas vivo com minha companheira, tenho 3 filhos e brevemente vai chegar mais um, para completar a festa!

Estudei só até o primeiro grau. Atualmente moro no Baltazar Cisneiro, mas não nas casas do mutirão nosso. A gente tem lá quase cem casas prontas, mas, infelizmente, ainda não mora ninguém nelas. Tem o barracão, o canteiro de obras, que foi preparado para algumas pessoas morar com o objetivo de vigiar a área, e eu moro aí.

Não moramos nas casas, pois não têm infra-estrutura e ninguém pode entrar. Isso aconteceu porque a empreiteira, que ganhou a licitação para fazer o trabalho de infra-estrutura, teve problemas com a Prefeitura e abandonou

a área quando a obra havia apenas sido iniciada. Houve atraso nas parcelas do pagamento e depois teve algumas "encrencas" para receber atualizado. Acabou entrando na Justiça e, por fim, a empreiteira se retirou e nunca mais voltou. Isso já está com dois anos e as casas lá, paradas! O terreno está se deteriorando, abrindo valetas, erosão e o serviço de infra-estrutura como água, luz, esgoto, drenagem e pavimentação sem concluir. Se isso não tivesse acontecido, as pessoas já estariam morando lá há muito tempo.

Eu conheci o Movimento em 1987, época das grandes ocupações aqui na Zona Leste. Eu trabalhava numa firma, com uma pessoa que havia ocupado uma área e reservou um pedaço ao lado dele pra gente ir participar. E foi aí que eu comecei a conhecer toda a história do Movimento dos Sem-Terra. Comecei a participar, mas aquelas ocupações não deram em nada, porque as terras tinham dono e foi tudo reintegrado. Mas, como eu já tinha me envolvido, resolvi continuar e comecei a participar, lá na Comunidade do Jardim Gianete. Depois de algum tempo, me destaquei um pouco e passei a ser coordenador.

Atualmente, sou presidente da Associação lá no Baltazar Cisneiro, mas iniciei fazendo fichas, participando das reuniões, indo a Brasília, e a partir daí me engajei mesmo. Tanto que, depois que foi fundada a Associação lá onde tenho minha casa, no Baltazar Cisneiro, passei a ser presidente!

Esse Movimento é reconhecido pela força política que tem, pelo grande número de pessoas organizadas. O pessoal respeita muito a gente!

Já tivemos muitas conquistas, tanto através de autoconstrução, em épocas passadas, quanto atualmente, com os mutirões. Aqui na Região foram conquistadas mais de dez mil casas!

Alguns fatores, como a Igreja, por exemplo, ajudam o Movimento a caminhar. Na verdade, todos os grupos de base são da Igreja, né? A maior parte das reuniões são feitas nas igrejas e depois, quando o pessoal negocia as áreas, a escolha das famílias é feita nas igrejas centrais, como a de São Miguel. A Igreja aqui dá uma força grande pra gente!

Além da Igreja, em certos momentos houve alguns parlamentares comprometidos com a luta, que também ajudaram no andamento do Movimento. Alguns vereadores abriram os gabinetes pra gente, no sentido de divulgação de reuniões, ofícios e até mesmo acompanhando em caravanas e reuniões. Através da influência política deles, marcávamos audiências com secretários, enfim nos ajudavam a avançar nessa luta, né?

Esses parlamentares pertencem aos partidos que estão comprometidos com a luta, partidos de esquerda, PT, PC do B... Partidos que realmente estão do lado do povo!

Eu acho que os partidos de esquerda têm um papel junto ao Movimento... Eles têm uma importância fundamental, pois já entraram no Parlamento através das lutas e devem dar continuidade fortalecendo-as ainda mais. Devem dar força ao povo que votou pra que eles chegassem lá, né? Como parlamentares, eles têm uma influência maior pra marcar audiência com autoridades e outros encaminhamentos que ajudam o Movimento a caminhar.

As formas de luta do Movimento não mudaram muito, pois sempre estivemos organizados e seja qual for o governo no poder - direita ou esquerda - o pessoal sempre "foi pra cima", com intuito de fazer reivindicações. Acontece que, em determinados momentos, tinha governante sem compromisso com a luta e, apesar das manifestações, ficava difícil, pois não tinha abertura, e o Movimento se enfraquecia um pouco, né?

Só teve um grande avanço mesmo, a partir de 1988, com a vitória da Luiza Erundina como prefeita de São Paulo, que deu início ao processo de mutirões na cidade, com mais de dez mil unidades sendo construídas pela população organizada. O próprio povo construindo sua moradia. Aqui na nossa Região, nós temos 2.071 unidades sendo construídas por esse processo!

Eu acho que as grandes ocupações ocorreram porque as pessoas viviam lutando e tinha até promessas do governo do Estado na época, de que uma grande parte dos conjuntos habitacionais que estavam sendo construídos seriam repassados para o Movimento. Só que, quando esses conjuntos ficaram prontos, a promessa não foi cumprida! Não foi respeitada a negociação com o Movimento, que era o repasse da metade das casas dos conjuntos Águia de Haia, A. E. Carvalho, Encosta Norte e Fazenda Itaim. Eram esses quatro que já tinham sido negociados com o Movimento e, na época da entrega das casas, o acordo não foi cumprido!

O governador do Estado, nessa época, era o Quéricia, que estava iniciando o mandato e passou uma grande rasteira no Movimento, não reconhecendo o acordo que tinha sido feito com o Montoro. Por isso, o Movimento passou por uma certa revolta, e como várias áreas pertenciam ao Estado, o

pessoal resolveu fazer uma grande ocupação! Uma ocupação "monstro"! Todos os terrenos aqui na Região foram ocupados... Em 1987, né! Foi também uma forma de chamar a atenção da opinião pública, mostrando o que estava sendo feito com intuito eleitoreiro. Porque ele "passou a perna" na gente, na questão do acordo que existia desde o tempo do Montoro. Inclusive, várias pessoas do Movimento passaram noites de vigia, tomando conta dos apartamentos, para que eles não fossem ocupados. Depois, o processo foi totalmente diferente daquilo que esperávamos!

As pessoas que receberam as casas não tinham nenhuma participação na luta e isso nos deixou bastante revoltados porque, na verdade, nós já vínhamos negociando há vários anos e o acordo feito destinava a maioria das casas ao Movimento, e o restante eles decidiriam da forma que achassem melhor. Mas, nem a parte que tinha sido destinada ao Movimento foi respeitada, né? Como resposta, ocorreram as grandes ocupações, para denunciar a rasteira que nós recebemos.

Depois disso, graças à Deus, em 1988 houve nova abertura, porque entrou a Erundina e agora também existe abertura com o governo do Estado. Estamos construindo em mutirão, através de convênio com o governador Fleury, 672 apartamentos. Eles entregam a terra já preparada, com terraplenagem, arruamentos, platôs e drenagem e a população organizada vai construir tudo, do início até o final, da fundação até o telhado.

A vantagem do mutirão é que você consegue politizar a população, na medida em que ela participa, né? É possível ter uma comunidade organizada para que, depois de terminada a construção, seja possível continuar fazendo

outros tipos de reivindicações. E também porque, comprovadamente, é um processo que consegue baratear os custos da obra em, aproximadamente, 50%, porque os custos com a mão-de-obra é zero, e o próprio pessoal administra o dinheiro. Fazem as compras, compram material de qualidade e executam a obra da melhor maneira, e ao final acaba saindo muito mais barato. É uma alternativa para que a população pobre possa ter acesso a uma moradia digna.

Para que uma pessoa se cadastre ao Movimento dos Sem-Terra é preciso, em primeiro lugar, que ela acredite nele, depois se engajar numa comunidade onde exista luta e começar a participar. Ela precisa, única e exclusivamente, ter vontade de lutar e acreditar no Movimento!

Dos participantes do Movimento, infelizmente, a grande maioria é mulher! Os homens não acreditam na luta. Existem famílias em que só as mulheres participam e a gente sabe que os maridos, por não acreditarem na luta, nos finais-de-semana, ao invés de ajudarem a companheira a trabalhar no Movimento, ficam nos bares, jogando ou simplesmente bebendo. Muitos chegam até a pensar que a mulher vai no Movimento pra arrumar outro homem! Ocorrem essas divergências familiares justamente porque a grande maioria dos homens não acredita na luta. Eu acho que as mulheres têm uma influência maior porque acreditam realmente!

É difícil saber qual o motivo dos homens quase não acreditarem na luta, porque eu sou homem e acredito muito! Acho que isso vai da cabeça de cada um, talvez a pessoa não tenha consciência política ou não enxerga o lado positivo da coisa e por isso se dá ao descaso, né? Preferem gastar o dinheiro,

que poderia estar colaborando com o Movimento, em bebida nos bares, nos finais-de-semana. Talvez pela própria cultura deles, que não dá condições para perceber politicamente o Movimento.

A partir do momento que a maioria da população tiver consciência de que tem que estar organizada para fazer suas reivindicações, as coisas vão mudar pra melhor. Porque só quando a população carente tiver consciência de que, para realmente ter seus direitos garantidos, há necessidade de Movimentos organizados, teremos mudanças na sociedade. Principalmente na saúde, educação, moradia, transportes; enfim, essas coisas que as pessoas carentes mais necessitam. A política existente hoje no País só será alterada se as pessoas tiverem consciência de que realmente têm que participar de movimentos organizados, pra poder ter força política e bater de frente com esses governos que não dão a mínima para a questão social.

Eu acredito que mudei muito depois que entrei no Movimento. Antes – como eu acabei de relatar sobre algumas pessoas – eu também tinha essa mesma ilusão. Foi só a partir do meu envolvimento no Movimento, que comecei a enxergar certas coisas a que realmente temos direito a ter acesso, que comecei a me transformar. Existem várias pessoas que pensavam como eu, antigamente, e que conseguem mudar a maneira de ver as coisas. Que, realmente, em época de eleição a gente pode mudar o país através do voto, que é forma democrática, né? Só que, para isso, é preciso primeiro ter certeza, enxergar além do nariz, para realmente identificar o que é a direita e as mentiras que ela prega. A gente se sente até ofendido!

Veja na última campanha, que saiu a companheira Luiza Erundina, o avanço que houve na questão social! Então, a gente lutava para que tivesse a continuidade do processo com o Suplicy. Outra pessoa seria um retrocesso, mas, infelizmente as pessoas não entenderam... Agora, a realidade está aí. O corte nas cozinhas comunitárias, nos convênios jurídicos, o preço do ônibus, enfim, todo esse retrocesso! E o Movimento ajuda a entender todas essas questões, isso é uma grande contribuição pra gente. Acho que, em todas as pessoas que entram acreditando na luta, ocorre essas transformações que estou relatando.

Muitas pessoas procuram o Movimento por um interesse imediato, que é a casa. Existem várias comunidades onde não existe nenhum trabalho de conscientização política. Não fazem discussão com as famílias sobre tudo que está ocorrendo no país, e aí esse povo fica despolitizado. E, a partir do momento que vem para o processo de mutirão, acaba querendo só a casa. Depois, se fecha dentro dela e não contribui pra mais nada. Então, quando a família começa a participar do Movimento, já deveria ter uma discussão política mesmo; assim, elas já estariam se politizando. Se acontecesse isso desde o momento em que a família entrasse no Movimento, essa discussão política não ocorre em muitas comunidades e quando saem as áreas, entram famílias bastante diferentes, e não tem como fazer esse trabalho no grupo. Muitas famílias chegam mal preparadas de suas comunidades, a maioria vem sem conscientização nenhuma e aí acontece de votar em gente de extrema direita e estar hoje sentindo na pele as conseqüências disso.

Nós temos 50 comunidades nos dez setores da Leste II que participam atualmente do Movimento. É uma luta conjunta, quer dizer, toda discussão, caravana, manifestações, acampamentos, seja lá o que for, o chamado é geral, para que todas as famílias participem.

A partir do momento que conquistamos uma área, ocorre o processo de escolha das famílias, que é feito a partir da participação. Desde 1985 que as pessoas vêm sendo beneficiadas pelo Movimento. No tempo do Mário Covas, teve vários projetos pelo sistema de autoconstrução, em que a Prefeitura passava o lote urbanizado, já com a escritura definitiva e depois financiava o material individualmente, para cada família, e elas construíam a casa. Só que, depois de analisarmos melhor, percebemos que esse sistema beneficia só as pessoas que têm condições de construir. Assim, se sou pedreiro, faço minha casa; já a minha vizinha não tem quem possa construir e vai ficar com o seu terreno vazio! E o material é entregue individualmente e se a pessoa não estiver na área para receber, ele fica lá e acaba sendo desviado. Tem ainda o problema de sempre faltar alguma coisa; chega o cimento, falta areia e vice-versa. Então, é um projeto que, no nosso entender, não deu certo devido a todos esses problemas.

Agora, o mutirão com autogestão é a própria população organizada que determina tudo aquilo que dever ser feito. Vem o dinheiro da Prefeitura através do convênio com a Associação e o conjunto das famílias vai discutir o que comprar, o que fazer e de que forma deve ser feito. Você tem tudo que é necessário para o número de pessoas que vão estar na área no final da semana. Se tiver 200 famílias no final da semana, o que vai ser feito? Vão ser construídas quantas fundações? Vamos levantar quantas alvenarias? Vamos precisar do que para fazer isso? Então, antes do fim da semana, as pessoas responsáveis por

essa parte vão comprar todo material que será utilizado. Não vai ocorrer o problema da falta de material, todos vão estar lá pra trabalhar, sabendo o que fazer, pois tudo já foi planejado. Portanto, no nosso entender, o mutirão com autogestão é o projeto mais adequado, pois nós recebemos o dinheiro e fazemos um gerenciamento. Também todas as pessoas participam do processo todo, pois estão ali no dia-a-dia e acabam se politizando; além disso, ainda barateia os custos da obra, pois a gente faz a cotação de preços procurando aquelas empresas que oferecem as melhores condições.

Nós, aqui da Leste II, estamos construindo 2.071 unidades, temos casas térreas, sobrados e até prédios de apartamento. As casas térreas e os sobrados com 60 metros quadrados; os prédios são de quatro andares, com apartamentos menores, de 53 metros quadrados, e os maiores, com 60 metros quadrados. Uma coisa nunca vista em se tratando de mutirão! Então, isso mostra que a população organizada tem força e capacidade para administrar o seu próprio bem e de fazer sua moradia com qualidade e dignidade!

Nós acreditamos que o mutirão com autogestão seja a única alternativa para a população carente, que ganha até cinco salários, tenha uma moradia decente. Todo o processo de compra e escolha de materiais é discutido pelas famílias, em assembléia. O próprio projeto das casas é discutido com as famílias, pois nós temos assessoria técnica de pessoas que estão comprometidas com a luta, que acompanham tudo. É colocado em discussão a forma que as famílias querem as casas, pois existe mais de uma tipologia. Todos os detalhes da construção são discutidos com as famílias e só depois aprovado por elas. Depois da escolha, é feito um protótipo, que é uma casa inicial, para as famílias verem como vai ficar. Se todos concordarem, permanece igual, caso contrário,

são feitas as modificações desejadas. Na nossa área, os dois protótipos foram modificados... Trocamos a fachada, pois o pessoal estava achando meio esquisito e acabou ficando muito mais bonito!

Se é empreiteira que constrói, ninguém pode discutir nada disso e acaba saindo do jeito que eles querem. Tem muita diferença entre as casas construídas por empreiteira e por mutirão. A gente fez as contas e concluiu que uma casa construída por mutirão sai por cerca de 100 dólares o metro quadrado; em contrapartida, as construídas atualmente pelo prefeito Paulo Maluf, saem a 342 dólares o metro quadrado, veja que diferença! E isso vai pesar no custo final da moradia, e a maioria das pessoas não tem condições de pagar as prestações de casas construídas por empreiteiras.

Nas 50 comunidades que participam atualmente do Movimento, deve ter cerca de 15 mil famílias cadastradas. Mas, o Movimento tem seus momentos de altos e baixos, pois ele caminha de acordo com aquilo que acontece, né? Esse ano, quase não avançamos, devido às dificuldades que estamos tendo com os governantes. A Prefeitura de São Paulo, praticamente, nos fechou as portas. Não estamos conseguindo novas áreas, nem criar novos mutirões e isso acaba trazendo conseqüências graves para o Movimento, enfraquecendo-o. O Movimento se fortalece quando as coisas acontecem, pois se não acontece nada, muitas pessoas acabam desistindo, ficam desanimadas e isso enfraquece a luta.

Infelizmente, todos os nossos mutirões estão parados, devido à intransigência do Sr. Paulo Maluf, pois ele só quer saber de passar o dinheiro para empreiteiras, sem o menor compromisso com a classe trabalhadora. Não

quer mutirão, pois mutirão não dá nada pra ele! A situação, infelizmente, está péssima e estamos numa grande briga!

Em 1993, a gente fez quatro grandes atos. Fizemos uma manifestação no dia 1º de abril, acampamentos em 28 de julho e em 4 de outubro, e por último um, na Secretaria da Habitação e Câmara Municipal. O Movimento realmente se movimentou, só que, infelizmente, não conseguimos nada!

No último acampamento, em outubro, passamos três dias em frente à Prefeitura, e além de não conseguirmos nada, ainda jogaram a opinião pública contra a gente, alegando que não prestávamos conta do dinheiro. E é tudo mentira, pois entramos com representação junto ao Ministério Público e provamos que prestávamos conta, sim! Então, isso criou um clima de guerra entre a Prefeitura e o Movimento e as portas se fecharam pra gente. Agora, em 1994, pretendemos entrar com processo contra a Prefeitura, obrigando-a a nos pagar para que possamos dar continuidade aos mutirões.

Todos os mutirões estão parados por falta de dinheiro, e em alguns casos a empreiteira até se retirou da obra. O Lírrios do Itaim, por exemplo, tem quatro fundações executadas e mais nada! É um descaso total! O pessoal não acredita na luta do Movimento, mas está provado que fazemos, pois o Mutirão Rio das Pedras, em um ano e quatro meses, construiu 296 apartamentos que estão em fase de acabamento... Isso, se o prefeito liberar o dinheiro, pelo menos as duas parcelas que faltam.

Lá no Baltazar Cisneiro a coisa está mais complicada, pois a empreiteira entrou com ação na Justiça, garantindo o direito de se retirar da obra. A empreiteira tinha um contrato com a COHAB, pois a Prefeitura repassou a verba para que ela contratasse a empreiteira. Só que a COHAB recebeu o dinheiro e não repassou corretamente para a empreiteira e ela se retirou da obra. É uma briga de dois grandes – a COHAB e a empreiteira –, enquanto a população fica sem casa!

Existem, lá, 182 unidades iniciadas, com 68 praticamente concluídas, 54 já estão na primeira laje e outras com alvenaria primária. No total, temos praticamente 200 unidades, que, se não tivesse ocorrido esse contratempo, acredito que estaríamos terminando a obra, que são 315 sobrados.

O processo de mutirão começou com a prefeita Luiza Erundina decretando várias áreas de interesse social. A partir disso, houve licitação para contratar uma empresa de consultoria, de fazer projetos, né? Aí, as empresas elaboraram projetos de como seria... Pegaram uma área bruta e reproduziram no papel a melhor forma de aproveitar o terreno. Mostrava onde seriam as casas, a praça, as ruas e tudo que deve existir no projeto. Em todas as áreas foi feito isso. Depois disso se contrata uma empreiteira para executar toda infra-estrutura, para que o mutirão possa iniciar suas atividades; abrir as valas, fazer as fundações e levantar os prédios. Toda infra-estrutura é feita por uma empresa especializada nesse tipo de trabalho.

Se a Igreja fechasse suas portas para o Movimento, eu acredito que seria prejudicial, pois nós ficaríamos sem local para as pessoas se reunirem. Seria bem mais difícil para o Movimento caminhar, pois a Igreja oferece uma

grande infra-estrutura, principalmente os locais que usamos para trabalhar as famílias. O Movimento em si não tem estrutura financeira para se manter, então, através da Igreja, conseguimos pelo menos o espaço para reunirmos as famílias.

A questão da fé em Deus é importante para o Movimento, pois o fato das reuniões acontecerem na igreja leva as pessoas a darem mais valor. É uma reunião da terra na igreja, e isso influencia bastante, né? Se bem que, hoje em dia, as pessoas andam desacreditando em quase tudo! Mas, acredito que a fé em Deus ainda é fundamental para que as pessoas venham ao Movimento. A partir do momento em que você usa a igreja, que é um lugar sério, de fé, as pessoas têm mais confiança e respeito.

Acho que algumas pessoas passam pelo Movimento sem aprender nada! A pessoa precisa ter espírito de luta, algo que vem de dentro, mesmo! Mas, a situação que vivemos hoje leva as pessoas a um total desânimo, sem ter vontade de qualquer coisa. A pessoa sem trabalho fica sem moral como pai de família, sente-se inútil, sem saída!

A partir do momento que o indivíduo tem fome e não tem como você mexer com o cérebro dele, o cara pode até estar numa reunião, ouvindo você falar, mas a mente dele está voltada para outras questões. Ele está mais preocupado com a falta de dinheiro para o leite das crianças, com o despejo e coisas assim. E, por mais esforço que a gente faça, ele não vai se interessar por mais nada. Então, é necessário primeiro um mínimo de condições e depois a conscientização!

É preciso mudar essa situação e para isso é necessário eleger pessoas que estejam comprometidas com as lutas da maioria da população brasileira. Precisamos de um presidente que, pelo menos, discuta as prioridades sociais. Que tente equilibrar as coisas, a distribuição de renda, que gere empregos, pois a partir do momento que passar a existir um mercado de trabalho amplo, o trabalhador passará a ser valorizado. Exatamente o contrário do que está acontecendo hoje, que temos milhões de desempregados e pouquíssimos empregos, e quando o indivíduo consegue um, é obrigado a se submeter ao salário que o patrão oferece. E se ele não aceitar, tem milhões querendo!

Acho que a transformação dessa situação só vai ocorrer no processo democrático, através das eleições. Temos que eleger pessoas realmente compromissadas com os trabalhadores... Enquanto isso não acontecer, a tendência será a coisa piorar ainda mais!

Eu participei de alguns cursos de formação política, organizados pelo Movimento mesmo, e talvez eu tenha sido influenciado por esse aprendizado que tive, né? E também pela minha própria vontade de querer saber, de aprender para poder discutir e passar a outras pessoas.

Eu queria que todos acreditassem na transformação desse País, pois ele tem jeito, sim! A direita se articula e tenta mostrar que todos os partidos são iguais, mas não são! Essas coisas confundem bastante a cabeça das pessoas... E os meios de comunicação também têm muita força, a Globo, por exemplo, enche as pessoas de mentiras! Mas a gente acredita, com fé em Deus, que esse 1994 não escapará de nossas mãos!

Tenho quase sete anos de Movimento, mas desde o tempo em que trabalhei em fábrica, já lutava. Fui até mandado embora, pois liderei uma greve... Particpei do sindicato e despertei para a realidade da vida, para reivindicar tudo aquilo que todo trabalhador tem direito.

LAILA NAZEM MOURAD

"Como as mulheres participam muito dos mutirões, a questão da superioridade masculina vai sendo questionada. Elas passam a perceber que são capazes de fazer as mesmas coisas que o homem faz, e que portanto, não são inferiores!"

Meu nome é Laila Nazem Mourad, sou arquiteta, tenho 31 anos e uma das coisas mais importantes que aprendi na vida foi esse trabalho com os movimentos sociais.

Comecei a trabalhar com movimentos sociais desde 1982, quando ainda era estudante de arquitetura. Eu recebi um convite para trabalhar num mutirão em Vila Nova Cachoeirinha, na Zona Norte de São Paulo, que foi um dos primeiros mutirões a ser implantado na cidade com uma equipe participando. Tinha o Guilherme, um engenheiro que trabalhou durante muito tempo para conseguir implantar não só o mutirão, mas principalmente a questão da autogestão no Brasil.

A autogestão já havia sido implantada no Uruguai com bastante sucesso, principalmente pelo sindicato, e no Brasil o que existia de programas habitacionais era mais autoconstrução, mutirões onde não havia participação nem

decisão por parte da população. Tanto no que diz respeito ao projeto, a definição do espaço físico, a qualidade do material... Enfim, a população entrava apenas como mão-de-obra para baratear as unidades habitacionais, sem ter nenhum poder de decisão!

A partir dos anos 80, técnicos engajados de diversas áreas (assistentes sociais, arquitetos, sociólogos, engenheiros), junto com o Movimento de Moradia, passaram a desenvolver um trabalho visando articular mais as coisas, pois até então eram muito dispersas. Existia o Movimento de Moradia na Zona Norte; na Zona Leste, as Pastorais tinham um peso muito grande, mas não existia nenhuma articulação entre eles que possibilitasse ganhar peso junto aos órgãos públicos.

No Uruguai existem cooperativas habitacionais e uma lei, a nível nacional, que obriga as indústrias, o comércio e diversas outras áreas a depositarem 2% para um fundo de habitação... É um Banco de Habitação.

Os movimentos se organizam através dos sindicatos, pois as pessoas geralmente se aglutinam a partir do local de trabalho, tanto que existem cooperativas dos Têxteis, dos Pescadores e muitas outras.

Lá existe também a Lei de Propriedade Coletiva que só conseguiu ser mantida, principalmente nos momentos de crise que o Uruguai atravessou, devido à atuação da Fucvam, que é uma Federação das Cooperativas. Ela teve um enfrentamento muito grande com o governo, mas conseguiu preservar a propriedade coletiva.

Entre 1980 e 1982, a questão do intercâmbio entre o Brasil e o Uruguai foi muito importante. Ocorreram vários simpósios e algumas pessoas foram convidadas para conhecer este trabalho e a partir disso houve um grande esforço para tentar implantar isso também no Brasil. Em 1989 os movimentos de moradia visitaram as cooperativas habitacionais do Uruguai.

Hoje existe uma articulação geral dos movimentos, não só a nível de Cidade, mas também com o Interior e outros Estados e isso possibilitou o início da autogestão no Brasil. Mas, para formular e implantar isso, foi preciso um período de dez anos, com várias experiências piloto!

Em 1982, na Zona Sul e Zona Norte houve projetos-piloto que serviram de experiência e incentivo para que se tornasse possível exigir dos governos a implantação da questão da autogestão.

O Projeto de Vila Nova Cachoeirinha, na Zona Norte, do qual participei, foi realizado através de convênio com a Prefeitura, no tempo que a Marta Godinho era secretária da Família e Bem-Estar Social. Uma coisa interessante nesse projeto é que havia vários agentes, o financeiro, que era a COHAB, o promotor, que era a população, e os técnicos não eram diretamente vinculados à Prefeitura.

O Guilherme, engenheiro que apresentou esse projeto piloto, mostrou que a população organizada conquistou a desapropriação do terreno, o financiamento, e montou uma equipe de pessoas que acreditavam nesse tipo de trabalho.

Houve vários acontecimentos no decorrer do projeto, desde a lamentável morte do engenheiro, e a não conclusão do mutirão enquanto proposta de participação popular. A obra foi concluída, mas tivemos vários problemas em relação à proposta inicial, enfim, o peso da COHAB acabou inviabilizando a participação popular.

Em 1983 eu fui para São Bernardo do Campo, participar do Projeto Vila Comunitária, foi a primeira associação comunitária constituída juridicamente tendo como objetivo gerir o financiamento recebido do órgão público. Foi muito interessante, pois um dos arquitetos era uruguaio, e de uma certa maneira, conseguimos implantar aquilo que vínhamos desejando há tanto tempo em função da experiência que ele trouxe do Uruguai e também das pessoas que participaram do movimento, pois muitos eram do sindicato. Existia um acúmulo de experiências para que o projeto desse certo! Apesar também de ter sido uma coisa muito morosa, foi um investimento muito a longo prazo, mas o movimento conseguiu fazer a gestão do processo!

Houve vários enfrentamentos com a Prefeitura de São Bernardo e também com o agente financeiro, que foi o CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, mas como se tratava de um projeto piloto, as coisas aconteceram. Digo isso porque, na época, a gente percebeu que o Montoro poderia ter implantado um programa, ao invés de um projeto-piloto. Ele tinha interesse que desse certo, e todas as pessoas, tanto da associação quanto da assessoria, estavam disponíveis para as coisas acontecerem.

Da assessoria participavam arquitetos, engenheiros, assistentes sociais e representantes do próprio Movimento. Era uma assessoria autônoma, independente do órgão público; uma assessoria de apoio técnico e político! Outro aspecto importante é que essa assessoria não estava voltada apenas para habitação, pois o Movimento surgiu de um grupo de compras comunitárias de alimentação e as pessoas atuavam também com menores de rua, comunicação, urbanização e favelas. Então ocorria uma integração muito grande, não era só um movimento por habitação! Foi uma atuação bastante interdisciplinar!

Agora, como eu cheguei ao Movimento aqui em São Miguel... Bom, eu moro em São Miguel Paulista, né? Em 1988 comecei a participar das reuniões do Movimento dos Sem-Terra, e dávamos assessoria para alguns projetos de autoconstrução, como voluntária. Em 1989, a gente foi convidada para assumir a área de habitação na região de São Miguel pela Prefeitura de São Paulo, na gestão Luiza Erundina, pra implementar uma política que foi construída a partir dos movimentos e profissionais engajados, num período de dez anos.

Trabalhei na SEHAB – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de São Paulo, na HABI, que era uma Superintendência de Habitação Popular responsável para atuar na questão de urbanização de favelas, em cortiços, nos programas de autogestão através de mutirão e na assessoria jurídica.

Como um dos objetivos era estar mais próximo da população, procurando desenvolver o trabalho com maior agilidade nas várias regiões da cidade, foram criadas 13 HABIs Regionais e a maioria delas estava instalada dentro das Administrações Regionais. Eu trabalhei na HABI de São Miguel

Paulista. Na verdade, existia uma política geral e um trabalho de planejamento regional pra estabelecer o que era prioritário na Região, conforme o orçamento da Prefeitura, né? Essas prioridades eram principalmente nas áreas de saúde, habitação e educação. Na área de habitação aqui na Região foram implementados 17 mutirões, e procuramos contemplar todos os movimentos organizados!

Vários movimentos estavam incluídos na programação do atendimento... Havia critério para esse atendimento e foi um "pau" danado, no início da gestão, pra saber como uma Prefeitura atende os movimentos, o que é participação popular, o que é representatividade. Na realidade, os movimentos que existiam há mais tempo foram os que continuaram pressionando a Prefeitura e que, de maneira organizada, foram sendo atendidos ao longo dos quatro anos de gestão.

Dos mutirões que a Prefeitura assinou convênio para projeto de mutirão por autogestão, o primeiro foi o Movimento de Moradia de Região Leste II, ligado à Igreja Católica, que atua em dez setores da Região.

A partir do momento em que o Movimento definiu, a nível de Setor, quem seria atendido, montaram as associações, que são filiadas à CEP – Central de Entidades Populares, que tem o papel de desenvolver a política do Movimento. Essa Central foi criada para evitar que as associações formadas seguissem linhas de atuações diferentes. As associações foram constituídas por representantes de dentro dos dez setores e formam quase uma federação, que é a Central de Entidades Populares, da qual participam representantes de todas as associações.

Quem faz a intermediação entre o órgão público e o Movimento é a Central com as associações. Existem treze associações, com 2.071 famílias construindo casas.

A Prefeitura assinou contrato também com outros movimentos, como por exemplo, o de Vila Mara, Terra de Deus de Todos, Consabes, Miguel Ackel, Clube de Mães de Vila Simone, Movimento de Urbanização de Favelas... Enfim, foram atendidos vários movimentos aqui da Região.

Os movimentos da área de habitação foram atendidos conforme suas necessidades, não foi exclusivamente através de mutirão. No Programa de Urbanização de Favelas foi iniciada a urbanização da favela Nossa Senhora Aparecida, que fica em Ermelino Matarazzo, e é a segunda maior favela da cidade de São Paulo. Foram feitos vários serviços, como drenagem, contenção de encosta, pavimentação...

A urbanização de favelas compreendia três fases, e a gente conseguiu chegar até a segunda. Agora, uma coisa bastante interessante, tanto para o Movimento quanto para a administração, é que o Programa de Urbanização de Favelas não compreendia apenas a obra, incluía também a questão da regularização da terra através de uma Lei de Concessão de Direito Real de Uso, que foi encaminhada à Câmara Municipal, mas foi vetada. Foi um programa que se estendeu para toda a cidade de São Paulo.

A gente lutou muito para que se constituíssem assessorias para os movimentos, discutimos bastante no Sindicato dos Arquitetos a importância de atender profissionalmente uma população que não tem acesso ao atendimento de

determinados serviços. E a questão da autonomia, isto é, de estar desvinculado ao órgão público da cara que é a proposta do Estado nas diversas áreas da habitação.

A questão dessa assessoria autônoma na qual o Movimento confiasse é antiga, vem desde 1980, só que nessa época foram muito poucas as que conseguiram se constituir. Essas discussões sobre esse tipo de assessoria eram desenvolvidas pelo Nabil, o Vitor, o Guilherme, a Inês, o Leonardo, principalmente durante os Encontros de Moradia, ou nos enfrentamentos que ocorriam com o órgão público. O Laboratório de Habitação, em 1982, teve muito peso para a Faculdade de Arquitetura e Belas Artes, na questão das assessorias, pois incentivou muito os estudantes.

Diversos profissionais que atuavam nos sindicatos, professores de Faculdade, as assessorias que existiam na época, promoviam reuniões e seminários no Sindicato dos Arquitetos para aprofundar e aprimorar a discussão do papel da assessoria técnica e a relação dela com o movimento popular. Tanto o Sindicato dos Arquitetos, quanto o dos Assistentes Sociais faziam muito essa discussão!

E uma coisa muito interessante é que o Movimento começou a ter uma atuação diferente, pois ele não ia mais apenas reivindicar. Acho que a partir do Laboratório de Habitação, das assessorias, dos profissionais envolvidos e comprometidos com o Movimento, começou a discutir se a única reivindicação deveria ser a casa. Passou a ocorrer reivindicação e propostas! Porque, até os anos de 1982/1983, o governo vinha com uma casinha de 35 metros quadrados e o material. Mas as contribuições vindas principalmente das assessorias e do

Laboratório de Habitação possibilitaram a elaboração de propostas para o Movimento apresentar ao governo. Se o Movimento fosse à COHAB, já levava seu próprio projeto de habitação, elaborado a partir de uma necessidade do Movimento, com profissionais de confiança e comprometido com a luta.

Vários movimentos chegaram a enfrentar a COHAB dizendo que não aceitavam o projeto oficial do Estado e que preferiam aquele que haviam definido. Queriam um espaço necessário para morar bem, uma casa que fosse bonita, barata, de boa qualidade e gerenciada por eles mesmos! Aí começam as discussões sobre a organização mais sistemática do Movimento de Moradia, de se ampliar a luta para outras necessidades além da casa! Passaram também a questionar o por quê daqueles terrenos lá no "fim do mundo" e sem nenhuma infra-estrutura.

Em 1989, na gestão da Luiza Erundina, quando os movimentos iam até lá pra reivindicar, já conheciam todos os terrenos disponíveis nas suas regiões, indicavam a área e elaboravam o projeto. Passaram da simples reivindicação para propostas! Propostas de gerenciamento, de decisões, e isso influencia a questão do poder... Acaba contribuindo para a descentralização do poder!

Mutirão e autogestão porque, quando a construção é feita simplesmente em mutirão, sem autogestão, a população entra apenas para baratear o custo das unidades habitacionais, sem nenhum poder de decisão. É a população servindo simplesmente como mão-de-obra! Já no mutirão, através da autogestão, além do barateamento da obra, há participação efetiva da população! É ela que decide a compra do material, o projeto... A gente diz isso porque, na

verdade, o mutirão sempre existiu, agora, a questão da autogestão é exatamente decisão, é o poder de participar, decidindo! A população contrata uma assessoria para elaborar o projeto, define e compra o material, há participação de fato, ocorre uma prática de cidadania!

O dinheiro vem para a Associação responsável pela execução do projeto... Existe uma diretoria, a comissão de compras, de obras e toda a organização interna do Movimento para gerenciar o recurso que vem do órgão público. Completamente diferente daquilo que ocorria anteriormente, quando o material chegava na obra sem a população participar da nada e chegava também o projeto pronto, e a população apenas executava através do mutirão, mas sem decidir nada.

Na autogestão a população realmente decide, participa, e na medida que isso ocorre, ela visualiza o potencial possível de ser realizado além da construção da casa. É um processo muito educativo! Tem histórias louquíssimas de como as pessoas mudam com a participação no mutirão... Mudam no sentido de conseguirem realizar coisas que jamais fariam. Existe todo um processo de aprendizado que vai se refletir na relação familiar, que passa a ser alterada. Como as mulheres participam muito dos mutirões, a questão da superioridade masculina vai sendo questionada. A relação familiar tende a se tornar mais justa, e as mulheres, que antes eram extremamente submissas ao marido, mudam completamente de comportamento! Elas passam a perceber que são capazes de fazer as mesmas coisas que o homem faz, e que, portanto, não são inferiores! Além disso, elas passam a entender melhor as questões sociais... Visualizam as relações entre o governo e a sociedade civil, passam a perceber uma série de direitos. Em alguns mutirões houve até casos de separação!

O trabalho no mutirão acontece mais nos finais de semana. Uma coisa importante é a questão da mão-de-obra especializada no projeto do mutirão e autogestão, pois no financiamento está incluída a contratação de parte da mão-de-obra especializada.

Geralmente o mutirão ocorre num período de dois anos, mas poderia ocorrer em menor tempo se o desembolso do agente financeiro ocorresse de forma homogênea e se as verbas fossem liberadas segundo o cronograma estabelecido. A demora para a liberação dos recursos leva de um a dois meses, e isso atrasa o mutirão. Uma das coisas que estamos discutindo muito com os órgãos públicos é que quem tem a vontade de implementar um programa desse tipo, não deve permitir a descontinuidade na liberação das verbas!

A gente vê claramente que as verbas são liberadas para as empreiteiras e não são para os mutirões, para que haja uma desmobilização da população... Existe uma política clara a favor das empreiteiras! E hoje mais do que nunca isso se comprovou, pois o prefeito Paulo Maluf parou todos os mutirões da cidade!

A TETO Assessoria foi constituída em 1989 e foi um processo muito interessante, pois o Movimento acabou convidando profissionais engajados na luta da moradia que já tinham uma história em relação a ela, pois, pra implantar o mutirão com autogestão era necessário profissionais que fizessem um acompanhamento técnico e político. Enfim, era necessário ter uma assessoria de apoio, mesmo porque o Programa tem algumas regras, como a necessidade de

técnicos responsáveis pelo projeto, a criação de associação para receber a verba e que tenha representatividade. A Teto surge dessa discussão com o Movimento, isto é, de uma necessidade dele, né?

Eu não estou desde o início na Teto, mas participei e ajudei em todo o processo de criação dessa entidade. Também não era possível eu trabalhar desde o início, pois já trabalhava na HABI e tinha a responsabilidade de implementar o programa de mutirão através de autogestão aqui na Região, né? O que a gente fez foi contribuir para que a assessoria se constituísse, pois isso era extremamente importante para o Movimento!

Depois de terminada a gestão da Luiza Erundina, fui convidada para trabalhar na Teto, em fevereiro de 1993, e foi uma coisa que eu adorei!

É bom lembrar que a contribuição das assessorias é uma luta muito antiga, que vem desde a época do Laboratório de Habitação, como eu já relatei, né? Nós lutamos para que na política habitacional tivesse uma verba destinada para uma assessoria multidisciplinar, contratada pelo Movimento e escolhida por ele, pessoas em quem pudessem confiar e que fossem remuneradas, pois nós observamos que os profissionais voluntários não tinham condições de prestar dedicação exclusiva. E esse programa exige dedicação exclusiva por parte dos profissionais envolvidos no processo, até porque envolve recursos públicos e é uma obra que exige muito acompanhamento técnico.

É bom frisar que a Teto é muito diferente de um escritório de engenharia e arquitetura! Somos um escritório voltado para a formulação de projetos de interesse social na área de mutirão e autogestão, de centros e

cozinhas comunitárias, urbanização de favelas... Formulamos projetos para serem encaminhados aos diversos órgãos governamentais!

No trabalho com os mutirões o desenvolvimento do projeto, o desenho das unidades habitacionais, é muito interessante e difícil. A questão do projeto é muito subjetiva; infelizmente, a leitura dele ainda tem muito que avançar, pois são poucos que conseguem visualizar aquilo que o papel está propondo em termos de espaço físico.

A assessoria técnica do movimento popular não pode fazer uma surpresa, senão não há participação. Como a pessoa pode decidir sem saber o que está sendo feito? Então, geralmente, quando a gente elabora o projeto, faz uma maquete onde é possível as pessoas verem como vai ficar a casa. Depois são executados protótipos lá no mutirão, para as pessoas decidirem a tipologia desejada. Normalmente existem três tipologias que o mutirão mesmo executa e que, depois de terminadas, as pessoas sugerem modificações. Agora, é claro que a tipologia também deve ser adequada ao tipo de terreno. Tem situações de solo completamente diferentes... e também perfis de renda e necessidade, né?

Uma coisa muito interessante é poder fazer dentro de uma mesma área projetos diferentes! Pode haver quadras com tipologias diferentes capazes de atender famílias maiores ou menores.

O limite de área construída são 60 metros quadrados, que é o que o financiamento cobre, mas vários projetos possibilitam a ampliação da casa... existe a possibilidade de um terceiro dormitório.

As unidades habitacionais na gestão de Luiza Erundina variaram de 47 a 60 metros quadrados, mas hoje o órgão público acha que a população pode morar em 35 metros quadrados!

Nos mutirões ocorrem alguns problemas, como: o desgaste decorrente do descompasso na liberação dos recursos pelo órgão público, a disputa entre as lideranças na medida em que se cria um espaço para as pessoas se posicionarem. Na medida em que as pessoas podem participar, ocorre o surgimento de novas lideranças, devido à necessidade que as pessoas têm de ter peso em termos de representatividade, né? E, às vezes, isso causa certos conflitos internos, mas acho que é positivo, pois muitas vezes é sinal de maturidade.

A questão da pessoa vender a casa é muito freqüente quando o órgão público constrói sem participação da população. Entram numa casa de 35 metros quadrados sem ter tido nenhum envolvimento com ela... Não houve uma relação da casa com a pessoa que vai ficar lá morando! Muitas famílias, às vezes, entram sem ter entendido a forma de financiamento, pois nada foi discutido.

A gente viu que em Águia de Haia várias famílias que foram atendidas não estão mais lá. Existe grande rotatividade nos projetos construídos através de empreiteiras, pois a população não teve nenhum envolvimento, foi apenas fazer o cadastro junto a um órgão público.

No mutirão com autogestão isso é muito difícil acontecer, pois a pessoa participou de todo o processo do trabalho, ela estabeleceu uma relação muito direta com a casa. É outra coisa, as pessoas que constituem a Associação

têm tudo muito claro, pois existe o regulamento de obra e é preciso participar mesmo. Não pode usar a casa para fins especulativos, porque elas sabem que, quando terminar, 60 metros quadrados numa área bem localizada vai valer bastante e muitos vão querer pagar um preço que elas nunca imaginaram, né? E todas essas questões são discutidas com eles, pois nós estamos trabalhando as pessoas envolvidas nesse processo para que amanhã nenhuma delas queira vender. Para que amanhã não se deixem levar pelos especuladores e voltem a ser sem-casa, pois, na verdade, ainda são poucas as pessoas que se organizam e conseguem ser atendidas. Apesar do Movimento ter tido uma "puta" conquista ao longo desses dez anos, ainda são poucas as famílias atendidas, então não é justo que as que consigam usem a casa para especulação.

No contrato entre o agente financeiro e a Associação há uma exigência que a pessoa não venda a casa enquanto não quitar o financiamento. A pessoa não pode vender a casa sem que haja uma discussão com a Associação e, apresentando um motivo justo, a assembléia poderá aprovar a saída dela do conjunto, mas a casa deve retornar ao Movimento que, após discutir, decide qual a destinação dela. Existem regras para amarrar bem determinadas questões, pra que não se transforme num comércio, né?

A Igreja tem um papel fundamental para o Movimento, pois todo o suporte da organização dele está no apoio que ela dá. Como o Movimento de Moradia estaria organizado aqui na Região, se não fossem os dez setores pastorais? É a partir daí que ele se organiza nos diversos bairros! A Igreja foi preponderante na questão da organização do Movimento.

O Movimento tem 13 mutirões por autogestão e a maioria das áreas foram indicadas pela própria população para desapropriação. Essas áreas ainda não estão regularizadas, as terras ainda não foram transferidas para as associações, pois existe o problema jurídico do repasse, né?

Existiram várias propostas, como a da propriedade coletiva, pois se repassar individualmente tira o poder de decisão da assembléia e da Associação, enfim, de uma instância que trabalha coletivamente. A proposta não era repassar individualmente, senão tudo que discutimos iria por água a baixo. Mas, ao mesmo tempo, tinha várias formas de não centralizar excessivamente o poder na Associação, né? Mas não existe ainda nada decidido.

Todas as áreas foram desapropriadas com emissão de posse, estão em nome da Prefeitura, são áreas de bem dominial, com decreto especificando que foram desapropriadas para fim de implantação de projetos habitacionais. É diferente de desapropriar uma área e deixar lá sem destinação... Essas são destinadas para habitação! Isso é muito importante, pois não pode uma outra Secretaria chegar e querer dar outro uso. Nenhum dos mutirões foi implantado em terras de uso comum, todos foram áreas particulares desapropriadas para projetos habitacionais de interesse social.

Quanto as formas de pagamento, foram discutidas várias propostas com o Movimento, houve uma para pagar em 12 anos, só que algumas famílias poderiam pagar até em 17; essa variação de tempo ocorreria em função da renda. Quem tivesse renda maior, pagaria em menos tempo e aqueles de renda menor,

pagariam em um tempo maior; porém, o pagamento seria fixado de forma que todos pagassem o mesmo preço. Existia um subsídio, mas eu não sei explicar isso.

Nós chegamos a fazer um cadastro, deixando inclusive alguns contratos assinados, mas a nova gestão do prefeito Paulo Maluf cancelou tudo. Ninguém está pagando nada e isso não é bom, pois o Município precisa ter o retorno pra que possa atender outras famílias. Além disso, pode ser estipulado um outro preço, pois no convênio entre a Associação e o Município, isso não está estipulado, né? Se as associações tivessem assinado o convênio e o contrato, elas teriam o respaldo para que outro governo não estipulasse aquilo que bem entendesse. Atualmente tem várias coisas na Justiça, pois o prefeito deve ter muito interesse em fazer uma cotação de custos para inviabilizar os mutirões.

Hoje todos os mutirões do Município estão paralisados! Agora, aqui na Região, nós temos dois em fase de formulação, mas que estão sendo negociados com o governo do Estado, um é a Vila Sílvia, já iniciado, que atende 170 famílias vinculadas ao Movimento da Terra e Moradia e à Central de Entidades, que é o agente promotor. Tem também dois convênios assinados e não iniciados, para o Vila Sílvia II e o Encosta Norte, que estão em fase de elaboração do cronograma, canteiro de obras, cadastro... enfim, uma fase preliminar.

O Movimento da Terra e Moradia aqui da Leste II é uma das partes da União dos Movimentos de Moradia, e o projeto político é o mesmo, pois a União existe pra fortalecer uma proposta política junto aos órgãos públicos, mas,

isso não significa que não existam divergências entre as regiões. Cada Região tem sua autonomia no desenvolvimento do trabalho, mas o projeto político caminha pra estar cada vez mais forte, mais consolidado.

Toda segunda-feira ocorre reunião da União na Câmara Municipal de São Paulo com representantes de todas as Regiões, para discutir estratégias políticas, programas, propostas orçamentárias, a relação com os governos. Enfim, se discute a atuação, a estratégia política, os enfrentamentos, a discussão do objetivo e da proposta política habitacional. Uma vez por mês acontece uma outra reunião no Belém, que pega o pessoal do Interior e da Capital, e existe ainda uma reunião mensal com a Secretaria dos Mutirões, que também é ligada à União.

Existem alguns mutirões que não são vinculados à União, como o de Vila Mara, o Terra de Deus Terra de Todos.

Todos os mutirões da CEP estão ligados à União dos Movimentos de Moradia, mas existem outros mutirões de outros movimentos de moradia aqui na Região... Não existe só o Movimento dos Sem-Terra! Existe o de Vila Mara, o Terra de Deus Terra de Todos, o Consabes, que é ligado ao PC do B, o Clube de Mães de Vila Simone.

Acho que houve um momento político em que o PC do B foi importante... Algumas pessoas ligadas ao partido tiveram importância na região. O Elgito Boaventura liderou algumas ocupações na década de 80, mas hoje ele trabalha na CDHU – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado!

É até difícil analisar a situação do PC do B hoje aqui, na Região... Eles têm uma certa organização que abrange alguns bairros, desenvolvem alguns projetos com a Prefeitura. Agora, a Ana Martins é outra ala de confronto político ao Movimento! Mas eles têm uma atuação aqui na Região... Têm sim! É que são grupos muito fechados. Eu diria que a influência deles na questão da moradia é pequena.

Falando claramente, o movimento de moradia mais importante aqui da região é o dos Sem-Terra! E eu digo isso porque, depois que entrou essa gestão, nenhum dos outros movimentos apresentou um projeto ao governo estadual, e os Sem-Terra já assinaram três projetos com o governo do Estado! Esse movimento tem muito mais constância na atuação, existe grande participação e muita organização. Acho que a resposta mais coerente sobre o por quê deve ser o principal movimento da Região é a questão do tempo de trabalho e desenvolvimento das comunidades, isso é muito importante, pois são estágios de atuação diferenciados. Tanto que o maior confronto da Prefeitura, atualmente, é com a União dos Movimentos de Moradia, isso não acontece com os outros mutirões, que estão lá parados, sem fazer nada.

Agora, essa é uma questão muito delicada, pois os vários movimentos aqui da Região têm atuação muito diferente uns dos outros. O desenvolvimento de cada um deles é muito interessante! Mas não se comparam com os Sem-Terra em termos da preservação da luta e do trabalho junto às comunidades.

Sobre essa questão do que significa a Leste II, a pessoa mais indicada pra explicar é o Ticão, pois acredito que esta divisão esteja mais ligada às Pastorais. Acho que é uma divisão que vem da Igreja mesmo, pois para a Administração Regional não há Leste II, e sim Guaianases, São Miguel... Região Leste II é o Movimento da Terra!

A questão da pessoa participar tantos anos dessa luta, passar por tantas dificuldades e depois alguns ainda votarem no Maluf, é realmente bastante complicada... Acho que falta um trabalho de reflexão, principalmente sobre o trabalho da gestão da Luiza, na escala que se desenvolveu. Claro que também houve enfrentamento, mas ainda assim... para quem viveu uma outra situação, foi muito fácil. O Movimento nunca vai achar que foi fácil! Eles não tinham experiência anterior sobre mutirão com autogestão, pra quem atuou antes disso foi muito diferente.

Acho que teve alguns avanços em outros mutirões que não ocorreram nos nossos, por falta de apoio. Não sei se foi bem isso, mas faltou trabalho! Acho que, por termos trabalhado numa escala menor, poderíamos ter tido uma atuação política diferente. Tanto as lideranças quanto a assessoria deveriam ter estado mais disponíveis para atuar de maneira mais educativa.

As lideranças estiveram envolvidas num grande volume de trabalho, sendo obrigadas a dar conta de inúmeras tarefas, deixando muito do trabalho educativo de lado. Acho que faltou também uma equipe multidisciplinar, que é fundamental nesse processo. Agora, sem sombra de dúvida, foi uma experiência muito importante para todos!

MARIA JOSÉ

"Então chegou uma hora que tanto o pessoal daqui, quanto o do campo, não podia ver o pessoal de lá que botava pra correr!"

Em 1987, época das grandes ocupações aqui na Zona Leste, esta área também foi ocupada. Foi uma ocupação muito grande, com quase mil famílias! Fizemos o cadastro de todas elas, mas como a área era particular, o proprietário entrou na Justiça pra despejar as famílias e como o prefeito era o Jânio Quadros, nem preciso dizer o que aconteceu!

Já tinha três casas construídas de blocos e umas dez em construção, que foram derrubadas pela polícia e foi um alvoroço terrível! Mas a gente continuou organizado!

Tínhamos um advogado que nos orientava desde o início e ele nos aconselhou a procurar o proprietário e depois a Prefeitura, para que ela comprasse a área e nós construiríamos. Até então, sabíamos muito pouco do mutirão... Mas já se tinha algumas histórias por aí!

Fomos para a Prefeitura e foi uma briga longa, pois já faz sete anos que estamos na área, né? Então, a Prefeitura negociou com o proprietário e não

sei mais o quê... Por ironia do destino, o proprietário é da família Maluf! Finalmente, as coisas se arranjaram, mas foi uma encrenca danada, pois tinha muita gente de olho na área, pois como você pode ver, ela é enorme, né? Era um tal de depósito querer comprar, tinha um campo de futebol, e tudo que você possa imaginar, aconteceu de briga aqui!

Vários movimentos tinham entrado com pedido na Prefeitura sobre essa área... Inclusive os Sem-Terra!

Quando o PT entrou, nós levamos a demanda da área para a Ermínia Maricato, que era secretária da Habitação do Município. Tínhamos o número de famílias que estavam na área e tudo bem organizado... Deixamos lá com a secretária para correr a negociação! Ficamos tranquilos, achando que estávamos negociando, né? De repente, ficamos sabendo que a Prefeitura ia dar toda essa área para o pessoal dos Sem-Terra! Aí foi o maior qüiproquó, né? Nem te conto!

Por pouco a gente não ficava nem com esse pedaço aqui, né? Nós resolvemos brigar... Eu me lembro que tivemos muitas brigas feias, inclusive com a Ermínia e o Nabil! Mas não é nada escondido, pois todo o Movimento sabe, tanto o de lá, quanto o de cá, né?

Foi o maior "quebra-pau", pois tínhamos ocupado e brigado pela área o tempo inteiro, não desistimos nem depois que o Jânio mandou derrubar as casas e agora tínhamos que ir até o final para garantir, né?

Depois de muita briga, quando já tínhamos um projeto de sobrados pronto para iniciar e que comportaria todas as famílias... Acho que existiam umas 800 famílias, e para caber todas elas, precisávamos de toda a área, né? E eram três áreas, essa, aquela e outra aqui... Só que nessas três áreas... Primeiro, tinha um campo de futebol numa delas e quando vieram fazer a "terraplanagem", teve que mudar ele de lugar! E os jogadores também entraram na briga e veio até o Juarez Soares pra tentar resolver, né?

Daí eles quiseram começar a construir primeiro a área dos Sem-Terra e nós achávamos que deveria começar pela nossa. Além deles terem reivindicado a área inteira pra eles, a gente teve que abrir mão muito a contragosto... ainda teve que garantir o espaço do campo de futebol. Juntou numa audiência a SEHAB, a Secretaria dos Esportes, os Sem-Terra e o Vila Mara, e o acordo foi feito. Agora, o campo existe!

Quando foi para iniciar os mutirões, a SEHAB e a EMURB contrataram uma empreiteira para fazer as fundações, tanto daqui quanto de lá... Então, chegou uma época que tanto o pessoal daqui, quanto o do campo, não podia ver o pessoal de lá, que já botava pra correr! Teve até revólver no meio, pois o pessoal do campo não aceitava de jeito nenhum, nem a gente, que eles viessem pra cá, pois fomos nós que ocupamos, e a história era nossa! Foi uma situação feia mesmo, a gente via a hora de sair morte, e só são saiu porque as lideranças tomaram a frente, né? Tinha alguns que, quando viam as pessoas de lá, ficavam prontas para atacar!

Agora, hoje de tanto a gente conversar e colocar que somos todos Sem-Terra, tanto lá quanto aqui as coisas estão calmas... Já conversamos e tudo, mas foi muito difícil.

Era uma briga mais de direção, não tanto dos que moravam aqui. A Laila, por exemplo, teve uma época que o pessoal queria muito pegar ela!

Quando foi aterrado lá, o pessoal do campo não queria sair daqui e a coisa ficou feia. Mas era mais do pessoal "lá de cima", entre eles mesmos, e a gente que sofria e acabávamos brigando aqui também e isso não foi bom, pois gerou uma grande divisão que atrapalhou muito as coisas, né?

Nós brigamos junto com o pessoal do campo pra que eles não perdessem, pois queriam construir casa na área inteira. Então a área de cima, que é usada para o campo, na negociação que fizemos com o Juarez Soares, a Secretaria de Esportes compraria a área, ou a Secretaria da Habitação compraria, para repassar para o campo, quer dizer que a Secretaria que estivesse em melhores condições compraria e passaria o campo pra lá. Tanto é que o campo, hoje, está lá! Só que no projeto inicial, essa área havia sido destinada para uma creche e para uma EMEI! Inclusive tem a reivindicação, já na Secretaria da Educação, só que, por causa dessa briga, agora o pessoal usa para esporte!

Agora, existe uma outra área, depois dos Sem-Terra, que está vazia e não sei como vai ficar, né? Mas existe uma reivindicação, não sei de quem, pedindo que toda a área que ainda resta aqui fique para a moradia, só que nós

não concordamos. Porque um bairro como o Vila Mara precisa de mais creche, pois a gente só tem a do Jardim Maia e uma do Estado, que não comportam toda a demanda do bairro. É preciso pensar nos equipamentos sociais!

Quero te contar uma coisa engraçada... na Prefeitura, na gestão passada... a outra área... o que acontecia lá, se a gente não brigasse, não acontecia aqui! Por exemplo, eles cercaram primeiro a área de lá, com arame, com paus, e para cercar essa aqui, foi a maior briga!

O dia que foram cercar o lado de lá foi o maior "quebra-pau"! Quem não mora no bairro não tem noção do que significa isso, porque o pessoal jogava bola... De repente, vai e cerca! Eles cercaram antes de começar a construção, pra poder vigiar a área, entendeu? E não cercaram aqui, aí foi o maior "pau"!

Pra gente... era uma coisa muito esquisita, nós não entendíamos essa diferença! Quem estava na direção da SEHAB, naquele momento, era o Nabil, que era o superintendente e tinha também a Maricato, e aqui, do lado de cá, a Laila, que era coordenadora da HABI Regional. E ela era encarregada das duas áreas daqui, só que... não sei se era uma questão política, ou de afinidades, começava tudo primeiro lá e só depois aqui e é esse o motivo da coordenação daqui brigar com a de lá! Mas os enfrentamentos eram mais ao nível da HABI, mesmo. A gente ia até o Nabil e com a Laila, lá quebrávamos o maior "pau"! A gente queria bater no pessoal de lá porque, por direito, as terras eram nossas, porque fomos nós que ocupamos, enfim, as pessoas daqui tinham feito tudo! As pessoas daqui que eu falo, são as pessoas do Movimento de Vila Mara!

Esse Movimento nasceu... As áreas estavam abandonadas, aí começaram a surgir as invasões grandes de 1987... Eu estava vindo do serviço, à tarde, e as pessoas aqui do bairro estavam ocupando! As pessoas chegavam e iam entrando, não havia ninguém organizando... Na hora que chegavam iam entrando, não havia ninguém organizando... Na hora que chegamos, muitos já conheciam a gente, pois já brigávamos por luz, asfalto, né? Eu participava da Sociedade de Amigos do Bairro, todos nós éramos sócios da Sociedade e marcávamos as reuniões lá ou aqui na área, mesmo. Só que nós não éramos linha de frente na Sociedade de Amigos. O único local para se reunir era a sede da Sociedade ou a área, nós nunca usamos as igrejas pras reuniões. Mas isso não quer dizer que não havia pessoas da Igreja junto, pois sempre teve.

Primeiro a gente lutou por asfalto, luz, e só bem mais tarde pela terra! Como nós já éramos conhecidos dessas primeiras lutas, quando surgiu a da terra, o pessoal já veio todo querendo saber o que poderíamos fazer, né? Foram chegando outras pessoas e hoje temos duas diretorias, o Vila Mara I e o Vila Mara II, porque pelo Funaps, só pode atender 200 famílias por associação. Então dividimos 144 para cada uma.

Prá nós foi uma grande conquista, tanto a nível político, quanto de trabalho, pois esse mutirão hoje está assim, mas já deveria ter sido inaugurado há um ano! Não foi por falta de verbas, tanto na gestão da Erundina, quanto na do Maluf. A briga não é só de agora, durante o período da Erundina a gente também brigou!

Analisando melhor, a briga da gente com eles não foi uma coisa boa, pois quem perde sempre são os movimentos, já que isso impede o crescimento

deles! E a partir disso, toda tanto o crescimento político, quanto o próprio mutirão, né? Hoje, como você pode ver, a maioria dos prédios está parada e com essa onda que se espalha que pode haver ocupação, gera uma baita insegurança. Desde 1989, as pessoas vigiam essa área 24 horas por dia, para que não seja ocupada... você imagina todos esses anos... por exemplo, essa noite, meu marido e um grupo de pessoas ficaram aqui vigiando, pra que não ocupem os apartamentos! A partir do momento que fica abandonado, o risco de ocupação é grande!

Todo dia uma família fica vigiando, né? Aqui é dividido em seis grupos, cada um tem de três a quatro coordenadores, e cada grupo é responsável para vigiar um dia da semana! De cada grupo é tirado três pessoas para completar o domingo, né?

Está tudo parado por falta de verbas, nós recebemos a última parcela em junho de 1993! Trabalhamos com essa verba até o final de novembro... Agora, não dá mais! E quem é responsável por isso é o Maluf, pois ele coloca que os mutirões não prestaram contas. Só que é mentira, pois todos prestam e através de orientação da Secretária, né? As pessoas prestam contas sim! A questão é que para a Prefeitura, hoje, os mutirões não são prioridade!

As auditorias feitas concluíram que os mutirões estavam aptos para continuarem, só que continuam parados! Então é pra não andar mesmo! É pra gerar um desgaste, pois as pessoas ficam muito inseguras, né? Imagine o que significa as pessoas passarem sete anos, outras até mais, tendo que vigiar as terras? Estão todas estafadas, esmorecidas, mas mesmo assim, estamos correndo atrás!

A previsão para entrega dos mutirões era de 13 meses... seria para o início de 1992! E já estamos em 1994...

Nós não tínhamos assessoria, pois nunca havíamos trabalhado com mutirão, né? De repente, a gente descobre que precisa ter engenheiro, arquiteto, advogado... enfim, todas essas coisas que nem sabíamos como lidar. A sorte é que tivemos muita orientação do pessoal da HABI... eles indicaram pessoas, e no fim ficamos com uma equipe boa. Mas eles não se cansavam de dizer que não construiríamos casas com presidente de associação e assistente social. Nós tivemos uma reunião, lá na Cidade Universitária, na FAU e o professor olhava para nossa cara e não acreditava que três mulheres, duas presidentes e uma assistente social quisessem construir casas! Mas construímos e ele ainda não veio ver que conseguimos!

Hoje a briga entre a gente e o pessoal de lá já acabou, né? Eu vou muito lá e eles vêm muito aqui! Precisa de alguma coisa, um empresta para o outro...

Nós sempre trabalhamos com famílias que ganham de zero a três salários mínimos, só alguns casos, mas muito poucos, ganham cinco salários, né? A grande maioria das nossas famílias, eu diria noventa por cento, ganha até três.

Temos uma creche de mutirão, só funciona no final de semana, pois usamos o equipamento da creche municipal para o mutirão nos finais de semana. É a creche do bairro, mesmo.

Também temos aqui no mutirão uma cozinha comunitária, mas o pessoal da Prefeitura esteve aqui, dizendo que os equipamentos vão ser retirados, né? Eles também não fornecem mais comida, como no tempo da Erundina!

A maioria das nossas famílias é de fora, são migrantes mesmo. Eu mesma nasci em Martinópolis, no Estado de São Paulo.

Chegamos aqui em Vila Mara em 1964, eu era bem pequena... Tenho 30 anos de Vila Mara! Se alguém falar mal de Vila Mara...

Meus pais vieram pra capital para melhorar de vida, pelo menos é o que eu sempre escutava minha mãe dizer. Minha família era grande, dez filhos e meus pais e quando chegamos em São Paulo, até meu pai arrumar casa, ficamos lá no Cetren.

No início moramos no bairro dos Pimentas... Ficamos sete meses lá, depois pediram a casa e viemos aqui pra Vila Mara e estamos até hoje.

Aqui tem muito terreno clandestino, meu pai comprou uma casa e logo descobriu que era um terreno clandestino; aí ele deixou de pagar, e isso já faz quase 30 anos! Ele continua morando lá, minha mãe já faleceu e tem meus irmãos.

Meu marido é mineiro, nos conhecemos no Movimento de Moradia! Ele participava no Pari, com o pessoal de favelas... Eu brigava por esse lado da

Cidade, e ele pelo outro, há cinco anos nos encontramos e resolvemos ficar juntos.

Eu trabalho desde os dez anos... primeiro, em casa de família, depois foi na fábrica, sou costureira, overloquista. Trabalhei muito com menor infrator, pois passei cinco anos trabalhando na FEBEM, faz dois anos que saí de lá e, desde então, trabalho com o mutirão.

Tenho um filho de dois anos e vou ganhar outro daqui a dois meses!

Em 1964, quando chegamos aqui na Vila Mara, era só mato, existiam apenas quatro casas no bairro... Inclusive essas casas existe até hoje. Não tinha ponto de ônibus e pra pegar uma condução, tinha que andar um bom pedaço.

Vila Mara cresceu muito depois dos anos 70, principalmente...

Claro que eu sou suspeita pra falar, mas na gestão passada, Vila Mara teve muito progresso. Aqui, na rua da Sociedade, tinha um valetão que, quando chovia (desde que eu era criança), inundava as casas e as famílias perdiam tudo! Foi canalizado e o problema deixou de existir. Várias ruas foram asfaltadas e, com a vinda dos mutirões, o comércio cresceu muito aqui, né?

Eu acho muito importante as pessoas participarem dos movimentos populares, porque apesar das dificuldades, todas as melhorias aqui de Vila Mara foram obtidas através dessas lutas. Além disso, as pessoas passam a enxergar melhor as coisas a partir da participação nos movimentos, né? Hoje eu sei que

existe uma porcentagem no orçamento destinado a moradia e e aprendi isso no Movimento... quem não participa, não fica sabendo e as pessoas deveriam participar dessa discussão, pois muitos precisam de moradia! É um direito discutir aquilo que nos interessa, né?

Acho que já te contei como foi a luta aqui, volte outra vez pra gente conversar mais!

DALCIDES BATISTA DA SILVA

"Nós tentamos fazer uma lei chamada Fundo Nacional de Moradia, mas não conseguimos. Levamos um milhão de assinaturas pra Brasília, mas o projeto está em tramitação no Congresso até hoje!"

Meu nome é Dalcides Neto, sou capixaba da cidade de Montana e tenho trinta e sete anos.

Nós migramos do Espírito Santo para Goiás em 1968 e ficamos lá durante dez anos. Depois, viemos para São Paulo e estamos aqui há 16 anos. Nós viemos por necessidade... Eu sou de uma família muito grande, nós somos em 14 irmãos! Quando meus irmãos foram crescendo, precisaram estudar e a cidade em que morávamos, lá em Goiás, Santana do Araguaia, era pequena; meu pai resolveu mudar para São Paulo. Foi em 1977.

Meu pai sempre trabalhou com pecuária, ele era... No Espírito Santo, eles chamam vaqueiro, que é quem lida com gado, né? Nós tínhamos terra nossa no Espírito Santo. Quando fomos pra Goiás, meu pai vendeu umas coisas que tinha e comprou 40 alqueires de terra, mas depois teve que vender e fomos morar na cidade.

Quando chegamos em São Paulo, fui ser metalúrgico na Philco, no Tatuapé, e fiquei até 1981. Aí, fui mandado embora e passei a trabalhar na Rod-Bel, vendendo relógio de ponto. Depois, trabalhei em mais dois ou três lugares, que agora nem lembro direito... Fiz alguns bicos, né?

Como somos de uma família católica, meu irmão Valfredo começou a participar na comunidade em Vila Curuçá, de um Grupo de Jovens chamado MAC – Mocidade Ativa Católica, e quando, em 1984, surgiu o Movimento da Terra, o Valfredo e o Edson começaram a participar. Eu ainda não participava, pois trabalhava vendendo material didático e muitas vezes até criticava o trabalho deles. Achava que aquilo não tinha futuro! Mas, em 1987, aconteceram grandes ocupações aqui na região... Como eu sempre ouvia eles falarem do Movimento, resolvi entrar. Aí, não consegui sair mais, desde 1987 até hoje.

Na verdade, essas ocupações aconteceram em 1987 porque foi quando houve a mudança de governo. Nós tínhamos, naquela época, o Montoro como governador do Estado, que era um pouco mais sensível às questões sociais; e em 1986 o Quéricia, que era vice-governador do Estado, ganhou o governo de São Paulo e assumiu em 1987. Ele foi muito truculento, pois o Movimento tinha algumas vitórias conquistadas anteriormente, com o governo Montoro, e o Quéricia, quando assumiu o governo, não quis respeitar, tentou dividir o Movimento.

Essas ocupações foram iniciadas, na realidade, pelo pessoal do PC do B... Eles iniciaram as ocupações aqui na região Leste, lá na divisa de Ferraz com Itaquaquecetuba. Se não me engano, o início foi no carnaval de 1987... Não me recordo exatamente a data, mas foi bem próximo, ou durante o carnaval.

O Movimento de Terra e Moradia aqui na região, inicialmente, falava muito sobre a questão do mutirão. O primeiro passo que o Movimento deu foi lutar pela desapropriação de áreas para construção de casa. E queríamos que elas fossem construídas em regime de mutirão, para que houvesse realmente participação do povo, porque o Movimento já sofreu muitos golpes!

Indicamos uma área, o governo desapropria, constrói por empreiteira e depois termina atendendo outros movimentos! Cria uma falsa expectativa no povo, né? Isso já aconteceu várias vezes... Com o Quércia e parte do governo Montoro, está acontecendo com o Fleury. Então, inicialmente, pensávamos muito em mutirão. Depois, vimos que não funcionava, pois durante o governo do Covas e com o próprio Jânio Quadros tivemos alguns mutirões, mas, como nesse sistema é a Prefeitura que manda todo material, acabamos tendo vários problemas. Como o governo é ineficiente para administrar, quando mandava cimento, faltava pedra e quando vinha a pedra, faltava areia! Por isso, o Movimento começou a discutir a questão do mutirão com autogestão. Nesse sistema, a Associação recebe e administra os recursos... Ela própria vai gerir os recursos do mutirão, a compra do material.

Nós percebemos que o mutirão com autogestão seria a melhor solução para o Movimento porque, nas vitórias obtidas no tempo do Covas, percebemos que muitas famílias, que receberam o terreno, não conseguiram construir. Se eram viúvas ou solteiras... Só as famílias que tinham algum pedreiro em casa, ou condições para pagar um, conseguiram construir. Até hoje existem alguns terrenos onde as famílias não conseguiram construir.

Percebemos também, ao longo da história, que a maioria das famílias não conseguiu ampliar as casas. Se você pegar de 1985 até hoje, nós estamos em 1994, as casas estão do mesmo jeito! Por isso, nós discutimos com o governo a respeito do desenvolvimento da política de mutirão com autogestão! Nesse sistema, os recursos vêm para o mutirão e o próprio povo discute o tamanho e a qualidade da casa, e os recursos que sobram são investidos no próprio projeto.

No início do Movimento, o pessoal queria ter um terreno grande, mesmo que fosse só com dois cômodos nos fundos, para depois ampliar. Mas, a gente percebeu que isso não dava certo, pois a maioria das famílias não conseguia ampliar a casa.

Quando entrou a Luiza Erundina e o Movimento avançou bastante, nós avaliamos que muitas pessoas com um terreno grande, na realidade, tinham construído dois cômodos e permaneceu nisso, pois não tinham condições para ampliar. Então, nós discutimos para diminuir o terreno e ampliar a construção e o número de unidades habitacionais. Assim, com o dinheiro que recebíamos, num terreno de 72m², a gente construía uma casa de 60m² e assentava um número maior de famílias em áreas de melhor infra-estrutura. Porque também não adianta você tirar o pessoal de locais que tenham infra-estrutura e mandar onde ainda não exista nada, só para ter um terreno grande, pois o pessoal não vai ter mesmo condições de construir. Hoje, com o salário que as famílias recebem, a gente sabe que não dá pra ampliar nada!

Nós aprendemos muita coisa durante a caminhada do Movimento e isso ajudou a gente a refletir naquilo que errou, né? Temos loteamentos

conquistados no tempo do Covas, em 1985 e que, hoje, têm uns 32 lotes vazios, porque as famílias não conseguiram construir. Uns ficam no Jardim Gianeti, outros, na Curuçá... São terrenos ótimos, muito bem localizados, mas as famílias foram embora, pois não deu pra construir.

Quando é processo de mutirão, todos constroem e depois vão morar. Não importa se é mulher solteira, viúva, se a pessoa é profissional ou não. Porque, veja bem, antes - no tempo do Covas, por exemplo - era autoconstrução, cada família recebia o seu material e tinha que construir! Agora, no mutirão com autogestão, compramos os materiais que são usados em comum e todas as casas vão sendo feitas ao mesmo tempo. As famílias só podem morar quando todas as casas estiverem prontas!

A questão das ocupações... Se você olhar para a cidade de São Paulo, acho que a maioria dela, mais de 50%, é ocupada irregularmente. Porque embora exista uma lei que determina a questão, o parcelamento do solo, a maioria das casas tem como engenheiro o próprio morador! E principalmente aqui na nossa região em que a maior parte da terra é devoluta. Existe até um processo na Vara Federal, dizendo que as terras aqui pertencem à União, pois, inicialmente, elas eram dos índios, depois foram para a Coroa... É uma briga que continua até hoje, então, essa questão das ocupações já existe há muitos anos!

Aqui em São Miguel, o fato das terras terem sido dos índios tem muito a ver com as ocupações. O processo que está ocorrendo na Vara Federal é muito volumoso! Baseado nisso, o Figueiredo, quando foi presidente, doou área para ser construído o Aeroporto de Cumbica.

Agora, se a gente pensar nas ocupações de 1987, acho que foi a própria necessidade do povo, porque, naquela época, não foi nem o Movimento que iniciou as ocupações, foi a necessidade mesmo, pois havia muitos despejos, o salário do pessoal foi achatado e o aluguel estava muito alto, né? As pessoas vêem os terrenos vazios, estão necessitadas, pagando um aluguel muito alto... Você vê, se é um lugar que não tem terra, o pessoal vai pra debaixo dos viadutos, mas, quando as pessoas moram na periferia e existem terrenos vazios, o pessoal acaba indo pra eles!

Quando começaram as grandes ocupações de 1987 aqui na região, eu me lembro muito bem que no dia... No final de março, nós fizemos uma caravana até o Palácio dos Bandeirantes, pra falar com o Quércia, e levamos umas cinco mil famílias. Ele assumiu com o Movimento que cadastrássemos as famílias ocupantes, para tentar organizar. Aí, voltamos e como ele havia autorizado, nós cadastramos 42 famílias!

Marcamos, então, uma assembléia, aqui na Praça de São Miguel, para o dia 5 de abril, num domingo, e vieram 20 mil famílias!

Fizemos outra no domingo seguinte, dia 12, e vieram mais 20 mil famílias e o Adriano Murgel Branco, secretário da Habitação na época, que prometeu construir 20 mil casas aqui na região, durante os quatro anos de governo Quércia! Então, todas as famílias ficaram naquela ilusão... Mas o governador, na realidade, enganou todo mundo! O pessoal foi todo cadastrado e saiu das áreas... Eu me lembro muito bem, foram ocupadas 238 áreas aqui na região!

Todo mundo ocupou, independente de ser ou não do Movimento! Ocuparam todas as áreas vazias! Aí, começaram a ocorrer as reintegrações de posse e acho que não restaram nem oito áreas consolidadas, que o pessoal conseguiu permanecer, né? Eu me lembro só de algumas... O Pirandelo, aqui em São Miguel mesmo, o Jardim Três Marias, Jacuí, Curuçá, Vila Iolanda e Jardim Lourdes.

Foi tudo de propósito, ele pediu para fazermos o cadastramento das famílias só para que elas abandonassem as áreas e também para desmobilizar o nosso Movimento! Inclusive, naquela época, o Quércia dizia que, dentro de um ano, desmobilizaria todos os movimentos organizados aqui na região! E, na verdade, ele contribuiu bastante para desmobilizar, pois se não fosse o governo Luiza Erundina, que entrou em 1989, levantar um pouco a moral do Movimento com o início do mutirão com a autogestão, realmente, o Movimento teria acabado.

O objetivo foi desmobilizar mesmo, pois quando cadastramos 42 mil famílias, o Movimento teria se tornado super forte! Mas, quando as famílias deixaram as áreas, ele sofreu um esvaziamento, pois as famílias, ao receberem a senha de cadastramento da Secretaria de Habitação, eram avisadas de que poderiam aguardar em casa, que assim que as moradias ficassem prontas, elas seriam chamadas. E esse pessoal está até hoje esperando! Foi mesmo só para desmobilizar o pessoal.

Nessa época, houve uma presença muito grande do PC do B. Mesmo porque, foi quando mataram o pedreiro Adão. Existia, ali em Guaianases, um núcleo muito forte do PC do B... Eu lembro bem do Elgito Boaventura. Eles

tinham reuniões lá, inclusive alguns atritos com algumas lideranças do nosso Movimento que eram simpatizantes do PT.

Depois, o Quércia teve que fazer acordo com o PC do B para desocupar algumas áreas onde as famílias resistiram ao despejo, afirmando que só sairiam mortas!

A influência do PC do B foi grande durante as ocupações de 87, mas foi algo momentâneo. Se for ver hoje, na cidade de São Paulo existem dois vereadores do PC do B e naquela época não tinha nenhum, era só as lideranças do Movimento, mesmo. Por isso, eu acho que o PC do B não perdeu influência, e se existem dois vereadores desse partido hoje na cidade, isso é fruto do trabalho iniciado nas ocupações, né?

Não houve desentendimento entre o PC do B e o PT, o que ocorreu foi um desentendimento entre o PC do B e as lideranças do nosso Movimento! Era uma briga de caciques... Nessa época ainda não eram caciques! Mas, a gente percebia - por exemplo, naquela assembléia em que vieram 20 mil famílias - que algumas pessoas que participavam do Movimento há mais tempo não queriam deixar o PC do B usar da palavra. São brigas políticas de lideranças, porque umas não querem que as outras ocupem seu espaço... Só que o povo não entende nada disso, só as lideranças mesmo, né?

O PT não organizou o Movimento! Nunca ninguém do partido veio organizar o Movimento! As lideranças do Movimento é que se identificaram com o PT e algumas se filiaram, entende? É o pessoal do Movimento que sai para o PT e não alguém do PT que veio para o Movimento! Se você pegar o Movimento em

1988, nós elegemos o vereador Valfredo, que era liderança do Movimento e se tornou vereador do PT. Hoje, nós temos várias lideranças filiadas ao PT e que participam do Movimento, né?

O Movimento é muito complexo e suprapartidário! Não dá pra fechar com um partido político, ou uma região; embora hoje quem nos abre espaço seja a Igreja Católica, nós temos muitas famílias de outras religiões que participam do Movimento.

Inicialmente, o PC do B influenciou as ocupações aqui porque, tradicionalmente, esse partido tem lideranças que controlam e orientam as bases. Eles sempre tiveram esses quadros que levavam um trabalho aqui na região; tinha o Elgito Boaventura, um médico e mais uns dois que eu não lembro o nome agora. Alguns acabaram até saindo do partido, por causa das brigas internas.

Atualmente, o PC do B tem influência aqui na região; a vereadora Ana Maria Martins foi eleita com muitos votos da Ponte Rasa. Teve também o Aldo Rebelo, deputado federal, que teve uma votação muito grande aqui na região. Eles têm um pessoal que faz um bom trabalho na saúde e no transporte, na moradia não chega a ser significativo. Não acredito que, sozinhos, eles conseguiriam levar as coisas, pois esses candidatos foram eleitos em cima da legenda do Partido dos Trabalhadores, né? Mas, de uma certa forma, eles têm trabalho, é um pessoal que tem pessoas sérias e que também contribuem.

Eu acredito que as brigas que ocorrem dentro dos partidos são das lideranças, por medo de perder espaço. Hoje, existe uma proposta do pessoal do PT para a criação de uma Central de Movimentos Populares e sai muita briga,

porque ninguém quer se juntar aos movimentos populares. Tem muita gente que está nos movimentos só para "cavar" espaço político! Não estão interessados em ajudar a resolver os problemas, estão ali só esperando uma oportunidade para ser candidato, para aparecer!

Se todos nós estivéssemos realmente preocupados em resolver os problemas sociais, não precisava haver essas brigas, pois a luta é uma só, tanto faz se é por moradia, saúde ou transporte. Precisava mesmo era união, estar todos juntos! Mas, na verdade, muitos querem apenas aparecer pra mídia, não estão interessados em organizar o povo. Você vê que faltam lideranças, gente pra organizar o povo nos movimentos populares. Só o que não falta é "cacique" pra depois querer "pousar na sopa dos outros", né? Isso freqüentemente acontece, aquelas pessoas que só querem aparecer e na época das eleições fica doido pra subir em palanque e falar bonito! Só que a prática, na verdade, é muito diferente!

Acho que a gente tem sabido conduzir o Movimento sem misturar com partido ou religião, pois, se você juntar, a coisa explode, porque são pensamentos diferentes. O partido defende uma bandeira, a Igreja outra e o Movimento é reivindicatório, ele só avança na medida em que tem vitórias, se não tiver, ele termina se esfarelando.

Embora seja petista, filiado ao partido e tudo mais, dentro do Movimento não levo a bandeira do partido. As pessoas me identificam, no dia-a-dia, com o PT, essa é uma verdade; mas, se eu chegar lá e ficar falando do partido, muita gente vai embora, pois as pessoas estão ali porque querem casa! É preciso saber trabalhar o processo de conscientização das famílias, pois é através da casa que você vai fazendo com que elas enxerguem a realidade.

Não existe hoje, nem existiu nunca no Movimento, a hegemonia de nenhum partido político! Tem famílias do PT, PC do B, PSDB e PMDB, é muito amplo, né? Mesmo porque, nós temos na União dos Movimentos de Moradia um trabalho a nível da Cidade, onde cada região leva seu trabalho da maneira que achar melhor, não dá pra ter uma linha única, ligada a um partido! Nenhum partido tem controle do Movimento de Moradia, o que existe é um número maior de pessoas que pertencem aos partidos mais comprometidos com as lutas populares.

Quando o PT ganhou o governo em São Paulo, para o Movimento foi uma grande expectativa, mas depois frustrou muita gente, porque numa Cidade com um milhão de pessoas sem moradia e muito pouco pra dar, as coisas ficam muito difíceis, né?

A nossa região foi um dos primeiros lugares que a Erundina veio e passou mil lotes para o Movimento. Ela ficou quatro anos e desses mil lotes, nem a metade se tornou realidade, porque é um processo muito lento e a burocracia acaba emperrando as coisas. Mas, avançamos bastante! E o que foi bom no governo da Erundina é que o Movimento não se atrelou ao partido, nem à administração. Ele se estruturou, mas manteve sua autonomia! Na hora de "dar pau"... Fizemos várias caravanas à Secretaria da Habitação, à COHAB. O Movimento é plural e manteve independência... Isso ajudou muito a avançarmos! A questão da autogestão permitiu estruturarmos o Movimento, pois tivemos como liberar algumas pessoas das associações e isso ajudou a fortalecer o Movimento.

Outra coisa que também nos ajudou muito foram umas visitas que fizemos ao Uruguai e Argentina, pra tentar trazer a experiência de mutirão por

autogestão e uma proposta de propriedade coletiva. Aqui no Brasil existe muita especulação imobiliária, não só dos grandes proprietários, mas também das próprias pessoas que precisam de uma casa. Então, a gente tinha uma proposta pra implantar a propriedade coletiva, a casa pra morar, não poderia vender nem alugar! Quem saísse, passaria a casa pra Associação e ela passaria a outro associado. Embora tivesse muita gente a favor, não deu certo, pois era preciso aprovar uma lei pra poder fazer isso! Essas viagens ao Uruguai, para visitar algumas cooperativas de moradia, contribuíram muito para nossa organização, pois muita coisa nós copiamos de lá.

Nós ficamos sabendo dessa experiência do Uruguai, pois quando a Erundina era prefeita, tinha um arquiteto uruguaio chamado Leonardo e através do contato com ele, fizemos várias caravanas para lá e ficamos conhecendo uma entidade de nome Fucvam que é uma espécie de Central de Cooperativas de Moradia.

No Uruguai existe uma coisa muito boa, que é a participação do sindicato não só nas questões salariais, ele se preocupa também com a saúde, moradia e vários outros direitos da população sindicalizada. Lá, o sindicato é realmente comprometido com as lutas populares! Nós passamos o 1º de Maio em Montevideu e, nesse dia, nem o transporte coletivo funciona, o povo vai de caminhão, de bicicleta ou a pé para a praça, se manifestar!

Aqui no Brasil, embora a gente tenha a CUT que é dos trabalhadores, o pessoal não está muito preocupado com isso e vive só brigando por causa da estrutura. O sindicato aqui tem uma visão muito corporativista e cada um só pensa em defender o seu salário!

Lá no Uruguai existe uma lei nacional que determina que uma certa quantia do orçamento seja destinada para as cooperativas habitacionais, que eles chamam "vivendas", né?

Aqui no Brasil, nós tentamos fazer a lei chamada Fundo Nacional de Moradia, mas não conseguimos. A gente propôs que alguns recursos, com uma porcentagem do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, fossem destinadas a esse Fundo, só que não conseguimos aprovar o projeto. Levamos um milhão de assinaturas para Brasília, mas o projeto está em tramitação no Congresso até hoje!

Quando o PT virou governo em São Paulo, existiram alguns Fóruns de discussão sobre a questão da moradia e o Movimento fez algumas propostas que, na realidade, quase não foram acatadas, né? A gente propôs que a COHAB gerisse os recursos destinados à habitação, porque, sendo uma companhia, tinha condições de andar mais rápido. O que emperrou na gestão Erundina foi a HABI, que é um órgão da administração direta, ficou encarregada de cuidar e um monte de coisa não andou. Se tivesse sido uma companhia, o negócio teria sido mais rápido. Então, algumas propostas do Movimento só foram ouvidas no final do governo, quando não tinha mais jeito!

A discussão de mutirão com autogestão foi iniciada pelo arquiteto Leonardo, aquele uruguaio e tinha outro arquiteto, chamado Nabil, que era o superintendente de Habitação que implantou, né? Esse Nabil é um cara muito bom! Existe um vídeo de 1987, chamado **Há Lugar**, em que ele confronta idéias com o Secretário da Habitação, Adriano Murgel Branco, afirmando que a

população organizada tem condições de produzir habitação em grande escala. E em 1989, o Nabil realmente prova isso, pois o povo organizado é capaz de produzir habitação em grande escala!

Eu acho que o PT correspondeu em boa parte às expectativas do Movimento, embora muitas coisas tenham emperrado em função de questões burocráticas e de alguns técnicos, né? As decisões políticas foram muito boas, mas, em algumas Secretarias, as coisas não avançaram, pois vários técnicos faziam boicote. Não basta ter um projeto de governo, é preciso ter também um corpo técnico comprometido em executar esse projeto! Ter uma boa proposta e técnicos boicotando, nada é viabilizado. E isso aconteceu muito no governo Luiza Erundina.

Vários técnicos eram comprometidos com empreiteiras, acostumados ao esquema delas e quando surgiu a proposta de mutirão com autogestão, sem caixinha pra ninguém, os caras ficaram torcendo para que não desse certo e voltasse ao esquema de empreiteiras.

Acho que o Movimento não tem um projeto para uma nova sociedade, porque isso só será possível no dia em que houver reforma agrária no país! Porque se você observar, a grande maioria do povo que está no Movimento hoje é migrante, famílias que vieram do interior pra se amontoar na cidade. E, quando você consegue mil casas na cidade pra mil famílias, já existem duas mil que vieram pra cá sem ter casa. Então, na verdade, você não resolve nunca o problema!

Agora, se houvesse reforma agrária, sobraria mais terra na cidade e seria possível fazer reforma urbana, criando assim condições para as pessoas viverem melhor.

A Igreja Católica foi quem, na verdade, iniciou o Movimento. Existia aqui um Grupo de Direitos Humanos, formado por seis pessoas, que discutiam direitos sociais, e existiam muitos despejos na região. Eles começaram a discutir e a primeira reunião parece que contou com 60 pessoas que não tinham casa e resolveram participar. Aqui na nossa Região, o Movimento é fruto da própria Igreja. Na época tínhamos aqui Dom Angélico Sândalo Bernardino como bispo, e o Movimento pôde avançar bastante.

Agora, existem regiões onde o Movimento de Moradia não está ligado à Igreja. Em algumas, ele é mais ligado ao partido, em outras ele não é ligado nem à Igreja nem ao partido, são pessoas que por conta própria resolveram levar o Movimento.

Mas, aqui na Leste II, nosso Movimento é ligado à Igreja! Hoje nós temos mais de 50 grupos ligados às Comunidades Eclesiais de Base.

A CEP – Central de Entidades Populares – foi criada a partir de uma necessidade, pois, quando a Luiza ganhou o governo e nós conseguimos mil lotes, o Funaps Comunitário, que repassa recursos para os projetos de mutirão por autogestão, só atende 200 famílias de cada vez. Como nós tínhamos 2.071 famílias, tivemos que criar 12 associações. Como eram todas de um só

Movimento, nós criamos uma "entidade mãe" e as associações se filiaram a ela. Essa entidade responde por todo o Movimento! Fazemos reuniões mensais para discutir os problemas das associações.

Agora, as associações poderiam ter sido criadas sem que tivéssemos a CEP! Nesse caso, cada associação levaria o seu trabalho, mas iríamos ter que dividir um grupo, que era unido, em vários, né? Então, resolvemos arrumar algo que "amarrasse", pelos menos para termos um vínculo! Então, surgiu a CEP, que foi fundada em novembro de 1989, e hoje temos 13 associações filiadas a ela, com 2.071 famílias construindo suas casas, em convênio com o Município. Temos também, pela própria CEP, 672 unidades, em convênio com o governo do Estado. Para o Movimento foi uma grande vitória ter conseguido isso com Fleury! Conseguimos 672 apartamentos, que estão sendo construídos por mutirão, em prédios de quatro andares!

O Movimento avançou mais na gestão da Luiza Erundina, pois tivemos os mutirões com autogestão, as pessoas participaram nas discussões dos projetos... Puderam opinar como queriam as casas, na questão de qualidade. Não foi empurrado de cima para baixo!

Aqui na região existem outros movimentos por moradia. Tem o Terra de Deus, Terra de Todos, que foi um "racha" da Igreja... Um padre que era da Igreja Católica foi para a Brasileira e fundou o Movimento. Tem também o Consabes, que é um pessoal ligado ao PC do B, e o MURF, que é de urbanização de favelas... E o Vila Mara. Esses são os mais significativos, agora, o nosso é, sem dúvida, o que tem mais força, né?

Bom, acho que coloquei tudo sobre a história do Movimento, espero que você vá bem no seu trabalho e fique com a gente.

EDIVALDO NERES DIAS

"Nem sempre interessa aos proprietários a negociação com gente pobre, pois as áreas deles são sempre para especulação! Eles pedem um preço absurdo!"

Meu nome é Edivaldo, tenho 51 anos, sou baiano de Vitória da Conquista. Saí de lá em 1959 e voltei duas vezes para passear, em 1960 e 1975. Depois disso, não voltei mais. Estou aqui, na batalha!

Eu vim para São Paulo como todo mundo, né? Alguns vêm por ilusão, mais para conhecer, ver São Paulo, que é tão falado no Brasil e, antigamente, mais ainda. Eu vim em busca de sobrevivência, mesmo! Sou de uma família pobre, alguns do campo, outros da cidade, mas aquela vida de pobre. Tanto que, para eu estudar, foi muito difícil, o pouco que aprendi foi aqui mesmo, pois vim de lá praticamente analfabeto. Aqui, através da luta e do esforço, a gente vai aprendendo algumas coisas, guardando aquelas que são melhores e botando em prática!

Cheguei aqui com 16 anos e vim morar em São Miguel Paulista, porque tinha um irmão que morava aqui e trabalhava na Nitroquímica. Então, eu vim para trabalhar. Fiquei um ano, era um centro bem nordestino e as pessoas, quando chegam, estão cheias de ilusão, mas depois bate uma saudade! E assim

que a gente pega um dinheirinho, quer voltar. Fiquei um ano certinho, retornei lá, fiquei um mês com meus pais e aí voltei em 1960 e estou até hoje. Meu primeiro emprego em São Paulo foi na Nitroquímica, trabalhei lá um ano.

Meus pais, hoje, são falecidos. Tenho três irmãos, um no Rio e dois na Bahia. Sou casado, vivi com minha esposa 18 anos. Tenho dois filhos, um com 19 anos e outro com 13. Há três anos me separei, por questões... Não porque minha esposa fosse ruim, pelo contrário! É que tudo acaba uma hora, né? Vivo agora com uma outra companheira, crio um garotinho que está com seis anos e é como se fosse meu filho. Graças a Deus, as famílias vão bem! Meus filhos estudam e procuro dar a eles tudo o que é possível. Pelo menos até que eles se formem, vou lutar para continuar fazendo aquilo que tenho feito até hoje.

Não tenho nenhum lazer. Meu lazer é o trabalho que faço! Apesar da responsabilidade considero lazer, pois gosto desse trabalho. Para trabalhar com questões sociais, com as pessoas, é preciso gostar, senão, fica impossível ser coordenador. Faz cinco anos que não tiro uma semana para descansar, a não ser uma horinha ou outra. Mas férias, mesmo, já faz tempo que não tenho. Minha vida é o Movimento, a CEP, os Projetos e o Povo! Estou contente!

Ajudei a fundar o Movimento. Eu fazia parte do grupo de rua, lá no Jardim dos Ipês, quando as discussões sobre o Movimento começaram. O catolicismo sempre encontrou dificuldades para levar as pessoas a participarem na vila, no bairro; aí, nasceram os Grupos de Rua. Cada rua deveria formar um grupo para discutir problemas da Igreja e da religião, procurando incentivar as pessoas a participar da Igreja e da vida social.

Em São Paulo já existia, na Zona Norte, um movimento chamado Filhos da Terra, que foi o primeiro que nós conhecemos. Existiam outros, mas eram menores e esse foi o que mais se destacou. Tanto que iniciamos aqui, em 1984, como Filhos da Terra.

A primeira reunião da Equipe Regional dos Direitos Humanos foi no dia quatro de maio de 1984, quando sentamos para discutir a criação do Movimento. E no dia oito já tivemos a primeira reunião, por isso, o Movimento aniversaria nessa data. Foi em oito de maio de 1984 que iniciamos aqui na Região, a partir da Equipe Regional dos Direitos Humanos. Essa equipe era ligada à Igreja, e o coordenador era o padre Nildo, que morreu. Tinha também a Marta, o Bruno, o padre Chico Falconi, o Valfredo e outros companheiros. Decidimos botar em prática e levar a discussão para os setores e comunidades.

Eu fazia parte de uma comunidade, a Silva Teles, no Itaim Paulista. E quem coordenava o Setor Itaim era o padre Nildo, que morava lá mesmo. Ele também coordenava a Equipe de Direitos Humanos. Por isso, hoje eu digo que fui o primeiro coordenador do Movimento, porque ali começaram os primeiros grupos!

Começamos a reunir as primeiras famílias – o padre Nildo começou com a gente –, discutimos o assunto e depois passamos a cadastrar o pessoal. Eu também fui um dos cadastrados, pois pagava aluguel. Começou ali e se espalhou para os outros setores. Primeiro foi o Itaim, depois Ermelino Matarazzo, Itaquera e hoje existe nos dez setores da Leste II.

Durante os primeiros meses foi muito difícil conscientizar o pessoal, pois, naquele tempo, havia um pavor terrível de iniciar qualquer luta pela reivindicação dos direitos. Essa coisa de falar com Prefeito ou qualquer autoridade parecia "bicho de sete cabeças"! Mas, fomos bem sucedidos e entre maio e dezembro, já tínhamos 6.000 famílias cadastradas!

Quando realizamos a primeira assembléia do Movimento, aqui em São Miguel, na época do Dom Angélico, já compareceram o Prefeito Mário Covas e a Marta Godinho, que era secretária do Bem-Estar Social. Foi no dia 11 de novembro de 1984, e como já estávamos discutindo algumas reivindicações, nessa assembléia obtivemos as primeiras vitórias do Movimento. Conseguimos 377 unidades, no Jardim Gianeti, Curuçá I, Jardim Célia, que foram construídas por autoconstrução. A Prefeitura financiou a terra e o material, e as famílias construíram individualmente.

Nessa época, o Montoro era governador, e até aí, nós não tínhamos negociação com o governo do Estado. A partir dessa assembléia, iniciamos alguns contatos para depois conseguirmos com o Montoro os primeiros cadastros, lá em Águia de Haia, A. E. Carvalho, Encosta Norte e Fazenda Itaim, para 4.500 famílias. Só que, quando o Quércia entrou, deu a maior rasteira na gente!

Quando o Montoro era governador, esteve aqui em São Miguel numa assembléia, em 20 de abril de 1986, onde participaram 20.000 famílias. Esteve também o Adriano Branco, que era secretário da Habitação, na época. Discutimos as reivindicações e o Montoro mandou cadastrar 4.500 famílias do

Movimento para os projetos de Águia de Haia, A. E. Carvalho, Encosta Norte e Fazenda Itaim. Cadastrou o pessoal, todos receberam convocatória e ficamos aguardando.

Quando o Quércia entrou, além de mudar o sistema do projeto, não cumpriu o acordo que tínhamos com o Montoro! E na verdade, dessas 4.500 unidades, ficamos apenas com 866. Do restante das famílias cadastradas, algumas entraram em outros projetos nossos com a Prefeitura, e outras ainda estão por aí, com a convocatória na mão!

Na verdade, o Quércia não queria destinar nem essas unidades para o Movimento. Só conseguimos isso depois de muita luta! Chegamos até a ocupar as casas em Águia de Haia e A. E. Carvalho, mas a polícia veio e tirou todo mundo. Ficamos mesmo só com 866 unidades, quando deveríamos ter tido 4.500! O que ele queria mesmo era fazer "politicagem" e colocar nas casas quem bem entendesse.

Continuamos a luta com a Prefeitura e com o governo do Estado. No tempo do Mário Covas tínhamos conseguido 377 unidades, que as famílias construíram individualmente, né? O sistema de distribuição do material é péssimo, pois a Prefeitura vai fornecendo aos poucos e acaba dando um "rolo" danado, porque um pega o material do outro, há atrasos nas entregas. A qualidade da casa é inferior. A única vantagem é que foi feito em 60 meses. Seria de 19 a 60 meses, de acordo com a renda familiar.

Já saiu com escritura, pois as áreas eram loteadas e, quando compraram os lotes, já fizeram no nome de cada família. Por isso, foi o único

projeto nosso que já saiu com a escritura. Por essa razão, a maioria já vendeu! Hoje são poucas as famílias que estão morando, por causa da documentação, né? Muitos venderam exatamente porque tinham a escritura. Alguns pegaram o lote e até hoje não construíram. Acabou dando uma série de problemas nessas áreas, por isso, decidimos mudar a reivindicação do Movimento de autoconstrução, para mutirão com autogestão.

Hoje, temos outra determinação. A Associação é uma entidade que tem uma certa força e isso facilita a organização. Antigamente, as coisas eram muito soltas. Atualmente, são criadas as associações, entidades jurídicas com força para impor regulamentos e critérios.

Quando discutimos o tripartite, era exatamente para evitar que a pessoa conquistasse a casa e depois jogasse fora, levando a família pra debaixo da ponte novamente, né? A gente vem lutando por isso, mas é muito difícil, pois, do ponto de vista jurídico, quando você paga o que é seu, a lei garante que faça dele aquilo que bem entender. Nós estávamos discutindo isso, pois a casa é para a família, foi fruto de muita luta e deveria passar de pai para filho. Só que não foi aprovado, pois teria que ser feito o tripartite entre a Associação, o mutuário e o agente financeiro. Ficou só na discussão, não foi fechado, pois nem os contratos das unidades habitacionais foi elaborado, né? Existem famílias morando nas casas há dois anos, não pagou nada até agora e essa discussão está aí, sem ser resolvida.

Todas as áreas dos mutirões pertencem à Prefeitura. Só depois de construído é que vai haver o desmembramento, para que cada um tenha o seu documento. Como são áreas globais, era fácil fazer o tripartite, pois elas

continuariam sendo públicas, você teria sua casa, só que não poderia vender e nem alugar. Defendemos isso porque a consciência do povo ainda está muito aquém daquilo que o Brasil precisa.

Essa seria a única maneira de saber que, colocando uma família na casa, estaria realmente resolvido seu problema de moradia. Assim, seria possível ir resolvendo o déficit habitacional, pois temos hoje 12 milhões de brasileiros pagando aluguel e, se conseguirmos colocar 200 famílias, já são 200 a menos, né? Iria eliminando a falta de moradia, pois sabia que aquelas jamais venderiam a casa. No entanto, acaba virando um comércio, e se hoje faltam 12 milhões, mesmo atendendo um número razoável de famílias, amanhã existirá mais de 12 milhões de déficit. Por isso, defendemos o tripartite! Senão, hoje você luta e atende uma família, quando for amanhã, ela volta com os filhos pra debaixo da ponte!

A maioria dos participantes do Movimento é mulher. Eu acho que é porque o homem, como trabalha fora, não consegue dispor do tempo da mesma forma que a mulher. Não estou querendo dizer, com isso, que a mulher trabalha menos que o homem! Pelo contrário, acho que ela até trabalha mais, pois, o trabalho de casa não acaba nunca, né? Só que a mulher não precisa cumprir as oito horas de trabalho para o patrão, então, é possível dispor do tempo dela com mais liberdade. Por outro lado, as mulheres têm mais garra... incentivam mais a luta! E o homem é mais acomodado. Quando sai do serviço, prefere ir ao bar beber cachaça ou jogar baralho, ao invés de ingressar numa luta dessa, onde se desenvolve mais e ainda ajuda muita gente. A consciência do homem nas lutas sociais ainda está bem abaixo da mulher!

Quem trabalha fora não pode dispor do tempo do jeito que quiser, né? E uma das dificuldades enfrentadas pelos nossos coordenadores é exatamente essa! O coordenador não ganha nada para trabalhar e todo passo que dá tem que pagar condução, muitas vezes um lanche, pois não vai sair com a marmitta a tiracolo, e isso dificulta muito a coisa, né? Dai a dificuldade de coordenadores, tanto homem, como mulher! Essa dificuldade é maior para os homens, pois ficam com medo de perder o emprego numa situação difícil dessa. Antes, era um pouco mais fácil, porque não havia esse desemprego... Agora, tem esse pavor de dar qualquer mancada e a firma mandar embora, né?

As mulheres encontram uma dificuldade grande para participar, que é a falta de consciência do marido... Alguns entendem e até incentivam, mas a maioria é um "pau pra virar" dentro de casa! Muitas enfrentam na marra! A maioria das mulheres têm problemas... Tanto que, atualmente, quem mais permanece na luta são mulheres sozinhas! Às vezes são viúvas, solteiras e sem marido...

Poucas têm companheiro que participa com elas, a maioria proíbe elas de participar. Muitas companheiras se afastam exatamente por isso!... Se continuar no Movimento, o casamento acaba! Essas coisas são complicadas... É bem difícil!

Eu acho que, se o homem não participa, poderia pelo menos incentivar, né? Mas, o melhor seria ir junto com sua esposa, pra ver como é um trabalho importante e de muito respeito. Alguns pensam que a mulher vem pra namorar, pra "caçar" homem, ou que é uma baderna. Nas minhas reuniões eu

cobro muito isso dos homens, que eles venham junto com as mulheres participar com a gente, pra ver que é uma coisa séria, bonita e além disso, desenvolve muito a pessoa!

Participando do Movimento as pessoas aprendem muito; só o fato de descobrir coisas que nem sabiam, já ajuda bastante a desenvolver, né? As pessoas, hoje, são muito primárias na questão política e isso é ruim, pois todos os problemas estão ligados à política. E a partir do momento que começam a freqüentar o Movimento, as reuniões, vão descobrindo as coisas realmente importantes para a vida delas e de toda a sociedade.

Se o Movimento tivesse recursos deveria dar cursos de formação política, principalmente para os coordenadores; assim, num tempo mais curto, eles poderiam se desenvolver muito mais e ajudar a sociedade. Mas existem dificuldades para o Movimento bancar isso e, às vezes, também para as pessoas participarem. Acho que o mais difícil é bancar o custo dessa formação! Se isso fosse possível, a pessoa aprenderia formação política, que é importante para entender tudo... Não de uma vez! Hoje sobre a importância do Movimento... Falar também da questão dos trabalhadores, para que eles tenham consciência do seu papel. Deveria ser por estágios, pois não adianta pegar as coisas e botar de uma vez na cabeça da pessoa!

Não sei se você lembra que nós fizemos um curso durante seis meses... Foi muito bom e todo mundo gostou! Se nós tivéssemos recursos, esses cursos hoje seriam importantíssimos para as lideranças. Mas mesmo assim, sem formação, eu noto hoje que a maioria dos companheiros que conheci nesses dez anos de caminhada, estão com outra cabeça! São outras pessoas... com mais

conhecimento. E essa coisa também ajuda na vida da gente, com os familiares. Alguns passam a ver como é realmente a vida e mudam até o estilo dentro da casa. Conheço alguns que brigavam com a mulher, outros que bebiam e deixaram de fazer isso. O Movimento, às vezes, traz atritos pra família, mas também ajuda, pois as pessoas abrem a cabeça!

Além disso, a pessoa passa a enfrentar a realidade, sem medo. Ela perde o medo de reivindicar, pois passa a conhecer de fato seus direitos... que a maioria hoje não conhece! E, conhecendo, tem condições de cobrar ou procurar meios para chegar aos seus direitos, né? Então, eu acho que todos os movimentos – habitação, saúde, educação – contribuem bastante na conscientização dos trabalhadores. Não é suficiente, pois precisamos avançar muito ainda, mas houve contribuição para a vida das pessoas que participam!

Outra coisa boa é que essa luta, hoje, não acontece só nos centros urbanos! Na zona rural ela é mais forte que na cidade. Ela partiu dos centros urbanos e hoje há uma ligação entre as lutas urbanas e rurais. Atualmente, a gente encontra grupos organizados pra levar esse trabalho de conscientização em todos os cantos do País. Eu acredito que se fizer uma pesquisa hoje, facilmente se comprovará que aumentou bastante o nível de conscientização do povo brasileiro, principalmente da classe trabalhadora! Por isso, acho importante a gente procurar investir nisso, pra elevar cada vez mais o nível de consciência, resgatando um pouco a cultura do País. A própria cidadania, o respeito em si... Devido ao atraso e o pouco conhecimento das pessoas, essas coisas andam esquecidas, né? E os movimentos populares têm contribuído muito para ajudar as pessoas nesse sentido. Por isso, precisamos avançar, não podemos parar!

Eu acho que a grande maioria das lutas hoje existentes surgiram graças à Igreja. Porque você sabe que na vida religiosa é muito mais fácil começar a conscientizar o cidadão, do que fora dela. Vou falar da Igreja Católica porque sou católico e foi ela que se colocou na defesa do pobre, do trabalhador e da cidadania desse País. Houve muita dificuldade, no começo não foi fácil... Dizer que a Igreja abriu as portas, assim de início... Não, precisou muita discussão, até que alguns padres e bispos começaram a enxergar que ela precisava comprar essa briga!

Agora, graças a Deus, cada ano que passa a Igreja vem se empenhando mais na defesa e no apoio de povo necessitado. Hoje nós, aqui na Zona Leste, temos que agradecer, pois todos os espaços que usamos são da Igreja... Para nós já é uma contribuição enorme!

Aqui também tivemos um bispo que até hoje sentimos muita saudade. Ele nos ensinou e incentivou muito... o Dom Angélico!

Tinha alguns padres que fechavam as portas da comunidade... Como até hoje ainda existe, né? Mesmo assim, devemos agradecer à Igreja. E eu gostaria que ela continuasse se colocando, como fez esse ano em que o tema da Campanha da Fraternidade foi Moradia. É importante que a Igreja escolha temas como saúde, educação, habitação, para a Campanha da Fraternidade, pois são coisas que a população pobre precisa muito.

A Igreja para nós aqui tem sido muito importante, principalmente porque Dom Angélico nos incentivou muito... Tanto nas coisas que ensinou, quanto na abertura de espaços. E muito mais que abrir espaços, pois ele estava

sempre na nossa frente! Então isso nos deu muito incentivo e coragem de lutar. Um líder da Igreja, como ele, dá uma força enorme ao povo!

Na verdade, eu já tinha presenciado algumas ocupações aqui na Leste II antes do Movimento começar. Só que, naquela época, aquilo pra mim não representava nada, pois a gente não entendia. Eu via aquelas ocupações, não eram em massa, mas já existiam. Tinha favela... Mas as ocupações daquela época dificilmente ocorriam em áreas particulares, pois o povo tinha um medo grande. A não ser quando um terreno estava há muitos anos sem que aparecesse ninguém pra procurar por ele... Nesse caso, as pessoas ocupavam, mas qualquer coisinha o povo já abandonava, morrendo de medo, sem ao menos procurar saber se a área era pública ou privada. Eram ocupações que ocorriam de forma desorganizada, ninguém sabia que caminhos seguir pra garantir.

A partir do Movimento, a gente foi discutindo, procurando obter conhecimentos e quando resolvíamos ocupar uma área, já era com convicção que iríamos garantir! Porque também não dá pra você simplesmente pegar o povo e jogar dentro numa área de forma desorganizada e amanhã ou depois ele estar na rua, muitas vezes de forma violenta, né?

No começo era uma coisa muito complicada, depois começamos a obter conhecimento e formas de descobrir se a área era pública ou privada e quais soluções poderíamos arranjar.

Para ocupar uma área privada, é preciso certeza que é possível negociar. A negociação sendo possível, é preciso ter nos órgãos públicos um governo que esteja do lado do povo, pois no momento em que se reivindica,

mesmo que ele não possa resolver de imediato, ele pode segurar... Pode segurar, por exemplo, uma liminar no Fórum e partir para a negociação. A negociação parte de três pontos: o Movimento, o proprietário da área e o órgão público disposto a financiar. Porque para o Movimento negociar direto com o proprietário, é complicado... Então o correto mesmo é segurar a área, sabendo já quem é o proprietário, conversar com ele e reivindicar do órgão público a desapropriação amigável, pois é necessário entrar primeiro o decreto de interesse social, e depois a desapropriação, assim a coisa se resolve rápido.

O órgão público pode também segurar a briga na Justiça, assim não tem perigo do povo ser despejado, pois no momento em que o órgão público entra em ação, a briga já não é mais com o povo, é na Justiça. E a briga na Justiça é entre o órgão público e o proprietário.

Por isso é muito importante quando tem um governo do lado do povo! Chegar e sentir a necessidade, que o povo está naquela área organizado porque precisa de casa... E disposto a desenvolver um projeto, não uma favela!

Antigamente acontecia desmantelado, o povo ia ficando até que o proprietário pedia a reintegração de posse e quando vinha a liminar despejava as famílias. Não havia o órgão público no meio, né?

Se tem condições do pessoal que já está numa área negociar direto com o proprietário, ótimo! Mas, é preciso o proprietário querer e nem sempre ele quer, por isso é importante a figura do órgão público. Nem sempre interessa aos proprietários a negociação com gente pobre, pois as áreas deles são sempre pra especulação! Eles pedem um preço absurdo!

O Movimento fez várias ocupações... De cabeça, todas é difícil eu lembrar, mas posso lembrar de algumas muito importantes! Por exemplo, aqui na Jacuí I e II, que eram áreas particulares, só uma pequena parte pertencia à Prefeitura que o pessoal ocupou e passados cinco anos, o proprietário entrou na Justiça para despejar as famílias. Chegou até vir a tropa de choque para derrubar as casas... Como nessa época era gestão do PT, recorremos depressa à Luiza Erundina e aos advogados e eles seguraram a liminar na Justiça. Reivindicamos que a Prefeita comprasse a área, fomos atendidos e o pessoal está lá até hoje!

Tivemos também o Bandeirantes, uma área que pertencia a nove grileiros, ondem moram atualmente mais de mil famílias. Uma imobiliária chamada Goiaterra vendia os lotes, anunciando inclusive em jornais... Mas, a gente "peitou" essa área! Nós entramos nela no dia 4 de março de 1989, às 11 horas da noite, com um grupo de 250 famílias. Houve muita "batalha", pois tinha os jagunços dos grileiros, né? Nós "cortamos" a área toda em lotes de cem metros e o pessoal já começou a construir casinhas de alvenaria. A gente evitou os barracos!

Depois de quase um ano, atendendo reivindicação do Movimento a Prefeita decretou a área como sendo de interesse social, resgatando-a assim das mãos dos grileiros, que não eram donos e hoje as famílias estão lá sossegadas.

Chamamos inicialmente de Bandeirantes porque fica próximo ao Jardim Bandeirantes, mas acabamos mudando o nome para Nossa Senhora Aparecida, pois, na segunda noite que estávamos acampados na área, subiu um balão com um desenho de Nossa Senhora Aparecida, muito bonito!... Aí, a gente resolveu trocar o nome, só que não sei se já foi oficializado.

Nessa área foi uma luta danada, pois o Movimento sabia que ali havia uma briga entre nove grileiros, mas que nenhum era dono... E essa Goiaterra vendendo os lotes sem ser dona também. Aí, a gente resolveu ocupar e foi uma conquista enorme, porque a pressão foi muito grande! Você mexer com grileiro, não é fácil, e tinha logo nove! Era jagunço pra todo lado... Mas a gente fez uma vigia direto na área, né?

Já "cortamos", todo mundo foi ocupando e todas as noites uns cinquenta homens vigiavam a área. Eu mesmo fiquei lá dentro direto, um ano sem arredar o pé! Foi uma conquista importante... Em termos de ocupação, foi a maior do Movimento.

A maioria das áreas que o Movimento ocupou foram garantidas. Agora, teve algumas que o movimento apoiou depois que alguns grupos de famílias já tinham ocupado, ele entrou só para dar apoio e tentar negociar junto ao órgão público.

Mas houve áreas que o Movimento sentou, discutiu e organizou para fazer a ocupação. E teve outras que o povo ocupou devido à necessidade, e aí o Movimento entrou apenas com o apoio para garantir o assentamento das famílias.

Eu acho que o Movimento, antes da administração do PT, era assim... As portas estavam fechadas e nós conseguimos abrir através de manifestações, pressão... Foi muito difícil, isso tanto com o Estado, quanto com a Prefeitura, né? Apesar da gente ter conquistado com o Mário Covas, no início, algumas unidades, depois, naquele mesmo ano, nós ainda conquistamos mais 637 unidades. Isso você vê, nós conquistamos primeiro, em 1984, as 377...

Assinamos o contrato no dia 27 de fevereiro de 1985. Depois a coisa parou, porque o dinheiro vinha do Funaps através da Secretaria da Família e Bem-Estar Social, e a secretária, que era a Marta Terezinha Godinho, dizia que não tinha mais recursos para atender ninguém. Foi uma luta "ferrada"! Mas nós conseguimos, no finalzinho do governo, conquistar mais esses 637 lotes, lá no Parque Santa Rita, Curuçá II e Padre Nildo, onde atualmente o povo está morando. Só que, para conseguirmos isso... Quando ele fechou porque não ia mais atender pelo Funaps, nós ocupamos a Regional de São Miguel com 4.000 famílias. Enquanto as famílias ocuparam aqui, ficou um grupo lá no Ibirapuera, negociando com o Covas e outro grupo lá na Casa do Ator. Foi uma conquista grande, mas com muita luta!

Depois, no tempo do Jânio Quadros, nenhuma casa, nenhum lote! Apenas terminou o que já estava em andamento... Mas conquista não houve nenhuma. Fizemos várias manifestações, a primeira foi no Ibirapuera e fomos recebidos com jato d'água e areia, aquelas coisas que você já sabe, né? Aí o Movimento, naquela época, ficou meio amedrontado... Fizemos um pouco de pressão e largamos o Jânio de lado, apesar da gente saber a figura que era... difícil de ceder. Acho que o Movimento naquela época deveria ter enfrentado como a gente faz hoje, né? Então, pra nós, o pior desastre foi a gestão do Jânio Quadros! A do Covas não foi muito boa, mas ainda tivemos vitórias... Na do Jânio Quadros, nada!

Aí tivemos a felicidade do PT ganhar as eleições e as portas se abriram! As reuniões para discutirmos as coisas foram marcadas sem muito problema... Logo que a Luiza foi eleita, estive aqui em São Miguel e destinou

1.000 lotes urbanizados para o Movimento, depois teve mais 1.260, lá no Barro Branco.

Começamos então a discutir as áreas, os projetos e o cadastramento das famílias. Foi assim, como se você tivesse as portas fechadas e de repente elas se abrissem! Não foram apenas as conquistas... Nem sempre é possível atender tudo o que o povo precisa, pois a demanda é muito grande.

Teve muita dificuldade porque não havia verba na época, pois para o PT não tinha verbas federais. As portas para o PT também eram fechadas e tudo teve que ser feito com recursos do Município. Mesmo assim, muita coisa foi iniciada, e as portas não se abriram apenas para o setor habitacional. Houve muita conquista... As cozinhas comunitárias, o MOVA, os convênios jurídicos e assim por diante... Tudo na gestão do PT, né?

Se o PT tivesse ganhado agora, essa coisa ia continuar ampliando mais! Como aconteceu o contrário, tudo foi cancelado. Então pra nós, o PT ganhar... Nossa Senhora!... Não é o PT que ganha, o povo é quem ganha! Como agora, o povo perdeu! E eu digo o povo de São Paulo em geral, pois a gente não só coloca o pobre, é o funcionalismo todo, o médio...

A Luiza cumpriu o que manda a lei dos 48% do orçamento para o funcionalismo... Isso nenhum outro prefeito cumpriu! Então a gestão do PT... Se o povo tivesse um pouco mais de consciência, é um partido que a gente tinha que deixar aí na administração por vários mandatos. Era a única maneira de consertar as coisas!

O PMDB já está no governo há 12 anos! Três mandatos! Acho que um partido que fica três mandatos no poder, não pode dizer que não dá pra fazer as coisas.

As dificuldades maiores ocorrem no primeiro mandato... Como o PT passou. Ele passou muitas dificuldades para atender o povo. Tanto para enfrentar os protestos da classe dominante, quanto a falta de recursos do governo federal e de fora. Hoje esses financiamentos já se abriram! Eu acredito que, se o PT tivesse contado com esses recursos, teria feito muito mais, né? Mesmo assim, foi importantíssimo! E eu não falo isso como petista, falo como um representante do povo aqui na Zona Leste, no setor da habitação, que pra nós foi muito importante!

Houve coisas que eu sei... Acho que nós deveríamos, mesmo sendo o PT, ter brigado mais! Se tivéssemos insistido mais em algumas coisas, teríamos avançado mais! Só que não tivemos dificuldades para discutir as coisas, encontramos sempre as portas abertas e cada vez que fizemos manifestações, a própria Prefeita comparecia para conversar com o povo. Então, isso é democracia! Um governo que é eleito pelo povo tem que fazer isso! Ele não pode fechar as portas para esse povo e nem jogar ovo lá de cima, como o Maluf faz.

Para fazer as coisas vai depender de recursos. Atender realmente, a gente sabe que não atende cem por cento. Agora, não pode deixar de receber o povo e discutir com ele!

O fator religião tem uma grande importância para o Movimento, porque eu acho que não basta só você ter fé. Nós sabemos que o importante é Deus, o Criador! Isso é uma fé minha... Agora para eu desenvolver o trabalho com

outros companheiros – o relacionamento – a parte religiosa é fundamental! Por isso, nós temos Fé e Política como tema das reuniões! Essas são duas coisas muito importantes para o Movimento. A primeira, que é a fé, nos prepara para qualquer trabalho, principalmente esse que é tão difícil e depende muito do preparo espiritual, para entender que um coordenador pode ser xingado e não pode revidar, que é preciso muita paciência com as famílias cadastradas. A segunda é se preparar, adquirindo conhecimentos, aprendendo a se comunicar com os outros para poder dirigir as reuniões, discutir com as famílias e passar para elas as coisas de forma que elas possam entender. Então, eu acho que tudo se baseia nesses dois pontos, pois se você não tiver conhecimento político, fica difícil coordenar reuniões e falar com o povo e para entender isso é preciso ter preparo espiritual. Para mim, o primeiro passo é a preparação espiritual, através dela é possível chegarmos a todo restante... Ser humano, solidário e educado.

Se a Igreja tirasse o apoio do Movimento, talvez ele sofresse uma balançada, pois ainda não temos espaço para reunir o pessoal, para preparar as reuniões. Se a Igreja nos expulsar, não temos para onde ir! Nós temos os projetos, mas quando eles terminarem, vai depender da administração do conjunto de ceder ou não o espaço, né? É quase certo que eles vão ceder, pois em cada um a gente procura criar um espaço para esse trabalho. Mas mesmo assim, acho que esses espaços não são suficientes pra gente ampliar o trabalho... Crescer, ampliar os núcleos! E os espaços da Igreja são o trabalho... Crescer, ampliar os núcleos! E os espaços da Igreja são muitos, só nós aqui, hoje, temos mais de 50 comunidades! Se fecharem as portas desses espaços, será que nós vamos conseguir arrumar pelo menos uns 20 lugares para continuar

levando o trabalho? Ficaria muito difícil! Primeiro, o Movimento não tem sede própria e, para pagar aluguel desse espaço, não teríamos condições financeiras, pois tudo aqui é sem fim lucrativo... Não temos dinheiro para essas coisas.

Antigamente, como tínhamos um número menor de conquista, muitas pessoas achavam mais fácil entender o Movimento, algumas dizem até que ele era mais bem organizado. Hoje, muitos coordenadores tem dificuldades para entender todo o processo, pois temos um volume de trabalho enorme e nós discutimos tudo!

Na reunião de quarta-feira, para botar na cabeça de um coordenador novo tudo aquilo que a gente tá discutindo... Uma lousa cheia, de ponta a ponta! Falar dos três governos, do mutirão, das propostas para a política habitacional pra população de baixa renda, o papel da CEP, das associações, avisar das assembléias... Faz uma confusão na cabeça do cara, que se ele não anotar, fica doido. Mas tudo isso ocorre porque, graças a Deus, a gente avançou muito, o Movimento cresceu muito! Hoje ele está mais forte e isso de uma forma geral, né?

A gente avisava desde o começo que a ferramenta do coordenador é a caneta e o caderno, pois se ele não tiver isso, fica impossível chegar na comunidade e passar para o povo. Alguns, às vezes, parece que ficam com preguiça de escrever e não anotam todos os pontos e isso dificulta o trabalho com a comunidade, pois termina não passando corretamente as informações.

A Executiva é formada por dois representantes de cada Setor, é um grupo menor que se reúne antes da reunião da noite, para discussão da pauta. Depois passamos pra lousa e quando chega a noite, lá pelas 8 horas, vêm os

coordenadores de todas as comunidades e passamos tudo que foi discutido na Executiva. Então é uma reunião preparada antes com a Executiva e depois passada para a coordenação geral do Movimento.

Os três governos são pontos da pauta que têm que constar toda quarta-feira. Às vezes a pessoa pode até pensar que as reuniões são muito repetitivas... Toda quarta-feira esse ponto, mas tem que estar, porque trabalhamos reivindicando terra e moradia e para isso temos que recorrer ao governo municipal, estadual e discutir também verbas federais; por isso, esses três pontos têm que estar sempre na pauta, né? Cada avanço, cada conquista... Qual passo foi dado com o Município, ou o Estado.

Depois vêm as outras coisas, você fala da área, da União dos Movimentos de Moradia, do Fundo Nacional de Moradia Popular... Então, de quarta-feira à noite, a gente começa às 8 horas e vamos quase até às 10; mesmo assim, não dá tempo pra ficar discutindo muito um tema. Se é proposta, então alguém coloca, defende e vai pra votação; se a maioria concordar, já aprova.

A diferença da Executiva para a Coordenação geral, é que da Executiva só participam coordenadores de setores, e a Coordenação Geral é aberta para as comunidades. Porque nós temos a referência por setor, que são algumas pessoas, né?

Antigamente eram só duas pessoas que vinham pra participar, porque primeiro nós tivemos o Grupo dos Oito, depois dos Dezesesseis, aí abrimos para o Grupo dos Cem, que se reúne todas as quartas-feiras à noite, com a

participação de todas as Comunidades. Hoje temos mais de cem, pois a comunidade pode trazer de um a cinco coordenadores.

Já na Executiva não, pois não teria sentido uma vez que ali só participam os coordenadores mais preparados para discutir a pauta do dia e depois passar ao pessoal da reunião de noite. Quem coordena é o padre Ticão e muitas vezes fica meio corrido, pois o tempo é curto pra uma pauta tão grande como a de quarta-feira.

O MURF – Movimento de Urbanização de Favelas – caminha paralelo ao Nosso Movimento, pois ele também pertence à Pastoral de Moradia. Hoje ele está trabalhando com áreas conquistadas, igual ao Movimento... Está construindo em áreas desapropriadas e tal, mas antigamente ele era apenas de urbanização de favelas. Atualmente ele também reivindica terra para os favelados!

Só que a coordenação do MURF não se reúne com a nossa na quarta-feira, eles têm as reuniões deles. Só sentamos juntos quando a discussão é sobre temas mais gerais que devem envolver todos, como as Caravanas para Brasília.

A Equipe dos Direitos Humanos trabalhava tudo aquilo que o povo mais pobre necessitava, por isso chamava Direitos Humanos, né? Ela discutia os direitos do cidadão e a cidadania! O direito a viver com dignidade... A ter saúde. Essa equipe sempre trabalhou muito a questão social, as carências do povo!

Agora, no caso do Movimento, a Equipe dos Direitos Humanos contribuiu para que ele fosse criado. A criação do Movimento dos Sem-Terra foi proposta que saiu dessa Equipe! Agora isso não quer dizer que foi ela que veio coordenar, entende! Só a proposta de criação saiu da equipe, porque o Movimento foi criado dentro das Comunidades, nos setores! A partir daí vinha aqui pra Região, para que ela desse apoio e o subsídio necessário, pois se deixasse solto... Tudo que é solto é fraco!

Como já falei, antes de 1984 já existiam ocupações, só que eram soltas, isoladas. Hoje também existem outros Movimentos, aqui na Região. Agora o nosso acho que contribuiu muito para a organização da Leste! Principalmente porque ele nasceu dentro das comunidades!

A Igreja ajudou na organização, cedeu espaços e talvez nosso avanço se deva muito a ela, porque sem espaço teria que esperar conquistar uma área para depois cadastrar as pessoas nela... Não, nós começamos a organizar o povo muito antes! Primeiro nós organizamos o povo, pra depois reivindicar, pra mostrar que tínhamos realmente povo!

Por isso que naquela Assembléia de 11 de novembro de 1984, contamos com a presença de seis mil famílias cadastradas! Foi naquela em que compareceram o Mário Covas e a Marta Godinho.

Então, reivindicar uma coisa mostrando que já tem o povo necessitado organizado e cadastrado, é uma coisa; agora, você reivindicar pra depois criar o povo... Fica difícil! Você vai fazer uma assembléia com quem? Não

tem povo! Você convida uma autoridade responsável pela moradia e vai apresentar quem?

Por isso nós primeiro organizamos o povo, cadastramos seis mil famílias, depois puxamos para a primeira assembléia e convidamos o prefeito e a Secretária da Família e Bem-Estar Social!

Uma comunidade pode funcionar em qualquer lugar, agora, para ser comunidade mesmo, tem que ser reconhecida pela igreja, tem que estar ligada à Paróquia... Se não estiver ligada, deixa de ser comunidade!

Hoje aqui nós temos a Diocese e as igrejas dos Setores, que são responsáveis pelas comunidades. Agora, nem todas as comunidades participam do Movimento, se bem que, no nosso caso, quase todas elas participam. Muito poucas não têm cadastro, porque para ter cadastro é preciso que tenha quem possa assumir o trabalho, pois não é a Igreja que assume. Quem tem que assumir é o coordenador, que é o próprio cadastrado, né? Se não tiver alguém que "tope", então não tem como criar, porque a Igreja não vai fazer isso!

A maioria das comunidades funciona no templo, mesmo; pode ser até uma igreja pequena, não precisa ser Paróquia. Nem todas as comunidades têm padre permanente, em algumas o padre vem de fora para celebrar.

A diferença entre uma Paróquia e uma comunidade é que a Paróquia tem que ter padre e a comunidade não precisa de padre. Não que o padre não seja necessário, é porque hoje eles são escassos! Como não existem padres suficientes para todas as comunidades, um mesmo padre celebra em

várias comunidades. Agora, seria muito bom que cada comunidade tivesse um padre morando ali, trabalhando com ela! Mas, infelizmente, hoje há muita falta de padre, né?

Para o Movimento dos Sem-Terra os setores são muito importantes porque a coisa toda é organizada nos setores, né? Agora, existem outros Movimentos que não têm nada a ver com a gente, mas que também atuam dentro dos dez setores que formam a Leste II.

Nós somos um movimento, mas existem outros, como o Conselho de Sabes, Terra de Deus Terra de Todos, Vila Mara, Mães de Vila Simone, Petrili, da Federação das Mulheres... Só que não são ligados a nós e nem pertencem à União dos Movimentos de Moradia. Eles são menores, são isolados... É um movimentinho que existe lá numa vila.

Agora, se você for dar uma atenção maior aos Sem-Terra da Leste II, tem que falar sobre os dez setores específicos da Leste II, pois esse Movimento nasceu nas comunidades desses setores! É preciso falar com os padres para ver se eles têm o mapa; se você não conseguir, vá lá no padre Ticão, que ele tem uma folha amarela – acho que aqui na CEP, nós temos mais – com o endereço de todas as comunidades. Tá ali o nome da rua, bairro e é só você pegar o guia e montar seu mapa!

Acho que hoje nossa luta está mais integrada, a criação da União dos Movimentos de Moradia contribuiu bastante pra termos uma articulação maior. O nosso Movimento é filiado à União desde que ela foi criada porque, na

verdade, a Leste II contribuiu muito para a criação dela, pois a gente entendia que era necessário uma instância central, onde os representantes pudessem discutir um programa habitacional para o País!

Existem também a Ansur, a Conan, mas a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo é que leva povo! Essas outras entidades levam representantes! Mobilizar povo mesmo é a União, por isso, precisamos criar uma entidade Nacional da União dos Movimentos de Moradia, pois hoje a União estendeu a discussão para vários estados. Atualmente, estamos sempre em contato com Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás... Mas não são ainda todos os estados que participam, né?

Nós tivemos agora o Encontro Estadual, onde discutimos principalmente o projeto do Fundo Nacional de Moradia Popular e agora, no dia 3 e 4, vamos ter, lá no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional e uma das bandeiras é a criação de uma entidade nacional de moradia.

Você vê, todas as caravanas pra Brasília, pra discussão do Fundo Nacional; só nós, aqui da Leste, coletamos cem mil assinaturas! Levamos quase um milhão de abaixo-assinados e quem puxou foi a União, na 4ª caravana! Vamos ver se a 5ª nós fazemos com o Lula no poder!

Quando eu digo que o movimento popular é que buscou a Igreja, é porque a coisa é meio contraditória, mesmo! Acho que a Igreja contribuiu bastante, mas, na verdade, são os movimentos que organizam o povo! E através da organização do povo, no nosso caso aqui a gente tem o espaço e o apoio da Igreja, nós é que levamos o povo pra dentro da Igreja!

No nosso caso, a abertura da Igreja se deu muito a Dom Angélico, que era bispo aqui na época em que o Movimento começou. Sem o apoio dele teria ficado muito difícil, pois muitos padres fechavam a porta da comunidade para os Sem-Terra e Dom Angélico deu uma força muito grande! Antes a gente era muito discriminado... Sem-Terra era como bandido, e não é nada disso, né? Hoje a coisa já mudou bastante.

Tem Regiões que quase não usam o espaço da Igreja, mas no nosso caso ela teve um papel muito importante, porque além do apoio que recebemos de Dom Angélico na época da criação do Movimento, tivemos também o espaço das comunidades para organizar o povo!

Qualquer área conquistada na Região vem dividir aqui, não é dividido lá no Setor, tem que ser aqui! E a divisão é feita de acordo com a proporção da participação da comunidade e do Setor. Por isso, nós temos aqui o controle do número de famílias que participam em cada Setor, pois quando tivermos que fazer a divisão, será sobre essa proporção. Aquele Setor que tiver mais cadastrados, fica com mais lotes, e o que tiver um número menor de cadastrados, leva menos lotes! Quer dizer que é de acordo com a proporção de participação, né?

O Setor faz a mesma coisa com suas comunidades. Aquelas com mais participantes ficam com mais lotes, e as que têm menos, pegam menos lotes. Agora, as famílias são escolhidas de acordo com a participação... São as famílias cadastradas há mais tempo, assim é mais justo! Vão saindo alguns grupos e entrando outros. Você tira um grupo e cadastra outro... E vai indo assim!

Como nunca é possível atender as famílias que estão na comunidade de uma vez, é preciso fazer um sorteio. Vamos supor que tenho na minha comunidade 20 vagas, mas eu tenho 100 famílias cadastradas. Dessas 100, tem 40 participando há mais tempo. Como vou fazer para escolher apenas 20? Então, fazemos um sorteio! Pegamos as 40 famílias e sorteamos 20... Porque é o modo mais fácil e ninguém briga com você! Agora se você chegar a escolher algumas, eles te "matam de pau"!

Atualmente nós temos os mutirões, que é onde existem projetos em andamento, onde já estão construindo. Cada mutirão tem sua diretoria e a sua organização, mas eles continuam participando da reunião na Região, todas as quartas-feiras. Só que isso tem gerado uma polêmica muito grande, pois querem obrigar o mutirante que já está construindo a participar na comunidade, né? Eu acho que ele deve participar só se tiver vontade, para incentivar companheiros que ainda estão lutando. Se o cadastrado já foi para uma área, o compromisso dele é com essa área, pois é muito cansativo você trabalhar na construção sábado, domingo e feriado, depois ainda participar de reunião na comunidade! É bem complicado para o povo, mas no começo queriam obrigar, né?

Seria sacrificar muito o povo! Mas os coordenadores têm que vir! Eles devem comparecer toda quarta-feira, para informar como vai indo seu mutirão. Além disso, todos são ligados à CEP, pois é ela quem dá apoio jurídico e contábil aos mutirões, né? Assim, os representantes devem estar presentes na quarta-feira, para que não seja preciso a CEP falar em nome deles. É preciso discutir o andamento dos mutirões, pois muita gente ainda não entendeu direito essa questão. Na verdade, não é um processo simples e precisamos ir devagar.

Hoje eu me sinto orgulhoso de olhar pra trás e saber que a luta não foi em vão, que hoje são mais de 20 mil famílias que não passam mais pela neurose do aluguel, que já têm suas casas! Isso é um incentivo pra levar os companheiros que não acreditam, e que às vezes até necessitam. Quem sabe, se mostrando essa realidade, essas vitórias, muitos desses companheiros ainda possam vir a se integrar nessa luta? Essa é nossa meta e foi sempre um trabalho que desenvolvi com muito amor e honestidade. Quero continuar, acho que hoje isso está no meu sangue... Enquanto Deus permitir, vou continuar exercendo com o mesmo amor e honestidade que sempre tive a todo esse povo! E não só a esse povo aqui, pois tudo o que a gente faz repercute nacionalmente, e atualmente existem muitos problemas em todas as metrópoles, né? E não só nelas, por todo canto!

Eu acho que o Brasil não precisa estar assim... Esse país tem condições, e se nós tivéssemos governantes e representantes lá no Legislativo, que realmente respeitassem coisas que devem ser prioritárias para a vida do povo como saúde, moradia, educação, as coisas poderiam ser diferentes!

É sempre muito bom a gente discutir as coisas e lembrar essa história...

Acho que não tenho mais nada a colocar, gostaria de te agradecer, e pedir a Deus que você continue fazendo esse trabalho, que a gente vai estar aí, junto. Que você seja bem sucedida! A gente vai estar junto!

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Sérgio e ANDRADE, Luís - Habitação e Poder. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1982.

BARRAGLIA, Mariano - O Poder na Igreja e as Comunidades Eclesiais de Base. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP. São Paulo, 1991.

BONTEMPI, Sylvio - O Bairro de São Miguel Paulista. A Aldeia de São Miguel de Ururá na História de São Paulo. São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo - Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1970.

BONDUKI, Nabil - "Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo", in: VALLADARES, Lúcia do Prado (org.), Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1983.

CALDEIRA, Teresa - A Política dos Outros. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique - "Partidos Políticos", in: SINGER, Paul e BRANT, V. Caldeira, São Paulo O Povo Em Movimento. Petrópolis, Editora Vozes/Cebrap, 1982.

CARDOSO, Ruth C. L. - "Os Movimentos Populares no Contexto da Consolidação da Democracia", in: REIS, Fábio e O'DONNELL, G. (org.), A Democracia no Brasil Dilemas e Perspectivas. São Paulo, Editora Vértice, 1988.

CAMARGO, Aspácia; LIMA, Valentina; HIPÓLITO, Lúcia - O Método de História de Vida na América Latina. Cadernos do Ceru nº 19. São Paulo, Junho de 1984.

CHRISTOFOLETTI, Antonio - Perspectiva da Geografia. São Paulo, Editora Difel S.A., 1982.

CORRÊA, Humberto P. - História Oral: Teoria e Técnica. Florianópolis, UFSC, 1978.

FERREIRA, M. de Moraes (org.) - Entre - Vistas: Abordagens e Usos da História Oral. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FRÉMONT, Armand - A Região, Espaço Vivido. Coimbra, Editora Almadina, 1980.

GOHN, Maria da Glória - Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia. São Paulo, Editora Loyola, 1991.

KOWARICK, Lúcio e BONDUKI, Nabil - "Espaço Urbano e Espaço Político", in: KOWARICK, L. (org.), As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado e Presente. São Paulo, Editora Paz e Terra S.A., 1994.

KOWARICK, Lúcio e SINGER, André - "A Experiência do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo, in: KOWARICK, L. (org.) As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado Presente. São Paulo, Editora Paz e Terra S.A., 1994.

LANGENBUCH, Juergen - A Estruturação da Grande São Paulo. Rio de Janeiro, IBGE, 1971.

MANTEGA, Guido e MORAES, Maria - Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980.

MARTINE, George e GARCIA R. - Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo, Editora Caetés, 1987.

MEIHY, José Carlos S. Bom - A Colônia Brazilianista: História Oral de Vida Acadêmica. São Paulo, Editora Nova Stella, 1990.

_____ - Canto de Morte Kaiowá: História Oral de Vida. São Paulo, Editora Loyola, 1991.

NUNES, Walter José - Campo e Cidade na Memória Popular. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Francisco - A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de - Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva. São Paulo, T. A. Queiróz, Editor Ltda, 1991.

RODRIGUES, A. M. e SEABRA, Manoel - Habitação e Espaço Social na Cidade de São Paulo. Boletim Paulista de Geografia nº 64, AGB - Seção S. P.

SADER, Eder - Quando Novos Personagens Entram em Cena. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

SCOTT, Mainwaring - A Igreja Católica e Política no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

SILVA, José Graziano - A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1982.

_____ - O que é a Questão Agrária. 16ª ed. São Paulo, Editora Brasileira, 1990 (Coleção Primeiros Passos).

SINGER, Paul - A Crise do Milagre: Interpretação Crítica da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980.

_____ - Economia Política da Urbanização. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

SINGER, Paul e CALDEIRA, Brant (org.) - São Paulo: O Povo em Movimento - Editora Vozes / CEBRAP, Rio de Janeiro, 1982.

STIEL, Waldemar - História dos Transportes Coletivos em São Paulo. São Paulo, Edusp/Editora MacGraw-Hill do Brasil, 1978.

THOMPSON, Paul - A Voz do Passado: História Oral. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi-Fu - Topofilia. São Paulo, Difel, 1980.

_____ - Espaço e Lugar. São Paulo, Difel, 1983.

FONTES

A. Entrevistas

A1. Entrevistas Manuscritas

- Pe. Antonio Luís Marchioni em 10/03/1988

- Madailde Flores em 08/06/1988

- Nazaré Lopes em 05/07/1988

- Neli Sampaio em 13/09/1988

- Osmar Oliveira em 10/11/1988

- Rose Meireles em 08/03/1989

- Joaquim Neto em 10/05/1989

- Maria Miguel em 11/10/1989

- Enilda em 05/01/1990

- Vera Lúcia Santos em 08/01/1990

- Francismar em 10/01/1990
- Francisco Lidoia Coelho em 07/02/1991
- Chico Terra em 10/02/1991
- Mara Lúcia R. Piovezam em 10/10/1992

A2. Entrevistas Gravadas

- Valdenice Vidal da Silva em 08/07/1989
- Maria do Socorro Rodrigues dos Santos em 06/08/1989
- Maria de Fátima Rodrigues de Souza em 13/01/1990
- Valfredo Ferreira em 10/08/1990
- Elgito Boaventura em 12/02/1991
- Dom Angélico Sândalo Bernardino em 13/01/1992
- Pe. Antonio Luís Marchioni em 08/08/1993
- Azenathe Brazil dos Santos em 20/01/1994
- José Roberto Sackl em 28/01/1994

- Laila Nazem Mourad em 12/02/1994
- Maria José em 16/04/1994
- Dalcides Batista da Silva Neto em 24/04/1994
- Edivaldo Neres Dias em 20/05/1994

B. Documentos

- Histórico da Arquidiocese de São Paulo; Pe. José Albanez, 1971.
- 1º Plano Bienal de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, 1976–1977.
- 2º Plano de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, 1978–1980.
- 3º Plano de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, 1981–1983.
- 5º Plano de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, 1987–1990.
- Solo Urbano e Ação Pastoral - Documentos da CNBB Nº 23. São Paulo, Edições Paulinas, 1982.
- Celebração Eucarística da Instalação da Diocese de São Miguel Paulista, 28 de Maio de 1989, Região de São Miguel.

- Diagnóstico da Situação da Moradia em São Paulo. São Paulo, SEHAB, 1989.
- Política Pública de Habitação Popular no Estado de São Paulo, 1983–1986, SEH/CDH.

C. Jornais

O São Paulo – Semanário da Arquidiocese de São Paulo, 1970 a 1990.

Grita Povo – Jornal da Região de São Miguel, 1982 a 1987.

Folha de São Paulo, 1987 a 1993.

ANEXO II - FOTOGRAFIAS

Nas páginas seguintes, fotos das moradias construídas e em construção conquistadas pelo Movimento dos Sem-Terra da Leste II.

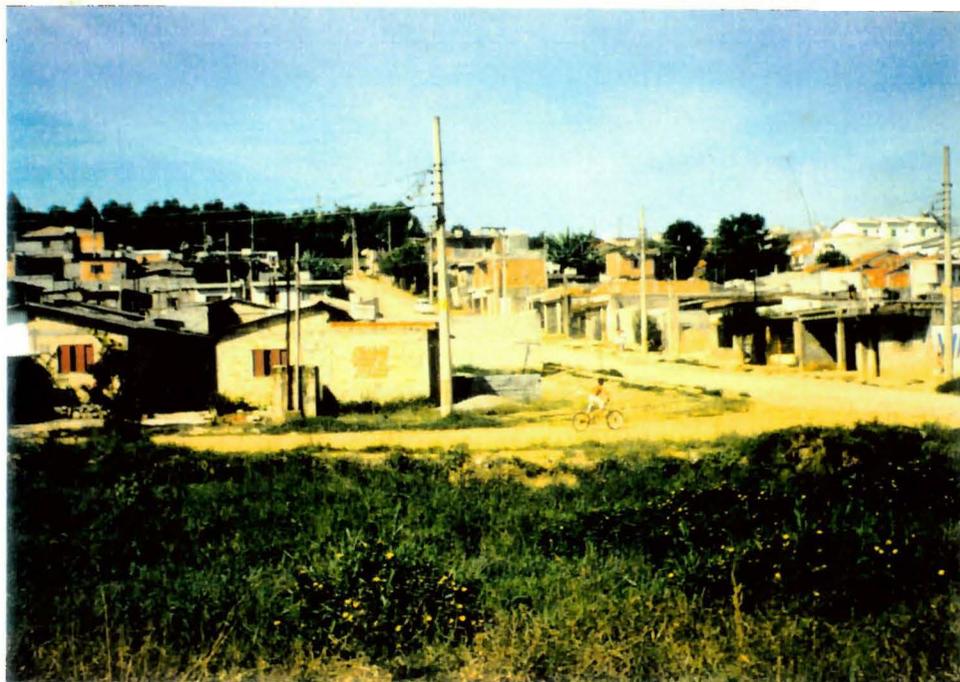


Foto 1 - Jardim Néia. Casas autoconstruídas na gestão Mário Covas. Vista geral (foto de 1993).

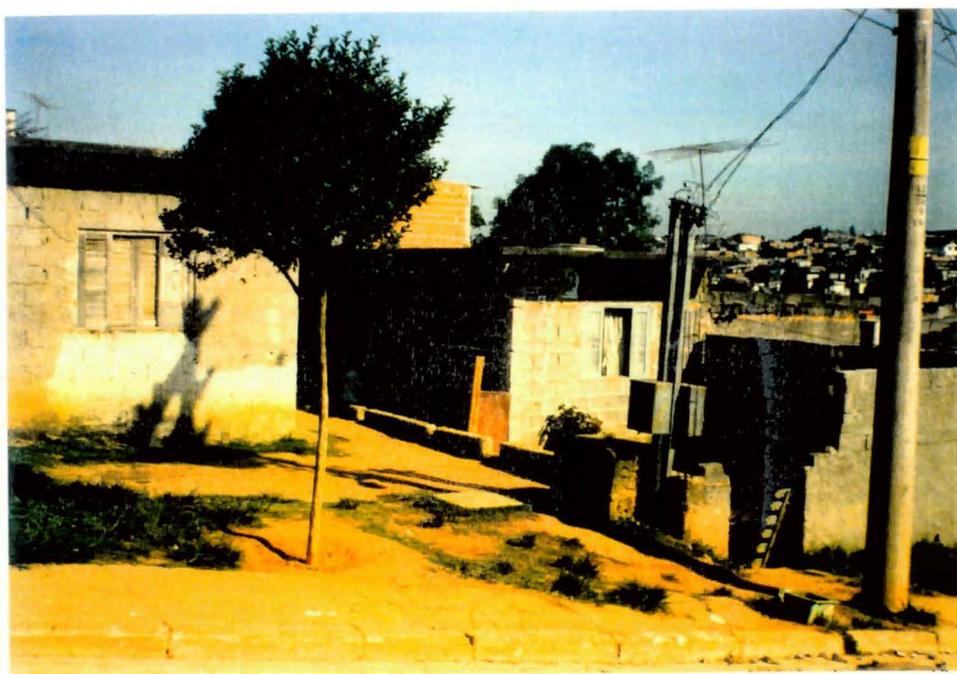


Foto 2 - Jardim Néia. Casas autoconstruídas na gestão Mário Covas. Detalhe (foto de 1993).



Foto 3 - Jardim São Carlos. Casas construídas por empreiteira na gestão Quércia. Vista geral (foto de 1991).



Foto 4 - Jardim São Carlos. Casas construídas por empreiteira na gestão Quércia. Detalhe (foto de 1991).



Foto 5 - Conjunto Habitacional Rio das Pedras. Mutirão autogerido na gestão Erundina. Detalhe (foto de 1992).



Foto 6 - Conjunto Habitacional Rio das Pedras. Mutirão autogerido na gestão Erundina. Vista geral (foto de 1992).



Foto 7 - Conjunto Habitacional Rio das Pedras. Mutirão autogerido na gestão Erundina. Detalhe (foto de 1992).



Foto 8 - Conjunto Habitacional Rio das Pedras. Mutirão autogerido na gestão Erundina. Vista geral (foto de 1992)



Foto 9 - Jardim Miriam III. Mutirão autogerido na gestão Erundina. Vista geral (foto de 1994).



Foto 10 - Jardim Miriam III. Mutirão autogerido na gestão Erundina. Vista geral (foto de 1994).

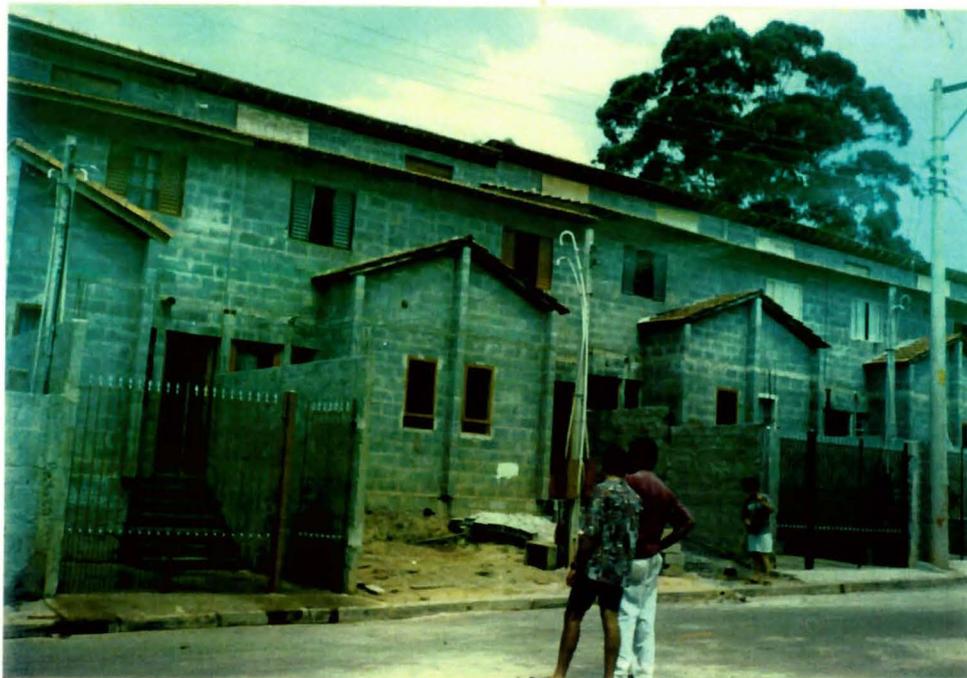


Foto 11 - Jardim Miriam III. Sobrados em fase de acabamento (foto de 1993).



Foto 12 - Jardim Miriam III. Construção paralisada por falta de verba (foto de 1993).

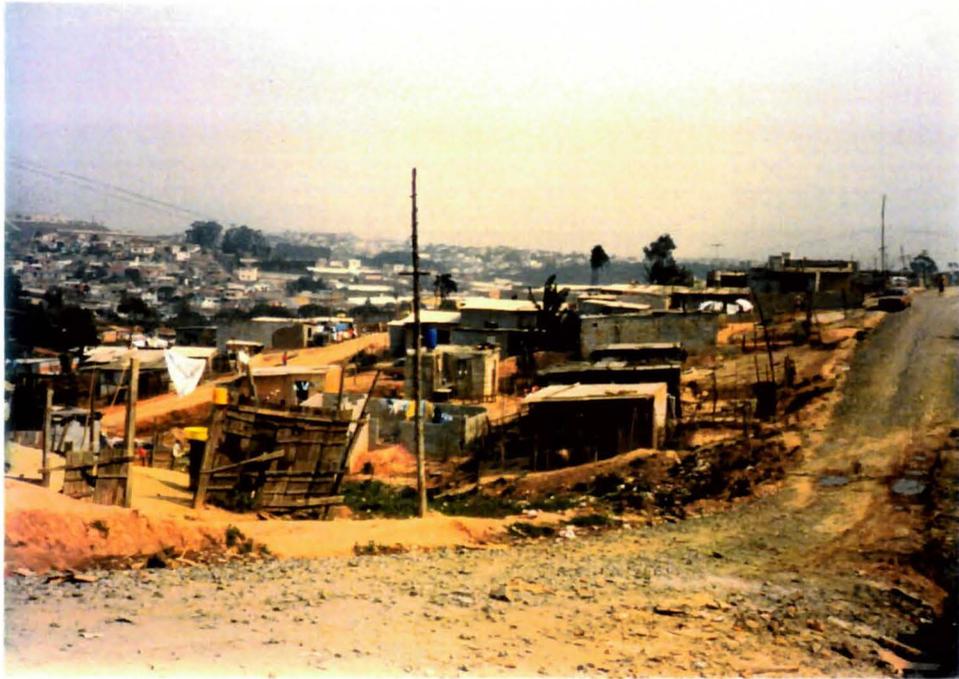


Foto 13 - Jardim Lourdes. Primeira ocupação liderada pelo PC do B. Vista geral (foto de 1991).



Foto 14 - Jardim Lourdes. Primeira ocupação liderada pelo PC do B. Detalhe (foto de 1991).



Foto 15 - Jardim Lourdes. Primeira ocupação liderada pelo PC do B. Detalhe (foto de 1991).



Foto 16 - Jardim Lourdes. Primeira ocupação liderada pelo PC do B. Vista geral (foto de 1991).



Foto 17 - Conj. Habitacional Barro Branco. Mutirão na gestão Erundina. Detalhe (foto de 1991).



Foto 18 - Conj. Habitacional Barro Branco. Mutirão na gestão Erundina. Vista geral (foto de 1991).



Foto 19 Conj. Habitacional Barro Branco. Mutirão na gestão Erundina. Casas semi-acabadas (foto de 1991).

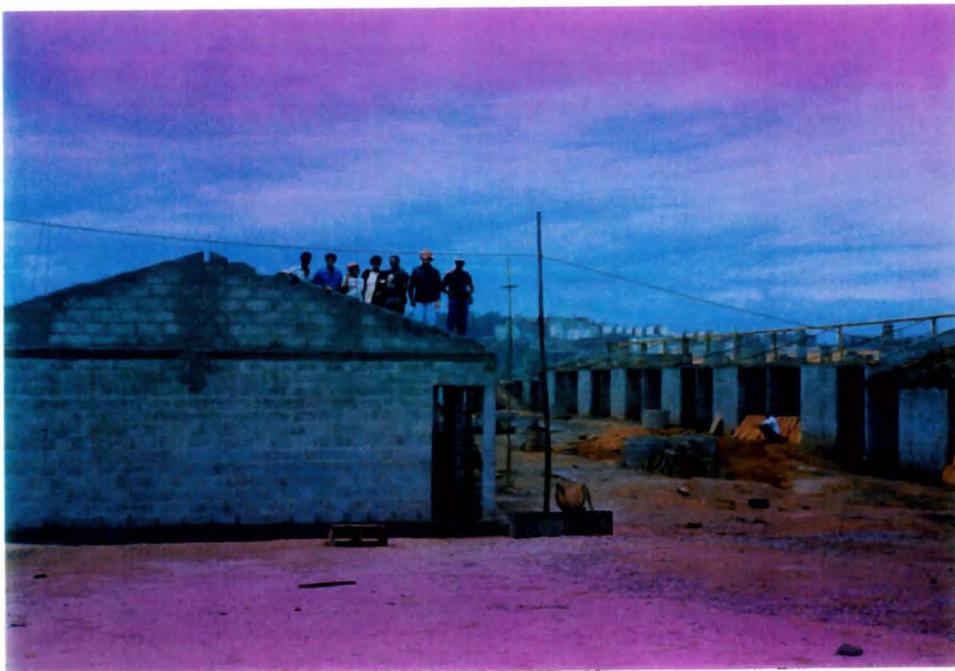


Foto 20 - Conj. Habitacional Barro Branco. Mutirão na gestão Erundina. Casas em fase de construção (foto de 1991).



Foto 21 - Jardim Miriam II. Área ocupada em 1987. Casas autoconstruídas. Vista geral (foto de 1994)



Foto 22 - Jardim Miriam II. Área ocupada em 1987. Casas autoconstruídas. Vista geral (foto de 1994).



Foto 23 - Campanha Gaúcha. Mutirão autogerido na gestão Erundina. Detalhe (foto de 1991)



Foto 24- Campanha Gaúcha. Mutirão autogerido na gestão Erundina. Mulheres trabalhando (foto de 1991)



Foto 25 - Comemoração dos 10 anos do Movimento dos Sem-Terra da Leste II (foto de 1994).

Foto 26 - Comemoração dos 10 anos do Movimento dos Sem-Terra da Leste II (foto de 1994).



A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffe.ch.usp.br/>.



1971-2021